

Edilson José Gracioli

**Um Laboratório Chamado CSN: Greves, Privatização e
Sindicalismo de Parceria (a Trajetória do Sindicato dos
Metalúrgicos de Volta Redonda – 1989/1993)**

Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas

Outubro de 1999

Edilson José Gracioli

**UM LABORATÓRIO CHAMADO CSN –
Greves, Privatização e Sindicalismo de Parceria
(a Trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de
Volta Redonda – 1989/1993).**

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29/10/99

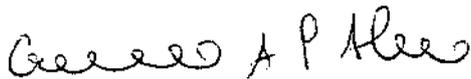
Banca:


Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (orientador)

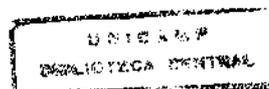

Prof. Dra. Angela Maria Carneiro Araújo (Unicamp)


Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)


Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias (Unicamp)


Prof. Dr. Giovanni Antonio Pinto Alves (Unesp/Marília)

Outubro de 1999



20000505

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
V. Ex.	
TÍTULO	39.935
PREÇO	278.100
C. D.	<input type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11.00
DATA	12/04/00
N.º CPD	

CM-00137793-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

G 753 u Graciolli, Edilson José
Um laboratório chamado CSN - greves, privatização e
sindicalismo de parceria: a trajetória do Sindicato dos
Metalúrgicos de Volta Redonda - 1989-1993 / Edilson José
Graciolli. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo - Brasil 2. Privatização. 3. Companhia
Siderúrgica Nacional (Brasil) 4. Movimento operário - Brasil -
História - Séc. XX. I. Antunes, Ricardo Luiz Coltro, 1993-
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

*... Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
(...) Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade
Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado.
(Cálice, Gilberto Gil e Chico Buarque)*

*... Que país é este?
No Amazonas, no Araguaia, na Baixada Fluminense
Mato Grosso, nas Gerais e no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso mas o sangue anda solto
Manchando os papéis, documentos fiéis
Ao descanso do patrão
Que país é este?
Terceiro Mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios em um leilão
Que país é este?
(Que país é este?, Renato Russo)*

Índice

AGRADECIMENTOS	2
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MOVIMENTO SINDICAL	11
O SIGNIFICADO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: OFENSIVA DO CAPITAL	11
LUTA DEFENSIVA E INTEGRAÇÃO À ORDEM.....	24
O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A FORÇA SINDICAL	38
CAPÍTULO 2 - A LUTA CONTINUA, MAS PARA ONDE?	58
O FIM DO PERÍODO JUAREZ ANTUNES: ANTE-SALA DE UMA DISPUTA	58
A CAMPANHA SALARIAL DE 1989.....	63
AS ELEIÇÕES SINDICAIS EM 1989.....	67
CONCEPÇÕES SINDICAIS EM DISPUTA.....	71
O PROJETO DE COLLOR E A CSN.....	74
CAPÍTULO 3 - DA CUT À FORÇA SINDICAL	83
A CAMPANHA SALARIAL DE 1990.....	83
A MAIOR GREVE NA HISTÓRIA DA CSN.....	87
A CAMPANHA SALARIAL DE 1991 E A FORMAÇÃO DO FORMIGUEIRO.....	109
A CAMPANHA SALARIAL DE 1992.....	117
AS ELEIÇÕES SINDICAIS DE 1992	124
CAPÍTULO 4 - CONTORNOS DE UM PROJETO	140
PRIMÓRDIOS DA PROPOSTA DE PRIVATIZAÇÃO	140
INICIATIVAS DE RESISTÊNCIA À PRIVATIZAÇÃO.....	143
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SIDERURGIA.....	153
CAPÍTULO 5 - O PROCESSO DA PRIVATIZAÇÃO: PRESSUPOSTOS, FORÇAS SOCIAIS E EMBATES	160
O GOVERNO ITAMAR FRANCO E A PRIVATIZAÇÃO	172
A ATUAÇÃO DO SINDICATO	181
O(S) POSICIONAMENTO(S) DE BRIZOLA	193
O INDEPENDENTE CLUBE DE INVESTIMENTOS	202
A CUT E O ISOLAMENTO DAS FORMAS DE RESISTÊNCIA	206
VENDIDA AOS CAVALHEIROS!	213
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
BIBLIOGRAFIA	231
LIVROS, ARTIGOS, DISSERTAÇÕES E TESES.....	231
FONTES.....	237
<i>Documentos e Jornais Sindicais</i>	237
<i>Arquivos</i>	237
<i>Jornais e Revistas</i>	237
<i>Videos</i>	238

AGRADECIMENTOS

Em tempos onde a lógica produtivista sufoca o trabalho intelectual comprometido com a razão crítica, sinto a necessidade de agradecer àqueles que, de múltiplas formas, contribuíram para que esta tese buscasse ser mais do que uma formalidade na carreira universitária. Não se deve, todavia, imputar-lhes responsabilidade quando tal objetivo não foi plenamente alcançado.

Primeiramente, ao meu orientador, Prof. Ricardo Luiz Coltro Antunes, pela firmeza, solicitude e amizade. Ao longo de dez anos - desde a monografia de graduação, passando pela dissertação de mestrado - sua presença na minha trajetória acadêmica tem sido decisiva.

Aos professores Paulo Gomes e Vanessa Petrelli Corrêa, coordenadores, em momentos distintos, do curso de Ciências Econômicas da UFU, pela compreensão que sempre demonstraram, na prática, diante das dificuldades que tive para fazer o doutorado.

À CAPES, pelos vinte e sete meses de bolsa parcial e onze meses de bolsa integral que me foram concedidas.

Aos companheiros de doutorado, especialmente ao Jesus Ranieri, à Nise Jinkings e à Patrícia Trópia pelos momentos de debate e fraterna convivência.

Aos amigos Adalberto de Paula Paranhos e Kátia Rodrigues Paranhos, pela hospitalidade e apoio generosos.

Uma menção de muita gratidão cabe a todos os trabalhadores, dirigentes e militantes sindicais e demais lideranças dos movimentos sociais de Volta Redonda que se dispuseram a relatar as suas experiências e leituras da realidade. Especialmente a Rosalice Fernandes, Jean Pierre, Vagner Barcelos, Vanderlei Barcelos, Isaque Fonseca, Jadir Baptista Araújo, Bartolomeu Citeli, Tarcísio, D. Waldyr Calheiros, Fausto Ferreira, Evaldo Pontes da Silva, Solange e Paulo. Muitos outros trabalhadores foram fundamentais para a obtenção dos dados e para o resgate da história recente do movimento sindical dessa cidade, mas, em função do receio de eventuais retaliações, eles precisaram ter a garantia do anonimato. Busquei respeitar isto ao máximo, que era o mínimo que poderia fazer.

Ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/UNICAMP), ao Centro de Pesquisa Vergueiro (CPV) e ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), pela importante contribuição no levantamento dos documentos da grande imprensa, do material sindical e de outros textos atinentes ao objeto de estudo. Quero também agradecer ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), pelo fornecimento de informações relacionadas à indústria siderúrgica e aos posicionamentos dos trabalhadores quanto às privatizações.

Walber Carrilho da Costa em várias oportunidades auxiliou-me na obtenção de dados relativos às mudanças na indústria siderúrgica, razão pela qual registro o meu agradecimento.

Dedico este trabalho a Márcia, esposa e presença constantemente crítica quando o desânimo se instalava. Sua paciência e solidariedade foram fundamentais. E a Vinícius que, em todos os seus sete anos, teve que disputar a atenção do pai com o computador e as viagens.

A Adilson e a Ednilson, pela rica experiência que cultivamos, nutrida pela serenidade que aprendemos de minha mãe, Ewerly. A Luiz e Clélia, pela sempre dedicada acolhida. A Roberto, pela amizade e pelos fecundos diálogos.

Por fim, à pequena Beatriz, fruto de uma obstinada luta pela vida. Sua vitória nos encheu de alegria e esperança. Como aquelas que somente podem ser ensejadas pelos que se recusam a aceitar o existente como definitivo, porque sabem que ele é movimento, nunca fim da história.

INTRODUÇÃO

Em 1994, poucos meses antes de concluir a redação da minha dissertação de mestrado¹, precisei elucidar alguns pontos atinentes ao objeto sobre o qual trabalhava – a greve de novembro de 1988 na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) -, o que exigiu a realização de uma nova série de entrevistas com protagonistas desse movimento. Naquela oportunidade, o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR) já havia se filiado à Força Sindical e encontrava-se engajado na campanha presidencial em torno da candidatura de Fernando Henrique Cardoso, situação que me indicou uma possível problemática a ser investigada: *quais determinações interagiram para que esse Sindicato ingressasse em uma central sindical com ideário distinto daquele da CUT, que ele ajudou a criar e a construir?*

Dentre os depoimentos colhidos junto a dirigentes que participaram do movimento de 1988 e que integravam, então, a primeira diretoria não cutista do SMVR, o trecho que segue destaca-se por apresentar, com poder de síntese singular, as razões que, segundo esses sindicalistas, levaram à mudança de orientação política da entidade:

Na época o PDT deu uma ajuda muito grande, o PT também, porque a política era de enfrentamento. Mas hoje mudou, eu acho que esses partidos pararam no tempo e a conjuntura mudou. A gente tem que acompanhar a conjuntura do país. Então eu acho que o sindicalismo, principalmente o daqui de Volta Redonda, está acompanhando a conjuntura, que hoje é de parceria; tem que fazer uma parceria para conseguir alguma coisa, não adianta fazer greve 30 dias, nós temos experiência disso. Depois dessa greve de 88 nós tivemos várias greves; em 1990 tivemos uma greve de 30 dias, que não conseguiu nada. Hoje se consegue alguma coisa na base da parceria. Então por isto eu saí do PDT, porque parou no

tempo. Na ocasião ajudou muito. Mas hoje em dia não tem condições de seguir essa linha mais².

Aos argumentos desse dirigente de que a conjuntura teria exigido uma revisão na linha do Sindicato, de uma concepção de sindicalismo de enfrentamento para um sindicalismo de parceria, acrescenta-se a abordagem da ex-secretária de Educação de Volta Redonda, Marlene Fernandes, que respondeu por essa pasta durante o breve governo de Juarez Antunes. Partindo da tentativa de compreender o período que se seguiu à morte do prefeito, Marlene avança com vistas a justificar a metamorfose vivida pelo Sindicato:

Com a morte do Juarez se colocou o vazio, quer dizer, não tinha mais uma liderança que expressasse a relação com a massa operária. E artificialmente, à revelia da massa operária que ficou com sentimento de perda, veio à tona a artificialidade da divisão do movimento, porque isso não tinha respaldo na massa operária. E isso veio à tona na gestão do Wagner [Barcelos]. Eu acho que o racha, cada um na sua concepção, tenta retomar a relação com a massa operária, com pontos de vista diferenciados. É isso que ficou colocado. Ficou o vazio, ficou a perda. E aí a empresa cresceu. Só não cresceu mais devido à mudança da estratégia dos que tomaram o Sindicato. O *rodo* para mim seria muito maior. (...) Eu acho que ficou um vazio, um movimento sindical fragilizado, sem rumo, e a CUT não deu conta do problema, por ter usado a mesma estratégia de combatividade do período 1983-88. Tanto que fizeram uma greve na gestão do Roberto Procópio Lima Neto, presidente da CSN, de 31 dias. Ali morreu. A direção morreu aí. Foi uma derrota fatal ao movimento sindical, que de vez se enterrou. E nesse sentido, um outro grupo tentou trabalhar um outro projeto que, no interior da CUT, não se conseguia construir aqui. Talvez no ABC o Vicentinho conseguisse algo melhor, mas em Volta Redonda não. Num embate imenso, com a mudança de conjuntura e com a falta do Juarez, ele ficou fragilizado. E acho, realmente, que se não se construísse a atual alternativa, o *rodo* seria muito maior. E aí eu acho que tem um objeto para a frente mesmo: pegar o processo de privatização...³.

¹ Cf. GRACIOLLI, Edilson J., *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro/88*, Campinas, dissertação de mestrado, Unicamp, 1994. Publicada sob o título *Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência Operária e Violência Militar na Greve em 1988*, Uberlândia, Edufu, 1997.

² Entrevista com Afonso José Ruela da Silva, ativista sindical em 1988 e diretor do Sindicato em 1994. Afonso refere-se à gestão de Wagner Barcelos (presidente da última diretoria cutista, de 1989 a 1992) e à greve de 30 dias, realizada em 1990.

³ Marlene Fernandes, pedagoga de formação, trabalhou no Centro de Memória Sindical de Volta Redonda e integrou o conselho de redação da revista *Arigó, o pássaro que veio de longe*. Sua menção ao dirigente nacional da CUT, Vicentinho, expressa uma avaliação segundo a qual haveria muita semelhança entre a linha da Força Sindical em Volta Redonda e a experiência da câmara

Como foi possível mudar de uma política sindical cutista, caracterizada - ainda que com reflexos e relutâncias, principalmente de 1988 em diante⁴ - pelo enfrentamento com o despotismo fabril e com aspectos do próprio ordenamento político-institucional vigente, para um ideário e uma prática cujo horizonte é o do participacionismo nos âmbitos sindical e político? Que alterações na subjetividade e na materialidade dos trabalhadores da CSN, bem como em seus espaços organizativos, propiciaram essa mudança?

Estas são algumas das questões que busquei abordar nesta pesquisa que tem como objetivo entender, tanto quanto possível, as transformações ocorridas no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda entre 1989 e 1993. O recorte temporal abrange o período que se seguiu à morte de Juarez Antunes, quando o Sindicato passou a ter uma direção ainda mais combativa, até a privatização da CSN, passando pela ascensão da Força Sindical à direção da entidade em 1992.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda não só foi um dos principais protagonistas na criação e consolidação da Central Única dos Trabalhadores, como, desde a vitória do Grupo de Oposição Sindical, em 1983, até o final do mandato de Vagner Barcelos, no segundo semestre de 1992, sempre se bateu contra a manutenção da CSN na condição de fonte de subsídios para o setor privado e de instrumento de política econômica, à mercê da prática clientelista governamental, apresentando como alternativa para a usina a sua gestão pública, com ampla participação dos trabalhadores. Como explicar, então, a reviravolta na orientação da entidade ensejada com a ascensão da Força Sindical à direção do SMVR, em 1992 - vitória que seria reeditada em 1995 e em 1998 - passando a defensora da privatização da empresa?

Algumas hipóteses para a intelecção do objeto indicado parecem-me confirmadas pela pesquisa:

1) na eleição de 1992, contribuíram decisivamente para a vitória da Força Sindical os mecanismos repressivos empregados pela direção da CSN, tais como ameaças de demissões e de não concessão de reajustes em caso de derrota da chapa Quatro (que representava o projeto da Força Sindical). Não se pode desconsiderar, aqui, o peso dessas

setorial da indústria automobilística, levada a termo com a efetiva presença do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

⁴ Esta questão do refluxo ou inflexão da CUT será examinada mais adiante no capítulo 5, item 5, "A CUT e o isolamento das formas de resistência".

ameaças nos resultados eleitorais, devendo-se sublinhar, também, o papel do apoio explícito dado pela diretoria da usina a essa chapa. Aos mecanismos coercitivos foram acrescentados outros, como promessas de vantagens e intensa propaganda;

2) a vitória da chapa Quatro (da Força Sindical) em 1992 era condição básica para a privatização da CSN, medida absolutamente conforme ao programa neoliberal, encampado pelo governo Collor no seu Programa Nacional de Desestatização (PND), que teve continuidade no governo Itamar Franco. Este grupo de dirigentes sindicais aliou-se ao governo e empunhou a bandeira da privatização da usina Presidente Vargas, defendida como uma providência modernizadora e de superação da crise administrativo-financeira vivida pela usina e, principalmente, como uma possibilidade de ganhos econômicos aos trabalhadores que participassem como acionistas em uma CSN privada;

3) o refluxo que a CUT viveu em sua dimensão programática e de prática classista remonta a 1988⁵, o que repercutiu, inclusive, no tímido apoio que a Central deu à greve de novembro daquele ano na CSN. Esse refluxo intensificou-se com a progressiva burocratização de importantes sindicatos cutistas e a crescente adesão da CUT a modalidades de atuação mais próximas ao sindicalismo participacionista. Nesse sentido, é possível identificar uma relação entre a vitória da Força Sindical a inflexão na política cutista;

4) em um quadro de ofensiva neoliberal, a luta mais presa à imediatividade deve ser assumida como provável elemento para a mudança que se verificou no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. A permanência no campo do economicismo⁶ dificulta a

⁵ Nesse ano realizou-se o III Congresso da CUT, em Minas Gerais, onde a corrente majoritária, Articulação Sindical, vencedora da eleição para a direção da Central com 60,4% dos votos, assumiu uma posição oscilante entre a radicalidade presente na criação da central e a adesão a valores social-democratas. Cf., a respeito, ANTUNES, R., *O Novo Sindicalismo no Brasil*, 2ª ed., Campinas, Pontes, 1995, pp. 30-35.

⁶ Por economicismo entendo o quadro onde a luta se dá em termos de integração à ordem do capital, no sentido de uma resistência mais atada à imediatividade, em que as reações permanecem restrita aos efeitos do regime de trabalho assalariado sem colocá-lo em questão. Permanecer no campo econômico-corporativo (economicismo) significa, portanto, uma situação na qual a classe trabalhadora se vê debilitada na possibilidade de diferenciar-se da classe proprietária e, conseqüentemente, as lutas defensivas e as regressivas em relação a direitos sociais conquistados predominam sobre aquelas portadoras de traços anticapitalistas (ofensivas). Neste campo, o horizonte é o da reprodução da força de trabalho nos marcos do assalariamento. Ao qualificar a categoria (forma de ser) economicismo, quero também deixar claro que considero o conjunto de transformações na materialidade e na subjetividade da classe trabalhadora realmente importante, posto que elas alteram o modo de vida desta classe, tornando mais precarizadas as condições de

percepção dos nexos determinantes de uma dada conjuntura (e, mais ainda, de uma correlação de forças estrutural), reduzindo, conseqüentemente, a profundidade e a abrangência dos movimentos reivindicatórios⁷. Um ideário como o da Força Sindical, segundo o qual o horizonte máximo possível à ação dos trabalhadores é o da integração à economia de mercado, reforça a subalternidade das classes trabalhadoras, impedindo o grupo subalterno, conforme Gramsci, "... de se tornar dominante, de se desenvolver além da fase econômico-corporativa para alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado"⁸. Daí o respaldo do empresariado e do governo Collor à Força Sindical. Por isso, podemos relacionar a disputa intensa que se travou em Volta Redonda nas eleições sindicais de 1992 ao objetivo do governo de *quebrar* uma vértebra fundamental da espinha dorsal mais combativa no movimento sindical - a CUT.

Ao longo de cinco capítulos pretendo expor os resultados de minha pesquisa, nesta seqüência:

- Capítulo 1: discuto aqui o significado da reestruturação produtiva como uma ofensiva do capital e como o pano de fundo a partir do qual se pode entender a crise do sindicalismo e a razão de ser das privatizações. Em seguida, analiso a principal tendência do movimento sindical diante dessa ofensiva, qual seja, a luta defensiva e de integração à ordem do capital. Por fim, discuto a relação entre o neoliberalismo e a Força Sindical e a particularidade dessa Central no movimento sindical brasileiro recente;

venda da força de trabalho e mais fragmentado e complexo o universo dos homens e mulheres que vivem desta venda.

⁷Cf., sobre este aspecto, MÉSZÁROS, I., "Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente", In: ---, *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*, São Paulo, Ensaio, 1993, p.118, onde há uma síntese sobre a consciência de classe mais refém do plano imediato, e aquela que logra maior compreensão das contradições inerentes ao capitalismo: "A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do *controle social*, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à "racionalização" capitalista).

⁸ GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, pp. 32-33.

- Capítulo 2: examino os impasses vividos e os caminhos trilhados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda desde a morte daquele que foi a sua principal referência de massa, Juarez Antunes, em fevereiro de 1989, até o início do governo Collor, primeiro semestre de 1990. Ao longo deste período, podemos acompanhar o posicionamento das duas principais concepções sindicais (classista e de negociação) consolidadas em práticas distintas e nos embates travados;
- Capítulo 3: os processos de negociação salarial, de resistência operária e as eleições sindicais de 1992 são o objeto da reflexão deste capítulo. Minha atenção esteve particularmente voltada para mostrar como, nas lutas concretas, a concepção sindical classista foi sendo destruída, erigindo-se no seu lugar uma outra, de natureza participacionista. O cerne da análise é a discussão dos mecanismos que possibilitaram a vitória eleitoral da Força Sindical;
- Capítulo 4: analiso o projeto de privatização da CSN, desde sua origem, as primeiras formas de resistência popular-sindical ao projeto, e a especificidade da reestruturação produtiva no ramo siderúrgico;
- Capítulo 5: Por fim, discuto o processo de privatização da CSN, dando destaque à análise das forças sociais envolvidas: o governo Itamar Franco, o SMVR, o ex-governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola e a CUT). Termino mostrando os desdobramentos do leilão de privatização, indicando, também, alguns “frutos” que a privatização produziu em Volta Redonda e região.

Cumprir registrar aqui a dificuldade de acesso a determinados dados que passei a enfrentar após a publicação da minha dissertação de mestrado. Por determinações da diretoria do SMVR não pude contar com as cópias dos mapas (urna a urna) das votações nas eleições de 1992, além da imposição de outros obstáculos ao levantamento de dados. A provável razão dessa atitude, a meu ver, foi a tentativa, aliás infrutífera, de inviabilizar o estabelecimento de vínculos entre os resultados das eleições e o processo coercitivo no interior da CSN. Registre-se, também, que à época da pesquisa para a dissertação de mestrado (1993 a 1994), fui muito bem recebido pela mesma direção sindical, que se mostrou muito interessada em convencer-me da superioridade do sindicalismo de parceria em relação ao de confronto, postura que sofreu profunda modificação após a publicação dos

resultados daquela pesquisa. A propósito, o mesmo se deu com a direção da CSN, que chegou a vetar a minha entrada na biblioteca da empresa. Também aqui, sindicato e empresa foram parceiros.

Essa dificuldade pôde ser contornada com o acesso aos resultados de três pesquisas eleitorais realizadas pela ASSERT – em julho/92, maio/95 e junho/95 - sobre intenção de voto, avaliação do sindicato e das campanhas salariais, lutas prioritárias para a categoria, imagem das centrais sindicais e posicionamento quanto à privatização, cujos dados, apurados com base em critérios rigorosos⁹, foram-me de grande utilidade.

Além do recurso a fontes documentais, à grande imprensa, à imprensa regional e à imprensa sindical (incluindo o material produzido pela Oposição Sindical), realizei 60 entrevistas abertas, assim discriminadas:

Universo das Entrevistas	
SEGMENTO	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Dirigentes da CUT pela Base, Convergência Socialista e aliados	7
Dirigentes da Força Sindical	7
Dirigentes da Articulação Sindical (CUT)	7
Dirigentes da Causa Operária (CUT)	3
Operários da CSN	20
Chefes da CSN	5
Demais lideranças (ligadas a movimentos populares e a comunidades religiosas, dirigentes de outros sindicatos, educadores e políticos)	11
TOTAL	60

⁹ As pesquisas utilizaram a técnica quantitativa, consistindo de entrevistas pessoais nas imediações das fábricas, com base em um questionário estruturado. As amostras foram desenhadas proporcionalmente ao número de sindicalizados por empresa. O número de entrevistados foi de 500 (para julho/92), 400 (para maio/95) e 427 (para junho/95), algo em torno de 2% do universo de trabalhadores sindicalizados. A margem de erro foi calculada em 4%, dentro de um coeficiente de confiança de 95,5%.

Capítulo 1 - Reestruturação produtiva e movimento sindical

O significado da reestruturação produtiva: ofensiva do capital

“Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas. As máquinas eram, pode-se dizê-lo, a arma que os capitalistas empregavam para abater o trabalho qualificado em revolta. A ‘self-acting mule’, a maior invenção da indústria moderna, colocou fora de combate os fiandeiros revoltados. Ainda que as coalizões e as greves tivessem como efeito voltar contra elas os esforços do gênio mecânico, sempre exerceram uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria” (Karl Marx, A miséria da filosofia).

A crise do sindicalismo nos anos 80-90 - cujas pontas visíveis são a progressiva natureza defensiva das lutas cotidianas dos trabalhadores, o significativo refluxo dos projetos anticapitalistas e, conseqüentemente, a tendência de integração (que é sempre parcial e tensa) à ordem do capital – compõe o quadro da reestruturação produtiva empreendida no plano internacional. Analisar o significado deste movimento do capital, ainda que resumidamente, constitui, pois, o objetivo deste item, não só por seus impactos sobre o movimento sindical, tanto no Brasil como em outras partes do mundo, mas também

pelo fato de o mesmo ideário (neoliberal) que propulsiona a reestruturação produtiva incluir a privatização de empresas estatais em seu núcleo de medidas estratégicas. Neste sentido, parece evidente que a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda no período 1989-1993, o objeto desta pesquisa, foi marcada pela viabilização da privatização da CSN, o que exigiu a construção de uma nova concepção de movimento sindical.

Seria a reestruturação produtiva a prova de que viveríamos o fim da sociedade do trabalho, no sentido da perda da sua centralidade, como sustentam Habermas, Offe e Gorz¹⁰, cada qual com suas particularidades? Por sua capacidade de sintetizar a argumentação, tomo as palavras de Habermas como referência básica desta tese:

"... chegou ao fim uma determinada utopia que, no passado, cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho (...) Acima de tudo, a utopia perdeu seu ponto de referência na realidade: a força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato (...). Desde a metade dos anos 70 os limites do projeto do Estado social ficam evidentes, sem que até agora uma alternativa clara seja reconhecível. Em razão disso, gostaria de precisar minha tese: a nova ininteligibilidade é própria de uma situação na qual um programa de Estado social, que se nutre reiteradamente da utopia de uma sociedade do trabalho, perdeu a capacidade de abrir possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada"¹¹.

Há, evidentemente, nesta tese, uma identificação entre centralidade do *trabalho* e centralidade do *trabalho abstrato* em sua configuração social-democrática. Habermas universaliza as particularidades assumidas pelo trabalho abstrato nas experiências do *welfare state*, como se mudanças nessa maneira particular de organizar o trabalho social significassem a possibilidade de alguma sociedade prescindir do trabalho como atividade

¹⁰ Cf. HABERMAS, J., A Nova Intransparência, *Novos Estudos Cebrap*, 18:103-114, São Paulo, setembro 1987; HABERMAS, J., Um perfil filosófico-político – entrevista com Habermas, *Novos Estudos Cebrap*, 18:77-102, São Paulo, setembro 1987; OFFE, C., “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?”, *Trabalho & Sociedade*, vol. I, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989; OFFE, C. & BERGER, J., “A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços” In: OFFE, C., *Trabalho & Sociedade* (vol. II), Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991; GORZ, A., *Adeus ao Proletariado*, Rio de Janeiro, Forense, 1982; GORZ, A., *The New Agenda*, *New Left Review*, 184, Londres, 1990. A tese do fim da centralidade do trabalho é amplamente refutada em ANTUNES, R., *Adeus ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1995. Cf., também, a competente crítica de MAAR, W. L., “Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?”, In: vários autores, *Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas*, São Paulo, Ed. da Unesp, 1995

¹¹ HABERMAS, J., A Nova Intransparência, op. cit., pp. 105-106.

de intercâmbio entre o homem e a natureza (atividade esta sempre mediada por relações sociais de produção), ou como se as sociedades contemporâneas não fossem mais centralmente articuladas pela valorização do capital (o que continua a se dar pela exploração do trabalho vivo). Como observa Dias,

O fim da sociedade do trabalho e o conseqüente fim das classes trabalhadoras estão, cada vez mais, apocalípticamente, anunciados. Essa aparência, pois disso se trata, tem o poder de colocar o conjunto das classes subalternas na defensiva – redução ao campo econômico-corporativo – e de afirmar a permanente e necessária vitória do capitalismo como vontade da história. Isto é, trata-se de uma aparência que atua no sentido de transformar o movimento real em algo invisível, inaudível, logo, em um não-movimento.¹²

Não se trata de negar o conjunto de transformações que o capitalismo tem gestado no âmbito dos processos de trabalho, dos padrões de consumo, da desregulamentação dos direitos sociais, da expansão de fronteiras da acumulação do capital privado ou, ainda, das formas de atuação e de intervenção dos Estados e de organismos internacionais articuladores do capital como FMI, Banco Mundial ou mesmo os blocos econômicos. A questão é saber se tais mudanças colocaram por terra o estranhamento¹³ ou o sofisticaram. O trabalho estranhado está superado ou, ao contrário, intensifica-se através de tantos outros estranhamentos, como no consumo e na política¹⁴?

¹² DIAS, Edmundo F., *A Liberdade (im)Possível na Ordem do Capital – Reestruturação Produtiva e Passivização*, Campinas, Gráfica do IFCH/UNICAMP, (Col. Textos Didáticos), 1997, p. 9.

¹³ Por trabalho estranhado, ou estranhamento, designo o trabalho tal como se dá na sociabilidade do capital, em que a dimensão abstrata se sobrepõe à dimensão concreta, em que o valor-de-troca subordina o valor-de-uso, em que o trabalho deixa de ser atividade vital para resumir-se a um mero meio de sobrevivência para as classes trabalhadoras.

¹⁴ Lukács, ao reconhecer que o capitalismo contemporâneo não tem mais na mais-valia absoluta o mesmo papel dominante na valorização do capital, indicou que o problema do estranhamento permanece: “A luta de classes no tempo da mais-valia absoluta estava voltada para a criação das condições objetivas indispensáveis a uma vida deste gênero [cheia de sentido]. Hoje, com uma semana de cinco dias e um salário adequado, podem já existir as condições indispensáveis para uma vida cheia de sentido. Mas surge um novo problema: aquela manipulação que vai da compra do cigarro às eleições presidenciais ergue uma barreira no interior dos indivíduos entre a sua existência e uma vida rica de sentido. Com efeito, a manipulação do consumo não consiste, como se pretende oficialmente, no fato de querer informar exaustivamente os consumidores sobre qual é o melhor frigorífico ou a melhor lâmina de barbear; o que está em jogo é a questão do controle da consciência (...). Por causa desta manipulação, o operário, o homem que trabalha, é afastado do problema de como poderia transformar seu tempo livre em *otium*, porque o consumo lhe é instilado sob a forma de uma superabundância de vida com finalidade em si mesma, assim como na jornada de trabalho de doze horas a vida era ditatorialmente dominada pelo trabalho”, HOLZ, Hans H. & outros, *Conversando com Lukács*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, pp. 53-54.

O trabalho sempre forma, quer na perspectiva de uma sociedade emancipada, quer na concretude das formações sociais capitalistas (situação em que a atividade vital, o trabalho, se converte em mero meio de sobrevivência para os trabalhadores, base de estranhamento, de fetichismo, para o conjunto das atividades da totalidade social)¹⁵. Assim sendo, trabalho estranhado sob a lógica do capital origina múltiplas formas de estranhamento.

Este me parece ser o ponto de partida para se entender o sentido mais amplo da formulação gramsciana, de que “a hegemonia vem da fábrica”¹⁶, ou seja: uma dada visão de mundo adquire a capacidade de racionalizar o cotidiano e ganha a condição de direção intelectual, moral e política se estabelecida, em primeiro lugar, no mundo do trabalho. Dias afirma que há duas possibilidades de a hegemonia vir, de fato, fábrica. Uma delas se dá quando se coloca a perspectiva da construção da sociedade socialista. A outra (que é a que interessa aqui) tem lugar

... quando a força de trabalho é incorporada ao projeto capitalista (...) Incorporação ativa (convencimento ativo, em especial pela impregnação da nova racionalidade) ou passiva (neutralização das organizações proletárias). A ‘hegemonia nasce da fábrica’ quando há adequação ente racionalidade estatal e racionalidade econômica: esta última se faz horizonte de classe, fazendo-se identificar com patamar civilizatório. (...) A hegemonia não é apenas um projeto político, mas é o campo do possível, do pensável, do praticável. Ela ocorre quando as produções/práticas se pensam na produção/racionalidade material, quando ela é campo de articulação do saber/fazer/sentir/agir.¹⁷

A gestão (controle) social é, necessariamente, da totalidade social, o que exige uma gestão do mundo do trabalho. O imperativo da lucratividade¹⁸, da valorização do capital, legitima-se e dissemina-se pela totalidade social tanto quanto for convertido em natural, insuperável, irresistível, válido (“invisível” até...) no mundo do trabalho. E, nesta dimensão fundamental, a reestruturação produtiva atual não constitui um divisor de águas entre

¹⁵ Desde os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* (fevereiro de 1844) até *O Capital*, Marx analisou estas formas do ser social sob a ordem do capital. Um bom estudo sobre os primórdios desta análise marxiana pode ser encontrado em FREDERICO, Celso, *O jovem Marx (1843-44: as origens da ontologia do ser social)*, São Paulo, Cortez, 1995.

¹⁶ GRAMSCI, Antônio, *Maquiavel ...*, op. cit., p. 381.

¹⁷ DIAS, Edmundo F., *A Liberdade (im)possível...*, op. cit., p. 91.

¹⁸ A expressão é de MÉSZÁROS, István, *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, São Paulo, Ensaio, 1989.

modernidade e pós-modernidade, posto que as mudanças por ela operadas visam à manutenção do essencial: o controle do capital sobre a totalidade social¹⁹.

O que estou querendo sublinhar é que a reestruturação produtiva atual é, para usar os termos gramscianos, a política condensada das classes proprietárias visando recompor sua hegemonia, ou seja, é o modo concreto (gestão do processo de produção) assumido por uma reforma econômica que quer, no limite, manter, sob “novos” processos produtivos, a valorização do capital. Como observa Gramsci, pensando sobre o americanismo:

... os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a ‘moralidade’ dos operários são necessidades do novo método de trabalho. Quem risse destas iniciativas (mesmo falidas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de ‘puritanismo’ estaria desprezando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano que é *também* o maior esforço coletivo realizado até agora para criar, com rapidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na História, um tipo novo de trabalhador e de homem.²⁰

A reestruturação produtiva atual é, assim, uma revolução passiva. Katz sintetizou esta análise com precisão:

A estratégia de grande período-revolução passiva das forças produtivas conduzida pelas classes dominantes no sentido de recompor as bases de sua hegemonia alterou agudamente a composição e as formas de mobilização política das classes trabalhadoras nos últimos 20 anos. Tal ofensiva tende a articular transformações no processo de trabalho (combinação das novas tecnologias com base na microeletrônica às inovações de caráter organizacional, como é o caso do *kan-ban*), grandes alterações no mercado de trabalho e mudanças no modo de intervenção do Estado (desregulamentação das relações de trabalho...). Assim, a correlação de forças estabelecida entre as classes no início dos anos 70 não mais se sustenta

¹⁹ A este respeito, entendo que os seguintes trabalhos são de grande importância, por captarem, concretamente, a essência da reestruturação produtiva: BRAGA, Ruy, *A Restauração do Capital – um Estudo sobre a Crise Contemporânea*, São Paulo, Xamã, 1996; SOARES, José de L., *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria*, Brasília, Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998; ALVES, Giovanni, *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*, Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 1998.

²⁰ GRAMSCI, Antônio, *Maquiavel...*, op. cit., p. 396.

e o movimento de contratendência tende a generalizar-se redefinindo a 'racionalidade' na esfera produtiva, a programação estatal da economia, o controle das massas e a subalternidade política. O caráter eminentemente defensivo do movimento de trabalhadores constitui uma clara manifestação do momentâneo sucesso desta verdadeira contra-revolução.²¹

O incremento tecnológico atual, em todos os seus ramos, constitui um pilar cada vez mais importante da acumulação capitalista. Ciência e tecnologia - numa palavra, saber - são ainda mais vitais quando o modo de produção capitalista encontra-se efetivamente mundializado²². A polivalência exigida de trabalhadores altamente qualificados²³ contribui para ocultar a natureza social da ciência e da tecnologia, o fato de que são produtos do trabalho vivo, isto é, são objetivação de trabalho passado. Na era da informação, o saber e o fazer igualmente se subordinam ao acumular. É preciso, assim, superar uma certa *fetichização* da ciência/tecnologia, pois também elas são engendradas por relações sociais e não podem ser vistas como autônomas diante das circunstâncias que lhes originaram. Um exemplo significativo dessa modalidade de fetichização é que, frequentemente, se omite que a força de trabalho é a primeira de todas as forças produtivas. Enfim, por forças

²¹ KATZ, C. & outros, *Novas Tecnologias - Crítica da Atual Reestruturação Produtiva*, São Paulo, Xamã, 1995, pp. 118-119.

²² O capitalismo é necessariamente global, um sistema de controle social total onde, de acordo com a atualíssima análise do *Manifesto do Partido Comunista*, “pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países (...) A burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constrange-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança”, MARX, K. & ENGELS, F., *Obras Escolhidas*, vol. 1, São Paulo, Alfa-Omega, s/d., pp. 24-25. À guisa de precisão, assumo que hoje o capitalismo realiza de forma mais extensa e intensa aquilo que lhe é inerente: mundializar-se na sua incessante busca de autovalorização. Neste sentido, não partilho da tese da globalização como expressão de uma nova ordem mundial, de uma “comunidade” global. À medida em que o capital busca valorizar-se em grau máximo, se possível em tempo zero, o traço distinguível da atual fase do capital é o que Chesnais denomina de *mundialização financeira* (cf., a respeito, CHESNAIS, François, *A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos*, São Paulo, Xamã, 1998).

²³ Essas características, polivalência e alta qualificação, estão presentes em um segmento relativamente restrito no universo de trabalhadores assalariados. Sobre elas, cf. CORIAT, B., *Pensar pelo Avesso - o modelo japonês de trabalho e organização*, Rio de Janeiro, Revan; Ed. da UFRJ, 1994; LOJKINE, J., *A Classe Operária em Mutações*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990; LOJKINE, J., *A Revolução Informacional*, São Paulo, Cortez, 1995 (principalmente o capítulo IX, “A divisão classista em questão”).

produtivas não se pode entender apenas e tão somente as tecnologias de que se dispõe; a força produtiva matriz é a força de trabalho.

Adorno, discutindo a emergência do nazismo e o que fazer para evitar sua reincidência, chamou a atenção para o risco acima mencionado:

... no tocante ao consciente coisificado também se deveria observar a sua relação com a técnica, e isso não apenas em grupos pequenos. A relação com a técnica é tão ambígua quanto aquela, aparentada, com o esporte. Por um lado, cada período produz aqueles tipos de caráter de que necessita socialmente - os chamados tipos de distribuição psíquica. Um mundo como o atual, em que a tecnologia ocupa posição-chave, produz pessoas tecnológicas, afinadas com a tecnologia. Isso é bem racional: será mais difícil iludi-los, na sua própria área, e isso pode ser transferido para o âmbito mais geral. Por outro lado, a atual atitude para com a tecnologia contém algo de irracional, patológico, exagerado. Isso está relacionado com o 'véu tecnológico'. *As pessoas tendem a considerar a tecnologia como algo em si, como fim em si mesmo, como uma força com vida própria, esquecendo-se, porém que se trata do braço prolongado do homem.* Os meios - e a tecnologia é a essência para a autopreservação da espécie humana - são fetichizados porque as finalidades - uma existência digna do ser humano - são encobertas e arrancadas do consciente humano"²⁴.

Há, efetivamente, uma tendência a fetichizar as inovações tecnológicas e mesmo de gestão da força de trabalho, no sentido de se compreender este conjunto de mudanças como um determinismo tecnológico. Conforme observaram Holloway e Peláez, em sua crítica à análise da chamada escola regulacionista:

Recentemente, o argumento de que o capitalismo está desenvolvendo-se em uma Nova Realidade tem adquirido uma nova solidez teórica, com o desenvolvimento dos conceitos de fordismo e pós-fordismo. Argumenta-se que estamos em uma fase de transição de uma "velha ordem" (fordismo) para uma "nova ordem" (pós-fordismo). (...) O determinismo

²⁴ ADORNO, T., "Educação após Auschwitz", In: COHN, G. (org.), *Adorno*, São Paulo, Ática, 1986, (Col. Grandes Cientistas Sociais: 54), pp. 41-42. Os grifos são meus. Adorno sintetizou o significado de véu ideológico ao argumentar sobre a impossibilidade de haver alguma dimensão na sociedade capitalista isenta do fenômeno da reificação: "... Já não há lugar fora da engrenagem social a partir do qual se possa nomear a fantasmagoria; só em sua própria incoerência é que se pode encaixar a alavanca. A isso é o que, há decênios, Horkheimer e eu queríamos nos referir com o conceito de 'véu ideológico'. A falsa identidade entre a organização do mundo e os seus habitantes mediante a total expansão da técnica acaba levando à reafirmação das relações de produção, cujos beneficiários entrementes se procura de modo quase tão frustrante quanto os proletários se tornaram invisíveis", ADORNO, T., "Capitalismo Tardio ou Sociedade Industrial?", In: COHN, G. (org.), *Adorno*, São Paulo, Ática, (Col. Grandes Cientistas Sociais: 54), 1986, pp. 73-74.

tecnológico incorpora uma teoria de como a sociedade se desenvolve e certas considerações sobre a natureza da tecnologia. (...) Nesta discussão da tecnologia já podemos ver algumas das idéias avançadas pelos teóricos do pós-fordismo e, em sua forma mais popular, pelos partidos Comunista e Trabalhista. Assim, os teóricos da regulação que primeiro lançaram a tese pós-fordista na França argumentam que um período de renovada acumulação de capital depende principalmente do estabelecimento de uma ‘complementaridade harmônica’ ou ‘correspondência’ entre a tecnologia dominante e o contexto social. Acima de tudo, admite-se que é inevitável e desejável que a sociedade possa se adaptar para seguir as novas tecnologias. (...) Nas recentes discussões sobre tecnologia na Grã-Bretanha, uma das principais críticas ao determinismo tecnológico veio da abordagem de Edinburgo, que privilegia os condicionantes sociais da tecnologia (*social shapinh approach*). A argumento apresentado neste enfoque é que não se pode falar de uma trajetória tecnológica autônoma, porque se examinarmos o desenvolvimento tecnológico poderemos ver que está condicionado em todos os pontos por uma problemática social de gênero, raça, classe e grupos profissionais. Neste sentido, focar a discussão da tecnologia sobre seus impactos está deslocado: o que precisamos examinar, primeiramente, é a maneira como a sociedade condiciona a tecnologia. Este enfoque permite, potencialmente, um entendimento mais político da tecnologia...²⁵

A crítica mais consistente ao determinismo tecnológico (que fetichiza a tecnologia) é aquela que desvenda os confrontos sociais a partir de seus determinantes complexos, considerados de acordo com a “dialética das determinações recíprocas”. Este é o caso de Mézáros para quem

... as modificações do mercado, a extensão posterior da divisão do trabalho, o incremento das forças produtivas da sociedade, a concentração do capital, as mudanças abrangentes no padrão social de consumo, o desenvolvimento do conhecimento científico, da comunicação, do transporte, da tecnologia educacional, etc. – todos esses fatores têm um suporte vital no desenvolvimento das classes e da consciência de classes, da mesma forma que os últimos fatalmente afetam os primeiros, de uma forma ou de outra.²⁶

Este é o ponto: a reestruturação produtiva é uma exigência da lógica do capital (predominância do valor de troca sobre o valor de uso, forma mercadoria como

²⁵ HOLLOWAY, John & PELÁEZ, Eloína, Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico, *Outubro 2*: 21-29, São Paulo, Instituto de Estudos Socialistas, novembro de 1998, pp. 21-25.

²⁶ MÉSZÁROS, István, “Consciência de classe necessária...”, op. cit., p. 83.

predominante e determinante, processo incessante de extração da mais-valia, valorização do capital como critério social central²⁷, alteração da composição orgânica do capital, no sentido da redução do capital variável e do aumento do capital constante), vale dizer, da dinâmica da luta de classes. Sim, porque a antítese fundamental não perdeu vigência: trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção são relações sociais estruturalmente inter-relacionadas. Mas, no diapasão destacado por Mészáros, as transformações no âmbito da produção também engendram alterações nas formas de ser das classes sociais e, particularmente, das classes trabalhadoras.

Portanto, ao contrário do que sustenta a escola da regulação²⁸, de que teria havido uma superação do fordismo pelo que chamam de pós-fordismo, acredito que a reestruturação produtiva atual guarda muito mais elementos de continuidade com o fordismo do que, de fato, supõe tal corrente de análise. Claro que fraturas, fragmentação, complexificação, precarização (trabalho temporário, trabalho parcial, trabalho informal), terceirização, desregulamentação dos direitos sociais integram o cenário que já foi pintado (acertadamente) como de horror econômico²⁹. Negligenciar os impactos da reestruturação produtiva é colocar-se fora da possibilidade de entender adequadamente os processos sociais em curso. Mas, lembremos: tais processos são sociais, eles expressam uma brutal forma de ser da luta de classes na contemporaneidade, e não decorrem de um determinismo econômico.

Também a flexibilização dos processos produtivos, dos mercados de trabalho, dos padrões de consumo, dos direitos sociais - estes últimos, na verdade, alvo de intenso combate na

²⁷ A própria proeminência (se é que se pode falar nestes termos) do capital especulativo sobre o capital que é reinvestido na produção, freqüentemente caracterizada como novidade absoluta dos tempos contemporâneos, precisa ser relativizada. Não que em outro momento do capitalismo se tenha assistido tamanha ciranda especulativa; porém, já em *O Capital*, Marx registrara que “de 1844 a 1847, retirou o capitalista parte do seu capital de negócios produtivos para especular em ações de empresas ferroviárias; ao tempo da guerra de Secessão americana, fechou sua fábrica, lançando o trabalhador no olho da rua, para jogar na bolsa de algodão de Liverpool”, MARX, Karl, *O Capital* (Livro I, Vol. I), São Paulo, Difel, 1985, nota 14, p. 216.

²⁸ Penso, aqui, principalmente em autores como AGLIETTA, M., *Regulación y Crisis del Capitalismo: a Experiência de los Estados Unidos*, México, Siglo XXI, 1979, BOYER, R. & MISTRAL, J., *La crise actuelle: d'une analyse historique à une vue prospective*, Paris, CEPREMAP, 1983, BOYER, R., *A teoria da regulação - uma análise crítica*, São Paulo, Nobel, 1990 e CORIAT, B., *El taller y el cronometro - Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa*, México, Siglo XXI, 1985.

²⁹ Refiro-me ao título do importante livro da ensaísta e crítica literária Viviane Forrester, publicado pela Editora da Unesp.

direção da sua supressão ou, no mínimo, da sua progressiva redução - deve ser entendida como parte da estratégia da ofensiva do capital sobre o trabalho, e não como o que Piore e Sabel chamaram de uma “especialização” flexível, conceito que, segundo estes autores

... sugere que o caminho para sair da crise demandava uma mudança no paradigma tecnológico e um novo sistema de regulação. Se a recuperação fosse por esta via, os anos 70 e 80 seriam vistos, retrospectivamente, como uma virada de página na história da mecanização: o período em que a sociedade industrial voltou aos métodos artesanais de produção, considerados marginais desde o século XIX e que acabaram por se revelar fundamentais para a prosperidade.³⁰

No centro da análise de Piore e Sabel está a idéia de que o afastamento das linhas rígidas de produção em série e dos produtos padronizados e a tendência para um universo vasto de pequenas empresas, com trabalhadores polivalentes produzindo mercadorias para grupos específicos de consumidores garantiriam a superação dos problemas engendrados a partir do que chamam de crise econômica do Ocidente. Em suas palavras: “... a presente deterioração do desempenho da economia resulta dos limites do formato de desenvolvimento industrial que se assenta na produção em série”³¹. Sua análise apóia-se, fundamentalmente, na experiência da chamada Terceira Itália. Na formulação de Antunes, a tese de Piore e Sabel pode ser assim sintetizada:

Um processo “artesanal”, mais desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido, produzindo para um mercado mais localizado e regional, que extingue a produção *em série*, comportando experiências bem-sucedidas também em regiões industriais nos EUA, na Alemanha e na França, entre outras áreas, inspirado num *neoproudonismo*, seria então responsável pela superação do modelo produtivo que até recentemente dominou o cenário da produção capitalista. O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos *excessos* do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho, e supressores da sua dimensão criativa.³²

³⁰ SABEL, C. & PIORE, M., *The second Industrial Divide*, Nova York, Basic Books, 1984, p. 225. José de Lima Soares, *Sindicalismo no ABC Paulista...* faz uma competente crítica das teses desses autores (especialização flexível).

³¹ SABEL, C. & PIORE, M., *The Second Industrial Divide*, Nova York, Basic Books, 1984, p. 4).

³² ANTUNES, Ricardo, *Adeus ao Trabalho?...*, op. cit., pp. 17-18.

Coriat criticou a “generalização abusiva” da tese da especialização flexível em Piore e Sabel, indicando a impossibilidade da sua generalização³³. Clarke, no mesmo rumo crítico, mas com intensidade maior, sustenta que a especialização flexível não rompeu com traços importantes do fordismo (como a intensificação do trabalho, a sua desqualificação e a sua desorganização), e não é “universalmente aceita”. Sua conclusão é bastante clara:

... assim como as pressões competitivas vindas de novas formas do fordismo, mais desenvolvidas e mais flexíveis, logo forçaram Ford a introduzir os homens de Pinkerton e o Departamento de Serviço, também os especialistas flexíveis e os especialistas em nichos de mercado já estão sofrendo a pressão de competidores que conseguiram reconciliar as economias de escopo com as economias de escala (...). A crise do fordismo não é nada de novo; é apenas a mais recente manifestação da crise permanente do capitalismo.³⁴

Qual a lógica da descentralização industrial, das inovações tecnológicas e da precarização do trabalho que caracterizam essa variante (mais do que nunca capitalista) do processo de produzir bens e serviços sob a forma mercadoria? Pensando exatamente sobre a experiência italiana, Schmitz observa que

O caso italiano é particularmente impressionante, pois demonstra a emergência de um próspero setor de pequenas empresas. Os empregadores italianos reagiram às ondas de greves, nos anos sessenta, por meio da descentralização. Inicialmente, o que se via era a existência de empresas em que os empregados eram explorados ao máximo, ganhando pouco e trabalhando muito. As empresas que dispunham de tecnologia rudimentar competiam no sentido de abaixar os custos da mão-de-obra. No entanto, o que foi surpreendente, este setor tornou-se inovador e transformou-se numa rede crescente de pequenas empresas, adaptando ao mesmo tempo tecnologias tradicionais e baseadas em computação, a fim de participar de mercados que passavam por mudanças rápidas. Em alguns setores sub-empregados dependentes começaram a confederar-se. Empregavam suas capacidades coletivas a fim de planejarem processo e produtos inovadores, que lhes proporcionassem um acesso cada vez mais independente aos mercados.³⁵

³³ CORIAT, Benjamin, *El Taller y el Robot (Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica)*, México/Espanha, Siglo XXI, 1992, pp. 151-153.

³⁴ CLARKE, Simon, Crise do Fordismo ou Crise da Social-democracia?, *Lua Nova* n. 24, São Paulo, Cedec, 1991, p. 150.

³⁵ SCHMITZ, H., “Pequenas empresas e especialização flexível em países menos desenvolvidos”, In: *Padrões tecnológicos e políticas de gestão – comparações internacionais*, Anais, São Paulo, USP/UNICAMP/BID, 1989, p. 155 Apud SOARES, José de L., op. cit., pp. 40-41.

Harvey, por sua vez, apresenta um registro preciso de como se combinam mudança e conservação na reestruturação produtiva:

A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de *O Capital* de Marx sustenta esta afirmação). O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as conseqüências ideológicas e políticas da superacentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são sérias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade (...). Mas considero igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente.³⁶

Ao concluir suas observações, Harvey indicará que o capitalismo contemporâneo mantém inalteradas suas três principais características: é voltado para o crescimento; o trabalho vivo é o lastro da valorização do capital; supõe uma incessante inovação tecnológica e organizacional na produção. Faço apenas uma ressalva: o capitalismo é um sistema de controle social (Mészáros) voltado não para o crescimento, genericamente falando, mas para a sua valorização. Tanto que a esfera especulativa adquire, hoje, um hiperdesenvolvimento (necessariamente crítico, é verdade, pois não pode, em termos absolutos e permanentes, descolar-se da esfera produtiva), exatamente porque, circunstancialmente, realiza em patamares maiores o objetivo do capital: valorizar-se, mesmo que por meio da estagnação setorial e conjuntural da esfera produtiva.

Sintetizando, creio que a reestruturação produtiva expressa uma intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores, e o faz (e, sob a vigência da racionalidade totalizadora capitalista não poderia ser diferente) através de múltiplas formas (precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais, por exemplo) visando tornar ainda mais consistente a subsunção real e formal do trabalho ao capital.

³⁶ HARVEY, David, *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1992, pp. 178-179.

Apesar de longa, gostaria de concluir este tópico com esta excelente síntese de Antunes sobre a crise atual do capitalismo:

Após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico, cujos traços mais evidentes foram:

1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação deste elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;

2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;

3) hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais através de fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

5) a crise do welfare state ou do "Estado de bem estar social" e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam este novo quadro crítico.³⁷

O ponto "6" da síntese feita por Antunes aponta para o pano de fundo da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: a privatização da CSN. Mas como privatizá-la se, no final dos anos 80 os seus trabalhadores construíram uma experiência concreta de sindicalismo combativo, que vivenciou momentos de controle operário da usina e ousou apontar para saídas para a crise da CSN fora das alternativas do ideário neoliberal?

³⁷ ANTUNES, Ricardo, *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo, Boitempo. (no prelo).

O lema neoliberal “privatizar é preciso” seria mas facilmente construído a partir da derrota de um projeto sindical e do estabelecimento de um outro projeto sindical. Entre estes dois momentos e com tal pano de fundo foi que se deu a trajetória que esta pesquisa procurou analisar.

Ainda uma contribuição para se entender o lugar das privatizações no receituário neoliberal me parece relevante. Para Pagotto,

Questionando o porte do que denomina “Estado Assistencial”, o neoliberalismo acredita que a esfera decisória que ele comporta perdeu toda a racionalidade, e serve apenas para atender expectativas políticas “viciadas” identificadas com o corporativismo. A ordem, então, tem sido: desregular a economia, ou seja, o conjunto de relações sociais apropriadas para garantir a eficácia econômica, deixando que o “mercado” exerça o seu poder de gerenciar as necessidades gerais e as atividades econômicas; e, com isso, privatizar as empresas estatais, identificadas com o atraso, a ineficiência e a corrupção.³⁸

O item seguinte procurará examinar como o movimento sindical vem respondendo à crise estrutural contemporânea do capital e como tem se dado o avanço de uma concepção sindical formatada aos parâmetros da resposta que o capital busca implementar àquela crise. E isto porque, claramente, a atual estratégia de combinação da extração da mais-valia absoluta com a mais-valia relativa se dá em um quadro de profunda dificuldade da parte das classes subalternas em se diferenciarem, em se contraporem, teórica e praticamente, à recomposição de hegemonia do capital.

Luta defensiva e integração à ordem

“Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital, e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força de trabalho. Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que por educação, tradição e costume aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes (...) A coação surda das relações econômicas consolida

³⁸ PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú, *Mito e Realidade na Automação Bancária*, Dissertação de Mestrado, Campinas, Unicamp, 1996, p. 71.

o domínio do capitalista sobre o trabalhador. Ainda se empregará a violência direta, à margem das leis econômicas, mas doravante apenas em caráter excepcional.”
(Karl Marx, *O Capital*, capítulo XXIV).

Ao concluir a sua tese de doutorado, Ariovaldo Santos apresenta três fatores que determinaram a inserção do movimento sindical brasileiro se inserisse na corrente geral de crise sindical, após uma década (a de 80), onde o sindicalismo brasileiro diferenciou-se do europeu, em termos de formas de luta (com ampla utilização da greve), de conquistas efetivadas e de taxas de sindicalização. De acordo com Santos,

Nós vimos como o movimento sindical brasileiro passa de uma situação de apatia a uma atitude fortemente ofensiva nos anos 1980. Nós vimos também como esta atitude ofensiva deu lugar a posições cada vez mais defensivas nos anos 1990. De uma fase de conquistas o movimento sindical entrou em uma nova etapa, marcada por numerosas perdas, sem que as centrais fossem capazes de fornecer uma resposta convincente ao problema. Assim sendo, após ter evoluído ao oposto de seus congêneres dos países capitalistas [centrais], o movimento sindical encontrou-se com a tendência geral de crise sindical. Segundo nossa análise, a crise que sacudiu o sindicalismo brasileiro foi determinada pela conjunção de três fatores. Primeiramente, a implantação no país, após 1989, de programas identificados ou inspirados pelo neoliberalismo. Em segundo lugar, paralelamente, há uma adoção por parte do patronato de uma posição mais flexível com relação à força de trabalho a fim de afastá-la de suas organizações de classe, ou seja das centrais e dos sindicatos. Em terceiro lugar, a crise se sustentou nas dificuldades das centrais darem uma resposta adequada aos problemas gerados pelas transformações econômicas e políticas em curso. Portanto, os impasses se multiplicaram sem que as centrais fossem capazes de propor uma resposta que pudesse fazer sua [atrair, aglutinar] a força de trabalho que se encontrava no interior e fora da empresa.³⁹.

Santos tem razão ao dizer que, nos anos 1980, o movimento sindical no Brasil distinguiu-se das tendências observadas na Europa, onde a taxa de sindicalização, por exemplo, decresceu. Visser, referindo-se a tal crise, diz que

Entre 1980 e 1990, na maior parte das sociedades ocidentais capitalistas industrializadas, a taxa de sindicalização – o número de filiados de todos os sindicatos em relação à população

assalariada – caiu. Na Europa do Oeste em seu conjunto, mas sem computar as novas democracias que são a Espanha, Portugal e Grécia, ela passa de 41% em 1980 para 34% em 1989. Com a Espanha, Portugal e Grécia a baixa seria ainda mais forte e o nível ainda mais baixo. Em comparação, a taxa de sindicalização baixou no Japão de 30% em 1980 para 25% em 1989, nos EUA de 23% para 16%. Na Europa do Oeste nós encontramos grandes diferenças. Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e em menor medida na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal registra-se uma forte queda da taxa de sindicalização, assim como uma baixa absoluta do número de sindicalizados (por exemplo, na Espanha, França e Grã-Bretanha). Ao contrário, nota-se somente um ligeiro recuo – sobretudo na segunda metade da década – na Bélgica, em Luxemburgo, Alemanha Ocidental (antes da reunificação em 1989), na Áustria e na Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo aumentou seus efetivos nos anos 1980, ainda que nestes países uma reviravolta se verifica após 1988.⁴⁰

A respeito dos traços assumidos pelo sindicalismo brasileiro nos anos 80, Antunes mostra que

Os anos oitenta trouxeram inúmeras transformações no sindicalismo brasileiro. Em boa medida no contra-fluxo da defensividade sindical europeia, aqui deu-se um significativo avanço no movimento grevista, uma explosão do sindicalismo dos assalariados médios, uma expansão efetiva do sindicalismo rural, um aumento das taxas de sindicalização, além do nascimento das centrais sindicais, e em especial da CUT.⁴¹

O processo que Bihr chama de *fragmentação do proletariado* é real e constitui séria dificuldade para uma ação e, mais do que isto, para uma concepção sindical de enfrentamento com a ordem do capital. Bihr afirma que três grandes subconjuntos se formam no interior das classes trabalhadoras a partir da ofensiva do capital:

1. os proletários estáveis e com garantias (que são, progressivamente, em menor número, com razoável ou alta qualificação, que são menos atingidos na deterioração da remuneração da sua força de trabalho e que, por fim, tendem a uma ação sindical mais corporativa, no sentido gramsciano de econômico-corporativo);

³⁹ SANTOS, Ariovaldo de Oliveira, *La crise syndicale au Bresil: les centrales face aux transformations du monde du travail*, Tese de Doutorado, Paris, Université de Paris I Panthéon – Sorbonne, 1997, p. 284.

⁴⁰ VISSER, J., „Syndicalisme et Désyndicalisation”, *Le Mouvement Social*, Editions Ouvrières, n. 162, janeiro/março de 1993, p. 18.

⁴¹ ANTUNES, Ricardo, *O Novo Sindicalismo...*, op. cit., p. 63.

2. os proletários excluídos do trabalho e até do mercado de trabalho especificamente (que vivem por longos períodos, às vezes permanentemente, alijados da possibilidade de vender sua força de trabalho, dependem da seguridade social, fortes candidatos ao “mergulho na pobreza e na miséria”);
3. os proletários das empresas que operam por subcontratação (terceirização) e por encomenda (trabalho precarizado em pequenas e médias empresas, trabalhadores em tempo parcial, temporários, estagiários, trabalhadores da economia subterrânea, que tentam escapar do desemprego “trabalhando clandestinamente”)⁴².

Ora, examinando as causas do refluxo por parte dos trabalhadores na direção de uma alternativa fora da ordem do capital (no sentido de concepção e ação sindicais comprometidas com a construção de uma sociabilidade anticapitalista) é óbvio que essa fragmentação dificulta enormemente tal possibilidade. Mas é preciso indicar onde está a raiz desta dificuldade.

Santos, ao meu ver, acerta quando diz que a adoção pelo governo das medidas e do ideário neoliberais foi um dos fatores que explica a guinada no movimento sindical brasileiro a partir do final dos anos 80. Este, realmente, foi um fator decisivo, até porque absolutamente central na estratégia capitalista de ofensiva, com vistas a recompor sua hegemonia, sua capacidade de dar direção moral, intelectual e política. Concordo também com o terceiro elemento por ele indicado (a dificuldade das centrais darem uma resposta que incluísse os trabalhadores empregados e aqueles que foram terceirizados ou que já viviam o desemprego estrutural, “... os do interior e os de fora da empresa”). Mas, aqui, com uma questão que precisa ser melhor trabalhada: por que as centrais (e particularmente a CUT) não deram respostas adequadas?

Quanto ao segundo fator levantado por Santos (ofensiva patronal para afastar os trabalhadores das suas organizações de classe, sindicatos e centrais), creio que deva ser relativizado, já que não era a única modalidade de atuação das classes proprietárias: quando se tratava de sindicatos ligados à Força Sindical ou, num momento mais recente, de sindicatos cutistas já afinados com o projeto de sindicalismo participacionista (afinados com a prática e a concepção de concertação social, ao estilo das câmaras setoriais), a orientação patronal não era no sentido de combater as organizações sindicais, mas de

⁴² Cf. BIHR, Alain, *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Boitempo, 1998, pp. 83-87.

reconhecê-las como expressão de um sindicalismo contemporâneo, moderno, não anacrônico, apropriado aos “novos tempos da globalização”. Na própria CSN, como os capítulos seguintes mostrarão, a proposta sindical de parceria foi amplamente respaldada pelos agentes privatistas, pelo governo e, posteriormente, pelos novos proprietários da usina. Portanto, se não se pode negar a ofensiva patronal com vistas a fortalecer a idéia de sindicatos por empresas (aí, sim, uma prática claramente articulada com o esvaziamento dos sindicatos por categoria), não se pode desconsiderar que uma dada proposta sindical foi grandemente apoiada pelo patronato.

Isto remete a discussão para o ponto central deste item: quais têm sido as posições predominantes nos sindicatos diante da reestruturação produtiva? Ao qual se segue outro: qual o preço que se paga quando estas posições tendem a permanecer no campo econômico-corporativo e a legitimar o presente como eterno, natural, imutável, “aprazível” até?

Analisando essas questões, Soares ⁴³ indica a existência de pelos menos três tendências, ou teses, no interior da CUT:

A primeira tese parte da premissa de que o sindicalismo, hoje, estaria caindo no neocorporativismo setorial, onde a marca registrada dessa política estaria no sindicalismo de *concertação social* (via câmaras setoriais, acordos patronais envolvendo sindicato e empresas, etc.), portanto, um sindicalismo de novo tipo, de tendência neocorporativista, setorialista. A segunda tese aponta para um sindicalismo de caráter social-democrata, que concebe a política desenvolvida a partir dos acordos setoriais como uma saída tática para a atual crise (...). A terceira tese reconhece que – embora o movimento sindical tenha mudado por imposição das mudanças no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva – ainda assim ele continua mantendo uma perspectiva de autonomia política, de classe, de unidade e de solidariedade em relação aos trabalhadores. Ou seja, o “novo sindicalismo” ainda estaria voltado para os interesses históricos dos trabalhadores.⁴⁴

A centralidade que a proposta de sindicalismo de concertação social vem ganhando na própria CUT fica evidente no modo como Vicentinho (que aqui expressa não apenas a sua opinião, mas também a da corrente majoritária na CUT, a Articulação Sindical, que, por

⁴³ SOARES, José de Lima, op. cit., principalmente o capítulo IV, “Algumas posturas do movimento sindical em face da reestruturação produtiva”.

⁴⁴ SOARES, José de Lima, op. cit., p. 206.

sua vez, coordena um bloco com outras tendências) define a experiência da câmara setorial da indústria automobilística:

O Brasil dos arrastões, da miséria absoluta, ainda tem jeito. A proposta de acordo assinada em janeiro de 93 no âmbito da Câmara Setorial da Indústria Automotiva é um momento importante no sentido de reconstruir a economia nacional. O plano de metas, aprovado ao lado de um acordo trabalhista inédito e histórico e de uma redução de preços dos automóveis entre 10 e 15%, pode significar uma alavancagem decisiva para o País. Não só porque a atividade no setor automotivo é responsável por aproximadamente 10% do PIB e por um dos maiores índices de geração de empregos diretos e indiretos. Mas, principalmente, porque, num momento em que o Brasil está mergulhado numa profunda crise de incertezas, o acordo descortina um importante horizonte de previsibilidade para o País. Do ponto de vista dos trabalhadores, os resultados alcançados nesta nova rodada de negociações da Câmara Setorial abrem um novo cenário para as relações trabalhistas em nosso País. Conquistamos uma política salarial que por certo será uma referência de política para todos os trabalhadores.⁴⁵

Na visão de Arbix, como importante estudioso e defensor das câmaras setoriais enquanto uma aposta no futuro, a experiência no setor automobilístico “... apenas colocou o conflito na mesa, reordenando-o através da negociação, legitimando o direito de cada grupo intervir na nova comunidade constituída”⁴⁶. Como se sabe, o termo “comunidade” possui dupla origem: “com unidade” e “com um múnus”, ou seja, com uma mesma tarefa. Segundo este viés de análise, ainda que persistam formas de *conflito*⁴⁷, os componentes dos esquemas tripartites seriam parceiros de uma mesma tarefa, possuiriam uma unidade. Resta saber se o antagonismo básico (objetivamente assentado nas relações sociais que permitem a extração da mais-valia, vale dizer, trabalho assalariado e propriedade privada dos meios de produção) não existe mais.

⁴⁵ Apud SILVA, E.B., *Refazendo a fábrica fordista – contrastes da indústria automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha*, São Paulo, Ed. Hucitec, 1991, p. 5.

⁴⁶ ARBIX, Glauco, *Uma Aposta no Futuro – os Primeiros Anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*, São Paulo, Scritta, 1996, p. 26.

⁴⁷ O próprio termo *conflito* (ao invés de, por exemplo, *antagonismo* ou *confronto*) já designa uma matriz funcionalista, de *input* e de *output*, sim, mas, no limite, de reprodução de uma ordem, pretensamente orgânica e harmônica. A linguagem também não é neutra.

Na verdade, a CUT sofreu uma inflexão crucial na sua trajetória⁴⁸. Rodrigues situa este ponto no IV CONCUR (4 a 8 de setembro de 1991), fundamentalmente pela questão central em tela: os rumos da CUT, se ainda definidos por uma perspectiva classista ou se conformados a uma política de negociação. Este aspecto estratégico se expressava, também, nos alinhamentos no interior do IV CONCUR:

A eclosão de profundas divergências dividiram o IV CONCUR em dois blocos fundamentais: de um lado, a tendência Articulação, em aliança com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical e, do outro lado, todas as outras tendências, capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos que se estruturaram no que os sindicalistas denominavam de “Antártica”, significando anti-Articulação (...). Quais os principais temas deste congresso? Segundo dois membros da corrente sindical CUT pela Base, “o que estava em jogo nas diferentes teses era a definição do rum da Central na década de 90. A principal questão era se a CUT deveria marchar para ser uma Central de negociação, de contratação apenas, ou se deveria combinar seu papel de negociar com sua característica inicial de Central de enfrentamento, do confronto com o projeto global da burguesia”⁴⁹.

Entendo, contudo, que o ponto de inflexão na política de enfrentamento da CUT já se deu no III CONCUR (1988), quando foram aprovados os estatutos da entidade. A partir desse momento, o projeto classista da CUT começou a ser abandonado. A propósito, Rodrigues mesmo reconhece que, no IV CONCUR, “era a primeira vez que se adotavam os critérios dos estatutos da CUT que foram aprovados no III CONCUR”⁵⁰, onde aparecia crítica ao caráter de massa dos congressos da central. De fato, a relação entre delegados de base e de diretoria para os congressos da CUT acontecidos em 1988 (III) e em 1991 (IV) revela um processo de centralização/burocratização da representação:

⁴⁸ RODRIGUES, Iram Jácome, *Sindicalismo e política – a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997 apresenta um estudo da CUT, desde a sua fundação (1983) até a experiência das câmaras setoriais (1992).

⁴⁹ RODRIGUES, Iram Jácome, op. cit., pp. 182-183.

⁵⁰ RODRIGUES, Iram Jácome, op. cit., p. 183.

Relação entre delegados de base e de diretoria presentes ao III e IV CONCURSOS (em percentual)		
Origem	1988	1991
Diretoria	49,2	83,0
Base	50,8	17,0
Total	100,0	100,0

Fonte: RODRIGUES, Iram Jácome, *Sindicalismo e Política*, op., cit., p. 185.

Rodrigues termina seu trabalho mostrando sua incerteza quanto aos rumos a serem seguidos pela CUT:

... de modo geral, apesar das ambigüidades entre o discurso e a prática, a experiência das câmaras setoriais está indicando uma mudança significativa no padrão de ação sindical *cutista*. Até que ponto essa forma de atuação será hegemônica no interior do sindicalismo-CUT? Não há uma resposta imediata para essa questão. Contudo, pelos fatos expostos e pela atividade cotidiana de muitos sindicatos filiados à Central, podemos afirmar que existem fortes indícios para supor que essa *práxis* sindical venha se consolidar e se fortalecer na Central Única dos Trabalhadores.⁵¹

Penso que o desenho esboçado por Rodrigues vem se confirmando, que essa tendência ao sindicalismo de concertação ganhou forte presença na CUT. Dentre as razões para isso, certamente a conjuntura político-eleitoral que se seguiu à vitória de Collor para a presidência não pode ser desconsiderada, até pela sua importância na implantação das medidas neoliberais. Boito Jr. assim se manifestou a respeito:

A eleição de Fernando Collor de Mello para a Presidência da República representou uma grande derrota para o movimento sindical organizado na CUT. Em primeiro lugar, pelo simples fato de Collor ter assumido o poder através do voto popular. Em condições semelhantes, é muito mais difícil fazer luta sindical contra um governo eleito do que contra um governo ditatorial em crise (Figueiredo) ou contra um governo civil eleito por via indireta, desfigurado pela morte de Tancredo Neves e tutelado pelos militares (Sarney). Em segundo lugar, foi uma derrota porque embora a CUT, ainda caudatária no plano

⁵¹ RODRIGUES, Iram Jácome, op. cit., pp. 235-236.

organizativo e ideológico da estrutura sindical corporativa reformada, não tivesse assumido de modo aberto e conseqüente a candidatura Lula, a Central deu apoio ao candidato do PT e tinha clareza sobre o caráter antipopular e anti-sindical da candidatura Collor de Mello. Desde os primeiros dias de governo, Collor implantou uma política econômica recessiva, evidentemente desfavorável à organização e à luta sindical. Essa nova situação coincidiu, no plano internacional, com a crise final dos países de economia estatal planificada, crise que foi apresentada como a crise final do socialismo. O impacto foi ampliado pela ofensiva ideológica do neoliberalismo em escala internacional, e recém vitorioso no Brasil com a eleição de Collor de Mello.⁵²

A rigor, o neoliberalismo não efetivou apenas uma ofensiva ideológica: seus resultados concretos (claro, do ponto de vista da ordem do capital) não podem ser desconsiderados. Como observa Perry Anderson:

No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5,4 pontos negativos para 5,3 pontos positivos. *A principal razão dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressada [sic] na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção de salários.* Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente (...). Finalmente, o grau de desigualdade aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente que os salários.⁵³

⁵² BOITO Jr., Armando, De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro, *São Paulo em Perspectiva*, vol. 8 n. 3: 23-28, São Paulo, SEADE, julho-setembro 1994, pp. 25-26.

⁵³ ANDERSON, Perry, "Balanço do neoliberalismo", In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.), *Pós-Neoliberalismo – as Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996, p. 15. Na seqüência da argumentação, Anderson diz que apenas em um aspecto o neoliberalismo não obteve êxitos, exatamente o das taxas de crescimento, jamais retornadas às dos anos 50 e 60. Sua explicação para tanto é absolutamente pertinente: "... a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos [porque] a desregulamentação financeira que foi

Somente poderemos entender convenientemente por que o sindicalismo (e mesmo os partidos de trabalhadores) encontra-se na defensiva e, conseqüentemente, não consegue dar “respostas adequadas” aos trabalhadores se a análise levar em conta as dificuldades destes em pensar e agir a partir de um projeto para além do capital. Esta constitui uma das principais chaves para a inteligência dos êxitos do neoliberalismo: a ofensiva do capital encontra melhores condições para cumprir seus objetivos em uma situação em que os trabalhadores abdicaram de projetos e práticas anticapitalistas.

A supremacia do mercado (que Gramsci chama de ideologia da livre troca) corresponde à visão de mundo inerente às classes proprietárias; de outra parte, a adesão a esta visão por parte de vários segmentos, por vezes ampla maioria, das classes trabalhadoras significa que estas ainda não adquiriram “...consciência da sua força e das suas possibilidades e modos de se desenvolver e por isso não sabem superar a fase de primitivismo”⁵⁴.

Em sua teoria ampliada do Estado, Gramsci sustenta que a sociedade civil apresenta elementos do momento estatal, correspondendo a uma das duas esferas constitutivas do Estado (que se define pela articulação entre sociedade política e sociedade civil)⁵⁵. A partir disso, Gramsci faz uma crítica ao modo como o liberalismo elabora a relação entre Estado e sociedade civil, mostrando como as distintas classes se relacionam com o ideário liberal:

... afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação. Mas, como na realidade fatural sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que *também o liberalismo é uma 'regulamentação' de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político, destinado a modificar, quando*

um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva”, cf. p. 16. A este respeito, ainda, conferir o trabalho de CHESNAIS, François, *Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã, 1996. Do mesmo Chesnais, ver também “Capitalismo de fim de século”, In: COGGIOLA, Osvaldo (org.), *Globalização e socialismo*, São Paulo, Xamã, 1997, onde, às páginas 31 e 32 ele mostra como a tendência de investimentos dos gastos internos totais nos EUA é claramente de queda (de cerca de 70% em 1945 até cerca de 5% nos anos 90).

⁵⁴ GRAMSCI, A., *Maquiavel,...*, op. cit., p. 32.

⁵⁵ “... deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política +

triumfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, a modificar a distribuição da renda nacional. *É diferente o caso do sindicalismo teórico, quando se refere a um grupo subalterno. Através desta teoria ele é impedido de se tornar dominante, de se desenvolver além da fase econômico-corporativa para alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e dominante no Estado (...) O sindicalismo teórico não passa de um aspecto do liberalismo (...) Exclui-se a transformação do grupo subordinado em dominante, seja porque o problema nem ao menos é formulado (fabianismo, De Man, parte notável do laborismo), ou porque é apresentado sob formas incoerentes e ineficazes (tendências social-democratas em geral)...*⁵⁶.

Gramsci, portanto, indica, com acerto, a importância que teve um determinada concepção/prática sindical para a consolidação do liberalismo enquanto visão hegemônica, no seu tempo. É isto que se deve reter quando se analisa a relação entre o neoliberalismo e o sindicalismo de parceria.

Deve-se levar em devida conta que o neoliberalismo é uma unidade entre programa de reestruturação produtiva e intensa luta no plano dos valores, da visão de mundo, enfim, das formas de representar e legitimar a realidade. Claro, entretanto, que tais mudanças não se articulam com um processo de “elevação civil das camadas mais baixas da sociedade”⁵⁷, sendo antes um conjunto de *contra-reforma* que busca lograr uma *hegemonia*, cujo “... programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto pelo qual se apresenta toda reforma intelectual e moral”⁵⁸. Se as classes subalternas (condição superior para a manutenção dessas classes enquanto exploradas e dominadas) aderirem à visão de mundo das classes proprietárias, se elas conceberem o dado como única, última e natural forma

sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção”, GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, p. 149.

⁵⁶ Ibid., op. cit., pp. 32-33 (os grifos são meus). Convém fazer um registro quanto aos *usos* das formulações gramscianas, até porque Gramsci mesmo advertiu para o risco de textos serem *forçados*, isto é, “fazer os textos dizerem, por amor das teses, mais do que eles realmente dizem”, cf. GRAMSCI, Antônio, *Quaderni del Carcere*, Turim Einaudi Editore, 1975, p. 838, *Apud* DIAS, Edmundo F. & outros, *O outro Gramsci*, São Paulo, Xamã, 1996, p. 106. Como se sabe, a fim de contornar os limites impostos pela censura fascista, Gramsci frequentemente usou metáforas e/ou expressões substitutivas de autores, concepções, categorias, etc.. Ao citar passagens dos *Cadernos do Cárcere*, não o faço a partir de um dogmatismo ou de uma reificação da sua obra. Entendo que a contemporaneidade do pensamento de Gramsci está, precisamente, na capacidade que este teve em reconhecer “... a prática política e a história como laboratórios reais da teoria”, DIAS, Edmundo F. & outros, *O outro Gramsci*, p. 112.

⁵⁷ Ibid., op. cit., p. 9.

⁵⁸ Ibid., op. cit., p. 9.

possível de sociabilidade, se nelas não houver a compreensão de que o presente é histórico (resultado, portanto, de causalidades que foram sendo alteradas por teleologias em disputa, processualidade que enseja novas causalidades) e não natural, bem, neste caso, as classes subalternas “renunciam” à possibilidade (também histórica, claro, nunca inevitável) de um outro Estado e, mais do que isto, de uma sociedade emancipada (sem classes e sem Estado).

Ainda segundo Gramsci: “...o economicismo, na sua forma mais acabada, não passa de uma filiação direta do liberalismo...”⁵⁹. Ou seja, limitar-se ao horizonte da reprodução da força de trabalho enquanto mercadoria é condição de subalternidade, fator imprescindível para que as classes trabalhadoras sejam hegemônicas pela visão de mundo das classes proprietárias que, desta forma, convertem a sua particularidade numa visão universal.

As lutas e os movimentos cada vez mais limitados à imediatidade, inclusive, são importantes razões pelas quais graves e cada vez mais intensas crises econômicas não têm encontrado, por parte das classes trabalhadoras, uma resposta para além da ordem do capital. Sim, porque ainda é necessário reconhecer que “... pode-se excluir que, de per si, as crises econômicas imediatas produzam acontecimentos fundamentais; apenas podem criar um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso ulterior da vida estatal”⁶⁰. Na medida em que o campo de ação e elaboração dos trabalhadores está delimitado pela visão de que o mercado, o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção e o Estado são o fim da história, as crises criam terreno favorável, só que há enormes dificuldades para serem difundidas outras racionalidades, simplesmente pelo fato de que elas não foram formuladas ou postas em prática nas organizações dos trabalhadores (como laboratórios de uma nova civilização).

Neste sentido, a integração ao economicismo coloca sérios obstáculos para que os trabalhadores, vendo-se diante da *fortuna*, tenham suficiente *virtù*. A deusa grega oferecelhes, mediante sedução, o que lhes daria um outro patamar civilizatório; falta-lhes, todavia, virilidade (capacidade, astúcia, política suficiente) para tanto.

Não se opera, aqui, com um politicismo em substituição ao outro “ismo”. Até porque, como tentei indicar, o economicismo não é “econômico”, sentido estrito. A

⁵⁹ Ibid., op. cit., p. 31.

⁶⁰ GRAMSCI, A., op. cit., p. 52.

política, como organização de uma vontade e de uma racionalidade distinta por parte dos trabalhadores, atua, interage, sobre uma causalidade dada: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”⁶¹.

A ausência de um projeto sindical que pense para além do capital tem gerado sérias debilidades e, segundo Bihr, é responsável pelos repetidos fracassos do movimento sindical em tentar integrar trabalhadores instáveis e desempregados em suas ações:

Há causas sérias nesses fracassos repetidos. A começar pelas reações de indiferença e até mesmo de hostilidade dos trabalhadores “com garantias” e “estatutários” que ligam, não sem razão, a presença dos instáveis a um processo de desqualificação e de intensificação do trabalho. Mas o essencial não está exatamente aí. Reside na instabilidade constitutiva dos instáveis e dos desempregados, que torna quase impossível sua integração em estruturas sindicais, tais como uma seção de empresa ou mesmo uma federação de ramo. O sindicalismo “vertical”, que privilegia a dimensão de categoria e profissional, herdada do período fordista, encontra-se aqui totalmente inadaptado. Somente um sindicalismo com estruturas “horizontais”, que privilegia a dimensão interprofissional, é adequado para organizar ao mesmo tempo trabalhadores permanentes, instáveis e desempregados.⁶²

A complexificação e a fragmentação das classes trabalhadoras, segundo a análise de Bihr, produzem desdobramentos como o neocorporativismo⁶³ e, inclusive, o enfraquecimento da greve enquanto instrumento eficaz de luta:

Mas não são somente a representatividade e a legitimidade dessas organizações que se encontram assim abaladas: a eficácia de seus modos de ação tradicionais também está colocada em questão. A começar pela prática da *negociação coletiva*, desenvolvida no nível da empresa ou do ramo, que mostra cada vez mais seus limites em sua tendência a não mais concernir nem aos trabalhadores temporários (particularmente aos interinos) nem aos subcontratados, na maior parte das vezes excluídos da aplicação dos contratos coletivos. Assim, entra nos resultados da prática sindical a cisão jurídica do coletivo de trabalho em

⁶¹ MARX, Karl, *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, In: MARX, K. & ENGELS, F., *Obras Escolhidas* (vol. 1), São Paulo, Ed. Alfa-Omega, s/d, p. 203.

⁶² BIHR, Alain, op. cit., p. 101.

⁶³ Como indica ANTUNES, R., *Adeus ao Trabalho?*, p. 64, não se trata, aqui, de um “... corporativismo estatal, mais próximo a países como Brasil, México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais excludente e parcializado, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores,

consequência do desenvolvimento do trabalho instável. E a fragmentação do proletariado exerce efeitos igualmente negativos sobre a prática de *greve*, reduzindo singularmente sua eficácia. O recurso à subcontratação (principalmente das empresas de serviço) permite, com frequência, que a empresa que utiliza essa mão-de-obra evite qualquer risco de conflito desse gênero, ou que repasse o risco à empresa que a fornece.⁶⁴

Beynon, a partir de uma pesquisa sobre as mutações no mundo do trabalho na Inglaterra, constata a emergência de várias formas do *trabalhador hifenizado*:

Se tentarmos relacionar essas alterações com as mudanças nas relações de trabalho e emprego, um sem-número de processos complexos ficará evidente. Está claro que a antiquada força de trabalho característica dos anos 50 foi severamente atingida. A dos 90 é composta de um sem-número de diferentes tipos de empregados: trabalhadores de tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), de emprego casual (*casual-workers*) ou mesmo por conta própria (*self-employed-worker*). Ao adentrarmos no século XXI, esses *trabalhadores hifenizados* estarão se tornando uma parte cada vez mais significativa da economia.⁶⁵

Todos estes elementos sustentam a conclusão de Bihl de que "... a ofensiva capitalista (...) *afrenta* menos o movimento operário do que o *pega por trás*"⁶⁶. Quando o movimento sindical, ou parte dele, estiver vinculado ao programa político-econômico-social neoliberal, existirá a real possibilidade de um isolamento desses sindicatos diante do conjunto dos trabalhadores, uma vez que eles tendem a se pautar por uma muito duvidosa defesa dos interesses mais imediatos do núcleo de trabalhadores "estáveis", vivendo, concretamente, o corporativismo que o integra à lógica do capital.

Para concluir este item, penso que estas formulações de Dias contribuem bastante para resumir o argumento de que o economicismo é condição de subalternidade:

Um dos principais elementos de subordinação do pensamento e das práticas das classes subalternas, no sentido gramsciano, é precisamente a brutal dificuldade de elas elaborarem a

em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora".

⁶⁴ BIHR, A., *Da Grande Noite...*, op. cit., pp. 102-103.

⁶⁵ BEYNON, Huw, "As práticas do trabalho em mutação", In: ANTUNES, R. (org.), *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos – reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo Editorial, 1997, p. 18. Neste trabalho, Beynon revela que o emprego no setor estatal da economia inglesa declinou, entre 1982 e 1992, em mais de 1 milhão (precisamente 1,223 milhões de empregos nesse setor foram eliminados). Esta tendência se verificou, claramente, no caso da Companhia Siderúrgica Nacional.

⁶⁶ BIHR, Alain, *Da Grande Noite...*, op. cit., p. 102.

sua própria identidade. O seu saber/pensamento é construído, errática e fragmentariamente, a partir da sua inserção subordinada na estrutura social. As classes subalternas têm que, em um processo permanente de luta contra essa dominação/saber, dar respostas concretas e imediatas aos problemas colocados pelos dominantes. É, normalmente, no interior, no próprio cerne destas práticas e discursos, que aparecem diante da totalidade do social como a única possibilidade, como naturalidade, como horizonte, que as respostas das classes subalternas se configuram como não-saberes. E é exatamente por isso que os saberes/práticas dos dominantes ditam os ritmos e as formas de todo saber constituído. A não-estruturação autônoma das classes subalternas, o fato de elas terem que ser resposta a outros – os dominantes –, faz com que a totalidade da sua existência (rica e contraditória) seja tendencialmente reduzida à cotidianidade, à imediaticidade, à fragmentariedade, atuando, fundamentalmente, nos limites do campo econômico-corporativo, ou seja, da sua reprodução pura e simples. Perde-se, assim, a perspectiva da construção do momento ético-político, vale dizer o da construção da sua identidade como classe e, portanto, o projeto de sua hegemonia.⁶⁷

No próximo item discutirei as relações entre o neoliberalismo e a Força Sindical, Central que, no caso brasileiro, formou-se em torno de vários princípios dessa visão de mundo.

O ideário neoliberal e a Força Sindical

A presente pesquisa estuda a mudança de orientação político-sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda a partir de 1992, quando sua direção passou a atuar vinculada à Força Sindical, opondo-se, desde então, à Central Única dos Trabalhadores. Essa mudança adquire significado ainda mais expressivo tendo em vista o papel preponderante que esse Sindicato teve na fundação e na construção da CUT.

A compreensão, portanto, do conjunto de determinações que confluíram para a referida reorientação exige um estudo sobre o perfil da Força Sindical, seu ideário e sobre

⁶⁷ DIAS, Edmundo F., *A Liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação Produtiva e Passivização*, p. 20.

como ela pôde de ganhar a adesão de dirigentes e mesmo de trabalhadores siderúrgicos de Volta Redonda (notadamente da CSN), questões estas que remetem ao próprio ideário dessa central. E, neste ponto, entendo ser necessária também uma análise do pensamento neoliberal relativamente à organização sindical, uma vez que, para alguns estudiosos do sindicalismo brasileiro, a Força Sindical, fundada em março de 1991, expressaria parte do projeto neoliberal no movimento organizado dos trabalhadores e representaria uma "... simbiose entre o *velho sindicalismo* e as tendências mais nefastas do ideário neoliberal"⁶⁸.

Qual a pertinência dessa caracterização? O neoliberalismo comporta, exige, tolera ou refuta toda e qualquer organização sindical? Em caso de ser, no plano teórico, refratário a qualquer organização desse tipo, como se pode identificar no programa da Força Sindical elementos que justifiquem caracterizá-la como neoliberal? Há uma funcionalidade do sindicalismo empreendido pela Força Sindical ao projeto neoliberal?

Como se sabe, a visão liberal de mundo busca universalizar o particular, ou seja, apresentar como natural e insuperável o que é historicamente determinado (economia de mercado, regime de trabalho assalariado, propriedade privada dos meios de produção, por exemplo). Isto se manifesta de forma especial na concepção neoliberal sobre o indivíduo:

O liberal teme fundamentalmente a concentração do poder. Seu objetivo é o de preservar o grau máximo de liberdade para cada indivíduo em separado - compatível com a não interferência na liberdade de outro indivíduo⁶⁹.

⁶⁸ ANTUNES, R., *O Novo Sindicalismo no Brasil*, p. 61.

□

⁶⁹ FRIEDMAN, M., *Capitalismo e Liberdade*, p. 44. Marx fez, em inúmeras oportunidades, a crítica ao conceito liberal de indivíduo. Dentre elas, a que segue é de extrema pertinência ao tema que aqui se discute: "Indivíduos que produzem em sociedade, ou seja a produção dos indivíduos socialmente determinada: este é naturalmente o ponto de partida. O caçador ou o pescador isolado e individual, com os que começam Smith e Ricardo, pertencem às imaginações desprovidas de fantasia que produzirão as robinsonadas do século XVIII (...). Quanto mais distantes nos remontamos na história, tanto mais aparece o indivíduo - e por conseguinte também o indivíduo produtor - como dependente e formando parte de um todo maior: em primeiro lugar e de uma maneira todavia inteiramente natural, da família e dessa família ampliada que é a tribo; mais tarde, das comunidades em suas distintas formas, resultado do antagonismo e da fusão das tribos. Somente ao chegar ao século XVIII, com a 'sociedade civil', as diferentes formas de conexão social aparecem diante do indivíduo como um simples meio para conseguir seus objetivos particulares, como necessidade exterior. Mas a época que gera este ponto de partida, esta idéia do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (universais segundo este ponto de vista) chegaram ao mais alto grau de desenvolvimento alcançado até o presente. O homem é, no sentido mais literal, não apenas um animal social, mas um animal que somente pode individualizar-se em sociedade. A

A partir dos mesmos pressupostos, Hayek afirma que o neoliberalismo contrapõe-se a toda e qualquer organização desde que ela seja concomitante à monopolização. No caso, esse autor entende que os sindicatos são organizações que detêm o monopólio da representação dos correlatos segmentos de trabalhadores, razão pela qual se apresentam como obstáculo ao exercício da liberdade (nos termos, obviamente, do neoliberalismo), uma vez que a concorrência se vê às voltas com restrições:

Defender a liberdade não significa opor-se à organização, que constitui um dos meios mais poderosos que a razão humana pode empregar, mas opor-se a toda organização exclusivista, privilegiada ou monopólica, ao emprego da coerção para impedir que outros tentem apresentar melhores soluções⁷⁰.

Desse modo, Hayek afirma que

... o que é pernicioso não é o monopólio enquanto tal, mas apenas o impedimento da concorrência. Ambos estão longe de ser uma coisa só e é preciso repetir que um monopólio baseado exclusivamente num melhor desempenho é de todo louvável (...). O fato de o erro moral residir não no monopólio mas apenas no impedimento da concorrência (todo impedimento, quer conduza ou não ao monopólio) deveria ser especialmente lembrado por aqueles 'neoliberais' que se sentem obrigados a dar provas de sua imparcialidade atacando todo monopólio empresarial assim como os monopólios de mão-de-obra, esquecendo que grande parte do monopólio empresarial resulta de um melhor desempenho, ao passo que todo monopólio sindical é fruto da supressão coercitiva da concorrência. Quando se baseia em semelhante impedimento da concorrência, o monopólio empresarial torna-se tão reprovável quanto o sindical, deve ser igualmente impedido e requer medidas enérgicas. Mas nem a existência do monopólio nem o tamanho da empresa são por si mesmos condenáveis em bases econômicas ou morais, e tampouco comparáveis a quaisquer atos destinados a impedir a concorrência⁷¹.

produção por parte do indivíduo isolado, fora da sociedade - fato raro que bem pode ocorrer quando um civilizado, que potencialmente possui já em si as forças da sociedade, se perde acidentalmente em uma região selvagem - não é menos absurda que a idéia de um desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si (...). Por isto, quando se fala de produção, se está falando sempre de produção em um estágio determinado de desenvolvimento social, da produção de indivíduos em sociedade" (MARX, K., *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política*, pp. 3-5).

⁷⁰ HAYEK, F., *Fundamentos da Liberdade*, Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Visão, 1983, p. 36.

⁷¹ HAYEK, F., *Direito, Legislação e Liberdade*, São Paulo, Visão, 1985, p. 88.

O uso conveniente da concorrência como princípio da organização social é um dos eixos da teoria neoliberal⁷², muito embora - como vimos na citação acima - haja, para Hayek, monopólios e monopólios... Aqueles decorrentes do impedimento da concorrência devem ser combatidos; os que se estruturam com base na *competência* empresarial não são vistos como anomalias.

Em *Capitalismo e Liberdade*, Friedman identifica três áreas onde o monopólio se faz presente: indústria, trabalho e nas ações do governo. Referindo-se ao que seria o monopólio do trabalho, o autor assim se manifesta, tendo como referência os EUA:

Os sindicatos incluem cerca de um quarto da população de trabalhadores - e por isso se dá demasiada importância ao papel dos sindicatos na estrutura de salários. Muitos sindicatos não têm praticamente nenhuma influência neste setor. Mesmo os mais fortes e poderosos só têm influência limitada na estrutura de salários (...). Uma vez que existe um sindicato, qualquer aumento de salário virá através dele - embora possa não ser uma consequência da organização sindical. (...) Se um sindicato eleva os salários de determinada profissão ou indústria, torna o volume de empregos disponíveis nessa profissão ou indústria menor do que seria em outras circunstâncias - do mesmo modo que qualquer aumento de preços baixa o volume de compras⁷³.

Em sua principal obra de propaganda do neoliberalismo, *Liberdade de Escolher*, Friedman & Friedman dedicam o oitavo capítulo, intitulado "Quem protege o trabalhador?", à discussão sobre os sindicatos. Nele, os autores colocam em dúvida a relação que, comumente, se estabelece entre as melhorias nas condições de vida do trabalhador e a organização sindical. Segundo eles, apenas cerca de um quarto dos trabalhadores são sindicalizados e, além disso, não há, necessariamente, confluência entre os interesses dos trabalhadores e os de seus sindicatos. Nesse ponto, Friedman explicita a sua definição de sindicato:

O mau emprego da linguagem contribui também para a crença de que os sindicatos são produtos do moderno desenvolvimento industrial. Não são nada disso. Pelo contrário, são

⁷² Cf., a respeito, HAYEK, F., *O Caminho da Servidão*, São Paulo, Globo, 1977, principalmente o capítulo "Individualismo e Coletivismo". Não constitui nosso objeto confrontar teoria e prática liberais. Basta, aqui, indicar que, de um lado, verifica-se com frequência a tentativa dos neoliberais em explicar a existência de setores monopolizados ou oligopolizados como imperfeições no sistema de mercado e, de outra parte, quando isto não se sustenta, a afirmação de que é possível haver monopólio empresarial como decorrência de uma extrema competência do respectivo setor.

reminiscências de um período pré-industrial, das guildas, que eram a forma característica de organização de mercadores e artesãos nas cidades e cidades-estado que nasceram do período feudal⁷⁴.

Uma das idéias centrais de Friedman com relação aos sindicatos é a de que os ganhos que estes obtêm para seus membros são alcançados às expensas dos demais trabalhadores. Uma outra assertiva diz respeito ao volume de emprego em segmentos de trabalhadores que contam com forte organização sindical: "O sindicato bem-sucedido reduz o número de empregos à disposição do ramo que controla"⁷⁵.

A relação entre as influências sindicais na estrutura de salários e no volume de emprego é apresentada por Friedman & Friedman assim:

De que modo podem os sindicatos elevar os salários de seus membros? Qual a origem fundamental desse poder? A resposta é: a capacidade de manter baixo o número de empregos disponíveis ou, o que equivale a dizer a mesma coisa, de manter baixo o número de pessoas disponíveis para uma dada classe de empregos. E puderam consegui-lo, fazendo com que prevalecesse uma alta taxa salarial, em geral com ajuda do governo⁷⁶.

Já que, para Friedman & Friedman, os sindicatos não protegem senão uma minoria dos trabalhadores, precisamente às custas da maioria⁷⁷, a alternativa com vistas à proteção dos trabalhadores somente pode ser a da concorrência do mercado:

A proteção mais segura e eficaz para a maioria dos trabalhadores é a proporcionada pela existência de numerosos empregadores. (...) O trabalhador é protegido de seu empregador pela existência de outros empregadores para os quais pode trabalhar. O empregador é protegido da exploração de seus empregados pela existência de outros trabalhadores que pode contratar. O consumidor é protegido da exploração de um determinado vendedor pela

⁷³ FRIEDMAN, M., *Capitalismo e Liberdade*, pp. 112-115.

⁷⁴ FRIEDMAN, M. & FRIEDMAN, R., *Liberdade de Escolher – o Novo Liberalismo Econômico*, São Paulo, Record, 1980, p. 227. Na seqüência, os autores dirão que os sindicatos remontam à quase 2.500 anos atrás, por volta do ano 460 a.C., onde os médicos que tiveram em Hipócrates um mestre de destaque articularam-se em uma organização corporativa, com vistas a regulamentar a conduta dos médicos desde a sua formação.

⁷⁵ *Ibid.*, op. cit., p. 231.

⁷⁶ *Ibid.*, op. cit., p. 232.

⁷⁷ Todo esse "argumento" se assenta na pressuposto do próprio Friedman, segundo o qual ganhos salariais praticamente não podem advir do lucro patronal, uma vez que este corresponderia a, no máximo, 10% da renda nacional dos EUA, cf. FRIEDMAN, M. & FRIEDMAN, R., *Liberdade de Escolher...*, op. cit., pp. 231-232.

existência de outros vendedores de quem pode comprar. (...) Quando os trabalhadores obtêm salários mais altos e melhores condições de trabalho através do livre mercado, quando conseguem aumentos oferecidos por firmas que concorrem entre si pelos melhores trabalhadores, por empregados que concorrem entre si pelos melhores empregos, esses salários mais altos não são pagos às custas de ninguém. Só podem ter origem em maior produtividade, maiores investimentos de capital, especializações mais amplamente difundidas⁷⁸.

Repercussões na *estrutura de salários e no volume de emprego* são, evidentemente, as questões que, por assim dizer, mais preocupam os neoliberais, guiados pelo imperativo da lucratividade. Todavia, ideologicamente, isto é, ocultando a lógica que lhe é subjacente, eles dirão que são os próprios trabalhadores que têm muito a perder com a influência dos sindicatos sobre os salários e a oferta de emprego. *O que importa reter é a crítica contundente que, no plano teórico, expoentes neoliberais como Hayek e Friedman fazem a qualquer organização sindical.*

Neste ponto é possível afirmar que não há, teoricamente falando, possibilidade de existir uma organização sindical que corresponda integralmente ao ideário neoliberal, uma vez que este descarta organização sindical pelo fato dela estar, ao menos tendencialmente, voltada à construção do monopólio da representação. Como resolver este (aparente) descompasso entre, de um lado, a rejeição teórica que o neoliberalismo faz do sindicalismo e, de outro, a sua prática que faz do sindicalismo de parceria uma fundamental frente de construção da hegemonia neoliberal? Gramsci, novamente, fornece uma pista muito fecunda para esta questão:

E não ocorre frequentemente que entre o fato intelectual e a norma de conduta exista uma contradição? Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política?⁷⁹

Portanto, para se entender a relação entre neoliberalismo e movimento sindical é necessário levar em conta a experiência concreta. Como isto se deu na Inglaterra? Na análise de Antunes,

⁷⁸ FRIEDMAN, M., *Liberdade de Escolher*, pp. 243-244.

A experiência inglesa recente, particularmente depois da ascensão de Margareth Thatcher e da implantação do projeto neoliberal, trouxe profundas conseqüências para o mundo do trabalho no Reino Unido e particularmente na Inglaterra. A sociedade inglesa alterou-se profundamente. Mutações ocorreram em seu parque produtivo, passando pela redução das empresas estatais, pela retração do setor industrial, pela expansão do setor de serviços privados, enfim, pela reconfiguração da Inglaterra na nova divisão internacional do trabalho. Houve também enormes repercussões na *forma de ser* da classe trabalhadora, de seu movimento sindical, de seus partidos, de seus movimentos sociais, de seus ideários e valores.⁸⁰

O *trade unionism* inglês foi historicamente construído em torno de uma rica experiência de luta, onde força e relativa estabilidade eram suas principais características. Na década de 1920, cerca de 8.348.000 trabalhadores (correspondentes a 45,2% da força de trabalho) eram sindicalizados. De acordo com McIlroy,

Se estes números reduziram-se à metade durante a depressão entre-guerras, o crescimento a partir da Segunda metade dos anos 1930 levou à expansão da taxa de sindicalização para 9 milhões nos anos 40, e 13,5 milhões – mais de 55% da força de trabalho – em 1979.⁸¹

Na particularidade inglesa, o movimento operário e sindical organizou-se numa dupla frente, tendo, de um lado, a central sindical TUC (*Trades Union Congress*) e, de outro, o instrumento político-partidário no Partido Trabalhista (*Labour Party*). Seguindo um caminho diferenciado em relação àquele mais comum no movimento operário dos países capitalistas centrais, o TUC originou o Partido Trabalhista enquanto seu braço político-institucional⁸². A partir de uma forte atuação nos locais de trabalho, o sindicalismo inglês se fez com base numa “... política de negociação e contratação, de feição institucionalizada e hierarquizada. Sua principal sustentação encontrava-se nos setores industriais, estatais e privados”⁸³.

A presença do sindicalismo inglês, de claro viés reformista, extrapolava o âmbito intra e interfábrica, através do controle sobre a ação do Partido Trabalhista:

⁷⁹ GRAMSCI, Antônio, *Concepção dialética da História*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, p. 14.

⁸⁰ ANTUNES, R., *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo, Boitempo, (no prelo).

⁸¹ McILROY, John, *Trade Unions in Britain Today*, Manchester, Manchester University Press, 1995, p. 11.

⁸² A expressão se inspira na análise que ANTUNES, R., *Os Sentidos...*, op. cit., faz.

⁸³ ANTUNES, R., *Os Sentidos...*, op. cit.

O enraizado reformismo do sindicalismo britânico obteve uma forma organizacional independente com a criação do Partido Trabalhista (...). Os sindicatos marcaram esta criação através do domínio constitucional do processo decisório do partido. A retórica socialista da constituição do Partido Trabalhista estava divorciada da sua prática, a qual apenas adquiriu uma coerência reformista com a adoção do keynesianismo e do estado-proprietário nos anos 1940. Entretanto, isso monopolizou a lealdade dos eleitores da classe trabalhadora. O Partido Comunista e outras organizações de esquerda tinham um crescimento débil: eles exerciam influência nas indústrias, mas tinham importância política marginal. Os horizontes da maioria dos trabalhadores eram limitados pelo trabalhismo, sustentados por reformas vindas de um Estado complacente e pelo sucesso obtido na negociação coletiva. Até 1979, o Labour esteve no governo durante 11 dos 15 anos anteriores, assegurando-lhe uma importante, porém exagerada, influência sindical nos negócios do Estado, sustentado por um consenso pós-guerra, em torno do pleno emprego e do *welfare state*.⁸⁴

Muito embora tivesse vivido uma politização ascendente nos anos 60/70, o sindicalismo inglês sofreu progressivamente um esgotamento, tanto na direção de um aprofundamento e ampliação do *welfare state*, quanto numa eventual guinada para uma perspectiva socialista. Com a emergência de Thatcher (Partido Conservador), em 1979, o trabalhismo inglês sofreu grandes impactos, pois uma *nova agenda* (obviamente neoliberal) alterou a rotina e a concepção participacionista socialdemocrática de até então. Para ANTUNES, essa *nova agenda* possuía como pontos fundamentais:

- 1) a *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sobre controle estatal no período trabalhista;
- 2) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal;
- 3) o desenvolvimento de uma legislação *fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais;
- 4) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir desde a forte base fabril dos *shop stewards*, dos delegados sindicais nas empresas, até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expressos, por exemplo, nas negociações coletivas.⁸⁵

⁸⁴ McILROY, John, *Trade Unions...*, op. cit., pp. 5-6.

⁸⁵ ANTUNES, R., *Os Sentidos...*, op. cit.

Rapidamente a política neoliberal produziu um forte refluxo na ação sindical de natureza reformista/participacionista/socialdemocrática, abrindo, assim, caminho para uma intensa reestruturação produtiva, assentada na “individualização das relações entre capital e trabalho e no boicote sistemático à atuação dos sindicatos” que, ao invés de significar uma ausência de regras, representava um “... *forte sistema de regulamentação cujo significado essencial era, por um lado, desregulamentar as condições de trabalho e, de outro, coibir e restringir ao máximo a atividade sindical*”⁸⁶.

Conforme McIlroy, no processo de deflagração de uma greve, por exemplo, a ... autonomia sindical foi significativamente comprometida: votações compulsórias, com complexos e detalhados requerimentos, diziam respeito à ação industrial, às eleições internas, bem como às decisões sobre as atividades políticas dos sindicatos. Quase todos os aspectos da atividade dos sindicatos, das finanças às medidas visando obter a filiação dos membros, até o Bridlington Agreement, que regulamentava as disputas entre os sindicatos, tudo isso foi objeto de intervenção legal. Apesar de sua oposição à intervenção estatal, os Conservadores estabeleceram duas novas comissões estatais para financiar indivíduos que exercessem seus direitos contra seus sindicatos. Simultaneamente, os direitos dos trabalhadores contra os empregadores, de terem proteção contra a demissão no gozo da licença-maternidade, têm sido reduzidos gradualmente.⁸⁷

Os impactos dessa política ficaram muito claros, por exemplo, na redução da sindicalização:

O número de sindicalizados reduziu-se de 13,5 milhões em 1979, para 8,2 milhões em 1994. O número de filiados ao TUC caiu de 12,2 milhões em 1979, para 6,9 milhões em 1994. Os ganhos obtidos nos anos 1960 e 70 foram revertidos com forte vingança: em 1948 havia 1 milhão de membros sindicalizados a mais, em comparação a 1994. Hoje, os sindicatos organizam apenas um terço da força de trabalho e o TUC menos ainda. Para cada sindicato, o declínio foi diferenciado. Aqueles que recrutavam trabalhadores manuais no setor privado foram os mais afetados. O TGWU (Transport and General Workers' Union) viu seu número de sindicalizados reduzir pela metade, de mais de 2 milhões em 1979, para 914.000 em 1994. (...) O Sindicato Nacional dos Mineiros (National Union of Mineworkers,

⁸⁶ ANTUNES, R., *Os Sentidos...*, op. cit.

⁸⁷ McILROY, John, “Trade Unions in Retreat – Britain Since 1979”, *International Centre for Labour Studies*, Manchester, 1996, pp. 12-13.

NUM) tinha 257.000 membros em 1979, enquanto nos anos 90 reduziu-se para cerca de 8.000 filiados, tendo sido superado pelo Sindicato dos Atores (Actors Equity).⁸⁸

Se toda esta política de *terra arrasada* sobre o movimento sindical inglês minou substancialmente a sua capacidade de resistência (mesmo que reformista, que, de fato, era o caso), uma outra frente de atuação neoliberal pavimentaria sua hegemonia. Refiro-me a todo um processo de convencimento acerca da superioridade do mercado. O chamado Novo Trabalhismo (*New Labour*) talvez seja a expressão mais refinada desse processo. Antunes afirma que

O debate levado à frente por Tony Blair, em torno da *eliminação* da cláusula 4 da Constituição partidária (que defendia a *propriedade comum dos meios de produção*), resultou na criação de um substitutivo que expressa a mutação que não se realizava no interior do *Labour Party*. Em substituição à cláusula que se referia à *propriedade coletiva*, nasceu a defesa do *empreendimento do mercado e rigor da competição*, selando, no interior do *New Labour*, a vitória da economia de livre mercado frente à fórmula anterior. A retórica socialista e a prática trabalhista e reformista anteriores, que na verdade exprimiam a defesa de uma economia fortemente estatizada e mista, encontrou seu substitutivo na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da “moderna” socialdemocracia.⁸⁹

Isto posto, penso que seja possível enfocar os elementos centrais à intelecção do significado da Força Sindical. Como a ofensiva neoliberal se torna vitoriosa tanto quanto a resistência dos trabalhadores estiver debilitada (como resultado da política de destruição das suas organizações autônomas, o que define uma incorporação passiva da força de trabalho ao projeto capitalista) ou quanto maior for a adesão, por parte dos trabalhadores, ao ideário neoliberal (o que define uma incorporação ativa da força de trabalho ao projeto capitalista), construir uma central sindical articulada (teórica e praticamente) por tal ideário é uma tarefa estratégica para o capital. Por isto, pode-se dizer que:

1. a criação da Força Sindical representou a intensificação da disputa pela orientação política dos sindicatos filiados ou não às demais centrais (duas CGTs, USI e, principalmente, CUT). Estabeleceu-se, assim, uma espécie de concorrência no âmbito das centrais, com espaço para expressões oriundas do sindicalismo oficial,

⁸⁸ McILROY, John, “Trade Unions...”, op. cit., p. 19.

⁸⁹ ANTUNES, R., *Os Sentidos...*, op. cit..

do chamado novo sindicalismo e daquela articulada em torno de Luiz Antônio Medeiros e demais lideranças da Força Sindical⁹⁰;

2. há uma grande afinidade entre o projeto e a prática da Força Sindical e o ideário do neoliberalismo, a começar pelo princípio orientador de ambos, ou seja, pela defesa da economia de mercado. Sobre este importante ponto de tangência é que me ocuparei daqui para a frente, exatamente porque nele está a possibilidade de caracterizar adequadamente a Força Sindical.

É absolutamente cristalina a formulação de Hayek sobre o lugar da lógica do mercado no pensamento em que se insere:

... tínhamos que encarar o mercado como um mecanismo de orientação, o único a permitir ao indivíduo adaptar-se a circunstâncias, que não tem condições de conhecer, e aproveitar outras circunstâncias que ele também não conhece, e que transformam todo esse conjunto em uma única ordem de coisas. Penso que todo o trabalho teórico que, posteriormente, levei a efeito na área da Economia, se constituiu, realmente, no aperfeiçoamento desta simples idéia⁹¹.

Descrevendo o perfil da Força Sindical, Rodrigues e Cardoso acertam quando dizem:

A Força Sindical (...) propõe-se lutar pelo capitalismo. A mudança se referiria ao conteúdo do capitalismo que existiria entre nós. A nova sociedade desejada pela Força Sindical, como diz seu programa, seria 'uma sociedade moderna, com base na competição, prosperidade, produtividade, democracia e participação'. A Força Sindical se apresenta como contrária ao 'capitalismo selvagem', que se basearia na prática dos cartéis e monopólios e na busca de favores e benesses do Estado. Seu ideal é uma economia de mercado mais aberta (...). De

⁹⁰ Além do próprio Medeiros, outros líderes sindicais compuseram o núcleo básico da Força Sindical, como Enilson Simões de Moura (então presidente do Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de São Paulo, ex-metalúrgico da Volks, um dos líderes das greves de 1979 e 1980 no ABC paulista, ex-militante do PCB e um dos componentes do comitê nacional da campanha de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República), José Ibrahim (presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, onde liderou as greves de 68, fundador do PT e da CUT, filiado à época ao PDT), Arnaldo dos Santos Gonçalves (ex-presidente e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, membro da direção nacional do PCB, ex-dirigente da Conclat e da Central Geral dos Trabalhadores) e Lúcio Bellinatti (ex-militante do PCB, do PT e da CUT, tendo se aproximado da Força Sindical na crise das demissões da Autolatina).

⁹¹ HAYEK, F., *Hayek na UnB – Conferências, Comentários e Debates de um Simpósio Internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981*, Brasília, Editora da UnB/Fundação Roberto Marinho, 1981.

modo mais sintético: a Força Sindical incorpora os principais componentes de um 'liberalismo social' (embora o termo não seja utilizado) com vistas a uma sociedade democrática no interior da qual um espaço importante deveria ser reservado aos trabalhadores, tanto do prisma político (participação nas decisões e órgãos deliberativos do Estado) como do prisma econômico (ampliação da participação dos assalariados na renda nacional)⁹².

Com efeito, o ideário do sindicalismo participacionista - que nem de longe questiona a vigência do capitalismo e de seus mecanismos, do qual a Força Sindical é a expressão mais evidente no universo das centrais sindicais - constitui-se com inequívocos traços de integração à ordem da acumulação capitalista. Seu principal representante, Luiz Antônio Medeiros, explicitou isso com precisão:

Eu quero a divisão das riquezas e a minha briga não é pela mudança de regime (...). O que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas. Não é tomar as empresas, não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é a participação nos lucros⁹³.

Refém da imediatez, o participacionismo sindical abdica de se articular com quaisquer iniciativas de superação do regime de trabalho assalariado. O horizonte máximo possível às classes trabalhadoras é o de uma remuneração compatível com o real valor de troca da força de trabalho e, se possível, de algum nível de participação no valor de troca que esta mesma força de trabalho produz e que lhe é expropriado em sua parcela excedente. E isto porque o projeto político é este mesmo. Medeiros, ainda antes da fundação da Força Sindical, explicitava algumas destas posições:

O que nós estamos procurando são caminhos novos. Mas eu diria que todo sindicato que se preze faz parte da reprodução capitalista. Por que qual é o objetivo do sindicato? É lutar para vender a mão-de-obra pelo preço mais alto possível. Valorizar. Mas à medida que ganho mais, compro mais, e assim o comércio vende mais, a indústria vende mais e eu crio mercado interno. Se crio mercado interno, estou fortalecendo o capitalismo⁹⁴.

Outrossim, na esfera do poder político o que se busca é a ampliação das possibilidades de os trabalhadores influenciarem as decisões políticas, sem que se coloque

⁹² RODRIGUES, L. M. & CARDOSO, A. M., *Força Sindical: uma análise sócio-política*, São Paulo, Paz e Terra, 1993, pp. 17-18.

⁹³ Folha de São Paulo, 20 de agosto de 1987.

⁹⁴ Folha de São Paulo, 23 de agosto de 1987.

em pauta a natureza de classe do Estado, além de se defender a concepção claramente liberal de Estado mínimo:

Imaginamos um Estado a serviço da sociedade, de forma a reaproximar os eleitos dos eleitores e a redimir o pacto eleitoral em todos os níveis. O Estado haverá de ser menor e descentralizado. Na administração de interesses locais imediatos, por exemplo, o Estado deve ser auxiliado pela ação participativa dos próprios cidadãos, na gestão e na defesa de seus interesses (...) A reforma do Estado, portanto, é fundamental para resolver os problemas de curto e longo prazos da crise brasileira. O Estado deve reduzir de tamanho e ter seu papel claramente definido (...) Não há dúvida de que cabe reduzir as dimensões do Estado, uma vez que a iniciativa privada já dispõe de capacidade gerencial e financeira para dispensar sua presença na maioria dos setores⁹⁵.

A defesa do mercado como princípio orientador básico é explícita no projeto da Força Sindical: "À iniciativa privada cabe ser o empreendedor propriamente dito do desenvolvimento, num ambiente em que o mercado cumpra sua função de principal mecanismo de coordenação dos agentes econômicos"⁹⁶. O receituário neoliberal é assumido abertamente também no que diz respeito à reforma do Estado e sua relação com a estabilidade econômica:

Para que a expectativa de novos investimentos externos se concretize, o País precisa superar alguns obstáculos. Em primeiro lugar, é necessário observar que essa possibilidade estará afastada enquanto o Brasil não recuperar a estabilidade macroeconômica, o que supõe a resolução da crise estrutural do setor público. Recuperar a capacidade do Estado de assegurar a estabilidade econômica e desenvolver uma coordenação estratégica é, ao mesmo

⁹⁵ FORÇA SINDICAL, *Um Projeto para o Brasil: a Proposta da Força Sindical*, pp. 41, 47-48. Esta publicação, cuja 1a. edição é de junho de 1993, constitui a mais bem-sucedida tentativa, até hoje, por parte da Força Sindical em explicitar o seu projeto de organização sócio-político-econômica, na esteira do que, em termos gramscianos, poderíamos chamar de visão de mundo. Volume com 654 páginas, provavelmente com preço subsidiado (é vendido a R\$ 12,00), *Um projeto para o Brasil* é apresentado por Medeiros desta forma: "Empenhada em colaborar com aqueles que buscam um horizonte para o País, a Força Sindical contratou uma equipe de cientistas que, sob sua orientação política e social, produziu este projeto (...) Mais de 40 cientistas trabalharam intensamente neste projeto, que foi coordenado pelo engenheiro e economista Antônio Kandir, com supervisão de nossos assessores Willy Fischer, economista, e Luiz Fernando Emediato, consultor político...", cf. p. 21.

⁹⁶ FORÇA SINDICAL, op. cit., p. 43.

tempo, condição para a retomada do investimento estrangeiro e garantia de que ele ocorrerá de modo compatível com o desenvolvimento nacional⁹⁷.

No conjunto de medidas preconizadas pela Força Sindical tendo como objetivo a reforma do Estado encontram-se a redução drástica do número de tributos e a diminuição da sua carga nominal, a taxação menor do lucro (de modo a estimular o investimento), a cessão do controle de empresas ou de setores inteiros ao capital privado e a liberalização/desregulamentação de diversos setores, mediante, por exemplo, a revisão dos monopólios estabelecidos pela Constituição e a transferência para o setor privado das responsabilidades e direitos de realizar obras e prestar serviços, sob o regime de concessão⁹⁸.

Aumento de produtividade, qualidade total, integração à nova divisão internacional do trabalho e presença do Estado na atual reestruturação produtiva aparecem no referido projeto no mesmo diapasão do neoliberalismo, ou seja, sob a prevalência do valor-de-troca⁹⁹. Prova disto é o destaque dado à necessidade de

... elevar os níveis de produtividade e os padrões de qualidade da produção nacional, incorporando métodos mais modernos de gestão (capazes de reduzir custos e eliminar a má utilização de recursos), ampliar a capacidade de geração e incorporação de novos produtos e processos produtivos e promover a especialização da produção nacional, com ênfase em áreas nas quais possam ser geradas vantagens comparativas importantes, de modo a permitir a inserção competitiva do País na nova ordem mundial (...) O Estado deverá agir no sentido de permitir ao País vencer os desafios postos pela economia capitalista neste final de século, especificamente a 'revolução tecnológica', a formação de blocos supranacionais e o chamado 'desenvolvimento sustentado'. Para tanto é necessário que o Estado tenha presença ativa nas áreas de educação e formação de mão-de-obra, seja capaz de facilitar e promover a articulação de capitais privados, nacionais e estrangeiros, no contexto de uma economia

⁹⁷ Ibid, op. cit., pp. 36-37.

⁹⁸ cf. Ibid., op. cit., pp. 51-53.

⁹⁹ A respeito desta prevalência, cf. MÉSZÁROS, I., *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, São Paulo, Ensaio, 1989; ANTUNES, R., *Adeus ao Trabalho?*, São Paulo/Cortez; Campinas/Ed. Unicamp, 1995; MAAR, W. L., "Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social?", In: Vários autores, *Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas*, São Paulo, Ed. da Unesp, 1995; KURZ, R., *O Colapso da Modernização - da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, São Paulo, Paz e Terra, 1992; HARVEY, D., *A Condição Pós-Moderna*, São Paulo, Loyola, 1992 (particularmente a Parte II).

transnacionalizada, e atue ativamente no plano das relações internacionais para assegurar o espaço do Brasil na ordem mundial¹⁰⁰.

Enfim, a parceria entre capital e trabalho é o horizonte máximo da Força Sindical. O sindicalismo de enfrentamento deve ser substituído pela busca de harmonia, tanto quanto possível, entre assalariados e proprietários:

De forma sintética, pode-se dizer que um sistema satisfatório de relações entre capital e trabalho deve ser capaz de propor mecanismos de arbitragem eficientes entre os interesses de trabalhadores e empresários e entre os interesses destes grupos sociais e o Estado, induzir ganhos de produtividade e criar condições para que esses aumentos sejam, pelo menos em parte, apropriados pelos trabalhadores através do aumento do salário real¹⁰¹.

Também a noção de cidadania abraçada pela Força Sindical é muito parecida com aquela esposada pela formalidade liberal, que faz abstração das determinações mais agudas (ou seja, as distintas posições decorrentes da estrutura de classes) dos chamados agentes econômicos:

Falta ainda aperfeiçoar, e em alguns casos até construir, os mecanismos que permitam à democracia enraizar-se nos vários níveis da sociedade. Não basta, nesse sentido, estimular práticas de participação, mas estabelecer as condições institucionais para que a vontade organizada dos *cidadãos - entendidos como produtores, consumidores e eleitores* - interfira de modo importante nas grandes decisões econômicas e políticas¹⁰².

Uma breve recuperação do contexto de surgimento da Força Sindical será útil na tentativa de caracterizá-la com maior precisão.

No ano de 1987, em meio à Assembléia Nacional Constituinte e à Nova República, Luiz Antônio Medeiros foi amplamente saudado pelos editoriais da grande imprensa, em função de ser portador de um discurso *moderno, apolítico e tradeuninoista*, muito próximo do que o neoliberalismo suporta em termos de sindicato. Medeiros pregava que o movimento sindical deveria se pautar por uma postura pragmática – pragmatismo que Cardoso¹⁰³ demonstrou ser impossível, uma vez que toda atuação sindical é uma atuação

¹⁰⁰ FORÇA SINDICAL, op. cit., pp. 55 e 141.

¹⁰¹ Ibid., op. cit., p. 510.

¹⁰² Ibid., op. cit., pp. 43-44, grifos meus.

¹⁰³ Cf. CARDOSO, A. M., O pragmatismo impossível - origens da Força Sindical, *Novos Estudos Cebrap* 32.

política, aliás como comprova a empreitada que a Força Sindical realizou na elaboração de *Um Projeto para o Brasil*. O eixo das posições de Medeiros já era o de conceber o sindicato como mecanismo de mercado.

As classes dominantes e seus representantes encontravam dificuldades na elaboração de um projeto de Constituição que fosse a expressão da sua hegemonia, condição que implicava obter a adesão das classes subalternas. O movimento popular elegeu a Constituinte como espaço importante de atuação política, de um lado; de outro, havia um crescimento das greves e movimentos reivindicatórios de trabalhadores de vários setores, fatores que dificultavam a consecução de um *pacto social*.

A tentativa de se obter um pacto social esteve muito presente durante toda a Nova República; esta, entretanto, continuou e aprofundou o que Florestan Fernandes chamou de *cronograma político-militar*,

... que vem do regime anterior, em particular a *transição gradual, lenta e segura* iniciada com a *política de distensão*, do General Geisel, e com a *política de abertura*, do General Figueiredo, que foi uma ampliação da primeira, sob a crescente pressão do protesto operário, do descontentamento popular e dos desgastes na base burguesa da ditadura¹⁰⁴.

Transição pelo alto, permanência da tutela militar, impossibilidade de um pacto social (que, a bem da verdade, teria significado um aval dos trabalhadores a medidas favoráveis às classes possuidoras), continuidade de práticas autoritárias: estes os principais traços da velha Nova República. A prática do desrespeito à Constituição estava inscrita na *natureza autocrática da Nova República*, natureza esta que, por sua vez, era determinada por uma fragilidade das classes dominantes do país, qual seja, a de não chegarem a ser hegemônicas, isto é, a de não conseguirem fazer da sua visão de mundo a base para racionalidade do cotidiano das classes subalternas e, com isso, pactuarem, via Constituição, o balizamento da coexistência entre as classes. Incapazes de serem direção política e moral, restou às classes dominantes, na Nova República, a condição de predomínio ideológico, com a tutela militar como lastro para quaisquer eventualidades. A contemplação constitucional de alguns direitos sociais não se traduzia em realidade¹⁰⁵.

¹⁰⁴ FERNANDES, F., *Que tipo de República?*, p. 87.

¹⁰⁵ A debilidade (de articularem uma versão democrática de sua dominação, cimentada por um pacto constitucional) das classes dominantes, à qual estamos nos referindo, pode ser verificada, também, pela ausência de um projeto constitucional para o país, quando da Constituinte, onde os

À crise de governabilidade e de representação política que marcou o governo Sarney somou-se a expectativa de superinflação. A idéia de *pacto social* era veiculada, na tentativa de impô-lo, basicamente pela grande mídia, com destaque para as organizações Globo, de propriedade do Sr. Roberto Marinho. A CUT representou, a esse respeito, uma importante voz de denúncia do real significado que o pacto social teria para os trabalhadores: uma trégua em suas mobilizações contra as medidas de arrocho salarial, bem como um comedimento nas lutas por mecanismos e espaços de participação política mais efetivos e menos formais do que os suportados pela autocracia burguesa (quer em sua variante militar, quer naquela vigente na Nova República, caracterizada pela exclusão da maioria da população no ordenamento político e pela tutela militar). Na visão da CUT, tal trégua seria um engodo, pois significaria uma estabilidade muito incerta, principalmente em

seus partidos mostram-se incapazes de elaborá-lo. Somente com a articulação do chamado *Centrão* apareceu um projeto referência. Efetivamente, o projeto do Centrão foi mais um sintoma da subserviência do Poder Legislativo ao Poder Executivo, uma das principais características da autocracia burguesa no Brasil, em sua variante civil com tutela militar. Florestan Fernandes, analisando sua atuação como parlamentar, escreveu este balanço a respeito da concentração de poderes no Estado brasileiro: "... a medida provisória acabou se tornando um instrumento do arbítrio do poder presidencial, do poder imperial, da república autocrática. Esse é um bom exemplo: os poderes que deveriam ser independentes, autônomos, reciprocamente fiscalizados, acabam não o sendo, na medida em que só existe um poder verdadeiro e hegemônico, o executivo. Os políticos, por sua vez, não lutam contra isso, já que a grande maioria está muito mais presa ao executivo do que ao parlamento. O nexos oculto da dependência está no clientelismo. Quem dispõe de meios para dar ao político profissional e aos partidos - que são partidos da ordem - recursos para a reeleição e para ganhar eleições é o executivo. Assim, o poder de contestação do parlamento é mínimo. Este não tem como defender suas prerrogativas, nem apoio popular suficiente para ousar um passo à frente. Caso contrário, o executivo fecha as portas do legislativo", FERNANDES, F., *Constituinte e Revolução*, revista *Ensaio* 17/18, p. 129. Ainda sobre isto, Florestan Fernandes mostra que ordenamento constitucional - longe de ser a regulamentação *neutra*, acima das classes - é a expressão de que se faz necessário um mínimo de balizamentos nas sociedades divididas em classes. No contexto da Assembleia Nacional Constituinte, Florestan Fernandes referiu-se à sociedade brasileira como aquela que viveu "... um momento histórico dramático a esse respeito. De 1937 a 1964 foi preciso que as classes dominantes recorressem duas vezes ao golpe de Estado e à ditadura para superar sua incapacidade de avançar até uma Carta Constitucional efetivamente colada às exigências históricas que o grau de desenvolvimento capitalista alcançado impunha às relações de classes antagônicas. Em termos aproximados, tiveram de burlar a sociedade e usurpar a Nação na metade de quase seis décadas que compreendem a história do país de 1930 até hoje! Esse é um dado fundamental, que atesta não só que a *Constituição não está acima das classes*. Ele demonstra que vivemos em uma sociedade burguesa na qual a burguesia não aprendeu, no seu todo, a conviver com a normalidade constitucional. E esta não existe, a democracia é uma ficção ou uma mistificação grosseira e qualquer modalidade de regime republicano se corrompe em um fechar de olhos, convertendo-se em tirania indistigável, em despotismo dos de cima...", FERNANDES, F., *op. cit.*, p. 17-19.

função do absurdo poder de veto que governo e empresários reuniam em termos de serem capazes "... de burlar unilateralmente os acordos sem sofrer retaliação relevante"¹⁰⁶.

Em uma dentre tantas truculências político-militares praticadas pela Nova República, em novembro de 1988 uma greve na CSN foi reprimida com a invasão desta pelo exército, resultando em três operários mortos. O então presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antônio de Medeiros, mesmo lamentando a violência empregada pelo Exército, deixou claro que se manteria nas negociações do pacto social proposto pelo governo:

"O que aconteceu em Volta Redonda é um retrocesso e vai influenciar de maneira negativa, pois tira um fator indispensável na negociação que é a confiança entre as partes". O dirigente sindical afirmou, porém, que as negociações sobre o acordo anti-inflacionário não serão interrompidas¹⁰⁷.

Medeiros, portanto, emergia como a alternativa *confiável* ao governo e ao empresariado no âmbito sindical. A sua modernidade se expressava na integração à lógica capitalista que defendia. Esse dirigente sindical, de peso considerável por estar à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o maior da América do Sul, correspondia em larga escala ao modelo de interlocutor que empresários e governo buscavam junto ao movimento sindical. Para estes, não se tratava de reconhecer a legitimidade dos interesses dos trabalhadores, mas de subordinarem suas reivindicações ao que seria o *interesse de todos*.

Medeiros, além de defender a concepção segundo a qual o sindicato é um mecanismo de mercado, manifestava-se abertamente contra a partidarização dos sindicatos¹⁰⁸. Também por este meio ele se credenciava como liderança anti-CUT e anti-

¹⁰⁶ CARDOSO, A.M., op. cit., p. 172.

¹⁰⁷ O Globo, 11 de novembro de 1988.

¹⁰⁸ Segundo RODRIGUES, L.M. & CARDOSO, A.M., op. cit., p. 19, "... o apartidarismo da Força Sindical não deveria ser confundido com apoliticismo ou economicismo. Este ponto tem sido enfaticamente salientado por Medeiros já antes da formação da Força Sindical". Na nota que se segue a este trecho, aparece este comentário: "Por exemplo, em 1988, num debate com Lula, Medeiros declarava: 'Eu jamais disse, em lugar algum, que sou apolítico. Eu faço política, que eu considero política sindical. Sou contra a partidarização dos sindicatos', (Jornal da Tarde, 27.4.88)". Concordamos com os autores ao dizerem que não se deve atribuir à Força Sindical um apoliticismo. Entretanto, entendemos que ela é economicista, nos termos em que Gramsci define o economicismo.

PT, uma vez que a CUT apresentava-se estruturada em torno de um projeto de solidariedade classista comprometida com propostas socialistas, além de possuir íntima relação com o PT. O sindicalismo anti-cutista, por assim dizer, contrapunha ao confronto e às greves ações nitidamente restritas à negociação, à parceria, entre capital e trabalho.

Se o embrião da Força Sindical se deu ainda na Nova República, foi no interior do governo Collor que essa Central ganhou impulso e consolidação. Gestada na burocracia do sindicalismo oficial e parida ainda no sindicalismo de resultados da CGT, a Força Sindical foi explicitamente apoiada pelo Governo Fernando Collor de Mello, que, por vezes, teve assento, inclusive com vários Ministros, em reuniões com dirigentes dessa central a fim de incrementar os esquemas de arrecadação de recursos junto a empresários para viabilizar o funcionamento da Força Sindical¹⁰⁹.

Portanto, penso que seja possível caracterizar o ideário da Força Sindical como neoliberal. Mesmo tendo em sua carta de fundação, denominada *Os Princípios da Força*¹¹⁰ e, principalmente, em seu *Projeto para o Brasil* reivindicações típicas do *welfare state* (como ação estatal na oferta de educação, saúde, suplementação alimentar e seguro-desemprego), sua caracterização básica está dada, no dizer de Antunes, por estes aspectos:

reconhecimento da vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado; a limitação e restrição da luta sindical, que deve ater-se à busca de melhorias nas condições de trabalho, não cabendo aos sindicatos extrapolarem este âmbito da luta; o papel da ação política cabe exclusivamente aos partidos, que devem ser totalmente desvinculados da ação sindical; o Estado deve reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante. Estes pontos básicos, aliados a uma estratégia que recusa o confronto e procura extrair resultados imediatos nas ações práticas, calculadas para que não extrapolem o âmbito da negociação, conformaram uma feição neoliberal e portanto burguesa, no seio do movimento sindical brasileiro. Por isso, dizíamos, é algo muito distinto do peleguismo (sempre atrelado ao Estado e dele porta-voz) e conforma o que caracterizamos como sendo a nova direita no movimento sindical. Ela opera, a nível sindical, uma espécie de mescla entre o

¹⁰⁹ cf. Folha de São Paulo, 27 de março de 1995, p. 1-10.

¹¹⁰ cf. INSTITUTO CAJAMAR, *Dossiê Força Sindical*, agosto 1991.

neoliberalismo - onde predomina - mantendo pontos de contato com a direita da social-democracia¹¹¹.

A Força Sindical não pode ser confundida com o velho peleguismo, pois, ainda na síntese de Antunes, "... estampa uma nova direita em gestação no movimento sindical brasileiro" que "procura introjetar e introduzir o ideário neoliberal no mundo da representação do trabalho e flerta também com a direita da social-democracia européia"¹¹². Esta mescla se consolidou, sim, sobre a velha estrutura sindical, mas com um elemento novo, o neoliberalismo, que possibilitou uma postura ofensiva da direita no espectro sindical.

Foi neste contexto que se deu a criação da Força Sindical, processo que corroborou uma alternativa à trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. É o que trataremos a partir do capítulo seguinte.

¹¹¹ ANTUNES, R., *O Novo Sindicalismo no Brasil*, pp. 38-39. RODRIGUES, L.M. & CARDOSO, A.M., op. cit., p. 19, também vêem na Força Sindical uma posição que oscila entre a liberal-democracia e a social-democracia: "... nunca o liberalismo econômico, o pluralismo e a democracia representativa tinham sido afirmados tão vigorosamente no interior do sindicalismo brasileiro por uma central da importância da Força Sindical".

¹¹² *Ibid.*, op. cit., p. 41.

Capítulo 2 - A luta continua, mas para onde?

O fim do período Juarez Antunes: ante-sala de uma disputa

A contundente vitória do Juarez Antunes (PDT) nas eleições municipais de 1988, com 50.012 (cerca de 60%), fez-se acompanhar por uma também expressiva vitória do seu partido e do PT para a Câmara dos Vereadores de Volta Redonda. Dos 21 vereadores, 7 pertenciam ao PDT e 3 ao PT. Sua gestão, entretanto, foi extremamente curta, uma vez que morreu em acidente automobilístico em 21 de fevereiro de 1989, apenas 51 dias após tomar posse. Conforme o relato do motorista do automóvel Parati que conduzia Juarez Antunes para Brasília, Alberto Vicente da Cruz (funcionário da prefeitura de Volta Redonda desde 1972), o acidente ocorreu quando ele tentou desviar o veículo de um caminhão que fazia uma ultrapassagem na altura da localidade de Felixlândia, distrito de Três Marias, em Minas Gerais. Ao jogar o carro no acostamento, um desnível na pista, muito estreita e esburacada, causou uma derrapagem.

As versões sobre esse episódio foram várias, incluindo uma segundo a qual ele sequer teria morrido, mas sim fugido para outro lugar. Mesmo desprovida de qualquer base concreta, essa explicação foi citada na publicação comemorativa aos 50 anos do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: “Há mesmo conjecturas sobre uma possível fuga de Juarez Antunes para outra cidade ou até mesmo para Cuba”¹¹³.

¹¹³ MONTEIRO, G., *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 Anos Brasileiros*, Rio de Janeiro, FSB Comunicações, 1995, p. 68.

Duas versões para a morte do Juarez, entretanto, ainda hoje têm espaço em Volta Redonda: acidente de fato, de um lado, e, de outro, assassinato através de um “acidente” automobilístico provocado deliberadamente. A segunda versão encontra respaldo, por exemplo, em um depoimento que D. Waldyr Calheiros reiterada e publicamente fez e faz, segundo o qual ele próprio teria sido procurado por dois policiais do Rio de Janeiro que o alertaram sobre o risco que corria, juntamente com Juarez Antunes, de morrer em um acidente de automóvel, fora da cidade¹¹⁴. Dirigentes sindicais oriundos do chamado grupo do Juarez sempre sustentaram essa possibilidade.

De outra parte, há a tese de que, realmente, Juarez morreu em decorrência de um acidente. Segundo Vagner Barcelos, foi feito um laudo para se apurar as circunstâncias que determinaram a morte do Juarez e, quanto ao seu caráter acidental, não deve haver

nenhuma dúvida. O Prof. Luiz Pinguelli Rosa foi um dos que fizeram a perícia e depois o laudo. Um laudo que está na mão do Luizinho, do Albano, da Jessie Jane Vieira de Sousa. Eles conhecem este laudo, sabem que tem este laudo, mas não revelam e continuam dizendo que o Juarez foi assassinado.

Por que, então, teria sido reforçada a tese de assassinato por parte desse grupo? No dizer de Vagner a explicação estaria na necessidade de reforçar a figura do Juarez Antunes enquanto referência máxima do sindicalismo em Volta Redonda e, conseqüentemente, fortalecer as posições daqueles que se reivindicavam herdeiros políticos dessa liderança:

Uma coisa do mito. Eu lembro até na época, eu já tinha ganho o sindicato, eu descobri que o Juarez não havia sido assassinado, que não houve um atentado, através deste laudo, três meses depois que o laudo havia chegado ao sindicato. Eu chamei o advogado, chamei a diretoria e perguntei sobre o que estava havendo. Isto porque o motorista foi julgado na Comarca de Três Marias e o advogado que o sindicato tinha contratado, o Márcio Doniti, não tinha ido à audiência e, à revelia, ele foi condenado a dois anos com *sursis*, porque ele era primário. Aí eu chamei toda a diretoria, chamei o advogado e perguntei: “como é que nós estamos pagando você caro” – eu lembro que, em março de 89, o contrato era de 30 mil dólares – e ele “não, eu posso cometer uma farsa política, como nós estamos cometendo, mas não uma farsa jurídica, isto eu não posso fazer, eu estou em frente ao juiz, eu tenho que

¹¹⁴ O vídeo *Volta Redonda - Memorial da Greve*, produzido por Eduardo Coutinho em 1989, apresenta esse depoimento. Recentemente, quando das atividades promovidas pela atual Oposição Sindical da CUT em comemoração aos nove anos das mortes dos operários da CSN na greve de 1988, D. Waldyr reiterou essa posição.

preservar a minha imagem. Eu não posso condenar o motorista sabendo que existe um laudo” – aí que eu fiquei sabendo do tal laudo isto foi em novembro de 89 – “existe um laudo” – o laudo foi entregue às pessoas que hoje estão na Força Sindical por volta de maio ou junho mas só em novembro eu fiquei sabendo que existia o laudo e aí eu disse: “a partir de hoje, enquanto eu estiver na presidência deste sindicato, nunca mais nós vamos dizer que o Juarez foi assassinado. Nunca mais, nos boletins do sindicato ou em qualquer documento do sindicato, saiu a citação de que ele teria sido assassinado.

A própria responsabilidade pela morte do Juarez, segundo Vagner, deveria levar em conta as circunstâncias em que se deu a viagem do então Prefeito de Volta Redonda para Brasília:

Quem matou o Juarez, se alguém tem que ter culpa por isto, foi o grupo que pôs o motorista cansado que veio do Rio de Janeiro, que tinha ficado com o Juarez no Rio o sábado inteirinho, numa festividade da Federação, do Dal Prá, que traz o Juarez para Volta Redonda, e que coloca o Juarez no carro e leva-o para Brasília, ao invés de mandá-lo de avião. Se eu tenho alguém para condenar, vamos condenar o Colombo e o Paulinho (assessores do Juarez enquanto prefeito), que eram dois que estavam utilizando o apartamento funcional do Juarez em Brasília para orgias, para encontros, para não sei mais o quê. E o Juarez, naquela viagem fatídica, só foi a Brasília porque tinha lido no Jornal do Brasil, um ou dois dias antes, que ele era um dos únicos deputados que, eleitos prefeitos, não tinham devolvido o apartamento ainda. Ele estava chateado. Mas ele já tinha mandado devolver o apartamento, tanto que ele saiu num fim de semana como prefeito para ir a Brasília, devolver a chave¹¹⁵.

Este episódio mostra como os militantes que formariam a alternativa da Força Sindical, em Volta Redonda, representavam a si próprios enquanto continuidade da linha de concepção e atuação sindicais empreendidas pelo Juarez Antunes, questão que será melhor vista adiante. Por enquanto, é suficiente fazer o registro dessas versões.

¹¹⁵ Entrevista com Vagner Barcelos, colhida em setembro de 1997. Vagner refere-se, aqui, ao Luiz de Oliveira Rodrigues (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, eleito pela chapa 4 da Força Sindical em 1992), Luiz Antônio Vieira Albano (diretor do Sindicato da época do Juarez até a vitória da Força Sindical, tendo sido um dos seus principais articuladores) e Jessie Jane Vieira de Sousa (historiadora, pesquisadora do movimento sindical e popular em Volta Redonda, autora da dissertação de mestrado *Valentim, o Guardião da Memória Circulista (1947-1958)*, Unicamp, 1992, e, segundo vários informantes, uma das articuladoras na formação da Força Sindical em Volta Redonda).

Uma multidão estimada em 100 mil pessoas acompanhou o enterro do Juarez Antunes. Três candidatos à Presidência da República - Lula, Brizola e Roberto Freire - e o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, compareceram às últimas homenagens ao líder sindical e prefeito de Volta Redonda¹¹⁶.

As repercussões desse episódio foram amplas e profundas, quer do ponto de vista da administração municipal, quer no que se relaciona ao movimento sindical. A ascensão do vice prefeito, Wanildo de Carvalho, foi questionada por lideranças sindicais e populares, a exemplo do que fizeram o próprio secretariado de governo e a direção municipal do PDT. Em uma reunião com representantes de mais de oitenta entidades do movimento social, decidiu-se pela realização de um plebiscito, a fim de se saber se a população de Volta Redonda julgava necessária uma nova eleição municipal. Newton Aguiar, presidente municipal do PDT, e Isaque Fonseca, líder da bancada pedetista na Câmara dos Vereadores, endossaram a proposta e propuseram a renúncia de Wanildo de Carvalho com vistas a uma nova eleição para prefeito. Nenhuma das duas propostas aconteceu de fato. Leonel Brizola não concordou com o encaminhamento da renúncia de Wanildo de Carvalho, alegando que isso seria uma reedição de Jânio Quadros¹¹⁷.

Colombo de Sousa Vieira, assessor político de Juarez Antunes e secretário municipal de governo, afirmou que o secretariado permaneceria com o novo prefeito apenas durante trinta dias, renunciando a seguir se não ocorressem novas eleições. Apenas após cerca de cinco meses completou-se o processo de saída dos pedetistas que compunham o secretariado do Juarez e que foram, um a um, exonerados pelo Wanildo de Carvalho.

Todavia, a repercussão de maior interesse ao tema deste trabalho foi no campo sindical. Juarez, indubitavelmente, foi a principal referência para a massa operária na história recente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, condição que não impediu a existência de críticas a determinados traços da sua forma de atuar à frente da entidade. Mas é preciso reconhecer que as tentativas de oposição a ele não lograram resultados efetivos e, além disto, até a sua última gestão (1986/1989) um importante segmento do movimento sindical, encabeçado por militantes da corrente CUT pela Base e

¹¹⁶ Gazeta Mercantil, 22/02/89.

¹¹⁷ Gazeta Mercantil, 22/02/89.

que incluía membros da Convergência Socialista, optou pela composição com o grupo liderado pelo Juarez, na perspectiva de avançar a organização dos trabalhadores.

Esse segmento - que se autodenominava “oposição histórica” até em função de, efetivamente, ter iniciado por volta de 1976 o trabalho que culminou com o Grupo de Oposição Sindical – articulava-se para disputar as eleições sindicais de 1989 com chapa própria, conforme o relato de Vagner Barcelos:

Quando o Juarez morre, o meu discurso como candidato a presidente era o seguinte: se o Juarez estivesse vivo, eu poderia aposentar a minha idéia de ser presidente do sindicato, porque eu tinha certeza que ele apontaria para o Albano, para o Marcelo ou para qualquer outro da corrente partidária dele para ser o seu sucessor e, provavelmente ganharia. Mas nós da oposição histórica já havíamos decidido que romperíamos com o Juarez e que íamos disputar com chapa diferenciada. Pode até ser que, no segundo turno, houvesse composição. Mas composição por algum programa, mesmo porque eleição sindical não dá possibilidade de você compor na chapa. E nós já havíamos decidido que não era possível continuar com o cunho eleitoral que estava sendo dado à figura do Juarez, o nosso próprio sindicato estava se desfigurando. Chegou ao ponto de algumas greves do setor privado serem negociadas em função da candidatura do Juarez. Eu me lembro de uma greve na Barbará que o Albano e o próprio Juarez negociaram apoio da diretoria da Barbará à campanha deles, em troca da greve ser deflagrada na Siderúrgica Barra Mansa. Foi notório lá em VR que o Albano ganhou um carro do Elias da Barbará, para não deflagrar a greve lá. Então, a coisa começou a se apresentar de tal forma, que nós decidimos romper. Mas no meu discurso eu dizia que se o Juarez fosse o candidato, nós não seríamos o candidato dele, porque eu ou outro do grupo seria candidato, porque não dava mais para continuar com aquela estrutura que o sindicato estava tendo. Provavelmente depois o Juarez gostaria de ser senador, vice governador ou governador. E sindicato não é para isto. E este limite tem que ser marcado para se evitar confusões futuras. Mas, como o Juarez morreu, o jogo passou a ser outro. Morreu a figura central desta discussão toda, uma figura proeminente deste movimento¹¹⁸.

Portanto, a partir desse momento, a disputa pela direção política do Sindicato estava posta em outro patamar, onde três correntes no interior da própria diretoria passaram a pleitear tal condição:

- CUT pela Base e aliados, com Vagner Barcelos à frente;

¹¹⁸ Entrevista com Vagner Barcelos, setembro de 1997.

- Militantes historicamente vinculados ao Juarez, cujas principais expressões eram Luiz de Oliveira Rodrigues (Luizinho) e Luiz Antônio Albano;
- Militantes pedetistas, dentre os quais se destacavam Marcelo Felício e Bartolomeu Citeli, pertencentes à corrente cutista Articulação Sindical.

Marcelo Felício, eleito vice-presidente do Sindicato em 1986, já respondia pela presidência do Sindicato, desde que Juarez assumira a prefeitura. Ele, Vagner e Albano disputavam, no campo cutista, a indicação para encabeçar a chapa da situação. Antes, porém, de analisar as eleições sindicais de 1989, abordarei alguns acontecimentos importantes no período que antecedeu esse pleito.

A campanha salarial de 1989

O Plano Verão (quarta tentativa de estabilização econômica do Governo Sarney) acarretou, novamente, perdas salariais aos trabalhadores. Em março de 1989, realizou-se uma greve nacional que, na CSN, não se desdobrou em violência ou confronto com o Exército.

Na campanha salarial desse ano, os metalúrgicos da CSN tinham nos seguintes pontos as suas principais reivindicações:

- incorporação nos salários do abono de emergência concedido em novembro de 1988;
- reposição das perdas para a inflação, decorrentes do Plano Verão;
- reposição integral das perdas havidas em função da inflação de fevereiro, março e abril de 1989, com base no Índice de Custo de Vida (ICV) do DIEESE;
- retomada da administração da CIPA por parte dos operários;
- eleição imediata de representantes sindicais na usina;
- retorno da permissão para que os líderes sindicais entrassem na CSN.

Há de se fazer notar que as duas últimas reivindicações estavam garantidas pela Constituição de 1988 e foram incluídas em um acordo entre o Sindicato e a CSN após a greve de novembro de 1988, mas não estavam sendo observadas pela empresa.

Na campanha salarial, foi inaugurado, no 1º de maio, um Memorial que o Sindicato encomendara ao arquiteto Oscar Niemeyer, homenageando os três operários assassinados na greve de novembro de 1988. Essa inauguração se deu durante uma assembléia pública do Sindicato, onde trabalhadores e respectivas famílias se fizeram presentes. Na madrugada do dia seguinte, uma bomba potente da IMBEL, Indústria de Material Bélico do Brasil (que apenas o Exército podia utilizar) explodiu o Memorial, sendo que uma Segunda bomba foi encontrada em uma mochila, também de propriedade do Exército, nas imediações da Praça Juarez Antunes, onde se construiu o monumento. A tutela militar – expressão do caráter autocrático da Nova República – novamente deixou a caserna e se fez presente, com a consciência do dever cumprido: minar a emergência da resistência operária que Volta Redonda experimentara no ano anterior. O Memorial foi reconstruído e mantém, até hoje, as marcas do terrorismo de direita, aquele que pretendeu impedir o registro arquitetônico do significado político da greve mais longa acontecida, até então, na CSN.

A explosão do Memorial foi, mais tarde, assumida por um comando de direita¹¹⁹ e se efetivou porque os militares que serviam na região “... encarariam o monumento como uma capitulação das Forças Armadas diante da esquerda”¹²⁰. No dia 25 de maio, o soldado Charles Fabiano da Silva, que seria convocado para depor sobre o atentado, foi metralhado durante sentinela que efetuava na zona militar de Volta Redonda, fato que levantou sérias suspeitas de se tratar de uma operação “queima de arquivo”¹²¹. Nada, entretanto, ficou provado.

Em 3 de maio, um dia após a explosão do Memorial, o alto forno 3, o mais importante da CSN, explodiu matando dois trabalhadores. A respeito disto, Mangabeira registrou que

Acreditou-se, inicialmente, que se tratasse de um segundo ataque terrorista em apenas dois dias. Respondendo a pressões, o governo acionou o SNI e a idéia foi rejeitada. A administração da Companhia tratou logo de responsabilizar os trabalhadores, associando o acidente com a greve de ocupação de novembro de 1988 e um pretenso descuido dos grevistas no trato dos equipamentos. Na opinião dos líderes sindicais e dos metalúrgicos, porém, o acidente apenas confirmava a manutenção inadequada e a utilização dos

¹¹⁹ Cf. MANGABEIRA, W., op. cit., p. 143.

¹²⁰ Revista Veja, 07/06/89, p. 71.

¹²¹ Revista Veja, 07/06/89, p. 71

equipamentos além dos limites. De fato, uma sindicância atestou que os trabalhadores estavam certos, o que veio a enfraquecer ainda mais a posição da diretoria da CSN¹²².

A campanha salarial teve prosseguimento, mas, agora, com a direção da CSN apostando na instauração do dissídio coletivo, enquanto Sindicato e Governo tentavam negociar, sendo este representado pela Ministra do Trabalho, Dorothea Werneck. A ministra intermediou as negociações no momento em que o Sindicato apresentou a proposta de demissão da diretoria CSN, que seria substituída pelos próprios trabalhadores na função de administrar a Companhia¹²³.

Dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda¹²⁴ elaboraram um documento sobre a natureza da crise na CSN¹²⁵, apontando como saída não a sua privatização, mas a entrega da administração da empresa aos seus empregados. O documento foi apresentado, durante as negociações, ao ministro da Indústria e Comércio, Roberto Cardoso Alves. Resumidamente, estes são os principais pontos dessa análise e proposta:

1. os três fatores apontados pela própria direção da CSN, através do seu presidente, Juvenal Osório Gomes, como responsáveis pela crise da usina possuíam, efetivamente, pertinência. Sucessivos atrasos na fase de ampliação, política inadequada de financiamento dos investimentos e política desastrosa de compressão dos preços dos produtos planos no mercado interno a partir de 1978 contribuíram intensamente para a situação vivida pela empresa. O último fator, além de proporcionar um prejuízo adicional sobre a capacidade de geração de recursos próprios pelo setor siderúrgico estatal, funcionou como um valioso subsídio ao setor privado (nacional e multinacional) da economia brasileira;
2. houve, entretanto, um agravamento da crise durante a gestão Juvenal Osório, iniciada em 28/10/85. Cartéis de fornecedores e cartórios de distribuidores faziam parte do cotidiano administrativo da CSN. Políticos e lobbies comerciais compunham um autêntico sistema de cotas na distribuição do aço. A fim de

¹²² MANGABEIRA, W., op. cit., p. 143.

¹²³ Ibid., op. cit., p. 144.

¹²⁴ Durante um período essa entidade foi designada pela sigla SEVRE, substituindo-a, mais tarde, por Senge-VR.

¹²⁵ Transcrevi, na íntegra, o documento em GRACIOLLI, E. J., *Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência Operária e Violência Militar na Greve em 1988*, Uberlândia, Edufu, 1997, pp. 192-196.

atingir os resultados exigidos pelos contratos de fornecimento e de transporte e pelos privilegiados em maiores cotas de aço subsidiado, a diretoria de então implantou um processo de produção *a qualquer custo*, que comprometeu o estado dos equipamentos já em avançado desgaste e que exigiam grandes investimentos para a necessária recuperação¹²⁶;

3. os grupos privatistas passaram a ter nesse quadro mais um importante apoio ao projeto de transferência da CSN para a iniciativa privada. Juvenal Osório chegou a declarar que a melhor solução para a empresa seria a sua privatização¹²⁷;
4. Corrupção, favorecimento e mordomias completavam a gama de componentes para a situação financeira da CSN. Compras sem concorrência, contratos dirigidos e melhorias nas residências dos diretores eram realizadas sem que nenhuma providência fosse tomada em sentido contrário, quer pelo governo, quer pela direção da empresa. O número de empreiteiras na CSN subiu de 2.000 para 10.000, a participação dos serviços contratados sobre o faturamento elevou-se de 7% para 25%. Setores estratégicos de operação, administração, engenharia e apoio foram entregues a firmas empreiteiras, em um claro processo de privatização indireta;
5. Os planos econômicos do período Sarney (Cruzado 1, Cruzado 2, Bresser e Verão) contiveram o preço do aço e arrojaram ainda mais os salários: a folha de pagamento da CSN desceu de 23% para 8%. A distribuição de cargos pelos cinco anos de mandato, a centralização administrativa das estatais pela SEST (Secretaria de Controle das Empresas Estatais), a ênfase nas exportações com vistas ao pagamento dos juros da dívida externa e a subserviência às “elites conservadoras” também foram apontadas como responsáveis pela crise da CSN.

A conclusão do documento era clara:

Neste sentido, hoje, os trabalhadores da CSN unidos em sua campanha salarial vêm reivindicar não só salários justos, melhores condições de trabalho, preservação da saúde e da vida, mas, muito acima disto, a retomada da CSN aos seus maiores desígnios. Na pauta

¹²⁶ Em 1986 o Senge-VR divulgava em seu boletim um alerta: “Nesta batalha de se produzir mais e mais, as baixas são cada vez maiores. O resultado de uma política dessas é terra arrasada. São equipamentos e homens no limite da exaustão, produzindo por um período muito curto para o engrandecimento político de uns poucos”.

¹²⁷ Revista Exame de 05/04/89.

de reivindicações de todos os sindicatos em campanha salarial na CSN consta uma cláusula especial, visando obter a participação no direcionamento da empresa e, conseqüentemente, a garantia da execução de uma política que alcance a produtividade e a qualidade sem prejuízo do trabalhador e do patrimônio do povo brasileiro.

Os trabalhadores em campanha salarial davam inequívocas evidências de que conheciam as causas dos desequilíbrios da CSN e, mais ainda, apontavam para uma saída que não era nem a permanência da situação de então, nem a venda da usina a grupos privados. A perspectiva do Sindicato dos Metalúrgicos e do SENGE era a do controle administrativo da CSN por parte dos trabalhadores. Voltarei a isto mais adiante.

A campanha salarial de 1989 culminou com um acordo, assinado em julho, onde ficou determinado um aumento de 52% nos salários, a ser homologado pelo TRT. O controle da CIPA voltaria aos trabalhadores que também poderiam contar com o retorno das lideranças ao interior da usina. A isonomia salarial foi obtida e a direção da empresa concordou em democratizar as informações sobre a CSN e seus trabalhadores. Por fim, acordou-se que a CSN revelaria o Sistema de Classificação de Cargos e Salários e elaboraria estatísticas sobre os acidentes de trabalho, a situação financeira da empresa e demais dados de interesse do Sindicato¹²⁸.

As eleições sindicais em 1989

Como já indicamos acima, três correntes no interior da própria diretoria do Sindicato pleiteavam a condição de indicar o cabeça da chapa da situação à sucessão do Juarez Antunes e, com isto, imprimir um determinado projeto de atuação. Marcelo Felício (presidente em exercício desde a vitória do Juarez para a prefeitura) liderava, ao lado de Bartolomeu Citeli, os dirigentes cutistas vinculados ao PDT e que pertenciam à Articulação Sindical, corrente da CUT. Luiz Antônio Vieira Albano (ou, simplesmente, Albano) e Luiz de Oliveira Rodrigues (Luizinho) eram as principais expressões do grupo de diretores historicamente ligados ao Juarez Antunes, também, naquele momento, majoritariamente

¹²⁸ Cf. MANGABEIRA, W., op. cit., p. 144.

filiados ao PDT. Vagner Barcelos, por fim, encabeçava um bloco que reunia, fundamentalmente, CUT pela Base e Convergência Socialista.

Marcelo, Albano e Vagner pretendiam a condição de cabeça de chapa, ou seja, de candidatos à presidência do Sindicato. A CUT regional presidiu, então, um processo de consulta aos trabalhadores sobre quem presidiria a chapa cutista¹²⁹. Tal processo não foi exatamente uma convenção, pois a disputa ficou restrita ao nome do presidente, não se estendendo à aprovação de teses.

Várias reuniões preparatórias, onde os três candidatos debateram suas idéias e concepções sindicais, culminaram com a realização, no dia 20 de abril de 1989, de uma assembléia no portão principal da CSN, com uma participação estimada pela imprensa em torno de dois mil trabalhadores¹³⁰. O resultado da consulta indicou Vagner como candidato, surpreendendo principalmente o grupo de Albano que avaliava que obteria a indicação, uma vez que se considerava (e, de fato, era) o herdeiro político do Juarez Antunes.

Encerrada a assembléia, iniciou-se a escolha dos 23 nomes que comporiam a chapa Um (denominada “Força Socialista”). O grupo do Vagner indicou 7 nomes (além do próprio Vagner), ficando com os cargos mais importantes; o setor ligado ao Marcelo Felício participou com 6 membros e o do Albano ficou com os 10 restantes.

Este acordo acabou por determinar uma composição de chapa – e, posteriormente, de diretoria – já embrionária das divergências e dos rachas que se verificariam no futuro. Pode-se dizer que os operários que compareceram à assembléia que definiu a vitória do Vagner enquanto candidato à presidência do Sindicato pela CUT eram os militantes mais ativos¹³¹. Assim, no interior desse universo, o projeto representado pelo Vagner (de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, através das comissões, e de democratização do Sindicato) foi vencedor. O mesmo, entretanto, não se deu em termos do coletivo de diretores do Sindicato. Da própria diretoria nasceria uma contraposição a esse projeto, conforme pode-se deduzir das palavras de um dos principais assessores do

¹²⁹ Na verdade, a consulta dizia respeito a uma das chapas cutistas, pois Alexandre Honorato Cerezo, da Causa Operária, montou uma chapa no campo da CUT que disputou as eleições com o número 4.

¹³⁰ O número de participantes não pode ser precisado. Vagner Barcelos avaliou em torno de quatro mil, outros militantes chegaram a falar em seis mil.

¹³¹ MANGABEIRA W., op. cit., p. 145, confirma isto.

Sindicato ligado ao grupo liderado por Albano e Luizinho, Colombo de Sousa Vieira, em entrevista dada ao Jornal do Brasil um dia após o término das apurações dos votos:

Apesar de ter sido escolhido candidato à sucessão de Marcelo Felício por uma representativa assembléia onde estavam cerca de 2 mil trabalhadores, Vagner Barcelos poderá enfrentar difíceis problemas internos, pois a diretoria tem seu controle dividido entre ele próprio, Felício e Luiz Antônio Vieira Albano. Este último, de acordo com versão do assessor do sindicato Colombo Vieira, foi quem sugeriu que o candidato da situação fosse indicado por uma assembléia. Albano esperava ganhar, mas acabou perdendo a indicação para Vagner. Mesmo assim, Albano conseguiu indicar o maior número de integrantes da chapa: 10, de um total de 24. Segundo Colombo, como tem a maioria, Albano poderá influenciar nas decisões mais importantes e disputar com Vagner a liderança junto à diretoria do sindicato.¹³²

Outras três chapas disputaram aquelas eleições. A chapa Dois (“Renovação: Democracia e Diálogo”) era apoiada pela CGT de Luiz Antônio de Medeiros e tinha à frente Martins Azevedo, Lopes e seus aliados (estes últimos haviam sido afastados da diretoria do Sindicato em agosto de 1988¹³³). Essa chapa, vinculada oficialmente à CGT de Medeiros, já demarcou terreno em relação à chapa situacionista: sua plataforma eleitoral baseou-se na proposta do sindicalismo de resultados, contrapondo-se ao sindicalismo classista. Propugnando o retorno dos serviços assistenciais na rotina do Sindicato, a chapa Dois rechaçava a política de enfrentamento com a CSN e as demais empresas e, normalmente, procurava desqualificar as greves como “políticas”, no sentido de possuir

¹³² Jornal do Brasil, 14/07/89.

¹³³ Em MANGABEIRA, W., op. cit., pp. 135-136, há a seguinte explicação para esse afastamento: “Um resultado negativo da greve de maio de 1988 foi o rompimento de três diretores com os demais integrantes da executiva do Sindicato. O grupo de oposição era liderado pelo sindicalista Lopes, que vinha tendo dificuldades em manter sua posição no Sindicato desde 1985. Oficialmente, a briga irrompeu porque Lopes afirmou, durante uma assembléia de cerca de 8 mil operários, que Juarez Antunes e seus aliados estavam usando os fundos do Sindicato para promover a campanha do primeiro a prefeito da cidade nas eleições de novembro seguinte. Ainda que a alegação tivesse fundamento, uma auditoria pública não conseguiu comprová-la (...). Lopes enfatizava os aspectos administrativos do Sindicato e sustentava que os serviços sociais deveriam continuar a ser oferecidos mesmo em um sindicato do tipo ‘novo sindicalismo’. Defendia negociações diretas com o Departamento Industrial na usina com a finalidade de determinar os problemas individuais dos metalúrgicos. A posição de Lopes conflitava diretamente com as opiniões de outros dirigentes, que tinham uma orientação política mais militante (...). Em agosto de 1988, Lopes e dois outros diretores envolvidos no conflito foram afastados de seus cargos em seguida a uma reunião da diretoria do Sindicato”.

objetivos para além das “reivindicações justas”, de natureza salarial. Era a principal chapa de oposição à CUT.

A chapa Três, praticamente sem expressão, era composta por antigos diretores ligados ao Waldemar Lustoza e a chapa Quatro abrigava a Causa Operária, liderada por Alexandre Honorato Cerezo que, historicamente, correu em raia própria no campo cutista.

As eleições apresentaram os seguintes resultados¹³⁴:

Resultado das Eleições Sindicais em 1989		
Chapa Um	12.792 votos	85,42%
Chapa Dois	1.153 votos	7,7%
Chapa Três	292 votos	1,95%
Chapa Quatro	416 votos	2,78%
Branços	144 votos	0,96%
Nulos	157 votos	1,05%
Votos em separado ¹³⁵	22 votos	0,14%
Total de votantes	14.976	
Número total de filiados	28.336	
Quorum mínimo (50% + 1)	14.169	

A votação obtida pela chapa Um foi muito próxima, em termos percentuais, ao melhor resultado colhido pelo Juarez Antunes, que se deu no ano de 1986. Naquela oportunidade, Juarez conseguiu 86,3%, graças aos 16.598 votos consignados à sua chapa, em um total de 19.228 votantes. A legitimidade dada a Vagner pelas urnas era inquestionável.

O embate entre CUT e Luiz Antônio de Medeiros – à época ainda na CGT, posto que a Força Sindical só seria fundada em março de 1991 – passou a ganhar contornos mais efetivos, em Volta Redonda, a partir dessa eleição:

Durante toda a quarta-feira, a CGT tentou criar um clima de tensão na cidade, fazendo chegar até os jornalistas que cobriam o pleito a informação de que a apuração da eleição poderia ser suspensa pela Justiça. Mas nada de concreto aconteceu e a atitude irritou os metalúrgicos, que descarregaram os votos na chapa da situação e garantiram à CUT o controle do sindicato por mais três anos¹³⁶.

¹³⁴ Correio Brasiliense, 14/07/89; Jornal do Brasil, 14/07/89; MANGABEIRA, W., op. cit., pp. 144-145. O universo sobre o qual os percentuais foram apurados corresponde ao total de votantes, 14.976.

¹³⁵ O Estatuto do Sindicato determinava que este tipo de voto fosse colocado em envelope lacrado, o que não foi feito, razão pela qual esses 22 votos foram declarados inválidos.

¹³⁶ Jornal do Brasil, 14/07/89.

A perspectiva política da CUT pela Base, vitoriosa naquele momento em Volta Redonda, incluía engajamento na busca da derrota do sindicalismo de resultado no seu principal centro, São Paulo:

O virginiano e torcedor do América, Vagner Barcelos, 30 anos, a ser empossado dia 8 de setembro para um mandato de três anos à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, prometeu que em maio estará pessoalmente em São Paulo, para trabalhar pela derrota de Luiz Antônio de Medeiros, na sucessão do Sindicato dos Metalúrgicos. 'Não quero intermediários. Vou levar pelo menos três ônibus com nossa gente e ajudar a oposição com dinheiro e material de campanha. Vamos derrotar Medeiros na sua base e desmoralizá-lo', afirmou logo após ter sua vitória confirmada. Depois de tentar anular a eleição de Volta Redonda, através da Justiça, usando a CGT, Medeiros se tornou o inimigo número um da recém-eleita diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda¹³⁷.

Três anos mais tarde, o oposto se daria: Medeiros imporá uma derrota à CUT e ao Vagner em Volta Redonda.

Concepções sindicais em disputa.

O programa da chapa vencedora¹³⁸ pode ser resumido nestes dez pontos:

1. defender a CSN e a FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da CSN) da privatização e pela recuperação dos equipamentos;
2. combater as repressões e perseguições nos locais de trabalho;
3. fortalecer as CIPAS;
4. estender a atuação do Sindicato ao conjunto dos trabalhadores na região Sul Fluminense, quer junto aos seus sindicatos, quer aos movimentos de bairro;
5. pelo fim das empreiteiras dentro da CSN e pelo aproveitamento dos seus trabalhadores nos quadros da empresa;
6. estender o turno de 6 horas a todas as empresas da região;

¹³⁷ Jornal do Brasil, 14/07/89.

¹³⁸ Boletim da chapa Um, Força Socialista.

7. pelo pagamento imediato das perdas do Plano Bresser (26,6%) e pelo reajuste mensal dos salários de acordo com o ICV do DIEESE;
8. manter 1º de Maio como a data base;
9. fortalecer o crescimento da CUT;
10. pela união e solidariedade internacional dos trabalhadores.

A resistência à privatização da CSN apareceu como primeiro ponto não por acaso. A gestão Vagner Barcelos à frente do Sindicato foi marcada, fundamentalmente, como de intensa luta (teórica e prática) contra a privatização. De um extenso documento apontando razões da crise e alternativas à CSN, passando pela elaboração de cartilhas em linguagem popular a fim de subsidiar reuniões, encontros e discussões com os moradores de Volta Redonda e região, o Sindicato, de novembro de 1989 a julho de 1992 empenhou-se sobremaneira na tentativa de barrar o Plano Nacional de Desestatização, principalmente no que ali se previa para a siderurgia.

Naquele momento o movimento social de Volta Redonda já não contava com o respaldo da Prefeitura. Todavia, mantinha-se o apoio e a participação efetiva da chamada Igreja progressista. Um outro componente importante foi representado por um programa diário, iniciado em 1º de janeiro de 1989, em uma das rádios FM locais, sob o comando de Rosalice Fernandes, cujo eixo básico era o da disputa político-ideológica:

O programa de rádio não tinha o objetivo informativo, nós não estávamos ali para informar nada, mas sim para fazer o combate, mobilização pelo rádio, estava clara a proposta. Era o maior programa em termos de audiência. Era muito. O nosso programa de rádio estava muito mais preocupado com esta questão [da disputa política mais geral e da privatização da CSN] do que com a questão sindical sentido restrito.¹³⁹

Contando com estas perspectivas, forças políticas e um considerável acúmulo organizativo, é que a proposta da gestão que se iniciava incluía 1) uma intensificação da articulação entre o movimento sindical e os movimentos populares e de bairro, 2) uma atuação no sentido de fortalecer o projeto classista no interior da CUT.

Das principais medidas implementadas, inicialmente, pela nova diretoria empossada pode-se destacar a instituição do colegiado:

O que se começa a implementar era se aprovar um novo estatuto do sindicato. Um novo estatuto do sindicato que definisse, junto com as assembléias setoriais da categoria, qual era

o papel do sindicato, qual era a função do sindicato. A primeira questão que a gente discutiu foi o chamado colegiado. Sindicato sempre foi colegiado. O voto do presidente vale o mesmo do suplente. Mas, no nosso sindicato, havia a figura do Juarez. E eu dizia: 'não, eu não quero para mim a decisão final; eu quero que todos decidam'. Então nós instituímos o colegiado.¹⁴⁰

A instituição do colegiado determinou que membros efetivos (presidente, secretário geral, secretário de finanças e administração, secretário de assuntos jurídicos, secretário de formação e secretário de saúde ocupacional), suplentes (total de sete), conselho fiscal (total de seis) e conselho de delegados (mais quatro) deliberassem e encaminhassem as decisões com um procedimento menos afeito à prática presidencialista. Esta diferença foi registrada, também, por Mangabeira:

Para mim, a maior mudança é essa recomposição da nova diretoria. Hoje, a principal questão é a idéia de que os trabalhadores não poderão mais delegar poder a nós, os líderes. Essa idéia de que 'o sindicato somos nós' é fundamental (...) Antes, muitos operários pensavam que o Juarez iria resolver todos os problemas. Agora é completamente diferente. Eu não me apresento à base como alguém que vai resolver as coisas *pelos* trabalhadores. Nós estamos juntos e somos responsáveis como uma coletividade pela solução dos problemas.¹⁴¹

No plano da organização dos trabalhadores, o traço da concepção sindical da CUT pela Base e seus aliados, em Volta Redonda, foi o investimento nas comissões nos locais de trabalho¹⁴². Ao longo dos primeiros meses de gestão (novembro de 1989 a fevereiro

¹³⁹ Entrevista com Rosalice Fernandes, em 24/09/97.

¹⁴⁰ Entrevista com Vagner Barcelos.

¹⁴¹ Entrevista de Vagner Barcelos a Wilma Mangabeira, citada em MANGABEIRA, W., op. cit., p. 146.

¹⁴² A propósito, isto já diferenciava esses dirigentes sindicais daqueles mais próximos ao Juarez, quando do seu segundo mandato (1986-1989) no Sindicato: "No interior da diretoria começaram a aflorar divergências quanto à concepção do que seria o eixo do trabalho do Sindicato, na base da categoria. De um lado, um grupo defendia que a ênfase deveria se dar na organização e mobilização dos trabalhadores, priorizando-se a criação de comissões de fábrica; de outra parte, havia um grupo de diretores que se preocupavam mais com a dimensão carismática em torno do Juarez, que, inegavelmente, gozava de expressivo apoio junto aos trabalhadores. As práticas daí decorrentes também se conflitavam: as referentes ao primeiro segmento desembocavam no investimento para a mobilização diária e na formação de lideranças intermediárias (ativistas e coordenadores de comissões de fábrica), ficando as relacionadas ao segundo segmento mais afeitas às assembléias e serviços assistenciais. Esse quadro repercutia até mesmo na divisão de funções dentro da diretoria. As principais lideranças do primeiro grupo (Vanderlei e Vagner Barcelos) eram os responsáveis pelas panfletagens em portas de fábrica e pelo Departamento de Educação Política dos ativistas,

de1990), reuniões de diretoria e junto a grupos de trabalhadores propiciaram um rico debate sobre como proceder com vistas a ampliação e consolidação das comissões por local de trabalho.

As dificuldades para se avançar nesta direção nasciam na própria diretoria, pois os diretores oriundos do grupo do Albano e do Luizinho guardavam sérias resistências às comissões de fábrica. Um atual diretor do Sindicato sintetizou, com muita propriedade, a razão maior para tais resistências, segundo a ótica daquele grupo:

A concepção do Luizinho é que o sindicato tem que estar dentro da empresa, e é isto que tem que acontecer. A comissão de fábrica que você tem que ter – a comissão de fábrica é para você criar traíra, para criar oposição. Eu não sou contra comissão de fábrica, mas tem que ser muito bem estruturada, se não você cria um sindicato paralelo. Então o sindicato tem que estar dentro da empresa, no dia-a-dia, para matar o problema. O trabalhador não tem que sair da empresa e vir ao sindicato para fazer denúncia. Você tem que estar lá dentro para saber o que está acontecendo e negociar no ato.¹⁴³

Oposição visceral às comissões nos locais de trabalho e atuação do sindicato no sentido de “amortecer” o confronto entre capital e trabalho compunham, desde a vitória da chapa Um, em 1989, a concepção sindical de um setor da diretoria que, três anos mais tarde, montaria a chapa vinculada à Força Sindical e venceria as eleições.

O projeto de Collor e a CSN

O momento político era de derrota do chamado campo democrático-popular, uma vez que Fernando Collor de Melo acabara de vencer Luís Inácio Lula da Silva. Guindado à condição de alternativa eleitoral à candidatura Lula, Collor representava às classes dominantes, no embate com o movimento social, a absoluta necessidade de impor

enquanto os líderes do segundo grupo (Lopes e Juarez) encarregavam-se, respectivamente, dos aspectos administrativos, burocráticos e assistenciais do Sindicato e da condução dos trabalhos nas assembleias”, GRACIOLLI, E., op. cit., p. 86.

¹⁴³ Entrevista com Emanuel Gomes Perrut, em 25/09/97, atual Diretor de Base do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

contundentes restrições à organização dos trabalhadores. Francisco de Oliveira, com muita propriedade, assim se expressou a respeito:

Quando a grande burguesia, com medo da vitória do Lula, comprou Collor pensando transformá-lo em seu robô, o segundo turno virou uma guerra de classes. No mandato destrutivo objeto dessa compra estava incluído acabar com o novo poder sindical, que havia crescido enormemente – e paradoxalmente numa década de crescimento econômico quase nulo – e se potencializado com as novas centrais. Sobretudo com a CUT. Fazia parte dessa destruição a nomeação de Magri, indicado por Luiz Antônio de Medeiros, que viu ampliado o enorme espaço que a Rede Globo lhe abria, desde que o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo pareceu emergir como a liderança capaz de contrapor-se a Lula no plano político e aos sindicalistas de São Bernardo no plano sindical. *A criação da Força Sindical foi magnificada, como numa ampliação fotográfica, exatamente para minar o papel da CUT e do PT.* No governo Sarney, logo depois do fracasso do Plano Verão, Medeiros já havia composto quase um ministério paralelo, quando do famoso pacto social, que deu com os burros n'água pela simples razão de sua falta de representatividade. *O que interessava mais amplamente era eliminar as comissões de fábrica, a crescente capacidade de organização dos trabalhadores, enfim deixar o campo livre para processos que exigissem maciças demissões, na perspectiva de inovações tecnológicas.*¹⁴⁴

Já foi examinado, no capítulo 1, o conjunto de vínculos entre a Força Sindical e o neoliberalismo. Aqui, é importante reter o que foi essencial no governo Collor relativamente ao movimento social e, em particular, ao movimento sindical. Antes, porém, cabe uma breve caracterização do significado desse governo.

Oliveira, reportando-se à particularidade brasileira no que tange à inexistência da experiência socialdemocrática e ao momento final do regime militar, sustenta que

... foi a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandado “democrático” de José Sarney. Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos anti-estatais (na verdade anti-sociais) da grande burguesia, mas

¹⁴⁴ OLIVEIRA, F. de, *Collor: A Falsificação da Ira*, Rio de Janeiro, Imago Ed., 1992, pp. 159-160. Os grifos são meus.

sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente.¹⁴⁵

Na seqüência, Oliveira contextualiza a eleição de Collor e aponta para um traço distinguidor do seu mandato, a natureza bonapartista:

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismarck das Alagoas. Então, surgiu o neoliberalismo à brasileira.¹⁴⁶

Realmente, entendo que este foi um aspecto central do governo Collor, ou seja, o de ter sido bonapartista¹⁴⁷. O primeiro fundamenta para afirmar isto está no fato de que o bonapartismo - ainda que contrarie *pontualmente* alguns interesses das classes dominantes - apresenta como eixo básico da sua política a defesa da ordem vigente. E tal foi o sentido último da política empreendida pelo *Bismarck* das Alagoas. Conforme Antunes,

O Plano Collor é exemplar a este respeito [defesa da ordem vigente]. Tem um *télos* que visa a modernidade do grande capital e, para alcançar tal objetivo, implementa algumas medidas que, em sua imediaticidade, e só neste plano, ferem aspectos de setores do capital.¹⁴⁸

Um outro motivo pelo qual se deve reconhecer Collor como bonapartista diz respeito à necessidade do seu governo estabelecer relação com o que ele mesmo chamou de *descamisados*, em um paralelo com o lugar que, na França de Luís Bonaparte, era ocupado pelo campesinato e pelo lumpen-proletariado.

Outrossim, a atrofia do Poder Legislativo é reveladora deste traço de Collor. Sua forma de governar se pautou, invariavelmente, pelo recurso às medidas provisórias e pelo sistemático desprezo pelo parlamento. O bonapartismo sempre rimou com autocracia.

¹⁴⁵ OLIVEIRA, F. de, "Neoliberalismo à Brasileira", In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.), *Pós-Neoliberalismo – as Políticas Sociais e o Estado Democrático*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, p. 25.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, F. de, "Neoliberalismo...", op. cit., p. 25.

¹⁴⁷ Em ANTUNES, Ricardo, *O Novo Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1991, há um esclarecimento que julgo importante quanto ao caráter bonapartista do governo Collor: "Collor nos remete ao segundo Bonaparte, o Luís Bonaparte, o sobrinho, que celebrou-se na França por ter sido responsável por um golpe de Estado. Não se trata, entretanto, de buscar identidade entre singularidades muito distintas, como a França de meados do século passado e o Brasil dos anos noventa. Este caminho – recurso metodológico duvidoso – resultaria em algo muito pouco fértil, senão grotesco. Há, entretanto, uma dimensão universalizante, presente no fenômeno social e político do bonapartismo...". É a esta dimensão universalizante que me reportarei a seguir.

Mas foi na gestação mesmo da candidatura Collor que aflorou uma outra dimensão bonapartista. De acordo com Antunes,

Não se pode deixar de considerar, nesta aproximação entre Collor e o bonapartismo, a sua dimensão “aventureira”. Era a saída possível de uma Ordem, num quadro eleitoral em que seus representantes, de Maluf a Ulysses, passando pelo ensaio da candidatura Jânio, não conseguiram decolar. Em contrapartida, as opções pela esquerda, com Lula e Brizola, assustavam crescentemente os defensores do *status quo*. Collor foi a expressão (bem sucedida) de um improviso necessário, da ordem, frente aos riscos presentes no quadro eleitoral.¹⁴⁹

O tripé das ações estatais no interior do ideário neoliberal (privatizações, desregulamentação dos direitos sociais e abertura da economia) foi sendo implementado, portanto, por um governo que se apresentava como síntese e mescla de 1) política voltada para os interesses centrais do grande capital nos marcos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, 2) autocracia civil onde o desprezo pelo órgão de representação política (parlamento) era acompanhado pelo recorrente apelo às camadas mais empobrecidas da população e 3) aventureirismo político-eleitoral diante das dificuldades que as candidaturas mais tradicionais no campo da direita tiveram para enfrentar as do campo democrático-popular.

Reduzir ao máximo o horizonte de ação do movimento sindical era um dos seus objetivos táticos, exatamente porque significava verdadeira condição *sine qua non* à implantação das medidas neoliberalizantes por parte desse governo. Para tanto, o modelo norte-americano de sindicalismo, o chamado sindicalismo de resultados ou de parceria, mostrava-se adequado, em virtude dele obstaculizar as negociações de caráter coletivo e delimitar o terreno no interior do qual se pode e se deve reivindicar: o economicismo.

A este propósito fazia-se necessário quebrar a combatividade e a organização que a CUT ainda representava, mesmo com o refluxo que esta central viveu em seu projeto classista a partir de 1988¹⁵⁰. E, no caso de Volta Redonda, um outro elemento nevrálgico se colocava, posto que a privatização da CSN era considerada emblemática e estratégica para a política que Collor representava.

¹⁴⁸ ANTUNES, Ricardo, *O Novo Sindicalismo no Brasil*, (Editora Brasil Urgente), p. 108.

¹⁴⁹ ANTUNES, Ricardo, *O Novo Sindicalismo no Brasil*, (Editora Brasil Urgente), p. 109.

¹⁵⁰ Voltarei a esta questão mais adiante.

O investimento na criação de comissões de fábrica era uma das metas prioritárias do segmento liderado por Vagner Barcelos na diretoria, na perspectiva de aprofundar a experiência autônoma que cerca de dez comissões já vinham desenvolvendo na CSN, na FEM e em mais algumas metalúrgicas privadas:

Em 1977 um rapaz chamado Herman foi um dos gestores do Grupo de Oposição Sindical e falava muito em comissão de fábrica. E isto era fundamental para nós. Logo depois que o governo Collor se instalou a repressão vinha forte contra o movimento sindical. Esta era a representação do governo Collor: repressão contra o movimento social como um todo. E eu dizia: “nós temos que ter estas comissões de fábrica”. E foi o que segurou a greve em 88. E digo mais: gente só tinha a figura da comissão interna ou da discussão interna na fábrica através da CIPA, uma figura histórica, tinha mais fundamentação na própria legislação. Nós sempre aproveitamos isto. Os nossos militantes quase todos eram cipeiros. Eu fui cipeiro, o que me deu estabilidade desde quando entrei na CSN até entrar na direção do Sindicato, em 86. Mas com o governo Collor, tudo isto foi derrubado. O Procópio Lima Neto não respeitou nada. Colocou os dirigentes sindicais para fora da CSN, todos, nem a trabalho e se estivessem a trabalho ele pagava para ficar do lado de fora da fábrica, e os cipeiros também foram perseguidos sistematicamente.¹⁵¹

Vagner refere-se, aqui, a Roberto Procópio Lima Neto, que foi nomeado presidente da CSN, pelo governo Collor, em 18 de abril de 1990, encerrando o período em que Juvenal Osório Gomes ocupou a presidência da usina (1985-1990). Roberto Procópio Lima Neto, como executivo, foi diretor ou presidente de várias empresas públicas e privadas, como o BNDES, Finame, Embramec, Ibrasa, Cebrae, Monteiro Aranha Hochtief e Setal. Em seu livro *A volta por cima*, explicita a sua admiração pelo governo Collor: “... eu estava entusiasmado com o plano liberal que elegeu o Presidente Collor, ainda que um pouco decepcionado pelo plano econômico implantado, que não estava entre os planos de campanha”¹⁵². Sua auto-representação do significado que sua gestão à frente da CSN teria é reveladora da obstinação com que desempenhou o que dele era esperado: “mas afinal, o que me fez aceitar? Seria um complexo de super-homem, achando que eu podia tudo? Ou seria um complexo de Dom Quixote? Sem querer ser pretensioso, acho que Deus me guiou”¹⁵³.

Logo em seu discurso de posse, Roberto Procópio Lima Neto disse a que vinha:

¹⁵¹ Entrevista com Vagner Barcelos.

¹⁵² LIMA NETO, R.P., *A Volta por Cima*, Rio de Janeiro, Record, 1993, p. 22.

¹⁵³ *Ibid.*, op. cit., p. 23.

Eu estava assumindo uma empresa difícil, com um Sindicato considerado um dos mais radicais do Brasil (...). Precisava também mostrar a Brasília que as coisas seriam diferentes, para tentar sensibilizar o Governo a nos dar os recursos necessários ao saneamento da empresa (...). Em meu discurso de posse, soltei logo duas ‘bombas’. O plano de saneamento da CSN previa uma importante redução de pessoal, e a empresa iria ser privatizada depois de saneada, o que deveria ocorrer em aproximadamente um ano (...). Falei no primeiro dia nas demissões, falei que se eles fizessem greve não pagaria os dias parados, nem férias ou décimo terceiro proporcionais.¹⁵⁴

O objetivo governamental com Roberto Procópio Lima Neto para a CSN era cristalino: preparar a usina para a privatização, o que exigia uma mudança significativa na linha política do Sindicato, mudança esta perseguida desde o início da sua gestão: “nos meus primeiros encontros com o Sindicato, eu realmente tentei envolvê-los em uma administração compartilhada e transparente”¹⁵⁵.

No âmbito governamental a intenção de privatizar a CSN assumia concretude logo no começo. O Ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, apresentou ao Collor um Plano de Ação¹⁵⁶ para a CSN, dividido em três etapas. Resumidamente, este plano compreendia:

Etapa 1 (ações de impacto, a serem implementadas em 30 dias):

- demissão imediata de cerca de 4.000 trabalhadores;
- suspensão dos contratos com firmas prestadoras de serviços, objetivando reduzir até 2.000 trabalhadores;
- desativação da mina de carvão e do lavador de Capivari para venda posterior;
- desativação da FEM;
- avaliação da mina de minério de ferro da Casa de Pedra, visando sua alienação;
- revisão dos critérios para contratação da distribuição e transporte de produtos siderúrgicos.

Etapa 2 (equacionamento financeiro, prazo entre 30 e 60 dias):

¹⁵⁴ Ibid., op. cit., pp. 27-29.

¹⁵⁵ Ibid., op. cit., p. 29.

¹⁵⁶ Ibid., op. cit., pp. 35-36.

- obtenção de recursos no montante de 150 milhões de dólares, para cobrir os custos das indenizações trabalhistas e as duas primeiras folhas de pagamento;
- viabilização da operação de *relending* (renovação de empréstimos) de 600 milhões de dólares;
- adequação do perfil da dívida, renegociando-a;
- negociação com o Sindicato objetivando converter parte do passivo trabalhista em participação acionária, obter acordo para mais demissões (além das 4.000 já previstas na etapa 1) e negociar futuras participações acionárias dos empregados com a capitalização de parte dos futuros aumentos de salário.

Etapa 3 (plano de recuperação, a prazo médio):

- contratação de uma empresa de consultoria com vistas à avaliação dos resultados obtidos em 90 dias da gestão Roberto Procópio Lima Neto;
- fechamento da CSN em caso de fracasso das medidas propostas.

A impossibilidade do Sindicato adequar-se à lógica implícita nesse Plano logo ficou evidente para o recém empossado presidente da CSN: “a primeira constatação óbvia é que qualquer acordo com o Sindicato, em linhas próximas às sugeridas pelo Plano seria absolutamente impossível”¹⁵⁷.

As medidas começaram a ser adotadas. A mina de carvão e o lavador de Capivari (SC) foram fechados, pois a direção da CSN optou por passar a utilizar carvão importado, desconsiderando um Decreto do Governo que obrigava as siderúrgicas usarem carvão nacional. O resultado dessa primeira ação foi imediato: 2.000 trabalhadores de Criciúma e Tubarão foram demitidos. Das chamadas ações de impacto (relativas à Etapa 1), o fechamento da FEM não foi aceito.

A campanha salarial de 1990 (sempre lembrando que a data base dos metalúrgicos é 1º de maio) iria se dar em um contexto altamente tenso e complexo. O início do governo Collor contava com amplo respaldo da mídia às propostas consideradas “modernizadoras” do Estado e da relação deste com a sociedade, particularmente sobre o programa de privatizações das estatais. A direção da CSN estava visceralmente engajada no

¹⁵⁷ Ibid., op. cit., p. 37.

cumprimento do Plano de Ação. Em meados de abril de 1990, há quinze dias da data base, a CSN acumulava uma dívida com seus empregados equivalente a sete meses de salário em média, pois havia atrasos parciais de vários meses, acrescidos do não pagamento de décimo terceiro e da “girafa”¹⁵⁸. Além disso, os salários de março não tinham sido ainda pagos.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos possuía um profundo conhecimento da realidade da CSN, o que lhe proporcionou condições para, em conjunto com o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, elaborar um dossiê sobre a CSN, com a indicação de medidas saneadoras, que não desembocariam na sua privatização, conforme já mencionei acima. O diagnóstico presente no dossiê afirmava que 60% da folha de pagamento da usina eram absorvidos por apenas 3.800 dos 21.700 empregados e que havia cerca de 300 oficiais do Exército recebendo altos salários, sem trabalharem na CSN, além de usufruírem gratuitamente de casas e de alimentação da companhia. Todas estas denúncias e mais as alternativas ao saneamento da usina foram entregues, pelo Sindicato, ao Ministro interino da Infra-estrutura, Paulo César Ximenez, e ao Secretário das Minas e Metalurgia, Luís André Rico Vicente, em 25 de abril de 1990, encontro onde Vagner apresentou a lista nominal daqueles militares e dos 3.800 empregados com altas remunerações e destacou a possibilidade de serem aposentados 1.400 trabalhadores, desde que lhes fossem garantidas aposentadorias dignas. Também foi proposta a venda das 300 residências da CSN em Volta Redonda, o que renderia aproximadamente 3 milhões de dólares, além de estancar o prejuízo que representavam na oportunidade¹⁵⁹. O Sindicato também entendia que saneamento administrativo (redução de cargos de gerência e da curva de salários), auditoria e renegociação da empresa junto aos bancos estatais e privados, renegociação das dívidas junto aos fornecedores (Light, Petrobrás, etc.) e desburocratização da área de contratos e vendas contribuiriam para a recuperação da CSN.

No mesmo encontro, Vagner colocou como inadiável a correção do preço do aço fabricado pela CSN, que se encontrava 40% abaixo do valor de mercado¹⁶⁰. No capítulo 5 abordarei esta questão (defasagem do preço dos produtos da CSN) como parte do lugar que a privatização teve na disputa sindical. Interessa-me, no capítulo que segue (3), avançar na

¹⁵⁸ “Girafa” era a modalidade que a CSN adotava como regulamentação ao dispositivo constitucional que previa participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, uma espécie de décimo quarto salário.

¹⁵⁹ Cf. O Dia, 26/04/90, p. 3.

análise do processo que culminou com a vitória da Força Sindical, em 1992, ensejada a partir da campanha salarial de 1990, ponto de partida do grupo que originaria a chapa da Força Sindical.

¹⁶⁰ Cf. O Estado de São Paulo, 25/04/90.

Capítulo 3 - Da CUT à Força Sindical

A campanha salarial de 1990.

O canal de negociação do Sindicato com o governo federal foi se reduzindo. A presidência da CSN era o interlocutor principal. Mas o seu compromisso visceral era com o plano governamental de “saneamento” da empresa, o que significava demitir quatro mil operários. As demissões, entretanto, não poderiam ser feitas de imediato porque, conforme Roberto Procópio Lima Neto, elas implicariam indenizações em torno de 50 milhões de dólares¹⁶¹. Sua estratégia consistiu em licenciar 2.000 trabalhadores:

Decidimos fazer a lista dos demissíveis e mandá-los para casa, com seus salários, até que a empresa tivesse recursos para consumir o desligamento. Esse processo ficou conhecido em Volta Redonda como o episódio das “cartinhas”. Quem recebesse uma cartinha de licença sabia, e eu afirmava isso abertamente, que estaria demitido, definitivamente em alguns meses.¹⁶²

A resposta do Sindicato foi instantânea. Realizou-se um ato público contra as licenças, onde estas foram denunciadas a partir do seu *background*: o Plano Collor, caracterizado como recessivo e fator de deterioração dos serviços de saúde, educação e transporte.

Antes mesmo da divulgação, por parte da empresa, da lista dos trabalhadores que seriam licenciados, o Sindicato convocou uma greve. Roberto Procópio Lima Neto, então, divulgou a lista e distribuiu boletins entre os operários argumentando que a greve poderia

¹⁶¹ LIMA NETO, R.P., op. cit., pp. 65-66.

gerar mais demissões e, até mesmo, provocar o fechamento da usina. Iniciava-se um período em que o presidente da CSN disputaria com o Sindicato a adesão dos trabalhadores por todos os meios, inclusive com boletins, reuniões por departamento e assembléias no interior da empresa.

A greve com ocupação da usina por cerca de três mil operários começou às 7h00 do dia 14 de maio, como forma de resistência às demissões anunciadas e meio para se abrir negociação com vistas a um processo de saneamento que não passasse pela privatização. Em meio à campanha salarial, o Sindicato também buscava um espaço onde pudesse negociar a pauta das reivindicações e o pagamento dos atrasados. A greve era "... resistência contra as demissões, contra o arrocho e pelos direitos dos trabalhadores"¹⁶³. Tropas do 22º Batalhão do Exército, em Barra Mansa, a poucos quilômetros da empresa, ficaram de prontidão, sem, entretanto, intervirem. Após doze horas de paralisação, os operários encerraram o movimento, pois abriu-se a possibilidade de uma reunião com Roberto Procópio Lima Neto, que se encontrava no Rio de Janeiro. A propósito, a sua prática em greves de ocupação havia sido anunciada já no discurso de posse: "... Sindicato na Usina, Presidente no Rio"¹⁶⁴.

Roberto Procópio Lima Neto buscou envolver o Sindicato na definição da lista dos que seriam, após um período de licença, demitidos:

Concordei também que eles poderiam rever a lista já publicada e que, se me provassem a existência de alguma injustiça, essa demissão específica seria revista. Paradoxalmente, essa última concessão deixou o Sindicato numa sinuca de bico. Pensem bem: a quase totalidade dos demitidos se achava injustiçada. Se o Sindicato fizesse uma lista com 100% dos demitidos, a coisa pareceria brincadeira (...). É claro que em todo processo de demissão em massa ocorrem algumas injustiças. Porém, se o Sindicato apontasse esses poucos casos, a grande maioria, que estaria fora da lista, iria brigar com eles.¹⁶⁵

O Sindicato reiterou sua posição quanto aos empregados da CSN que deveriam, de fato, ser demitidos:

A verdadeira tropa de militares da reserva empregados na CSN corre o risco de sofrer uma grande baixa. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta redonda tem pronta uma

¹⁶² Ibid., op. cit., p. 66.

¹⁶³ Boletim 9 de Novembro, 15/05/90.

¹⁶⁴ LIMA NETO, R.P., op. cit., p. 67.

¹⁶⁵ Ibid., op. cit., p. 67.

contraproposta de demissões na CSN que inclui cerca de 300 oficiais do Exército. Conforme ficou acertado em reunião com diretores da empresa, na noite de Segunda-feira, os trabalhadores terão acesso à lista de dispensas “para corrigir possíveis injustiças” e sugerir cortes de gorduras. E na malha fina dos sindicalistas, sobrou para os militares intocáveis na companhia desde o golpe de 64.¹⁶⁶

As demissões, todavia, não foram revistas ou estancadas com essas negociações e, obviamente, os militares da reserva empregados na CSN não foram demitidos. Em uma articulação entre Sindicato e movimentos populares, foi organizado o *Acampamento da Resistência*. Durante 28 dias (de 23/05/90 a 19/06/90) trabalhadores licenciados, sindicalistas e membros de movimentos populares acamparam em frente ao Escritório Central da CSN. Essa ação, inicialmente, resultou numa redução do número de trabalhadores licenciados, sem, contudo, alterar o horizonte que se lhes apresentava, a demissão. De uma lista com 2.000 nomes passou-se a uma com 1.375 nomes.

Segundo o próprio Roberto Procópio Lima Neto, ao assumir a presidência da CSN (18/04/90) a usina contava com 23.700 trabalhadores próprios em exercício, número que caiu, quando da sua saída em 29/12/92, para 16.700. Dessa redução, 5.500 foram demissões (cujas grande maioria, algo em torno de 4.100, foi demitida nos seis primeiros meses), 700 corresponderam a aposentadorias e 800 foram transferências para a FUGEMSS (Fundação General Edmundo Macedo Soares, que assumiu o hospital da CSN, a Escola Técnica e a área de seleção e treinamento de pessoal)¹⁶⁷.

Governo Collor, demissões em massa, pagamentos atrasados e um presidente da CSN obstinado em seu propósito e função: preparar a empresa para a privatização. Estes eram os elementos que se apresentavam aos trabalhadores na campanha salarial de 1990. Ao iniciarem a campanha daquele ano, estes decidiram adiar a data base, de 1º de maio para 30 de junho, uma vez que entendiam a situação difícil da empresa¹⁶⁸. Todavia, seria inaceitável abrir mão do montante que a CSN devia a cada um dos seus empregados. Em outubro de 1989, após uma campanha onde não ocorreu greve, os metalúrgicos haviam conseguido um reajuste de 52%, que começou a ser pago em novembro. Como a data base era em maio, havia uma diferença a ser acertada relativa a tal reajuste para um período de

¹⁶⁶ Jornal do Brasil, 16/05/90.

¹⁶⁷ LIMA NETO, R.P., op. cit., p. 55.

¹⁶⁸ Boletim A Verdade, julho/90.

seis meses (de maio a outubro) que a CSN não pagou. Um outro atraso era referente aos 26% decorrentes das perdas do Plano Bresser, que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu em novembro de 1989. A empresa começou a pagar esse valor, mas não o incorporou aos salários. Ou seja, a CSN descumpriu o acordo salarial do ano anterior e uma decisão do TST.

Além do pagamento desses atrasados, a reivindicação central em 1990 era a reposição das perdas salariais referentes ao IPC de março e abril, respectivamente 84,32% e 44,80%, que, somados, perfaziam um índice de 166,9%. Com o adiamento da data base para junho, vários operários saíram de férias sem receber um terço a mais, previsto na Constituição. Como dissemos anteriormente, a “girafa” e o próprio décimo terceiro não estavam em dia. A pauta de reivindicações, portanto, caracterizava-se por um eixo defensivo, sem praticamente nenhum item que significasse ganho adicional. A exceção ficava por conta de um único ponto: 10% a título de produtividade, mas que, no depoimento de um ex-diretor, “tinha a função de servir para negociar, no sentido de até ser descartado”. No plano político-organizacional, reivindicava-se a readmissão de todos os demitidos e o cancelamento das “cartinhas” que Roberto Procópio Lima Neto havia enviado a fim de “licenciar” 1.375 trabalhadores. Mesmo assim, as diversas tentativas de negociação receberam do presidente da CSN apenas recusa.

Além do já citado *Acampamento da Resistência*, outras formas de protesto e luta tiveram vez em maio de 1990, durante o prazo de dois meses de adiamento da data base. No dia 15, logo após a greve de doze horas acontecida um dia antes, treze mil aposentados protestaram e ocuparam o prédio da CBS (Caixa Beneficente dos Siderúrgicos da CSN) em função das pensões e aposentadorias não terem sido pagas em dia. Os atrasos aos pensionistas e aposentados não eram novidade da gestão Roberto Procópio Lima Neto, todavia naquele momento o presidente da CSN anunciara que “... o primeiro dinheiro que entrasse em caixa teria que ser usado para comprar carvão, sem o quê a coqueria esfriaria e os prejuízos seriam grandes”¹⁶⁹.

Diante da intransigência por parte da direção da CSN, a alternativa da greve se colocou como último recurso:

¹⁶⁹ LIMA NETO, R.P., op. cit., p. 128.

...Lutamos contra as demissões e licenças remuneradas no Acampamento da Resistência. Passamos longos meses com salários defasados sem fazer uma greve. Foi a época dos Boicotes aos Vales Refeição, da Ocupação de um dia, exigindo negociações do saneamento. Nada disto foi suficiente. A direção da CSN não respeitou o pedido de abertura de negociações feito pelos trabalhadores. Feridos em sua dignidade, os metalúrgicos, representados pelo Sindicato da categoria, enviaram diversos ofícios à direção da empresa. Mais uma vez não nos deram ouvidos. Só nos restou a greve para defender nosso direito ao trabalho e a salários dignos.¹⁷⁰

A maior greve na história da CSN

A conjuntura política representava grande dificuldade aos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, principalmente se neles se incluísse a perspectiva de greve. Mesmo assim, os metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro demonstravam capacidade de resistência. Três mil operários da Siderúrgica Barra Mansa, do grupo Votorantim, decretaram greve por tempo indeterminado em 11 de junho. A greve durou 24 horas e contou com a adesão de 1.800 trabalhadores que conquistaram 50% de reajuste¹⁷¹.

Outros nove mil trabalhadores de empresas metalúrgicas privadas na região sul fluminense também estavam em campanha salarial, cuja reivindicação básica era a reposição de 166,9%. A expectativa era de que a greve se estendesse a empresas como Fornasa, Barbará, Itatec, Cibrás e Xerox do Brasil. Na CESBRA (Companhia Estanífera Brasileira), empresa localizada em Barra Mansa e pertencente ao Grupo Brascan, 490 metalúrgicos paralisaram por dez dias (12 a 21 de junho) com a mesma reivindicação básica e obtiveram reajustes escalonados, nos seguintes termos: até 5 salários mínimos, 75% de reajuste; de 5 a 7 salários mínimos, 60% de reajuste; acima de 7 salários mínimos, 20% de reajuste¹⁷².

¹⁷⁰ Boletim A Verdade, julho/90.

¹⁷¹ Boletim do Dieese nº 112, julho de 1990 (separata "As Greves de junho de 1990), p. 39.

¹⁷² Boletim do Dieese nº 112, julho de 1990 (separata "As Greves de junho de 1990), p. 39. Além desses reajustes, todos os trabalhadores que recebiam até 7 salários mínimos ganharam cesta básica.

A campanha salarial dos metalúrgicos no setor privado não se deu com alteração da data base. Assim, os operários da CSN e da FEM tinham parâmetros a partir do que se desenrolava no segmento privado da metalurgia. O Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro – o segundo maior do país, com 32 mil filiados - teve eleições em julho de 1990, onde a CUT reafirmou sua condição de direção¹⁷³. O impasse existente na Siderúrgica Barra Mansa era o mesmo para o conjunto dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, bem como para os trabalhadores em geral no país: arrocho salarial. A FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) afastou qualquer possibilidade de conceder o reajuste reivindicado (166,9%) e recomendava as empresas a apenas aceitarem antecipações salariais entre 20% e 50%¹⁷⁴. E, em geral, o setor privado no ramo metalúrgico oferecia reajuste de 84,32%, descontando-se as antecipações, o que resultava em um índice líquido de 29,8%, arredondado para 30%, considerado inaceitável pelos trabalhadores¹⁷⁵.

Em 10 de julho, os metalúrgicos do Rio de Janeiro decidiram, em assembléia com pouca presença, decretar o início da greve geral da categoria:

A partir de hoje as empresas dão início à paralisação de suas atividades. Os metalúrgicos da indústria pesada Muller cruzaram os braços ainda ontem mesmo, antes da decretação do “efeito dominó”. Os 2.500 funcionários do Estaleiro Emaq decidiram começar a greve hoje. Existe a possibilidade ainda de a ABC Teleinformática dar prosseguimento com os 1.200 metalúrgicos da Emaq. Segundo o secretário geral do Sindicato, Renato Arthur, a opção pelo “efeito dominó” foi devido à presença pequena de metalúrgicos que compareceram à assembléia de ontem. O dirigente garantiu, no entanto, que esta é uma maneira de, aos poucos, acumular forças e puxar uma greve geral com os 150 mil metalúrgicos do Rio.¹⁷⁶

O “efeito dominó”, na verdade, não aconteceu no Rio de Janeiro¹⁷⁷. A tabela abaixo mostra os dados para este Estado e para o Brasil, relativamente à duração das greves da categoria dos metalúrgicos em julho de 1990:

¹⁷³ A chapa cutista, encabeçada por Carlos Manuel Costa Lima, obteve 5.769 votos (51,81%) contra a chapa apoiada pelo MR-8, que atingiu 4.885 votos (43,87%), cf. *Jornal do Brasil*, 06/07/90.

¹⁷⁴ *Jornal do Brasil*, 06/07/90.

¹⁷⁵ *Gazeta Mercantil*, 12/06/90.

¹⁷⁶ *Jornal Última Hora (RJ)*, 11/07/90.

¹⁷⁷ O Boletim do Dieese n° 113, de agosto de 1990, traz em sua separata uma indicação de que, no Estado do Rio de Janeiro, apenas 4 empresas privadas foram atingidas pela greve. No Estaleiro Mauá, também no Rio de Janeiro, os metalúrgicos pararam por 34 dias (20 de junho a 23 de julho) com vistas à obtenção de um abono de Cr\$ 10.000,00 até que o dissídio fosse acertado.

Duração das greves dos metalúrgicos (RJ e Brasil, julho 1990)					
	1 DIA	2 A 7 DIAS	8 A 20 DIAS	MAIS DE 20 DIAS	TOTAL
RJ	2 (33,3%)	2 (33,3%)	0	2 (33,3%)	6
Brasil	9 (12,5%)	32 (44,4%)	16 (22,2%)	15 (20,8%)	72

Fonte: Boletim do Dieese nº 113, agosto de 1990, separata "As greves de julho de 1990".

No Rio de Janeiro, portanto, não foram muitas as empresas que tiveram suas atividades paralisadas em função da greve. E, onde a greve aconteceu, o movimento, em geral, caracterizou-se por curta ou média duração (66,7% delas duraram de 1 a 7 dias), enquanto que, para o país, verificou-se um percentual menor (56,9%) para greves de 1 a 7 dias e um maior (43%) para as de duração mais longa.

A conjuntura era particularmente hostil para as categorias em campanha salarial, como se pode concluir pelas dificuldades que os metalúrgicos da Ford (Autolatina) e da Mercedes-Benz, ambas em São Bernardo do Campo, tiveram durante as longas e reprimidas greves que realizaram entre junho e julho de 1990. Essas, sim, foram greves que fugiram à regra no período e se estenderam por mais tempo, sem, entretanto, lograrem o reajuste almejado.

Na Ford, trabalhadores dos setores de ferramentaria e manutenção (cerca de 900) entraram em greve reivindicando, fundamentalmente, o IPC de março e abril, ou seja, 166,9%. Com a ameaça de que haveria demissão de, pelo menos, 100 dos 900 grevistas, 7.000 operários ocuparam a empresa, por doze horas, no dia 23 de junho. Ao longo de 50 dias (11 de junho a 30 de julho) a rebeldia operária incluiu danos às instalações e alguns veículos foram depredados. Na Mercedes-Benz, de 18 de junho a 11 de julho (24 dias), 180 trabalhadores do setor de montagem de motores deram início a uma greve que, a partir de 5 de julho, contou com a adesão de 3.500 empregados. A reivindicação central era também a reposição salarial de 166,9%. Em ambos os casos, a contraproposta patronal pautou-se pelo índice que a FIESP recomendava, ou seja, 59,11%, descontadas eventuais antecipações.

Um último elemento conjuntural importante dizia respeito ao atrelamento do Poder Judiciário à política econômica do governo Collor. A "supressão" do IPC de março de 1990 (84,32%) imposta pelo plano econômico era perfeitamente encampada pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelas instâncias superiores, que, em seu conjunto, negavam-se terminantemente a conceder o índice de recomposição salarial medido pelo IPC-IBGE para

o mês de março. E isso agravou as perdas já acumuladas desde os últimos meses do governo Sarney. Ou, na análise do próprio Dieese,

A ruptura do processo de indexação dos salários, que resultou no fim da correção mensal pelo IPC-IBGE mensal, inclusive sem a incorporação do IPC do mês de março, de 84,32%, cristalizou as perdas provocadas pela aceleração inflacionária dos últimos meses de 1989 e dos primeiros de 1990. Como a aceleração inflacionária não pode, de modo algum, ser atribuída aos salários, não corrigi-los pela inflação efetiva significa não só o evidente arrocho, como também uma brutal transferência de renda daqueles que vivem de rendimentos do trabalho para os que auferem rendas de propriedades.¹⁷⁸

Resgatados os traços principais da conjuntura, posso, agora, abordar especificamente aquela que foi a maior greve na história da CSN e que constituiu um divisor de águas no movimento sindical de Volta Redonda.

O adiamento da data base acordado entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a CSN estava por terminar. No dia 28 de junho (48 horas antes do término do adiamento), a CSN distribuiu boletim dizendo que a empresa já havia saído da crise e que era hora de avançar com o projeto do TQC (Total Quality Control) que, na verdade, começou a ser implantado em janeiro de 1990, com uma fase de formação de professores para o treinamento do pessoal, através de um convênio com a Fundação Christiano Ottoni, da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais¹⁷⁹. O objetivo do boletim era evidente: já que a fase mais difícil havia sido superada e considerando que o TQC necessitava do engajamento de todos os trabalhadores da CSN, não se justificaria a insistência em, de um lado, receber os atrasados (que, como disse, atingiam o montante de aproximadamente 7 salários), e, de outro, reajustar os salários pelo índice de 166,9% mais 10% a título de produtividade. Como será visto mais adiante, o TQC somente se viabilizou após a derrota que os trabalhadores sofreram com a greve de julho/agosto de 1990.

A posição da administração da CSN era de não negociar e deixar que o dissídio coletivo fosse instaurado, uma vez que tudo indicava que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) não concederia o que o Sindicato e a categoria pleiteavam. Na versão do presidente da CSN,

¹⁷⁸ Boletim do Dieese n° 112, julho de 1990, p. 3.

¹⁷⁹ Cf. LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 121.

A proposta que poderíamos fazer era irrisória, se comparada com as reivindicações apresentadas. Poderíamos oferecer em torno de 25%, e o Sindicato convencera os operários de que aceitar menos do que 166% mais a produtividade seria uma indignidade. Qualquer proposta que fizéssemos seria ridicularizada e serviria como piso para qualquer acordo futuro, tanto pela via judicial quanto pela de negociação. Resolvemos não fazer proposta alguma.¹⁸⁰

Mais do que não apresentar proposta, a empresa tomou a decisão de encaminhar o dissídio ao TST, terreno que lhe seria amplamente favorável.

Sem negociações ou mesmo definição das datas dos pagamentos dos atrasados, a palavra de ordem do movimento era “Nossos Direitos ou Greve”. Nos dias que antecederam a deflagração da greve, os boletins do Sindicato trouxeram esta expressão como a síntese das razões pelas quais lutavam.

A partir do dia 5 de julho foram realizadas reuniões setoriais pelo movimento sindical, onde o saneamento da CSN, nos moldes em que atuava o Sindicato, continuava a ser debatido, na perspectiva da sua viabilização. Registre-se, a propósito, que as reuniões setoriais não se davam tão frequentemente como quando era possível a presença de diretores e outros dirigentes sindicais no interior da usina. Isto dificultava sobremaneira um trabalho mais intenso de preparação da resistência. A posição dos trabalhadores de vários setores era conhecida e debatida, em boa parte das chamadas reuniões setoriais, em reuniões de representantes na sede do Sindicato.

A diretoria do Sindicato encontrava-se, como já sublinhado, dividida desde a composição da chapa cutista que, em 1989, ganhou a sucessão do Juarez Antunes. E isto se reproduzia nas avaliações sobre a oportunidade da greve, a natureza do governo Collor e a capacidade de resistência dos operários da CSN. Nas palavras de Vagner Barcelos, a situação era esta:

Havia uma articulação forte do grupo que hoje é a Força Sindical e de um outro grupo que se dizia terceira via, do Bartolomeu, com o pessoal do PDT declaradamente. E, ao mesmo tempo, todo este embate repercutia na categoria. Veio um cara que falava muito, estava disposto com carta branca da Presidência da República para acabar com a FEM, tinha carta branca mesmo para acabar com a FEM, tinha carta branca para demitir a rodo. E nós tínhamos um movimento incipiente, desunido internamente. Isto não aparecia muito para a

¹⁸⁰ LIMA NETO, R. P., op. ci., p. 92.

categoria, mas ficava visível na nossa organização. Quando a gente tentava organizar comissão de fábrica, um organizava para a situação, outro organizava para a oposição, outro só organizava pensando nas eleições e não em função da luta. Quando o governo Collor entrou, primeiro ele adotou o confisco de 84% (já havia ocorrido o confisco do plano Bresser, 26%). Foi quando a categoria estava profundamente revoltada. Por um lado a diretoria, que descambava para direita, tentando criar a sua seccional, por outro lado a Convergência Socialista – que também compunha o meu grupo – dizendo que o governo Collor era um governo pé-de-barro. Isto no início do governo! Com toda a truculência que ele tinha, com todo o poder da mídia. E aí foi a discussão da greve; com a forte discussão, nós pouca discussão fizemos dentro da fábrica, a categoria estava disposta à greve – isto estava latente, estava claro - e nós fomos para reunião de diretoria. Onde juntamos cerca de trinta ou quarenta ativistas mais a diretoria do sindicato. E eu era frontalmente contra a greve. Aliás eu e o Albano. O Albano era contra por outros motivos. Ele já estava negociando, na época, a via da FS. Já negociava com a direção da empresa, já havia tido vários encontros com o Roberto Procópio Lima Neto. Eu era contra porque não estávamos preparados, sem organização de base, pegando um governo novo. Não era hora. Todas as categorias no Brasil estavam paradas, não estavam se articulando. E junte-se a tudo isto – quer dizer, quando o presidente da CSN veio ele veio já com o objetivo de privatizar – o fato da CUT não ter política de combate à privatização. A única política dela é dizer não à privatização. E é pouco! É pouco para o governo com a força que tem. Era preciso ou uma proposta alternativa ou uma forma de luta conseqüente contra a privatização. Lembro disso. Lembro inclusive na discussão da greve que não sabia porque o Albano estava contra, mas vamos acabar votando juntos. Foram quatro votos contra a greve (eu, Albano, Vanderlei e Carlinhos). E eu lembro que disse que iria à assembléia dizer que a diretoria foi a favor, apesar do meu voto contrário. E fui para a porta da fábrica, mas a categoria praticamente já empurrou a gente para dentro da fábrica para fazer a greve. Eu não acreditava de forma alguma que o meu discurso ia mudar a posição da categoria. E eu disse na reunião da diretoria que “hoje nós estamos iniciando uma greve. Escrevam vocês que o dia em que terminarmos esta greve, nós não vamos, nós ou outro qualquer, mais fazer greve pelo menos durante os próximos dez anos”.¹⁸¹

Registre-se, aqui, que o Luizinho foi um dos diretores que mais se empenhou pela aprovação da greve. No interior da diretoria, em função de uma análise de conjuntura segundo a qual o momento era de grandes dificuldades para o movimento sindical, quatro

¹⁸¹ Entrevista com Vagner Barcelos.

diretores ponderaram que a greve não seria a melhor alternativa. Vagner Barcelos, Vanderlei Barcelos e Carlos Máximo Barbosa (todos ligados à corrente CUT pela Base e ao PT) e Albano votaram contra a proposta de greve na reunião da diretoria que antecedeu a assembléia do dia 11 de junho. Como saíram derrotados, a diretoria defendeu, em assembléia, o início da greve:

Nós éramos contra aquela greve. Houve várias reuniões de diretoria em que o Vagner se posicionou contra aquela greve, naquele momento, por uma avaliação de conjuntura e por um problema de organização que não tínhamos então. Se existirem atas no sindicato, isto estará registrado lá. E o Luizinho fazendo o discurso pela greve o tempo todo, chamando de pelego quem era contra. Eu fui ganho para a proposta da greve muito antes do Vagner, que entrou no trabalho da greve mesmo tendo sido contrário a ela até o último minuto, na verdade até a assembléia em que ele comunicou a posição favorável da diretoria, contra o voto dele.¹⁸²

A base operária na CSN queria a greve, desde o seu início. A assembléia que a aprovou contou com mais de 10 mil trabalhadores e foi realizada no dia 11 de julho, às 18h00, em frente ao portão principal da usina. Parte do pessoal do turno da tarde voltou para a usina e os trabalhadores do turno das 17h30 entraram em arrastão. Começava, assim, a greve mais longa acontecida na CSN. E duas eram suas principais características: greve de ocupação e sem necessidade de piquete. A ausência de piquete atestava a vontade por parte dos trabalhadores em resistir às perdas que vinham sofrendo no valor pago pela sua força de trabalho. Já a modalidade empreendida, “de ocupação”, desde o início correspondeu à uma especificidade da atividade siderúrgica, somada ao grau de organização que os trabalhadores foram construindo:

... na CSN, só existe uma maneira de fazer greve: ocupando. Isso se a direção do movimento se coloca, junto com o movimento, em defesa do patrimônio da empresa. Sem ocupação não se faz greve, pois quem vai cuidar dos equipamentos lá dentro? Vai-se deixar os equipamentos por conta da Polícia Militar, do Exército ou da direção da empresa? Tem que ter trabalhador lá dentro para tomar conta dos equipamentos; tomar conta do gasômetro, dos altos fornos, da coqueria, da fábrica de oxigênio, tomar conta de uma máquina de corrida contínua, de um painel, de computador. Em função da sua complexidade, na CSN quem manda não manja nada de operar a usina; não consegue operar as máquinas e

¹⁸² Entrevista com Vanderlei Barcelos, 23 e 24 de setembro/1997.

equipamentos, fica no local só para mandar mesmo e é igual a rei: tirou os súditos, fica nu...¹⁸³

Com a greve em curso, a direção da CSN comunicou ao Sindicato que reconheceria apenas a CGT como representante legal dos metalúrgicos na primeira audiência de negociação no TST, marcada para o dia 16, uma segunda-feira¹⁸⁴. O raciocínio do Roberto Procópio Lima Neto e do governo era que, como no âmbito do TST os metalúrgicos possuíam como representante legal a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), ligada à CGT de Luiz Antônio de Medeiros, caberia à CGT e não à CUT ou a um sindicato filiado a esta representar os trabalhadores da CSN. Historicamente, entretanto, a CNTM autorizava que o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda representasse tais trabalhadores, reconhecendo a legitimidade das direções eleitas. Mas esta artimanha da empresa evidencia que ela buscava, insistentemente, um interlocutor mais integrado à ordem e distante de um padrão combativo de ação sindical. A tentativa de desqualificar o Sindicato como representante junto ao TST fracassou, pois, em 14 de julho, a CNTM, presidida à época por Luiz Antônio de Medeiros, passou uma procuração ao presidente Vagner Barcelos estabelecendo-o representante legal daquela base metalúrgica.

Roberto Procópio Lima Neto descartou qualquer possibilidade de negociação enquanto a greve durasse e anunciou que descontaria os dias parados, não pagaria a primeira parcela da diferença salarial relativa ao dissídio de 1989 e, ainda, que teria dificuldades em pagar o salário de julho de 1990¹⁸⁵.

No quinto dia de greve (15 de julho), ganhava força a tática de atribuir aos grevistas responsabilidade por eventuais prejuízos nos equipamentos estratégicos da CSN, o que não era, absolutamente, novidade. Todas as intervenções do Exército e da Polícia Militar em greves anteriores foram justificadas com este argumento. Na greve de 1990, em que não houve intervenção militar, a direção da CSN buscou isolar o movimento dos trabalhadores fundamentalmente plantando na mídia informações segundo as quais o Sindicato estaria pondo em risco a própria continuidade da siderúrgica.

¹⁸³ VEIGA, S. & FONSECA, I., *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*, Petrópolis, Vozes, 1990, pp. 54-55.

¹⁸⁴ *Jornal do Brasil*, 12/07/90.

¹⁸⁵ *Diário do Comércio e da Indústria*, 13/07/90.

O plano de ação do Sindicato previa paralisação total da subsidiária FEM e, na CSN, dos setores de laminação e metalurgia (aciaria e fundição). A coqueria e o alto forno 1 permaneceriam em operação, porém em ritmo reduzido¹⁸⁶. O alto forno 2 encontrava-se em reforma, razão pela qual não implicava maiores dificuldades com a greve. Quanto ao alto forno 3, os grevistas propunham um repouso por 30 horas, sendo frontalmente contrários ao seu abafamento exatamente por avaliarem que isto traria grandes riscos ao restabelecimento do seu pleno funcionamento ao término da greve. Há, basicamente, três maneiras de se preservar os altos fornos durante uma greve: 1) mantê-los em funcionamento (ritmo reduzido), descartando o que se produz de ferro-gusa em poços; 2) repouso temporário; 3) abafamento. A proposta do Sindicato para o maior alto forno (número 3) era a de um repouso temporário. A direção da empresa, desconsiderando a avaliação técnica dos próprios trabalhadores (Vagner Barcelos era um técnico qualificado em alto forno), optou pelo abafamento do alto forno 3, diante do quê o Sindicato dirigiu-se por escrito à CSN comunicando que não se responsabilizaria por quaisquer danos decorrentes daquela operação.

Por quê a CSN escolheu abafar, ao invés de repousar, principal alto forno, colocando-o em risco? Tecnicamente, poderia se dizer que a sua produção de ferro-gusa (insumo básico à aciaria, que se encontrava parada) não poderia ser despejada em poços por muito tempo, uma vez que o volume demandaria espaço inexistente para tanto. Todavia, a empresa nunca trabalhou com a idéia de uma greve prolongada, além do que resolveu abafá-lo no sexto dia da greve. A explicação, de natureza a reforçar o poder do sindicato, mesmo em detrimento do patrimônio da empresa, foi dada pelo próprio Roberto Procópio Lima Neto: “se colocássemos o forno em repouso por um número de horas determinado, como queria o Sindicato, estaríamos nas mãos deles”¹⁸⁷.

O Sindicato, por sua vez, sustentava que o abafamento implicaria riscos de danos irreparáveis ao forno que já apresentava graves problemas pela ausência de manutenção adequada, o que não era reconhecido pela CSN. Ao final da tarde do dia 15, a diretoria da CSN distribuiu nota afirmando que o Sindicato mentiu a dizer, em assembléia, que

¹⁸⁶ Jornal do Brasil, 12/07/90 e Boletim A Verdade, outubro/90, p. 5.

¹⁸⁷ LIMA NETO, R.P., op. cit., p. 96.



existiriam problemas técnicos no alto forno 3¹⁸⁸ O revezamento de equipes de operários, como de outras vezes, era eficiente na preservação dos setores vitais da usina:

Os metalúrgicos que ocupam a siderúrgica informaram que detém o controle total da CSN e estão trabalhando com equipes de 35/60 funcionários – credenciados pelo sindicato – para a manutenção e operação dos equipamentos essenciais (...). As equipes credenciadas pelo sindicato trabalham em quatro turnos e a usina continua ocupada por cerca de seis mil dos 22 mil funcionários.¹⁸⁹

No dia 16 de julho o alto forno 3 foi abafado pela CSN. O Sindicato reafirmou que não teria responsabilidade por eventuais danos. A assembléia daquela manhã reiterou, inutilmente, a proposta de manter o forno em repouso. Esta questão, aparentemente secundária, representou o episódio onde se percebeu, claramente, que, em nome de obter os resultados desejados pelo governo Collor relativamente ao processo de privatização, qualquer custo deveria ser pago.

A primeira audiência de negociação no TST estava marcada para o mesmo dia 16, mas foi adiada para o dia seguinte, em função de uma falha processual. O presidente do TST, Ministro Marcelo Pimentel, coordenou uma conversa informal, durante a qual, pela primeira vez, a CSN apresentou sua contraproposta: 17,3% de reajuste e parcelamento dos atrasados em 50 parcelas mensais equivalentes a 10% da folha de pagamento¹⁹⁰. O TST recomendou à CSN que negociasse e determinou a desocupação da CSN, nos seguintes termos: “sairá imediatamente da fábrica todo e qualquer trabalhador que não esteja em serviço na manutenção ou lidando com equipamentos vitais”¹⁹¹. O objetivo do TST era o fim da greve, mas os operários resolveram desocupar a CSN e manter a greve¹⁹². O esquema de revezamento para a manutenção dos equipamentos essenciais continuou, com alto grau de organização também com vistas a evitar sabotagem:

Durante o dia, operários realizam um “pente fino” dentro das instalações da empresa para retirar colegas não credenciados pelo Sindicato. “As pessoas autorizadas estão mantendo os setores essenciais funcionando”, justificou Luiz Albano, um dos diretores do Sindicato.¹⁹³

¹⁸⁸ Cf. O Globo, 16/07/90.

¹⁸⁹ Jornal de Brasília, 15/07/90.

¹⁹⁰ Cf. LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 96; Gazeta Mercantil, 17/07/90; Boletim A Verdade, out/0.

¹⁹¹ Correio Brasiliense, 17/07/90.

¹⁹² Cf. Tribuna da Imprensa (RJ), 18/07/90.

¹⁹³ Folha de São Paulo, 18/07/90.

Na audiência que efetivamente aconteceu no dia seguinte, tal proposta foi reafirmada e, como era de se esperar, rejeitada pelo Sindicato. A intransigência por parte da direção da CSN manteve-se, mesmo quando o Sindicato reduziu a reivindicação de reajuste salarial, de 166,9% para 80%. Roberto Procópio Lima Neto visava, com a manutenção da proposta de 17,3%, levar a greve até o julgamento do dissídio.

A estratégia do Sindicato, diante da inflexibilidade da empresa, incluiu a intensificação do chamamento à população de Volta Redonda para que participasse da luta em defesa da própria CSN, no sentido de que ela não fosse privatizada. No décimo terceiro dia de greve (23/07) houve uma passeata com cerca de 15 mil pessoas, entre metalúrgicos, donas-de-casa, professores, comerciários, que conduziram uma enorme chave (com três metros de comprimento), simbolizando a entrega da CSN à população da cidade¹⁹⁴.

Uma sabotagem que passou despercebida para a maior parte da imprensa foi, entretanto, registrada pelo jornal O Dia:

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Vagner Barcelos, denunciou ontem ao Presidente do Grupo Parlamentar Siderúrgico, deputado Israel Pinheiro Filho (PRS-MG), que na madrugada do último Sábado foi cortada a geração de energia da subestação oeste da usina e que o fato vem sendo classificado pelos trabalhadores como sabotagem. Vagner explicou que o corte de energia só não danificou os equipamentos da siderúrgica porque os próprios trabalhadores, desde a deflagração da greve, deixaram ligadas em paralelo todas as linhas de emergência de abastecimento da usina. (...) No Rio, a diretoria da CSN não havia tomado conhecimento oficial da tentativa de sabotagem. O incidente foi minimizado e os comentários eram de que “não haveria maiores problemas porque os prejuízos já estão aí, irreversíveis”.¹⁹⁵

Organizou-se, para 25/07, o *Dia da Paralisação*, em solidariedade aos metalúrgicos em greve. A convocação apelava nesta direção:

Neste sentido, os trabalhadores da CSN e da FEM, representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, propõem a toda a população um grande protesto organizado com todas as entidades representativas da cidade que *repudie* a forma que vêm sendo tratado o nosso patrimônio e os trabalhadores voltarredondenses. Este *Dia de Paralisação* em defesa da CSN, da dignidade dos trabalhadores, da *fonte de renda* de centenas de comerciários e diversas categorias que dependem direta ou indiretamente da

¹⁹⁴ O Estado de São Paulo, 24/07/90.

CSN, *pode salvar nossa cidade*. A luta por emprego e salário dos metalúrgicos é justa e todo o Brasil já reconhece isto. Ao contrário, com uma empresa falida com salários miseráveis, só nos restará miséria. Convidamos todos a organizar e participar deste protesto. *Vamos juntos salvar a alma de Volta Redonda. Solidariedade e união é a nossa saída.*¹⁹⁶

De fato, Volta Redonda parou. Sem muito esforço, os metalúrgicos conseguiram fechar quase todos os 2 mil estabelecimentos comerciais de Volta Redonda, no mais ousado ato de protesto realizado durante a greve. Organizados em quatro grandes comitês, os grevistas se espalharam pelas ruas dos 29 bairros da cidade e, em passeatas sem incidentes, foram convencendo os comerciantes e os comerciários a aderirem à paralisação¹⁹⁷. Roberto Procópio Lima Neto reconheceu que “o movimento foi um sucesso”, mas ressaltou que “aquilo no entanto não era apoio, era medo de represálias”¹⁹⁸. Em entrevista, um comerciante revelou-me que havia, realmente, receio por alguma violência, mas em relação à Polícia Militar e ao Exército, a exemplo do que acontecera em novembro de 1988, quando lojas e cinemas foram depredados pelo aparato repressivo. No mais, é preciso reconhecer que o comércio local e regional já vinha sentindo o impacto das demissões e do arrocho salarial, agravados pelo Plano Collor, razão pela qual esse segmento da atividade econômica era simpático tanto às reivindicações dos trabalhadores quanto à perspectiva de não haver privatização da CSN.

Na audiência que haveria no TRT do Rio de Janeiro, na mesma data da paralisação em Volta Redonda, o Sindicato nutria expectativa de que uma proposta melhor por parte da CSN fosse apresentada, já que o Grupo Parlamentar Siderúrgico obtivera um ligeiro avanço nas intermediações que fez junto à direção da CSN. A expectativa não se confirmou, pois “... Lima Neto voltou a insistir na volta ao trabalho para abrir as negociações. Ele acha que a saída honrosa para o sindicato é o julgamento do dissídio pelo TST”¹⁹⁹. A audiência foi adiada para 3 de agosto²⁰⁰.

O Sindicato voltou à carga relativamente ao plano de saneamento da empresa, propondo a capitalização de uma parte da dívida, a renegociação de uma segunda parte com

¹⁹⁵ O Dia, 25/07/90.

¹⁹⁶ Boletim 9 de Novembro n° 150, 20/07/90.

¹⁹⁷ Cf. Última Hora (RJ), 26/07/90.

¹⁹⁸ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 100.

¹⁹⁹ Última Hora (RJ), 26/07/90.

²⁰⁰ Folha de São Paulo, 26/07/90.

um único credor ao longo de 15 anos, ficando uma terceira parte a ser resolvida através do lançamento de Títulos Especiais no mercado que poderiam ser pagos em dinheiro ou aço. O documento (elaborado pelo Sindicato dos Metalúrgicos e pelo Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda) incorporou, inclusive, a visão do Ministério da Economia de não injetar dinheiro no mercado. Buscava-se desfazer a imagem de que a CSN seria uma empresa deficitária e falida. Com números extraídos dos relatórios de operação da CSN, afirmava-se que, mesmo atingida com o acidente do alto forno 3, em maio de 1989, a CSN teve um bom faturamento naquele ano, de cerca de 2,2 bilhões de dólares, 20% superior ao de 1988. Além disso, mostrou-se que nos setores não ligados à produção de ferro-gusa a produtividade foi boa, com destaque para os laminadores de tiras a quente e a frio, a zincagem e a decapagem contínua, o recozimento contínuo de chapas e o estanhamento. Enfatizou-se, ainda, que as perspectivas de produção da empresa para 1990 eram baixas porque, além do acidente no alto forno 3, o alto forno 2 encontrava-se em reforma geral e o de número 1 passava por uma mini-reforma. O plano foi levado por uma caravana a Brasília, a ser entregue ao presidente Fernando Collor de Mello, enquanto

... parte de uma disciplinada estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: a greve entra em seu 16º dia com um capítulo dedicado à arte de negociar. Se, na semana passada, alguns metalúrgicos chegaram a propor o fechamento da via Dutra como forma de forçar a direção da empresa a negociar as reivindicações da categoria, a direção do sindicato quer esgotar nos próximos dias todos os canais possíveis de negociação, antes de partir para ofensivas mais radicais.²⁰¹

Dois aspectos centrais precisam ser analisados, neste ponto. O primeiro diz respeito às negociações paralelas que dois diretores do Sindicato (Luizinho e Albano) estabeleceram com o presidente da CSN. Isto foi o início do que, mais tarde, seria a chapa da Força Sindical. Mesmo na imprensa houve registro do que estou indicando:

O próprio presidente da CSN, Roberto Procópio Lima Neto, *num contato extra-agenda*, foi sexta-feira a Volta Redonda onde se reuniu com representantes da Companhia, sábado e domingo. O sindicalista Luiz Antônio Albano esteve nos escritórios da CSN no centro do Rio, e negociou com o diretor administrativo financeiro, Wilson Nogueira Rodrigues.²⁰²

²⁰¹ O Estado (Florianópolis), 26/07/90.

²⁰² Última Hora (RJ), 24/07/90. Os grifos são meus.

O mesmo executivo que disse “greve na usina, presidente no Rio de Janeiro” e “negociação somente com volta ao trabalho” concedia deferência especial para Albano e Luizinho:

O Sindicato nomeou uma comissão para discutir uma saída conosco. Apesar de ter afirmado que só negociaria no Tribunal, achei que poderia abrir uma exceção. Tive duas reuniões com Albano e Luizinho, acompanhado por nosso Diretor Financeiro, Dr. Wilson Rodrigues, e chegamos a uma proposta, privilegiando com aumentos maiores os de menor salário. O aumento médio ficaria em torno de 25%.²⁰³

É procedente a afirmação de que Luizinho e Albano foram destacados pela diretoria do Sindicato para tentar um acordo com a empresa. Entretanto, isto deveria se dar dentro dos parâmetros aprovados e reiterados pelas assembléias e pela direção do Sindicato. O que se viu, todavia, foi um embrionário processo de aproximação entre estes dois diretores e Roberto Procópio Lima Neto:

Fomos para a greve e durante ela houve todo um processo na diretoria (o Albano, o Luizinho, o próprio Marcelo, um grupo da diretoria, que eu não era maioria até então) um grupo dela apostou na desestabilização, de forma concreta: negociando com a empresa em paralelo. Tudo que eu negociava com a empresa, eles negociavam em paralelo. Chegou a ponto de eu ir para uma negociação com a empresa no Rio de Janeiro como um boi vai para o matadouro, porque sabia que ia ficar do lado de fora, porque o Albano e o Luizinho estavam negociando com a empresa em separado. O Campanário também.²⁰⁴

Um ex-diretor do Sindicato, hoje já falecido, confirmou que a formação do grupo ligado à Força Sindical teve início nesse procedimento de parte da diretoria durante a greve de 1990:

E aí eles começaram a derrubar a proposta classista da CUT, encabeçada pelo Vagner, no próprio sindicato. O Luizinho arrumou um grupo para isto: tudo o que acontecia na nossa reunião dentro do sindicato ia para o conhecimento do presidente da CSN. Nós pensávamos que estávamos falando com companheiros e não era nada disso! Estávamos falando com o braço direito do Procópio Lima Neto. Não havia mais como levar aquela coisa à frente, sendo que você tenta fazer uma coisa escondida do patrão, para tentar dar uma rasteira nele

²⁰³ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 100.

²⁰⁴ Entrevista com Vagner Barcelos.

e levantar o empregado, e o Luizinho, o Albano, o Edmar e o Vicente eram os contadores de história, levavam tudo para a mão do Procópio.²⁰⁵

Este grupo de diretores do Sindicato, em meio ao movimento, passou a trabalhar em outra lógica:

E, na hora que começa a greve, eles passaram a jogar contra, a minar. E aí fazendo o discurso que fazem hoje, como se eles fossem os donos da descoberta. Eu não concordo com a descoberta deles, eu não acho que o modelo (de confronto, de combatividade) esteja falido. Mas o momento não era propício à greve. Não existia a mínima organização necessária. Havia um movimento de massa. E eles (Luizinho e Albano) apostando no discurso de crítica àquele modelo, como se nada tivessem a ver com a aprovação da greve.²⁰⁶

Voltarei a isto quando discutir o desligamento de alguns diretores do Sindicato em 1991.

Um outro aspecto relaciona-se diretamente com uma das hipóteses aqui sustentadas, qual seja, a de que a inflexão na CUT (abandono progressivo do projeto classista) foi um dos fatores determinantes para a vitória da Força Sindical em Volta Redonda. À medida em que a greve se aproximava do trigésimo dia, colocava-se no horizonte dos trabalhadores a possibilidade de serem demitidos por abandono de emprego. A conotação política da greve estava dada, fundamentalmente, por dois fatores: 1) o movimento articulava-se com a resistência à privatização; 2) para o governo Collor era estratégico impor uma derrota às duas principais greves no país, a da CSN e a da Ford, praticamente a única metalúrgica privada de porte que ainda enfrentava paralisação dos seus trabalhadores. Diante disto tudo, a CUT nacional, especialmente as suas principais lideranças (Jair Meneguelli, Vicentinho), ausentava-se do embate:

A política da CUT, na época, foi vergonhosa. Para você ter uma idéia, o Jair Meneguelli foi aparecer em Volta Redonda depois de 23 dias de greve. O Lula esteve com a gente pelo menos 2 vezes. Quem acompanhava a gente naquela greve era o Ciro Garcia, da Convergência Socialista, o Edmilson Valentim, do PCdoB. Deputado do PT? Nenhum. Deputado do PDT? Nenhum. (...) O isolamento era muito grande perante a CUT. (...) A CUT demonstrou uma ausência física e de proposta.²⁰⁷

²⁰⁵ Entrevista com Luiz Carlos de Souza, maio de 1994.

²⁰⁶ Entrevista com Vagner Barcelos.

²⁰⁷ Entrevista com Vagner Barcelos, 26/09/97.

A orientação governamental para o presidente da CSN era para não haver negociação e deixar o dissídio coletivo ser julgado pelo TST:

“Se o governo conseguir derrotar os movimentos na Ford e na CSN vai ter uma alavanca para derrotar todos os setores organizados de trabalhadores neste país. Por isso nossa greve agora tem um caráter nacional, não brigamos só por nossos salários, mas pelo salário de todos os trabalhadores”, argumentou o presidente do Sindicato, Vagner Barcelos.²⁰⁸

Após 18 dias de greve, já no final do mês de julho, o Sindicato concentrou esforços para negociar diretamente com o presidente Collor. Foi organizado um ato público em 28 de julho (um Sábado) em solidariedade ao movimento dos siderúrgicos, para o qual eram aguardadas as presenças de Lula, Mário Covas, Miguel Arraes, Leonel Brizola e diversos congressistas. O ato visava ampliar a repercussão nacional da greve, como preparação à negociação com Collor que estava prevista para a semana seguinte. A CUT regional ajudou a organizar a atividade. No entanto, nenhuma das lideranças partidárias acima mencionadas compareceu, o mesmo se verificando em relação àquelas cutistas de expressão nacional²⁰⁹. Havia, de fato, um brutal descompasso entre, de um lado, o significado assumido pela greve (de resistência ao projeto governamental de desestruturação do movimento social organizado) e, de outro, a resposta política por parte da CUT nacional e da oposição a Collor, principalmente PT e PDT.

A direção nacional da CUT (tendo à frente o seu presidente, Jair Meneguelli) apenas nos últimos dias de julho se fez presente, tentando uma audiência com Collor em Brasília²¹⁰. O jornal Folha de São Paulo, de 3 de agosto, registrou que aquela era “... a primeira vez que a CUT solicita audiência ao Presidente da República no governo Collor. E o eixo da perspectiva cutista era cobrar de Collor promessas que ele, enquanto candidato, havia feito com relação à Volta Redonda e à CSN em um panfleto de campanha intitulado “Volta Redonda: vamos brigar juntos por um Brasil Novo”, onde, de fato, constavam itens como:

- não privatizar a CSN;

²⁰⁸ Jornal do Brasil, 27/07/90.

²⁰⁹ Cf. O Estado de São Paulo, 29/07/90. Lula, que já havia estado em Volta Redonda durante a greve em uma oportunidade, compareceria, ainda, a um ato público na praça Juarez Antunes no dia 4 de agosto de 1990, às vésperas do julgamento do dissídio.

²¹⁰ Cf. O Estado de São Paulo, 29/07/90.

- renegociar a dívida da companhia sem permitir que ela fosse paga com o desemprego e a fome;
- administração competente e eficiente;
- ganhos reais de salários.

Na audiência seria, novamente, apresentada a proposta sindical de saneamento da empresa. Mas Meneguelli declarou à imprensa que não adiantaria detalhes, pois seria “... falta de ética torná-la do conhecimento público sem antes apresentá-la ao presidente da República”²¹¹. Esta tímida e defensiva postura da CUT se estruturava sobre uma pretensa crítica imanente (contrapor discurso do candidato Collor à prática do já presidente Collor) e uma “ética” universal, que desconsiderava, a rigor, a dramaticidade da greve e mesmo a gravidade do momento.

A audiência não aconteceu e a resposta governamental veio através do seu autêntico representante, Roberto Procópio Lima Neto, que desistiu, definitivamente, de buscar um acordo, em absoluta coerência com o que sustentou desde o início. A única mudança na proposta da CSN foi no sentido de pagar os atrasados não mais em 50 meses mas em 6 meses. O término de qualquer possibilidade de negociação se deu através de um telefonema:

A CSN continua oferecendo de reposição apenas 17,3%, embora o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Vagner Barcelos, tenha reduzido ontem o pedido de 166,9% para 80% sobre o salário nominal. No final da tarde de ontem, o presidente da CSN, Roberto Procópio Lima Neto, telefonou para o ministro Marcelo Pimentel (TST) comunicando que a empresa não aceita o acordo e prefere ir a julgamento. Ele alega que há cláusulas inegociáveis, entre elas a continuidade da greve, que hoje completa 25 dias.²¹²

O pagamento de julho, a ser efetuado na véspera (7 de agosto) do julgamento do dissídio, descontou vinte dias de paralisação de todos os operários da CSN, com exceção de 1.400 trabalhadores dos setores essenciais da siderúrgica que, por decisão do comando de greve, não paralisaram suas atividades²¹³.

As assembléias dos operários continuavam com boa participação, apesar da longa duração da greve e da inexistência de negociações. Na que se realizou em 2 de agosto,

²¹¹ Folha de São Paulo, 03/08/90.

²¹² Jornal do Brasil, 04/08/90.

²¹³ Cf. O Estado de São Paulo, 05/08/90.

cerca de 8 mil trabalhadores votaram pela continuidade do movimento²¹⁴, número que se manteve até o último momento de deliberação.

O julgamento do dissídio, acontecido em 8 de agosto, foi amplamente desfavorável aos trabalhadores. Por 7 votos contra 2, os ministros do TST decidiram conceder-lhes uma reposição salarial média de 17,3%, escalonando os reajustes da seguinte forma:

Reposição salarial aprovada pelo TST ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (dissídio 1990)		
FAIXA SALARIAL	NUMERO DE OPERÁRIOS	REAJUSTE CONCEDIDO
Até Cr\$ 19.512,00	5.066	61,49%
De Cr\$ 19.512,00 até Cr\$ 23.739,00	5.195	42,12%
De Cr\$ 23.740,00 até Cr\$ 31.832,00	4.839	25,13%
Acima de Cr\$ 31.833,00	7.456	18,85%

Fonte: Gazeta Mercantil, 09/08/1990.

Pelo mesmo número de votos, o TST também decidiu considerar abusiva a greve, o que deu direito à CSN de descontar dos salários todos os dias parados e de punir os trabalhadores que tivessem, comprovadamente, cometido excessos durante o movimento. Os ministros Orlando Teixeira da Costa e Norberto Silveira de Souza foram os únicos votos favoráveis às reivindicações dos trabalhadores, isto é, pela concessão do IPC integral, por entenderem que os operários da CSN tinham direito adquirido sobre a política salarial em vigor antes da edição do Plano Collor, em função da sua data-base ser em maio, havendo, portanto, procedência no índice reclamado. Na declaração dos respectivos votos, tais ministros explicitaram que a situação econômica da CSN, além de ser alvo de controvérsias, não era responsabilidade dos seus empregados²¹⁵.

O TST ainda deliberou pelo pagamento dos atrasados trabalhistas até agosto de 1991 e pelo indeferimento dos 10% de produtividade, da estabilidade por 2 meses, do

²¹⁴ Cf. Jornal do Brasil, 03/08/90.

²¹⁵ Cf. Gazeta Mercantil, 09/08/90.

adicional de periculosidade, da reintegração dos demitidos e do novo plano de cargos e salários²¹⁶.

O ânimo dos trabalhadores ainda incluiu a continuidade da greve por mais dois dias, já que repudiaram a decisão do TST. Desde a tarde do dia 9, a CSN começou a divulgar pelas rádios da região uma convocação aos seus empregados para que retornassem ao trabalho, sob pena de serem punidos de acordo com a lei de greve, incluindo a possibilidade de demissão por justa causa. No dia 10 houve uma assembléia para deliberar sobre o fim do movimento, mas em função de um tumulto que houve, envolvendo um cinegrafista da Rede Manchete de televisão, decidiu-se pelo adiamento da assembléia para o dia seguinte.

A última assembléia já contou com um número muito reduzido de operários, cerca de 3 mil. O aumento na folha de pagamento foi da ordem de 25%, mas nenhuma das reivindicações foi atendida. Além do desconto dos dias parados, a CSN puniu os trabalhadores com o não pagamento integral do décimo terceiro, das férias e da “girafa” daquele ano.

Mas a principal retaliação se deu com as demissões. O diretor de produção da CSN, Sebastião de Faria (que iria suceder Roberto Procópio Lima Neto durante o governo Itamar Franco) admitiu a existência de uma lista de demissões de empregados que, segundo a avaliação da empresa, teriam abusado do direito de greve: “A lista está com o nosso presidente, Roberto Procópio Lima Neto, mas não sei quantos serão demitidos”²¹⁷.

Vagner, mesmo sem consultar a categoria, negociou com o Ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, esta questão: “Não consultei sequer a categoria. Na negociação com o Magri, eu consegui reduzir as demissões de 650 para 78. O isolamento era muito grande perante a CUT...”²¹⁸. A CSN acabou demitindo 54 grevistas, dentre os quais havia 12 cipistas e 10 diretores, ao lado de outros 32 ativistas²¹⁹.

Que balanço se pode fazer dessa greve? Evidentemente ela significou uma derrota para a proposta de sindicalismo combativo entre os metalúrgicos de Volta Redonda e região. Não apenas porque a CSN conseguiu o fim do movimento sem atender a qualquer reivindicação ou, ainda, porque a espinha dorsal da organização operária sofreu sério

²¹⁶ LIMA NETO, op. cit., p. 101.

²¹⁷ Jornal do Brasil, 12/08/90.

²¹⁸ Entrevista com Vagner Barcelos, 26/09/97.

comprometimento com mais demissões de ativistas, cipistas e diretores do Sindicato. A isto se somou um abalo, junto à base, relativamente à eficácia do padrão combativo de ação sindical. Os desgastes decorrentes da longa paralisação e as perdas havidas por conta das punições (não pagamento dos dias parados, das férias, do décimo terceiro e da “girafa”), por si só suficientes para corroer parcialmente a referência que a CUT possuía junto àqueles trabalhadores, tiveram seus efeitos ampliados em razão do isolamento no interior do qual aquela greve se processou.

Os trabalhadores da CSN demonstraram muito fôlego para um difícil embate, porém insuficiente para a envergadura deste. O atendimento por parte da CSN às reivindicações do movimento significaria uma derrota ao Plano Collor, num momento em que o governo federal gozava de respaldo na mídia, apoio empresarial intenso e – apesar do confisco bancário – uma expectativa nos chamados setores médios quanto ao que seria feito. Não obstante a ausência das lideranças nacionais cutistas, do PT e do PDT, o fato é que, no âmbito da luta ideológica travada com vistas à desqualificação do Sindicato dos Metalúrgicos, o governo e a CSN atribuíam aquela greve a uma espécie de revanchismo por parte dos que haviam sido derrotados nas eleições presidenciais de 1989. As falas abaixo evidenciam a maneira com que alguns operários perceberam e representaram o movimento.

Para Carlos Henrique Perrut de Melo a greve propiciou a emergência de uma outra direção para o Sindicato:

Esta greve foi altamente política, porque havia muita manobra. Eu conversava com o pessoal dizendo que alguma coisa deveria ser feita. Não podemos deixar certas pessoas ou partidos decidirem nossa vida. Foi quando o Luizinho pensou de forma diferente, vendo que aquele sindicalismo não tinha mais continuidade.²²⁰

Para Jorge Luiz Couto, membro da Cipa, a greve de 1990 significou um desgaste para a linha cutista na entidade:

Até a greve de 90 a CSN vinha mantendo uma disputa com a entidade sindical. De um lado você tinha o presidente da CSN (estatal) todo poderoso e, de outro lado, havia o sindicato de confronto, pronto para provar a sua força para os operários. A greve de 1990 foi um

²¹⁹ Cf. Boletim A Verdade, outubro/90; LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 102; Jornal do Brasil, 23/08/90.

²²⁰ Entrevista com Carlos Henrique Perrut de Melo, 25/09/97. Carlos é o atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, mas à época da greve de 1990 trabalhava na aciaria e não tinha nenhuma participação sindical ou em CIPA.

marco que mostrou o desgaste do sindicato. O sindicato se desgastou de tal maneira, que aquela greve foi um divisor de águas.²²¹

Por fim, Emanuel Gomes Perrut, militante sindical desde o início da gestão Juarez Antunes, diz que o grupo que daria origem à Força Sindical teve início naquele movimento:

A greve foi longa porque alguns derrubar o governo Collor. Meneguelli, Lula, Vicentinho, Edmilson Valentim, todos vieram a VR e falaram e usaram o sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda (o sindicato, através da sua diretoria, se deixou usar...). Usaram a nossa greve, reivindicatória, econômica, em que a gente buscava perdas históricas (Plano Bresser, Plano Verão) uma greve em que a gente buscava recuperação do salário, recuperação da CSN, que devia 600 milhões de dólares. Era a primeira grande categoria que entrava em greve no governo Collor, medindo força. Então vieram todos, vieram os urubus do PT e da CUT para cá. (...) O resultado final desestruturou todo o plano de cargos e salários da CSN que até hoje está desestruturado. A greve de 90 foi para o metalúrgico desabafar, desengasgar 88. O pessoal da esquerda (da CUT, do PT, do PCdoB) usou a greve para derrubar o governo Collor. Dizia-se que aqui era o berço do movimento sindical. A gente não queria ser espelho de porcaria nenhuma! A gente queria o nosso direito, o nosso salário. A greve rachou o sindicato, ali começou o Formigueiro.²²²

A origem da expressão “Formigueiro” remonta à morte do Juarez Antunes, quando um militante chamado Batatais teria dito “mataram uma formiga, mas não mataram o formigueiro”. Os diretores em questão, ao se autodenominarem “Formigueiro” procuraram se apresentar como herdeiros do Juarez Antunes²²³. A denominação do grupo também cumpria um papel de diferenciação em relação ao Sindicato, no sentido de mostrar que o sindicalismo estaria mudando, que já não havia razão de ser em recursos marcados pelo confronto, que estes deveriam, por fim, dar lugar a um trabalho menos “agressivo” e mais

²²¹ Entrevista com Jorge Luiz Couto, 24/09/97, que é o atual diretor de formação sindical do Sindicato dos Metalúrgicos. Somente começou a militar como cipista em 1989, no setor de laminação. Fez parte da primeira chapa eleita pela Força Sindical.

²²² Entrevista com Emanuel Gomes Perrut, 25/09/97, atual diretor de base do Sindicato dos Metalúrgicos. Militante sindical desde a primeira greve na CSN, em 1984. Operário na coqueria, onde se produz o coque, combustível para o alto forno.

²²³ Em LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 166, aparece uma versão segundo a qual a frase “mataram uma formiga mas não o formigueiro” teria sido dita em relação a uma agressão verbal que um dirigente do grupo do Wagner Barcelos fez a um dos diretores ligados ao Luizinho e ao Albano. Tal afirmação, entretanto, não é procedente, segundo a fala de vários informantes.

frequente: “nosso trabalho era de máquina por máquina, uma vez que não dispúnhamos de caminhão de som; queríamos formar opinião”²²⁴.

As próprias tarefas decorrentes do plano governamental de saneamento da CSN (na inequívoca busca de prepará-la à privatização) ficaram facilitadas com o desfecho da greve em questão: “essa greve foi um marco na vida da empresa. Passamos a ser respeitados em Brasília, e em todo o Brasil. Iríamos começar a segunda fase de nosso trabalho de saneamento...”²²⁵.

Em grande medida, a direção do Sindicato saiu rachada dessa greve. Um importante setor, liderado pelo Luizinho e pelo Albano, forçou “... o fim da greve, pois já estava bem cimentado o caminho que eles iam seguir, pois eles já tinham feito o acordo com a direção da empresa e, ao mesmo tempo, as demissões serviriam de exemplo para todo o movimento sindical a nível de Brasil”²²⁶.

Ao fechar a análise sobre os acontecimentos de 1990, é necessário reafirmar que os três segmentos que compuseram a chapa 1 quando das eleições sindicais de 1989 cristalizaram-se após a greve acima abordada. Dois de maneira muito clara: o primeiro composto pelos diretores que dariam origem ao grupo Formigueiro, denominação dada à chapa da Força Sindical em 1992 cuja norte de ação a partir do movimento derrotado de 1990 foi sintetizado assim: “a greve de 1990 começa a demonstrar o esgotamento da estratégia de confrontação”²²⁷; o segundo integrado pelos diretores ativistas sindicais mais à esquerda, reunindo militantes da CUT pela Base e da Convergência Socialista. O terceiro segmento correspondia a diretores também cutistas, com militância partidária no PDT, e que se afinavam com a corrente Articulação Sindical no interior da CUT. Este mapeamento é importante na perspectiva da inteligência dos desdobramentos havidos em 1991 e, principalmente, 1992.

²²⁴ Entrevista com Jorge Luiz Couto, 24/09/97, atual diretor de Formação Sindical.

²²⁵ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 109.

²²⁶ Entrevista com Vagner Barcelos, 26/09/97.

²²⁷ MONTEIRO, G. (org.), op. cit., p. 73.

A campanha salarial de 1991 e a formação do Formigueiro

O ano de 1991 iniciou com um quadro bastante grave em termos de demissões. Os números apresentam alguma divergência, dependendo do momento que se assume como ponto de partida para a aferição. Segundo levantamento feito pelo Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE), a realidade de demissões na CSN, para o período 1989/1991 foi esta:

Demissões na CSN de 1989 a 1991 (dados do SENGE-VR)		
ANO	TRABALHADORES DIRETOS	DEMISSÕES (total 1989/91 = 6.900)
1989	23.200	4.100
1990	19.100	2.100
1991	17.000	700

Fontes: SENGE, *O peso da Realidade*, Volta Redonda, 1987, p. 19.

A CSN, por sua vez, informou-me o seguinte quadro de empregados em operações (categoria equivalente à de trabalhadores diretos utilizado pelo SENGE):

Demissões na CSN de 1989 a 1991 (dados da CSN)		
ANO	EMPREGADOS EM OPERAÇÕES	DEMISSÕES (total 1989/91 = 7.052)
1989	22.134	4.134
1990	18.000	1.875
1991	16.125	1.043

Fonte: CSN (Informação fornecida pelo setor de Relações Públicas através de e-mail)

Roberto Procópio Lima Neto iniciou 1991 com cerca de 6.000 demissões efetuadas, às quais se acrescentaram outras 1.000 ao longo desse ano, situação registrada pela imprensa:

As demissões na CSN já atingiram seis mil pessoas desde o ano passado e vão continuar até que a empresa seja saneada, segundo o presidente da companhia, Roberto Procópio Lima Neto, que fixou um prazo de um ano para conseguir “arrumar a casa”.²²⁸

Mas havia um procedimento seletivo para as demissões, onde os critérios centrais eram a militância sindical afinada com a CUT e a entrada com ações contra a empresa:

O sindicato teme que as demissões cheguem a 2 mil até o final do mês, e denuncia que elas se concentram nos funcionários que movem ações na Justiça contra a empresa. (...) Um documento recente da direção da CSN recomenda o afastamento progressivo de dirigentes e ativistas sindicais.²²⁹

A campanha salarial de 1991 iniciou-se com a aprovação da pauta de reivindicações, em 29 de janeiro, que foi enviada e protocolada na CSN no dia 4 de março. No que respeita à questão salarial havia uma considerável defasagem entre o reajuste concedido pela média salarial nos últimos doze meses (março/90 a fevereiro/91), pois tal reajuste foi da ordem de 120% contra uma inflação de 283,6%, determinando uma perda de 74,36%²³⁰. Integrada por 28 itens, a pauta de reivindicações tinha estas como principais:

- reajuste salarial referente às perdas salariais, não repostas, de maio de 1989 a abril de 1990 e de maio de 1990 a abril de 1991, referente à inflação integral dos períodos;
- reajuste salarial mensal, de acordo com a inflação do mês;
- pagamento de produtividade em 10%;
- fim das demissões com estabilidade no emprego, durante a vigência do acordo;
- reintegração dos demitidos por perseguição política e em decorrência de greve;
- realização de auditoria na CSN, nos contratos de compra, venda e contratação de serviços, com a participação de representantes dos trabalhadores, através do Sindicato;
- jornada de trabalho de 40 horas semanais;
- fim da política de privatização da empresa.

²²⁸ Jornal do Brasil, 01/03/91.

²²⁹ Gazeta Mercantil, 12/06/91.

²³⁰ Boletim A Verdade, março/91.

A resposta da CSN à pauta de reivindicações de 1991 foi dada em um Informativo intitulado *Será que querem fechar a CSN?*, distribuído em 8 de março, que transcrevo em função da sua importância:

Recebemos, hoje, as reivindicações do Sindicato. É uma lista de 28 itens. Se a CSN aceitasse a metade da lista, a empresa teria que fechar as portas. Os dirigentes sindicais ainda não entenderam que os tempos mudaram. Ou a CSN se torna eficiente, ou ela quebra. Aliás, acho que eles já entenderam, mas ficam insistindo em alguns pontos como o fim da política de privatização da empresa, por razões políticas. (...) A CSN só não será privatizada se ela quebrar antes. O próprio Governador Brizola declarou, a diversos jornais, que é favorável à privatização, dentro de certas condições, com as quais eu concordo. Quem não acredita que leia o tijoloço do Governador Brizola, publicado no Jornal do Brasil, de 27.02.91. Os dirigentes sindicais querem lutar contra a maré. Será que eles são contra a CSN ou existe interesse político por trás disto? Será que é má fé do Sindicato? Ignorantes eles não são. Será que eles vão querer continuar a enganar o empregado da CSN?²³¹

Dois aspectos merecem destaque neste Informativo. Primeiramente, a privatização, as demissões e a linha de saneamento empreendida por Roberto Procópio Lima Neto são mostradas como inevitáveis, quase que seguindo um curso “natural”. Resistir a elas seria ir contra a “natureza” das coisas, uma resistência, portanto, vã. Em segundo lugar, iniciava-se uma intensa campanha de desqualificação da política assumida pelo Sindicato, no sentido de identificá-la com anacronismo, má fé, interesseira e mentirosa. E o tom dessa campanha foi, progressivamente, focando a principal liderança do Sindicato, Vagner Barcelos, a ponto de, às vésperas da eleição de 1992, ele ser chamado de “condutor de derrotas”.

A política salarial do período proibia a reposição de perdas salariais anteriores a fevereiro de 1991. Assim, embora a data-base dos metalúrgicos fosse 1º de maio, todas as perdas passadas até fevereiro daquele ano não poderiam ser repostas. A contraproposta da empresa se pautou, obviamente, pela política salarial vigente, ou seja, reposição da apenas da inflação de fevereiro/91 a abril/91, mais um ganho real de 7%, “zerando”, desta forma, as perdas de maio/90 a janeiro/91.

Diante disso, o Sindicato convocou uma assembléia para 12 de abril, onde os trabalhadores decidiriam sobre a contraproposta da CSN. A diretoria da entidade defendeu a rejeição, mas a votação aprovou a oferta da empresa. O acordo estabeleceu que, dali a seis

²³¹ Informativo da CSN, citado em LIMA NETO, R. P., op. cit., pp. 167-168.

meses, haveria uma revisão. No mês de junho, o TST concedeu ganho de causa aos operários com relação às perdas decorrentes do Plano Bresser (26,6%).

Esta primeira etapa da campanha salarial de 1991 transcorreu sem greve, mas com um importante episódio que consolidaria a dissidência na diretoria do Sindicato, pavimentando de vez a articulação da alternativa Força Sindical, o desligamento de oito membros da diretoria do Sindicato (Luizinho, Albano, Antônio Carlos, Coelho, Edmar, Vicente, todos da CSN, José Carlos, da empresa Barbará, e Joaquim Abel, da SBM), que repetiram em grau maior o que já haviam feito um ano antes, quando negociaram paralelamente com a CSN.

O próprio presidente da CSN reconheceu a importância desses dissidentes para os seus objetivos:

Nossa sorte foi que um grupo de Diretores do Sindicato, reconhecendo que as coisas estavam mudando, que a empresa estava melhorando e que a parceria do trabalhador no processo poderia apressar o saneamento da empresa e torná-lo menos doloroso, tornou-se dissidente, passando a combater as idéias de Vagner.²³²

Bartolomeu Citeli, ligado à Articulação Sindical, relata a tentativa que os membros do Formigueiro fizeram objetivando a sua participação no grupo:

Quando foi na campanha salarial de 1991, nós não conseguimos fazer uma boa campanha e fomos derrotados novamente. Aí este grupo chamado Formigueiro já começou as negociações externas à direção do Sindicato, com a direção da empresa, a fazer as negociações dele. Com o Lima Neto investindo pesado neles. Eu me lembro na época que eles começaram a formar este grupo em meados de 1991, onde a primeira pessoa que eles convidaram a encabeçar o projeto deles, de parceria, fui eu. Eles me chamaram para um almoço e eu chamei dois companheiros, Marcelo e [o segundo nome não está claro na gravação], para que fossem junto comigo ver o que eles estavam pretendendo. E eles propuseram (eles eram o Albano, Edmar, Vicente) na mesa que tinham uma proposta de parceria – eles não falavam em Força Sindical – entre empresa e trabalhadores, que o Procópio tinha gostado e iria investir, e aí me convidaram. Perguntaram se eu queria encabeçar este processo nas eleições sindicais. Eu levantei e lhes disse que eram traidores, vendendo os trabalhadores, falei lá uns palavrões e saí. E coloquei no sindicato, no outro dia de manhã, o que estava acontecendo. Chamei o Vagner e a direção e disse que o jogo seria pesado, onde a empresa investiria com tudo. A empresa tirou de dentro do sindicato um

grupo que era uma referência, até mesmo porque eram do time do Juarez. Talvez se ela pegasse um outro grupo não teria sucesso, mas pegou exatamente os que queriam o poder e para eles não importava o que teriam que fazer para chegar ao poder.²³³

A Força Sindical acabara de ser fundada, em um congresso realizado em São Paulo, no Memorial da América Latina, entre 8 e 10 de março de 1991 e representava, em relação às pretensões que a CSN tinha de desqualificar o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, a alternativa ideal. Prova disto foi o fato da CSN ter entrado com o dissídio no TST, reivindicando base Nacional, alegando que possuía trabalhadores em várias partes do país. A aceitação de tal argumento por parte do TST significaria que a entidade sindical legalmente representante dos metalúrgicos da CSN seria a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), presidida por Luiz Antônio de Medeiros, também presidente da Força Sindical:

Tudo estava acertado com a Força Sindical, que foi chamada a sentar-se à mesa de conciliação no Tribunal. Queriam, inclusive, que o Sindicato a substabelecesse como representante. Neguei-me a isto e, por denúncia de um funcionário do Sindicato, flagrei o grupo Formigueiro negociando na sala do Gerente Administrativo da CSN, Luiz Xavier. Retornei ao Sindicato, comprei um aparelho “viva voz” e gravei um telefonema entre eu e o Xavier, onde colocava minha repulsa pelos atos da empresa que desconhecia a representação sindical. Ele não mediu palavras e confessou todo o plano deles. Como era um telefonema dado por mim, convoquei a assembléia para o dia 14 de agosto de 1991 (na qual compareceram cerca de 6 mil metalúrgicos), chamei os integrantes do Formigueiro e apresentei a fita na assembléia. Chamei todos eles para se defenderem. Luizinho, que quis representar os outros, não chegou a usar cinco minutos de defesa. Fiz a defesa do Sindicato e propus a expulsão do grupo, onde apenas alguns (do próprio Formigueiro) levantaram a mão em contrário. Contra a vontade do grupo do PDT, liderado pelo Bartolomeu, que ainda compunha a diretoria do Sindicato, fiz valer a maioria da diretoria que restou e o Formigueiro foi devolvido para a produção, sem direito a voto nas reuniões da entidade. Cortamos os subsídios que recebiam do Sindicato e comuniquei cada passo à categoria. É lógico que nenhum deles, até hoje, voltou para o local de serviço, pois passaram a viver do dinheiro empresarial da Força Sindical.²³⁴

²³² LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 166.

²³³ Entrevista com Bartolomeu Citeli, 24/09/97.

²³⁴ Esclarecimento prestado por Vagner Barcelos. Os procedimentos e os resultados dessa assembléia foram confirmados por vários informantes

A decisão, na verdade, foi pelo desligamento dos membros do Formigueiro da diretoria do Sindicato e não da condição de filiados a este. O desdobramento óbvio dessa decisão foi o descredenciamento de qualquer negociação entre o grupo e a CSN, para efeitos legais. O que não impediu, entretanto, a aproximação com a empresa. Ao contrário, o que se daria daí em diante seria um considerável reforço (vindo da CSN) aos objetivos do Formigueiro quanto à direção do Sindicato.

Uma outra decisão dessa assembléia foi a ratificação da CUT enquanto central sindical a qual o Sindicato dos Metalúrgicos se manteria filiado. Os trabalhadores também resolveram permanecer em estado de greve e consideraram o abono de 16,67% concedido pela CSN pequeno. Foi eleita uma comissão de negociação, sem a presença do presidente do Sindicato, visando desarmar a CSN em seu reiterado argumento de que Vagner obstaculizava a conclusão de um acordo:

Vagner afirmou que “desta vez não faço parte da comissão. Desta forma, a direção da CSN não poderá utilizar da minha presença para justificar a dificuldade nas negociações”.²³⁵

A revisão do acordo de 1991, prevista para novembro, foi antecipada, na prática, para outubro, quer em função de uma estratégia do Sindicato, quer por uma iniciativa que a CSN tomou, antecipando-se e oferecendo um aumento real médio de 24%. Tal aumento, no entanto, balizava-se pela inflação de maio a outubro de 1991, desconsiderando, novamente, as perdas anteriores a fevereiro daquele ano. O Sindicato pleiteavam 188% de reajuste, índice correspondente à reposição da inflação de maio/90 a outubro/91²³⁶.

Roberto Procópio Lima Neto voltou a se dirigir aos trabalhadores por um boletim, em 28 de outubro, buscando demovê-los da idéia da greve e convencê-los a aceitar a proposta da empresa. Sob o título *Vamos parar para pensar*, o boletim argumentava que

Enquanto:

- 1) a economia brasileira dá mostras de grandes dificuldades e diversas empresas param as suas fábricas, e fazem demissões em massa;
- 2) o mercado internacional do aço se estreita violentamente, resultando em preços cada vez mais baixos,

²³⁵ O Dia, 16/08/91.

²³⁶ O Dia, 4/10/91.

A CSN oferece, em relação a maio, um aumento de 231,58% no padrão 20 e de 174,24% na média, para uma inflação considerada de 121,48% (maio a outubro/91). Este aumento garante, na média, um ganho real acima da inflação de 24%.

Ao mesmo tempo, o Sindicato propõe uma greve. A CSN, ainda conhecida no mercado internacional como operadora vaga-lume – acende e apaga (12 greves em 6 anos) – já começou a sofrer. Nosso mercado já está diminuindo.

Gente, isto é uma loucura! Isto é politicagem barata! O Sindicato está querendo se promover à custa do sangue da CSN!

Vamos pensar, gente. A CSN, que já teve tanta greve no passado, não pode ficar sob ameaça de mais uma greve. Com o mercado internacional não se brinca. Os empregos dos líderes sindicais não dependem do mercado. Eles têm seus empregos garantidos por lei. E o operário da CSN, como fica?²³⁷

O Sindicato consultou os trabalhadores sobre a conveniência de uma greve marcada para 7 de novembro, através de votação com urnas nas portas da usina. O resultado foi pela rejeição. Dias depois, os metalúrgicos aprovaram a proposta da usina.

Estas duas últimas vitórias da CSN sobre a política do Sindicato não podem, obviamente, ser entendidas sem que se leve em conta o peso, não da mera ameaça, mas das 7.000 demissões efetuadas. A CSN reduziu o contingente de trabalhadores diretos de 23.200, em 1989, para 16.350, no final de 1991²³⁸. Por outro lado, também não é possível explicar o comportamento da base operária desconsiderando a ofensiva que a direção da CSN realizou em termos de controle do cotidiano dos trabalhadores e da tentativa de ganhá-los, tanto quanto possível, à sua lógica. Todos estes elementos estiveram presentes. A entrada na CSN dos diretores e lideranças sindicais mais ativas estava, desde 1990, proibida, interdição inexistente para os militantes do Formigueiro. O próximo passo necessário estava muito claro para Roberto Procópio Lima Neto:

uma condição fundamental de sobrevivência para qualquer siderúrgica é a paz trabalhista, um ambiente de parceria entre empregados e administração. Com a CUT de Volta Redonda

²³⁷ Informativo da CSN, citado em LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 169.

²³⁸ SENGE, *O peso da realidade*, p. 19. Segundo os dados da própria CSN, a redução, para o mesmo período, foi de 22.134 para 16.125 empregados em operações, perfazendo 6.009 demissões. Há de se registrar, entretanto, que a diferença entre o levantamento do SENGE e o da CSN se explica, fundamentalmente, pelo ponto de partida (23.200 para o SENGE e 22.134 para a CSN).

essa convivência era impossível. A sobrevivência da CSN dependia de novos dirigentes sindicais assumirem o Sindicato.²³⁹

Indubitavelmente, Roberto Procópio Lima Neto combinava uma série de recursos com vistas à consecução dos dois objetivos da sua gestão, sanear a CSN e privatizá-la. Um instrumento que se tornou rotineiro foi o da comunicação direta com os empregados da CSN:

Foi essa a minha política. Durante meus quase três anos de CSN, fiz mais de cem palestras para empregados, em grupos que variavam de 100 a 5.000 pessoas. Comecei com palestras para todos os chefes e supervisores de turno. Este pessoal está diretamente ligado aos operários, já que eram o primeiro nível de chefia. Como eram cerca de mil e eu queria manter grupos de no máximo 130, tinha que fazer várias palestras por mês, em torno de oito a dez, mais conversas com os superintendentes e com a CIPA. Por que o máximo de 130 pessoas? Porque no auditório que eu usava cabia exatamente este número (...). Eu queria um número de pessoas suficientemente pequeno para que eu pudesse olhar no olho de cada uma (...). Pouco meses depois, comecei a fazer, também mensalmente, um encontro para todos os empregados que quisessem comparecer em um palanque na praça da SOM, um lugar famoso pelas concentrações do Sindicato no passado. Apareciam entre 2.000 a 5.000 pessoas. Estas palestras não estavam abertas para perguntas orais, somente por escrito. (...) Além das palestras, publicávamos dois boletins por semana, e às vezes, em tempos de crise, até diários. Vários deles eram escritos pessoalmente por mim. Toda essa atividade me tomava muito tempo. Porém, com um Sindicato selvagem como o nosso, só assim pude atingir o objetivo de conseguir um bom relacionamento com nossos empregados.²⁴⁰

A presença dos valores próprios à lógica dos objetivos governamentais para a CSN era cotidiana junto aos operários. E os espaços e instrumentos historicamente utilizados pelo movimento sindical passavam a ser ocupados e utilizados pela proposta da empresa. Aos instrumentos coercitivos, Roberto Procópio Lima Neto incluía uma obstinada disputa pela adesão dos trabalhadores a um outro ideário, distinto daquele que vinha sendo construído pelo Sindicato.

²³⁹ LIMA NETO, R. P., op. cit., pp. 163-164.

²⁴⁰ LIMA NETO, R. P., op. cit., pp. 147-148 e 154.

A campanha salarial de 1992

“Já em 1992, apesar de o Sindicato ainda estar nas mãos da CUT, negociamos com o Formigueiro (Força Sindical) e o acordo foi imposto a Wagner; outra derrota. Como isto foi possível?”²⁴¹. A resposta dada pelo presidente à pergunta que ele mesmo fez priorizou o aspecto jurídico-formal, apegando-se a questão da base territorial relativamente dispersa da CSN:

A CSN, porque tem bases em mais de um estado, fábrica no Rio e minas em Minas Gerais, e pratica a mesma tabela salarial, não pode Ter seus dissídios julgados em Tribunal Regional. Poderia ocorrer que a decisão do Rio diferisse da de Minas. Nosso dissídio vai para o Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília. A nível nacional, os metalúrgicos são representados pela Força Sindical. Era usual a Força dar procuração para o Sindicato local. Porém, em 1992, por causa da briga com o Formigueiro, eles deram procuração para Luizinho, líder do Formigueiro. O Formigueiro fez um bom acordo, para a empresa e para os empregados, como deve ser em casos de parceria, e ele começou a ser aplicado, apesar dos protestos e ações judiciais do Sindicato.²⁴²

Inicialmente, é preciso dizer que não “era usual a Força (Sindical) dar procuração para o Sindicato local”, até porque esta central sindical fora fundada a menos de um ano. O que, de fato, acontecia, era o reconhecimento da legitimidade do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda para representar os operários da CSN por parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos(CNTM), entidade presidida, nos últimos anos, por Luiz Antônio de Medeiros, também presidente da recém criada Força Sindical. O mais importante, porém, na busca da intelecção dos acontecimentos que culminaram com a vitória da Força Sindical nas eleições de 1992, é perceber a imbricação entre *campanha salarial/92*, *necessidade que a direção da CSN e o governo possuíam de derrotar a CUT em Volta Redonda* e *processo de privatização*. Registro, apenas, que a análise mais acurada da privatização e do papel que o Sindicato, já sob direção da Força Sindical, nela desempenhou será feita no capítulo seguinte.

Os oito ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos que foram desligados por votação na assembléia de 14/08/91 continuavam a pleitear a condição de legítimos

²⁴¹ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 169.

²⁴² LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 170.

representantes dos trabalhadores e isto em termos concretos, como, por exemplo, encetando negociações com vistas ao envolvimento dos trabalhadores no processo de privatização da CSN:

O Banerj será forte candidato à compra de ações no leilão de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Em reunião ontem de manhã (30/03/92) com os diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Luiz Oliveira Rodrigues, o Luizinho, e Luiz Albano, o presidente do banco estadual, Antônio Carlos Brandão, comprometeu-se a brigar pela aquisição de 15% das ações da estatal, conforme sugestão dos sindicalistas. Segundo eles, os trabalhadores poderão assegurar, assim, o poder de decisão na gestão administrativa da empresa, pois tendo o Banerj como aliado, seriam donos de 47% das ações vendidas. Esse número é a soma dos 15% do Banerj mais os 32% a que os empregados têm direito, de acordo com o plano de privatização apresentado pelo presidente da CSN, Roberto Procópio Lima Neto. (...) Ligados à Força Sindical e ao PDT, os sindicalistas deverão reunir-se nessa Sexta-feira com funcionários da companhia para levar-lhes a idéia.²⁴³

A demarcação de terreno em relação à CUT estava muito clara, pois se articulava centralmente em torno da privatização da usina. Para tanto, o Formigueiro contava com poderosos aliados, locais, estaduais e nacionais. No plano municipal, o Jornal do Vale assumiu, desde logo, a defesa da privatização e serviu de instrumento de ponta no convencimento da superioridade desse caminho, para o quê se prestou, diariamente, à tarefa de desqualificar qualquer crítica em sentido contrário. No âmbito estadual, a posição do PDT de Leonel Brizola nunca ficou absolutamente clara quanto à privatização. Por vezes, o governador Brizola se manifestava contra para, no momento seguinte, flexibilizar e indicar o Banerj como instituição capaz de intervir (legitimando, portanto) na privatização da CSN, evitando que grupos econômicos do exterior detivessem o controle acionário da empresa. E, por fim, em termos nacionais, a posição do Formigueiro e da direção da CSN encontravam amplo respaldo na mídia, nas entidades patronais (FIESP, FIRJAN, FENABAN, por exemplo), na campanha governamental de divulgação do Programa Nacional de Desestatização (PND) – cujo gestor era o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e na Força Sindical, congenitamente vinculada à lógica do capital, à superioridade do capital privado no setor produtivo e à defesa de um Estado mínimo em sua abrangência. Em abril de 1992, o governo Collor tinha como novo ministro das Minas e

²⁴³ O Dia, 31/03/92.

Energia o Sr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes, ex-titular do Ministério da Indústria e Comércio no período Médici, e que tinha como norte da sua gestão “privatizar o que for possível”²⁴⁴.

O espaço para que o Formigueiro se credenciasse, mesmo antes das eleições sindicais, como representante dos metalúrgicos e como agente pró-privatização era, como disse acima, garantido através do Jornal do Vale:

“Os metalúrgicos têm que assumir seu papel de atores neste processo. É necessário que cada trabalhador acredite na sua capacidade de intervir. Iludir o peão com a falsa discussão do contra e a favor, enquanto o processo se desenvolve, é uma simples justificativa para a omissão daqueles que teimam em esconder seus objetivos ideológicos e eleitoreiros atrás do discurso do *sou contra*”, disse Luizinho. (...) “Para nós, a questão da privatização requer responsabilidade, coragem e maturidade – continuou Luiz de Oliveira. Nesta reunião pretendemos nos preparar para a batalha. Queremos discutir junto aos metalúrgicos a forma que participaremos desta parceria e com que condições. O saldo desta discussão foi a eleição de uma comissão de oito metalúrgicos que estarão nos próximos dias discutindo com o BANERJ o financiamento das ações e os termos do contrato. Para nós, isto resolve muito mais que agredir verbalmente o presidente da CSN ou qualquer outra autoridade. Defendemos o sindicalismo de consciência e pé no chão, não o peleguismo ou a selvageria”, finalizou o dirigente.²⁴⁵

O moderno, o contemporâneo, era identificado com a posição do Formigueiro, cabendo ao Sindicato os rótulos de anacrônico, senil, ultrapassado:

Marx, já caduco no exterior, surgiu avassalador na cidade na década de 80, reprimido nos anos 60 e 70 (...). Os operários discutem hoje questões típicas do Primeiro Mundo atual. Falam de privatização, de como participarão das decisões da empresa, qual a participação acionária dos trabalhadores, as possibilidades de valorização das ações, o futuro da empresa (...). O marxismo se desmorona. Como os ingleses da era moderna, os voltarredondenses discutem as questões da cidade como em um parlamento. Não é por acaso que o representante da rainha, o presidente da CSN, em um ato inédito na história da empresa, se reúne com os empregados e com as lideranças da comunidade para discutir as questões da siderúrgica que tenham conseqüências para o município.²⁴⁶

²⁴⁴ Cf. Jornal do Brasil, 26/04/92.

²⁴⁵ Jornal do Vale, 02/04/92.

²⁴⁶ Jornal do Vale, 25/04/92.

O Formigueiro promoveu encontros, seminários e reuniões com grupos de trabalhadores, que contavam com as presenças de elementos do BNDES e do presidente do Banerj, representando o governo Brizola. Organizou, ainda, viagens à Usiminas (que havia sido privatizada em outubro de 1991) a fim de mostrar as vantagens aos trabalhadores decorrentes da privatização. Roberto Procópio Lima Neto afirma que foi realizada uma pesquisa sobre a privatização "... feita entre 11.000 empregados, em março de 92, mostrando que 52% eram favoráveis, 12% contra e 36% indecisos"²⁴⁷, sem, entretanto, mencionar a fonte²⁴⁸.

Este era o ambiente de disputa político-ideológica em Volta Redonda às vésperas da data-base dos metalúrgicos.

Visando a elaboração da pauta de reivindicações, o Sindicato realizou uma pesquisa (denominada *Pesquisa Arrastão*) junto a toda a categoria, até porque a campanha de 1992 foi unificada. A pesquisa, articulada à palavra de ordem *Democratizar Sim, Privatizar Não!*, foi montada na forma de questionário que o trabalhador recebia no início do turno e devolvia na sua saída para diretores e militantes do Sindicato ou, ainda, na própria sede do Sindicato. A apresentação da pesquisa incluiu a afirmação da entidade como legítima representante dos trabalhadores (elemento de contraposição ao movimento que a CSN e o Formigueiro construíam no sentido de desqualificar o Sindicato) bem como procurou garantir-lhes o anonimato:

Esse é um ponto que deve ficar bem claro: é o seu SINDICATO quem NEGOCIA as suas reivindicações, porque é ele que representa a sua categoria. Respondendo à PESQUISA, você dará a sua contribuição para a nossa luta. Dessa vez a luta é UNIFICADA e reúne trabalhadores de várias empresas. Você não precisa escrever o seu nome. Não vai haver MAPEAMENTO de trabalhador e você terá total liberdade para dar a sua opinião.²⁴⁹

As sete primeiras questões buscavam identificar o perfil do trabalhador, informando sua empresa, tempo de casa, idade, sexo, estado civil, profissão, departamento e salário. A seguir, três perguntas permitiam a avaliação do trabalhador sobre o governo Collor e a

²⁴⁷ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 171.

²⁴⁸ Jornais locais, atual diretoria do Sindicato e acervos particulares que pesquisei não me proporcionaram o acesso a tal pesquisa. Adiante será vista uma pesquisa feita pela ASSERT, em julho de 1992, onde a posição dos trabalhadores sobre a privatização foi, entre outras questões, avaliada.

²⁴⁹ Boletim da Campanha Salarial/92, 24/03/92.

administração Roberto Procópio Lima Neto, o número de colegas de trabalho no respectivo setor e os responsáveis pela “crise” do país. Duas outras questões relacionavam-se com as inovações tecnológicas e gerenciais ocorridas ou em curso nos locais de trabalho. Seis itens da pesquisa dedicavam-se a recolher subsídios para a pauta de reivindicações (eixo principal, aspectos econômicos e sociais, condições de trabalho, definição do melhor local para as assembleias e qual tipo de ação deveria ser empreendida em caso de intransigência patronal). Por última, uma pergunta sobre o trabalho da direção do Sindicato.

Os diretores da época que entrevistei disseram não possuir os resultados da pesquisa²⁵⁰, mas me asseguraram que:

- a maioria avaliou como “ruim” ou “péssimo” o governo Collor e a administração Roberto Procópio Lima Neto;
- a recuperação das perdas salariais foi indicada como eixo básico da campanha, seguida pela estabilidade no emprego;
- a greve por tempo indeterminado foi a ação menos indicada, em caso de haver intransigência patronal. Muitos trabalhadores optaram pela operação tartaruga ou, no máximo, pela greve relâmpago;
- a avaliação sobre a direção do Sindicato ficou entre “boa” e “regular”, mas com um crescimento da alternativa “ruim”.

Os efeitos da derrota de 1990 faziam-se sentir fortemente junto aos trabalhadores da CSN, principalmente no que tange ao recurso da greve. A emergência de críticas à direção do Sindicato também evidenciava uma ampliação da ressonância do Formigueiro.

A CSN, por sua vez, propôs o mero cumprimento da Lei salarial 8.222, que previa um reajuste quadrimestral de 37% em maio, aos empregados que recebessem até três salários mínimos, reservando aos trabalhadores do topo da escala salarial um reajuste de zero por cento, uma vez que a Lei previa livre negociação acima do patamar de três salários mínimos. O Sindicato, com base nos resultados da pesquisa acima citada, reivindicava, além de 37% para todos, aumento real de 20%, produtividade de 10% e pagamento da URP (26,05%) e das perdas decorrentes do Plano Collor (84,32%) . No dia 29 de abril, os trabalhadores decidiram recorrer à Justiça, para garantir o acordo coletivo, e continuar

²⁵⁰ O Sindicato, por sua vez, apesar de compromisso verbal, também não me forneceu as informações a respeito.

tentando uma negociação. Esta assembléia contou com um número significativamente menor (1.500, segundo o Sindicato) em relação ao que normalmente se verificava por ocasião das campanhas salariais²⁵¹.

Roberto Procópio Lima Neto alegava que a CSN não poderia aumentar a proposta, pois estaria "... o mercado do aço péssimo"²⁵². Dias antes, o diretor de Operações Siderúrgicas da CSN, Sebastião Farias, revelou que a usina havia atingido novo recorde de produção, "... chegando a 400 mil toneladas de aço produzidos em abril. O recorde anterior foi no mês passado, quando a CSN produziu 285 mil toneladas"²⁵³.

A disputa entre a direção do Sindicato e o Formigueiro²⁵⁴ aumentava junto à base, principalmente em relação à negociação salarial e à privatização da CSN. O Formigueiro continuava a buscar respaldo do Banerj em suas pretensões de envolver os trabalhadores no processo de aquisição das ações da usina. Em 13 de maio, 130 metalúrgicos estiveram na sede do Banerj em reunião com o seu presidente, Antônio Carlos Brandão, pleiteando assessoria da instituição na operação de compra das ações. A tentativa, liderada pelo Formigueiro, visava garantir as condições mínimas para que, à época da privatização, os trabalhadores pudessem adquirir 20% das ações e não apenas 10%, como planejava o BNDES, gestor do Programa Nacional de Desestatização. A ambigüidade do PDT quanto à privatização da CSN expressava-se também na posição do Banerj:

Brandão se comprometeu a levar o pedido ao governador Leonel Brizola e à direção do PDT. "Isto não significa que o Banerj seja favorável à privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Mas, se ela for irreversível, o banco não deixará de apoiar seus empregados", disse o executivo do Banerj.²⁵⁵

Estava marcada uma audiência inicial sobre o julgamento do dissídio para o dia 21 de maio, no TST. Dois dias antes, a disputa pela base entre CUT e Força Sindical expressou-se na realização de duas assembléias para deliberar sobre a proposta da empresa.

²⁵¹ Jornal do Vale, 02/05/92.

²⁵² Jornal do Vale, 07/05/92. Em 1990, a tonelada de aço custava US\$ 360; em 1992, US\$ 250, conforme informação do então diretor de Operações da CSN, Sebastião Farias, ao Jornal do Vale de 02/05/92.

²⁵³ Jornal do Vale, 02/05/92.

²⁵⁴ Esta disputa, por vezes, ganhou chegou às vias de fato. Segundo o Jornal do Vale, de 09/05/92, "... o líder do Formigueiro, Luizinho, acertou um soco no rosto do presidente do sindicato, Wagner Barcelos, quando os dois se encontraram na passagem superior da CSN. Wagner teria insultado Luizinho".

²⁵⁵ O Globo, 14/05/92.

Uma foi realizada pelo Formigueiro no clube da empresa (conhecido como Recreio do Trabalhador) e contou com a presença de aproximadamente três mil operários²⁵⁶. A outra, convocada e dirigida pela diretoria do Sindicato, teve lugar na principal entrada da usina, a passagem superior, com uma participação bem menor, algo em torno de mil e quinhentos trabalhadores²⁵⁷.

Como era de se esperar, a assembléia convocada pelo Formigueiro aprovou a proposta da CSN (37,8% sobre o salário de abril, a partir de 1º de maio e uma antecipação de 7,5% referente a uma parte da inflação de maio de 1992, a ser descontada em junho). Já os trabalhadores presentes à assembléia do Sindicato rejeitaram a proposta. A dupla representação para o dissídio coletivo estava se cristalizando. Os sindicalistas do Formigueiro alegavam que, embora fossem dissidentes, permaneciam como diretores do sindicato e tinham "... poderes para convocar assembléia e negociar em nome dos trabalhadores"²⁵⁸.

O Sindicato resolveu, então, realizar um plebiscito, com voto secreto, junto aos trabalhadores, a fim de ser apurada a posição deles quanto à proposta da empresa.

O TST acabou acatando o Formigueiro como representante legal dos metalúrgicos de Volta Redonda, com base na procuração que a CNTM passou aos seus membros. O acordo foi assinado entre a CSN e o Formigueiro. Nova derrota para o Sindicato que também sofreu um desgaste junto aos trabalhadores da FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas, subsidiária da CSN), pela seguinte razão: aos empregados da FEM era, normalmente, estendido o acordo firmado com a CSN, mas com julgamento pelo TRT do Rio de Janeiro. O Sindicato optou por continuar reivindicando cláusulas além da proposta da CSN no caso da FEM. Com isto, a CSN não repassou sequer os 37,8% aos trabalhadores da subsidiária, causando mais um grande problema ao Sindicato. Uma comissão desses metalúrgicos assinou o acordo, provisoriamente, situação regularizada após as eleições sindicais²⁵⁹.

²⁵⁶ Cf. *Gazeta Mercantil*, 20/05/92. O jornal *O Globo* (20/05/92) falou em 6 mil participantes.

²⁵⁷ Cf. entrevista com Vagner Barcelos. O jornal *O Globo* (20/05/92) falou em apenas 500 participantes.

²⁵⁸ *O Globo*, 20/05/92.

²⁵⁹ Quanto às metalúrgicas privadas, o Sindicato assinou um acordo, homologado pelo TRT, estabelecendo um reajuste entre 82,46% e 107,45%, correspondente a um aumento real de 5%, além de 10% de antecipação salarial, reajuste este retroativo a 1º de maio, cf. *Jornal do Vale*, 06/06/92.

Antes de abordar o último tema deste capítulo, quero destacar que o Formigueiro se beneficiava da explícita propaganda que direção da CSN e chefias faziam da sua proposta e das vantagens que a vitória da Força Sindical traria aos trabalhadores. E isto se fazia acompanhar de procedimentos como o que um atual diretor do Sindicato descreveu-me:

O Formigueiro foi fazendo negociação com o Luís Xavier (gerente administrativo da CSN) e o Sindicato foi ficando à parte. O Formigueiro foi crescendo. O acordo salarial de 1992 foi assinado pelo Formigueiro. O Formigueiro começou a ganhar espaço junto aos trabalhadores e à empresa. Eram diretores do sindicato, representativos, eleitos, que tinham representatividade para negociar em nome dos trabalhadores. Então nós começamos a pegar processos aqui no departamento jurídico de 10 anos, 15 anos, todos parados na Justiça. A gente pegava o processo aqui no sindicato, levava para a CSN, a CSN negociava este processo, pagava o trabalhador que retirava a causa da Justiça. Negociamos centenas, milhares, de processos, a nível de cada trabalhador, milhares de trabalhadores receberam periculosidade, hora extra, insalubridade, de média de hora noturna, de turnos que eram de 7 por 1 e passou para 6 por 2. A CSN chegou a ter 10 mil processos, ou seja, 10 mil trabalhadores tinham processo na justiça contra a CSN. Era uma saída: negociar para receber 60% (do valor da causa) ou deixar na Justiça até hoje. Nós negociamos inclusive processos arquivados, houve uma benevolência da CSN.

À ameaça de demissão em caso de vitória da CUT e à intensa propaganda a favor do Formigueiro somavam-se vantagens materiais efetivas aos trabalhadores no empenho que a CSN fez à consolidação da Força Sindical à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Ressalte-se, entretanto, que os ganhos decorrentes dos acordos sobre as ações trabalhistas acima indicados também significavam economia para a usina, pois os valores acordados eram, no máximo, em torno de 60% do que pleiteavam judicialmente os impetrantes.

As eleições sindicais de 1992

No campo cutista as eleições foram precedidas por uma convenção democrática, onde duas propostas de chapa e de programa disputaram a indicação, com base no critério

da proporcionalidade (a chapa da CUT seria composta de acordo com o percentual obtido por cada uma das propostas). Bartolomeu Citeli, pela Articulação Sindical (corrente majoritária dentro da CUT), e Vagner Barcelos, pela CUT pela Base, Convergência Socialista e PCdoB, encabeçaram as chapas:

Aí sim houve uma convenção democrática da CUT, onde eu, com a proposta de reformular a política do sindicato, assumi com alguns companheiros e a gente foi para uma disputa com o grupo do Vagner, que na verdade era um grupo onde estavam compondo várias forças: a CUT pela Base, a CS, o PCdoB, ou seja, todos estes setores contra a Articulação. A gente colocou para o Vagner que não dava para trazer para dentro do sindicato aqueles setores incoseqüentes, que tinham uma concepção sindical bastante diferenciada da nossa. A única chance que o Vagner tinha de continuar como presidente era se aliando com estes setores. E, no final das contas, foi determinada uma convenção da CUT, sobre qual seria a composição da chapa, não apenas do presidente. A gente foi para esta convenção, onde fizemos toda uma campanha. A posição que defendíamos foi assimilada pelos trabalhadores da CSN. Se estes pudessem definir o resultado da convenção, a gente teria ganho a convenção. Mas como acabou que a grande maioria que participou desta convenção não foi de trabalhadores da CSN, mas sim do setor privado, Vagner saiu vitorioso. Nós tivemos 40% e as outras forças tiveram 60%. Não havia 10% da categoria presente na convenção. Ai definiu qual seria a composição da chapa (60% Vagner e 40% nós).²⁶⁰

A principal diferença entre as duas chapas estava exatamente no posicionamento diante da privatização. O raciocínio da Articulação Sindical assumia a privatização como inevitável e, assim, caberia aos trabalhadores garantir o máximo possível de capacidade de influência no processo. Já a que reunia CUT pela Base, Convergência Socialista e PCdoB era contra a privatização e entendiam que a participação dos trabalhadores significava a legitimação de uma proposta inaceitável.

Durante a campanha para a convenção várias lideranças cutistas nacionais ligadas à Articulação Sindical fizeram campanha para a vitória do Bartolomeu, com destaque para a participação do Vicentinho:

Vicentinho conclamou os metalúrgicos a participarem da convenção da CUT neste domingo, no Clube Umuarama, na Vila Santa Cecília, e pediu apoio para os sindicalistas alinhados às idéias de Bartolomeu Citeli. Ele se comprometeu a retornar a Volta Redonda para apoiar a chapa vencedora, mas disse esperar que esta seja a do diretor Financeiro do

Sindicato, Bartolomeu. “O grupo que apoia Bartolomeu tem uma visão mais ampla do que seja um sindicato que não favoreça grupos, mas sim que trabalhe em função do trabalhador”. O presidente do sindicato de São Bernardo acredita que o momento exige um movimento sindical mais competente, com um sindicato mais forte: “Os sindicalistas devem partir para a greve quando necessário, mas há momentos em que é preciso saber conversar com os patrões”. (...) “Não adianta a gente sair por aí gritando chavões do tipo ‘Fora Collor’ e coisas do gênero. O sindicalismo brasileiro vive um momento delicado, se não tivermos propostas a apresentar estamos lascados”, alertou Vicentino.²⁶¹

Bartolomeu procurava demarcar terreno em relação a Vagner também no que dizia respeito à condução das negociações salariais: “... é necessário trabalhar para esgotar todos os canais de negociação possíveis, e sobretudo criar condições para que estas negociações sejam feitas, o que não vem sendo realizado pelo Sindicato”²⁶². A este respeito é preciso lembrar que, desde a campanha salarial de 1990, a CSN se pautou ou pela intransigência (1990), ou pela estrita observância da lei salarial em vigor (1991 e 1992), sendo que nas duas últimas empreendeu esforços para desqualificar o Sindicato enquanto interlocutor junto aos trabalhadores.

A expectativa de Bartolomeu era de uma significativa presença de trabalhadores da CSN e da FEM, onde, segundo sua avaliação, a imagem do Vagner estaria mais desgastada, em função, na FEM, dos desdobramentos da campanha salarial e, na CSN, pela forte propaganda e pressão para que os trabalhadores aderissem à privatização da usina:

Os trabalhadores da CSN eram mais favoráveis à privatização, devido a toda a campanha feita pela empresa de convencimento da necessidade da privatização e de como ela seria boa para os próprios trabalhadores. Primeiramente, a empresa fez reuniões dentro dela, com cada chefe, cada setor, criaram um centro de treinamento (ou algo neste sentido), onde reuniam os trabalhadores e explicavam, com vídeos sobre as empresas da Europa, como os trabalhadores seriam donos da empresa e de como se enriqueceriam adquirindo as ações da empresa. Isto foi claramente colocado. E que a empresa seria mais competitiva, que geraria mais empregos, que Volta Redonda seria uma cidade de primeiro mundo, que a CSN estava caminhando para ser uma empresa de primeiro mundo, que se ela continuasse estatal tinha o problema do governo, da burocracia que amarrava a empresa, impedindo-a de se

²⁶⁰ Entrevista com Bartolomeu Citeli.

²⁶¹ Jornal do Vale, 13/06/92.

²⁶² Jornal do Vale, 13/06/92.

desenvolver. A campanha foi bem feita, com boa assessoria, tendo começado bem antes da eleição sindical.²⁶³

No dia da convenção, 14 de junho, um boletim denominado *CUT-Tamanduá* foi distribuído pelo grupo do Bartolomeu, onde se afirmou o seguinte:

Eles (Procópio e o Formigueiro) já têm a experiência de Vagner na presidência. Qual o resultado? Greves derrotadas, baixos salários no setor privado e falta de propostas. Resultado: privatizar e enfraquecer os trabalhadores. Bartolomeu é a força do pessoal da FEM/CSN, favorecendo o setor privado, é a coerência, a volta da época do Juarez.²⁶⁴

A interpretação da Articulação Sindical, segundo a qual o Formigueiro e a direção da CSN prefeririam disputar com uma chapa cutista encabeçada pelo Vagner, não possuía nenhuma base concreta. Dias antes das eleições, uma pesquisa feita pelo Jornal do Vale indicou esta tendência, junto aos trabalhadores da CSN:

Pesquisa sobre as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992.		
	Vitória de Vagner	Vitória de Bartolomeu
CHAPA UM (oficial da CUT)	42%	30%
CHAPA DOIS (Waldemar Lustoza)	5%	5%
CHAPA TRÊS (Causa Operária CUT)	6%	4%
CHAPA QUATRO (Formigueiro)	10%	10%
VOTOS BRANCOS E INDECISOS	37%	51%

Fonte: Jornal do Vale, 13/06/92.

²⁶³ Entrevista com Bartolomeu Citeli, 24/09/97.

²⁶⁴ Cf. citação do boletim no Jornal do Vale, 18/06/92.

Ao final da convenção, como indiquei anteriormente, a vitória coube ao agrupamento CUT pela Base, Convergência Socialista e PCdoB, com 60 % dos votos, em um universo de quase um mil convencionais, número de participantes bem abaixo do que esperavam ambos os grupos em disputa. A partir desse resultado, o quadro de chapas apresentou-se desta maneira:

- Chapa Um: chapa da situação, tendo Vagner como candidato à reeleição e Bartolomeu na secretaria geral;
- Chapa Dois: composta por antigos dirigentes do Sindicato, vinculados ao período anterior à vitória do Grupo de Oposição Sindical (1983), liderada por Waldemar Lustoza;
- Chapa Três: reunia militantes das correntes cutistas Causa Operária e Luta Metalúrgica, tendo como candidato à presidência Alexandre Honorato Cerezo;
- Chapa Quatro: composta pelo Formigueiro.

Segundo informantes ligados à Chapa Um (membros e apoiadores), o empenho que as lideranças nacionais da CUT (majoritariamente da Articulação Sindical) tiveram com vistas à convenção de 14 de junho não se repetiu durante a campanha eleitoral em apoio à chapa oficial da CUT:

Isto foi flagrante. O Bartolomeu fez uma campanha mais cara para a convenção democrática do que aquilo que nós gastamos enquanto chapa da CUT. Nós gastamos em torno de 90 mil dólares. E o Bartolomeu gastou mais do que isto para a convenção democrática: inserção à vontade no rádio e televisão. Eu nunca ouvi dizer que ele tenha ficado devendo uma diária de hotel para militante, como a chapa da CUT ficou (eu era o tesoureiro da campanha e penei para depois resolver o problema). Quem mandava dinheiro para nós eram os Sindicatos cutistas com quem tínhamos melhores relações, da CUT pela Base, pessoal da Convergência Socialista. E a CUT mandava timidamente. Nunca ouvi o Bartolomeu reclamar de problema de dinheiro nem antes, nem durante, nem depois da convenção democrática. A presença ostensiva de Vicentinho, Meneguelli, Guiba na convenção democrática e a ausência deles na campanha da chapa da CUT explicam, em grande parte, a dificuldade financeira e, em alguma medida, o resultado das eleições. A dificuldade para essas lideranças serem trazidas durante a campanha era enorme. Nós poderíamos ter ganho, talvez de pouco, mas com esse quadro...²⁶⁵

²⁶⁵ Entrevista com Vanderlei Barcelos, 24/09/97.

Com relação ao Formigueiro, sua atuação durante a campanha se estruturou no trabalho de convencimento sobre o acerto da privatização e no amplo e decisivo apoio que encontrou na direção e chefias da CSN. Informado pela tese de que para sobreviver no capitalismo contemporâneo o sindicalismo deveria optar por estratégias que reconhecessem a legitimidade do lucro, o Formigueiro se envolveu na organização de seminários e encontros para discutir qualidade total, como o acontecido entre 2 e 3 de julho, no Escritório Central da CSN, intitulado III Seminário da Qualidade no Estado do Rio de Janeiro, que contou com a participação do presidente da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros.

Iniciativas desse tipo se intensificavam. Em 27 de junho, o Formigueiro e a Comissão de Participação na Privatização formada por trabalhadores da CSN e da FEM organizaram um seminário com o tema Privatização e Parceria na Relação Capital e Trabalho, no Hotel Fazenda Paraíso, em Floriano. Contando com cerca de 400 participantes, o evento teve, ainda, as presenças do presidente do Banerj, Antônio Carlos Brandão, do prefeito de Resende, Noel de Carvalho, dos presidentes da CSN e da FEM, respectivamente Roberto Procópio Lima Neto e Marcius Guedes, e de vários membros das Associações de Pensionistas de Volta Redonda e Barra Mansa. Mais um seminário, sobre Privatização e Terceirização, foi realizado, no qual participaram três grupos de metalúrgicos formados pelo Formigueiro para visitas a Usiminas, além de outros 800 operários entre aposentados e trabalhadores da ativa

O lema da campanha do Formigueiro era *Sindicalismo Real, nem peleguismo, nem selvageria*, buscando, assim, diferenciar-se quer do período anterior à vitória do Grupo de Oposição Sindical, quer do padrão cutista de ação sindical, classificado como "... forma ultrapassada e antiga dos condutores de derrotas e agressões"²⁶⁶.

No mesmo diapasão, o presidente da CSN pôs-se a campo incansavelmente. Suas intervenções públicas sempre buscavam a desqualificação da CUT:

Em palestra ontem de manhã [03/07/92], a Eco-Rio Paraíba, no teatro da AMAN, em Resende, o presidente da CSN, Lima Neto, disse que a CUT, a RFFSA e a Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro dificultam o desenvolvimento regional. Ele disse que está brigando para acabar com o poder de influência da CUT: "Ouvi de vários empresários a

²⁶⁶ Informe publicitário veiculado pelo Jornal do Vale, 04/07/92.

quem convidei para vir para a região a afirmação de que eles não virão para cá enquanto existir essa influência da CUT. Temos que acabar com isso, ou não conseguiremos a vinda de novas empresas”.²⁶⁷

Roberto Procópio Lima Neto disse que “... não estava dando apoio aberto ao Formigueiro, mas todos sabiam das minhas inclinações”²⁶⁸. Mas o seu envolvimento não se resumia às inclinações pessoais. Seu apoio era mais que aberto. O atual presidente do Sindicato revela, ainda que sem reconhecer o esquema de pressão e de ameaça, que

A empresa colocou pessoas, como eu, que tinham um papel sério, de compromisso com a negociação. A CSN nos ajudou no convencimento junto aos trabalhadores sobre a importância da privatização e do sindicalismo de parceria, fornecendo-nos auditório para palestras lá dentro na hora do almoço. Ela abriu as portas para a divulgação da Chapa Quatro. Quando fomos visitar algumas empresas, ela teve interesse em colocar ônibus à disposição dos trabalhadores para irem à Usiminas, fazendo um intercâmbio para que conhecêssemos as dificuldades do Clube de Investimento.²⁶⁹

Uma das modalidades de convencimento que Roberto Procópio Lima Neto utilizou ficou conhecida como o *episódio das cartinhas*: “... o Procópio mandou cartas para todas as esposas dos operários, convocando-as para reuniões no Recreio dos Trabalhadores. E elas iam. As cartas e as reuniões diziam que a CUT ia acabar com Volta Redonda, representando o atraso. Tudo para que elas convencessem os maridos a votar no Formigueiro”²⁷⁰.

O processo de credenciamento do Formigueiro, no sentido de consolidá-lo como referência junto à base operária, também se calcou em algumas vantagens concretas, graças a um conjunto de facilidades que a direção da CSN viabilizou aos líderes da chapa ligada à Força Sindical, como atesta este trecho da entrevista dada por um atual diretor do Sindicato e militante sindical desde a época do Juarez Antunes:

O Formigueiro foi fazendo negociação com o Xavier e o Sindicato foi ficando à parte. O Formigueiro foi crescendo. O acordo salarial de 1992 foi assinado pelo Formigueiro. O Formigueiro começou a ganhar espaço junto aos trabalhadores e à empresa. Eram diretores do Sindicato, representativos, eleitos, que tinham representatividade para negociar em nome

²⁶⁷ Jornal do Vale, 04/07/92.

²⁶⁸ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 170.

²⁶⁹ Entrevista com Carlos Henrique Perrut de Melo, 25/09/97.

²⁷⁰ Entrevista com esposa de operário da CSN.

dos trabalhadores. Então nós começamos a pegar processos aqui no departamento jurídico de 10 anos, 15 anos, todos parados na Justiça porque o sindicato perdia prazo, porque não ia na audiência. A gente pegava o processo aqui no sindicato, levava para a CSN, a CSN negociava este processo, pagava o trabalhador que retirava a causa da justiça. Negociamos centenas, milhares, de processo, a nível de cada trabalhador, milhares de trabalhadores receberam periculosidade, hora extra, insalubridade, de média de hora noturna, de turnos que eram de 7 por 1 e passou para 6 por 2. A CSN chegou a ter 10 mil processos, ou seja, 10 mil trabalhadores tinham processo na justiça contra a CSN. Era uma saída: negociar para receber 60% (do valor da causa) ou deixar na justiça até hoje. Nós negociamos inclusive processos arquivados, houve uma benevolência da CSN. Nós resolvemos estes problemas e crescemos como referência.²⁷¹

As intimidações e pressões sofridas pelos operários da CSN foram objeto de denúncia na Câmara Municipal de Volta Redonda²⁷² e de queixa-crime apresentada pelo Sindicato dos Metalúrgicos ao delegado Hélio Luz, da 94ª Delegacia de Polícia contra o presidente da CSN, sob a alegação de constrangimento ilegal e coação na eleição²⁷³.

Mesmo com todo o empenho da direção da usina com vistas à eleição da chapa Quatro, a CUT ainda se mostrava capaz de ganhar a disputa. A empresa de pesquisa ASSERT, em pesquisa realizada nos dias 31 de junho e 01 de julho²⁷⁴, revelou a seguinte intenção de voto por empresa:

²⁷¹ Entrevista com Emanuel Gomes Perrut, 25/09/97.

²⁷² Cf. O Dia, 19/07/92.

²⁷³ Cf. O Globo, 23/07/92.

²⁷⁴ Cf. informações sobre a pesquisa que indiquei na Introdução.

Pesquisa da ASSERT sobre as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992.						
	TOTAL	CSN	Fornasa	Cibrás	SBM	Barbará
	%	%	%	%	%	%
Chapa 1	39	39	78	14	22	60
Chapa 2	3	3	4	5	2	0
Chapa 3	8	11	0	0	0	5
Chapa 4	12	16	0	0	2	0
Indecisos	27	18	11	76	71	35
Nulo, branco	11	13	7	5	3	0
Base amostra	500	374	27	21	58	20

Algumas tendências eram claras, segundo tal pesquisa. A chapa Quatro (Formigueiro) tinha sua base quase que exclusivamente na CSN, onde, como foi visto, o empenho da direção pela sua vitória era intenso. A chapa Um (situação) apresentava um desempenho melhor nas empresas privadas, comparativamente ao que possuía na CSN. O percentual de indecisos era, todavia, significativo tanto nas metalúrgicas privadas, quanto na estatal. No caso da CSN, parece-nos que a intenção de voto para a chapa Quatro correspondia a eleitores que migraram da posição de indecisão.

As principais razões que justificaram a escolha de cada chapa refletiram, a meu ver, o eixo central das duas chapas mais importantes:

Pesquisa da ASSERT: razões para se escolher uma chapa (eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992)	
POR QUE VOTAR NA CHAPA 1?	%
São lutadores/ batalham para conseguir as reivindicações	48
Conhecem os problemas da categoria	12
POR QUE VOTAR NA CHAPA 4?	
Sabem negociar/dialogar com a empresa	39
Conseguiram muita coisa, mais que o Sindicato	23

Enquanto a chapa Um era escolhida pelos seus eleitores potenciais em função da combatividade e do conhecimento que possuiria, a chapa Quatro credenciava-se aos seus simpatizantes por uma imagem de melhor negociadora e pelas conquistas que obteve durante as campanhas salariais de 1991 e, principalmente, 1992, além das negociações das ações trabalhistas acima citadas.

O quadro de rejeição de cada chapa também é revelador, desde que se leve em conta a principal razão para a rejeição:

Pesquisa da ASSERT: índice de rejeição das chapas (eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992)			
	TOTAL	Rejeição - CSN	Principal razão para a rejeição
	%	%	
Chapa 1	17	21	Atuação fraca nesta gestão
Chapa 2	23	26	São controlados pelos patrões
Chapa 3	20	23	São radicais e extremistas
Chapa 4	31	36	Têm ligações com os patrões/traidores
Sem rejeição	32	19	
Base Amostra	500	374	

Novamente, aqui, pode-se perceber o efeito da campanha que o Formigueiro e a CSN realizaram conjuntamente quanto à chapa Um. Na CSN, a rejeição a esta (21%) superava a verificada no total (17%).

Por fim, um elemento muito relevante que a pesquisa apontou foi o relativo à privatização da CSN, através de duas informações: posicionamento quanto à privatização e grau de prioridade desta na agenda de lutas do Sindicato.

Por empresa, a situação quanto à privatização da CSN era este:

Pesquisa da ASSERT: posição sobre a privatização da CSN, por empresa (eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992)						
	TOTAL	CSN	Fornasa	Cibrás	SBM	Barbará
	%	%	%	%	%	%
A favor	39	45	44	14	21	10
Contra	47	44	41	81	53	75
Não sabe	14	11	15	5	26	15
Base amostra	500	374	27	21	58	20

Enquanto na CSN o apoio à privatização era maior do que a percentual total (45% contra 39%), nas empresas privadas a rejeição à privatização era nitidamente superior à sua defesa.

Adotando-se o recorte por cargos, ao invés de empresa, obteve-se o seguinte resultado:

Pesquisa da ASSERT: posição sobre a privatização da CSN, por cargo (eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992)				
	TOTAL	Chefia	Administração	Operário
	%	%	%	%
A favor	39	62	37	36
Contra	47	31	48	50
Não sabe	14	7	15	14
Base amostra	500	55	73	372

A base operária, portanto, era bem mais refratária à proposta de privatização em relação aos trabalhadores em cargos administrativos e, mais ainda, àqueles que ocupavam cargos de chefia. Todavia, esta questão não ocupava lugar de destaque nas prioridades que o Sindicato, segundo os trabalhadores, deveria abordar na gestão seguinte, conforme mostram as tabelas abaixo:

Pesquisa ASSERT: Prioridades (cinco mais votadas)						
na ação do Sindicato, por empresa						
(eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992)						
Prioridade	TOTAL	CSN	Fornasa	Cibrás	SBM	Barbará
	%	%	%	%	%	%
Aumento salarial/atrasados	68	67	74	62	62	90
Estabilidade no emprego	10	8	4	38	10	10
Unir a categoria	8	9	4	5	0	0
Melhorar plano de saúde	5	5	7	14	0	0
Combater a privatização da CSN	3	4	0	5	0	0

Pesquisa ASSERT: Prioridades (cinco mais votadas)				
na ação do Sindicato, por cargo				
(eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992)				
Prioridade	TOTAL	Chefia	Adminis.	Operário
	%	%	%	%
Aumento salarial/atrasados	68	51	64	71
Estabilidade no emprego	10	5	10	10
Unir a categoria	8	15	12	6
Melhorar plano de saúde	5	11	3	4
Combater a privatização da CSN	3	5	1	3

Não obstante o Sindicato ter tentado mostrar que as demissões já havidas e as que ainda ocorreriam se deviam ao processo de privatização e que as perdas salariais compunham a lógica de saneamento da CSN com vistas à sua privatização, o fato é que, no plano imediato, os trabalhadores não priorizavam o combate à privatização. A rigor, é preciso inclusive reconhecer que a maioria dos trabalhadores era a favor da privatização ou revelava indecisão (39% e 13%, respectivamente, no caso do universo total de pesquisados ou, no caso da CSN, 45% e 11%).

A direção do Sindicato e, conseqüentemente, a chapa Um colocaram no centro da campanha à sucessão a resistência ao processo de privatização. Por mais que, efetivamente, relacionassem as questões de reajuste salarial e de estabilidade no emprego àquele pano de fundo, o campo da disputa estava cada vez mais delimitado pela adesão ou não ao término da CSN em sua natureza estatal.

Na véspera do pleito, Roberto Procópio Lima Neto convocou formalmente os trabalhadores a uma reunião dentro da CSN, para a qual a presença foi garantida com a atuação dos chefes de setor:

Perdido por cem, perdido por mil. As eleições se dariam em três dias, terça, quarta e quinta-feira. Na segunda-feira antes das eleições, fiz um comício a que compareceram mais de cinco mil empregados e abri o jogo. Expliquei meu apoio ao Formigueiro e expliquei por quê. Falei da importância – questão de sobrevivência para a CSN – de uma relação de parceria entre o Sindicato e a administração, de como as brigas de Vagner comigo prejudicavam a empresa e, em consequência, o empregado. Foi uma reunião linda. Eu estava inspirado.²⁷⁵

Na verdade, Roberto Procópio Lima Neto, além do que ele próprio reconhece em seu livro, exibiu uma lista com 2 mil nomes de trabalhadores que, em caso de vitória da CUT, seriam demitidos. Prometeu, também, antecipar 50% da girafa, valor que não seria descontado no final do ano em caso do Formigueiro ganhar as eleições.

A síntese do esquema CSN/Formigueiro nas eleições sindicais de 1992 aparece nas informações dadas pelo Vagner:

Na empresa as lideranças foram isoladas. O pessoal da CUT não entrava. Isto pegava desde o Bartolomeu... E a empresa foi mapeada por setor, ao estilo do TQC: cada chefia tinha que dar o resultado contra a CUT. Cada grupo tinha que dar resultado. Isto era fortalecido pela entrada dos membros da Força Sindical (Formigueiro) dentro de cada setor da CSN. Dinheiro a rodo, eles tiveram apoio logístico. Foram mais ou menos sessenta veículos que trabalharam para eles, veículos das empreiteiras, botaram condução dentro da empresa. A outra coisa: os chefes foram ameaçados com demissão, caso o respectivo setor não apresentasse vitória da Força Sindical. Um ou dois foram demitidos. O Airton foi demitido na LD, porque na LD eu quase ganhei, perdi por muito pouco, acho que uns 40 votos apenas.. Além disso, infiltração de pessoas de outros sindicatos, policiais, que entravam com uniformes da CSN e durante a madrugada faziam este trabalho contínuo de pregação, de doutrinação necessária (...). Eu cheguei a ver a lista de 2 mil demissões. Foi feito o terror. O Procópio fez uma espécie de assembléia dentro da CSN, no pátio da SOM. Ele subiu no caminhão da Força Sindical, prometeu aumento e aí ele declarou que haveria 2.000 demissões se eu fosse eleito, os chefes já estavam avisados. Todo o terror, numa tarde sombria como esta. E quando o trabalhador saiu de dentro da usina – porque eles foram

²⁷⁵ LIMA NETO, R. P., op. cit., p. 172.

obrigados a ficar lá dentro, ninguém podia sair, os chefes nas portarias dizendo que todo mundo tinha que ir à assembléia – e a gente do lado de fora, que eu vou distribuir o papelinho agradecendo o apoio dos trabalhadores, rapaz, eu não entreguei cinco papéis. Apenas cinco trabalhadores tiveram a coragem de virar para mim e pegar o papel. Eu sabia que já tínhamos perdido a eleição. A assembléia armada pelo Procópio foi um dia antes da eleição.

Vários informantes que eram, na época, operários de base, alguns inclusive sem militância sindical, confirmaram os detalhes supra citados. Um deles afirmou que

O que levou a companheirada a aderir ao Formigueiro foi a questão da ameaça do desemprego. A CSN dizia que, se o Formigueiro não ganhasse a eleição, haveria muitas demissões. E, se ele ganhasse, ia acabar com esta baderna, que haveria aumento salarial e garantia do emprego. Colocavam na cabeça do trabalhador que a culpa pelas demissões ocorridas entre 1989 e 1992 era do Sindicato, era do Wagner, da CUT. A empresa dizia que o Luizinho e o Albano estavam do lado do trabalhador. Aqueles operários que a empresa descobrisse não estarem com o Formigueiro seriam demitidos. Ameaçavam com mapeamento. Já se falava muito no processo de privatização. O Procópio Lima Neto foi o cabo eleitoral mais forte do Formigueiro. Ele falava abertamente a favor da Chapa Quatro, aquele papo meloso de que o trabalhador ficaria rico, ia às assembléias. E dizia que era preciso tirar daqui o sindicato que estava prejudicando o trabalhador, a região, a cidade. Que os tempos eram outros. Ele estava permanentemente nas assembléias, nos rádios e nas televisões. Com promessas de fantasia e com ameaças de demissões. Nesta assembléia ele mostrou uma lista de 2 mil nomes que seriam demitidos em caso de vitória da CUT. Ao mesmo tempo, disse que, com a vitória do Formigueiro, esta quadro poderia mudar, porque a relação era outra, a parceria. Dizia que o sindicato da CUT estava acabando com a usina e com a cidade. Uma propaganda fortíssima, uma lavagem cerebral sobre o trabalhador. Nas reuniões nos departamentos eles usavam os capachos (técnicos e encarregados) para passar a mensagem da empresa. Ninguém podia mais conversar. O trabalhador não podia mais ter contato um com o outro. Muitos acreditaram nas promessas, mas o mais importante foi o medo das demissões.²⁷⁶

²⁷⁶ Entrevista com Evaldo, operário da CSN até outubro de 1993, quando foi demitido em função de ter movido ação trabalhista contra a empresa.

De 21 a 23 de julho os metalúrgicos votaram²⁷⁷. O resultado final²⁷⁸ foi o seguinte:

Resultado das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992			
	TOTAL	CSN/FEM e aposentados	EMPRESAS PRIVADAS
Chapa 1 (Vagner - CUT)	6.769	4.498	2.271
Chapa 2 (Lustoza - ex-presidente)	858	Sem inform.	Sem inform.
Chapa 3 (Cerezo - Causa Operária CUT)	884	Sem inform.	Sem inform.
Chapa 4 (Luizinho - Formigueiro)	8.249	8.105	144
Branco	136	Sem inform.	Sem inform.
Nulos	404	Sem inform.	Sem inform.
Votantes	17.300	Sem inform.	Sem inform.
Base do Sindicato	35.000		
Número de filiados	24.552		

Em relação ao universo dos votos válidos (equivalente ao total de votantes menos os votos nulos, ou seja, 16.896), o resultado por chapa foi este:

Resultado das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos, 1992, (universo: votos válidos)	
	%
Chapa 1	40,06
Chapa 2	5,08
Chapa 3	5,23
Chapa 4	48,82

A chapa oficial da CUT (chapa Um) perdeu a eleição basicamente na CSN, onde não obteve vitória em nenhuma das urnas, sendo derrotada pela chapa Quatro por cerca de 2.300 votos. Entre os aposentados, a diferença a favor do Formigueiro foi de 1.307 votos²⁷⁹. Em duas seções da CSN onde perdeu por pequena diferença de votos os respectivos chefes

²⁷⁷ Os votos foram recolhidos em 53 urnas, 35 das quais nas dependências da CSN, cf. O Globo, 24/07/92.

²⁷⁸ O Sindicato não me forneceu os mapas de votação, urna por urna ou ao menos por empresa, sem o que não é possível desmembrar rigorosamente os dados. Os setores que, à época, estavam na situação e hoje são oposição sindical disseram-me não possuir cópias de tais mapas. Os dados aqui indicados correspondem aos publicados nos boletins do Sindicato e em matérias jornalísticas do Jornal do Vale, edições de 25/05/92 e 01/08/92, O Globo (sobre base do Sindicato e número de filiados), edições de 21/07/92, 24/07/92 e 25/07/92.

foram demitidos, sendo, posteriormente, revista uma das demissões. O desempenho da chapa situacionista junto aos metalúrgicos das empresas privadas foi, por outra parte, muito positivo, pois alcançou 89,41% dos votos, cabendo ao Formigueiro, neste segmento, apenas 5,67%.

O caminho para a privatização da CSN sem resistência por parte do Sindicato estava pavimentado, situação registrada com precisão pelo presidente da usina: “Recebi este resultado muito bem, porque esta é uma chapa que se propõe a apoiar a privatização da empresa. E que vai trabalhar, junto com a administração, para conseguir melhores resultados neste processo”²⁸⁰.

Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro, - em sua coluna no Jornal do Brasil, de 26 de julho de 1992, intitulada *Geopolítica da Crise*, onde qualificou o processo de impeachment de Collor como tentativa golpista de incriminá-lo e substituí-lo por parte de “poderosos grupos econômicos e políticos de São Paulo” - prestou sua homenagem à vitória da Força Sindical:

Saúdo os nossos companheiros Luiz Oliveira Rodrigues e demais integrantes da chapa vencedora das eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Foi uma vitória marcante sobre a máquina da CUT-PT, que abre novos caminhos para o sindicalismo em nosso Estado. Agora, mais que nunca, nosso partido estará ao lado dos trabalhadores da CSN para defender este símbolo da industrialização autônoma do nosso País e buscar a democratização de seu controle, com a participação dos metalúrgicos e da comunidade fluminense.

Uma análise sobre a relação de Leonel Brizola com a privatização da CSN e com a orientação da Força Sindical será vista no capítulo 5.

No próximo capítulo enfocarei os elementos atinentes ao projeto de venda da CSN, no que respeita às primeiras propostas para tanto, às formas iniciais de resistência e ao contexto da reestruturação produtiva no ramo siderúrgico.

²⁷⁹ A diferença de 2.300 votos a favor do Formigueiro, na CSN, significa que, entre os aposentados, a chapa Quatro obteve 1.307 votos a mais, uma vez que a chapa Um venceu entre os trabalhadores das empresas privadas com uma diferença de 2.127 votos.

²⁸⁰ O Globo, 22/07/92.

Capítulo 4 - Contornos de um projeto

Primórdios da proposta de privatização

A proposta de privatização da CSN começou a ganhar maior espaço ainda em meio à greve de novembro de 1988. O Jornal do Brasil, em sua edição de 16 de novembro de 1988, noticiou:

A situação da CSN foi discutida na reunião realizada ontem, no Palácio Alvorada, entre o Presidente Sarney, ministros de Estado e dirigentes de estatais. Segundo o relato do ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e do Comércio, feito na reunião, a CSN teve um prejuízo de 40 milhões de dólares nos oito dias de greve, além dos 400 milhões de dólares do ano, já que a empresa é deficitária. (...) Será discutida em breve a possibilidade da desativação parcial ou total da CSN, segundo informações do ministro.

No mesmo diapasão, o então presidente da CSN, Juvenal Osório Gomes, expressando a posição do governo Sarney, declarou, na época, ser favorável à privatização da empresa "... por considerar que a CSN, mantendo-se como firma estatal, irá sempre enfrentar problemas com a política de preços e salários, além de sofrer a ação do

sindicato”²⁸¹. Juvenal Osório concedeu à revista Exame, em abril de 1989, uma entrevista onde reafirmou que as saídas para a CSN seriam duas: “privatizá-la ou fazê-la funcionar como uma empresa privada”²⁸². Naquela oportunidade, alguns importantes dados e uma leitura das razões pelas quais a CSN vivia uma crise foram apresentados pelo seu presidente:

- A dívida da CSN em 1989 atingia a cifra de 1,6 bilhão de dólares, enquanto o seu faturamento anual era de 1,7 bilhão de dólares;
- O patrimônio da CSN era avaliado em 7 bilhões de dólares (este dado é muito importante, pois no leilão de privatização o valor da usina foi bastante inferior, como será visto adiante);
- A defasagem dos preços dos produtos siderúrgicos era alarmante. Dependendo do produto, variava de 45% a 60%, e mostrava-se como fator decisivo para a empresa não registrar mais lucros²⁸³.

Este último aspecto – a defasagem nos preços dos produtos siderúrgicos – era, de fato, de crucial importância para os resultados anuais das siderúrgicas estatais, conforme revelam as tabelas a seguir, relativamente à situação existente na Usiminas.

Prejuízos da Usiminas (1984-1988) decorrentes da política governamental para as estatais		
Ano	Ministro da Fazenda	Prejuízo da Usiminas em função da defasagem nos seus preços (em US\$ x 10³)
1984	Delfim Neto	34.456
1985	Francisco Dorneles	41.750
1986	Dilson Funaro	6.849
1987	Bresser Pereira	254.906
1988	Maílson da Nóbrega	52.205

Fonte: Relatório da Siderbrás

²⁸¹ O Dia, 24 de novembro de 1988.

²⁸² Revista Exame, 5 de abril de 1989, pp. 56-57.

²⁸³ Revista Exame, 5 de abril de 1989, pp. 56-57.

Defasagem dos preços dos produtos da Usiminas			
(preço de venda/custo de produção, em %)			
Data	Defasagem (%)	Data	Defasagem (%)
31/dez/84	-9	24/dez/87	-25
28/fev/85	-3	31/dez/87	-39
31/mar/85	-33	4/jan/88	-13
30/jun/85	-38	31/jan/88	-27
30/set/85	-22	04/fev/88	-1
31/out/85	-15	29/fev/88	-18
30/nov/85	-19	07/mar/88	-2
31/dez/85	-17	31/mar/88	-20
31/jan/86	-17	09/abr/88	-2
28/fev/86	-39	30/abr/88	-18
31/mar/86	-38	08/mai/88	0
31/dez/86	-59	31/mai/88	-16
31/jan/87	-81	03/jun/88	+1
25/fev/87	-40	30/jun/88	-17
28/fev/87	-59	09/jul/88	+2
31/mar/87	-81	31/jul/88	-18
02/abr/87	-46	09/ago/88	+1
3030/abr/87	-46	31/ago/88	-26
13/mai/87	-6	08/set/88	-2
31/mai/87	-33	30/set/88	-30
12/jun/87	-1	03/out/88	-1
30/jun/87	-26	31/out/88	-28
31/jul/87	-37	02/nov/88	-1
31/ago/87	-41	30/nov/88	-50
5/set/87	-33	02/dez/88	-20
30/set/87	-43	31/dez/88	-51
4/out/87	-33	02/jan/89	-23
30/out/87	-43	14/jan/89	-4
4/nov/87	-22	15/jan/89	-34
30/nov/87	-49		

Fonte: Siderbrás

Estes dados²⁸⁴ revelam, pois, como as dívidas das estatais siderúrgicas realmente se prestaram a subsidiar a iniciativa privada.

²⁸⁴ Não foi possível obter um estudo análogo para o caso da CSN. Todavia, como a política de contenção de preços no ramo siderúrgico era comum às empresas estatais, menciono a situação específica da Usiminas, a título de ilustração.

No próximo item, serão examinadas as primeiras tentativas de oposição à privatização da CSN.

Iniciativas de resistência à privatização

A principal resposta dos movimentos populares e do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda aos claros sinais de avanço das propostas de privatização da CSN foi a criação do *Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN*²⁸⁵. Esse Fórum publicou e distribuiu uma cartilha, em linguagem popular, intitulada *Diga não à privatização*²⁸⁶, que serviu de subsídio às discussões em associações de bairro, movimentos populares, escolas, igrejas etc., com vistas ao convencimento da necessidade de resistir à venda da CSN.

O Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR) também se empenhou sobremaneira no desvendamento das reais determinações da crise da CSN, bem como dos interesses subjacentes à proposta da sua privatização. Com esse objetivo, produziu outro material impresso apresentando elementos de análise e o seu posicionamento econômico-político acerca da questão denominado *Privatização? Não, obrigado*²⁸⁷.

As duas publicações acima citadas expressavam o acúmulo de informações e reflexões produzidas sobre o assunto, articulando as leituras de operários, engenheiros, técnicos e sindicalistas ligados à CSN, de um lado e dos movimentos populares críticos à privatização, de outro. Com elas buscou-se sensibilizar os partidos políticos, as entidades do movimento social, o Congresso Nacional e os meios de comunicação. Essa experiência de resistência se constituiu a partir de dois vetores:

²⁸⁵ Este Fórum reunia o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR), representantes de associações de moradores, movimentos populares (ligados às questões de moradia, transporte, saúde, educação), entidades estudantis, representantes de comunidades religiosas. Mas estava aberto à participação popular em geral e fazia esforços no sentido de ganhar a adesão inclusive de associações como Câmara dos Diretores Lojistas de Volta Redonda (CDL/VR). Seu objetivo central era resistir ao PND como um todo, buscando informar e convencer a população de Volta Redonda sobre os impactos que a privatização da CSN traria, bem como articular formas de resistência.

²⁸⁶ Essa cartilha reuniu as conclusões das discussões realizadas até março de 1990.

²⁸⁷ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, Volta Redonda, Departamentos de Formação Sindical e de Imprensa, maio/1990, 41 p., ilustrado.

- Elaboração e divulgação, por parte daqueles agentes locais com maior volume de informações e de oposição aos grupos privatistas, dos argumentos capazes de obter uma progressiva adesão a tal posicionamento;
- Ampliação da base de apoio e envolvimento efetivo contra a privatização da CSN junto aos trabalhadores menos convencidos do seu significado e junto a outros segmentos da população (incluindo comunidades religiosas, comerciantes, estudantes) da região de Volta Redonda e do Estado do Rio de Janeiro.

Tão logo foi empossado, o governo Collor instituiu, através da Medida Provisória nº 155, de 15 de março de 1990, o Programa Nacional de Desestatização (PND), autorizando a privatização de todas as empresas públicas e sociedades de economia mista existentes no país, bem como a participação destas em outras empresas do setor privado. As exceções limitavam-se aos setores de telecomunicações, petróleo, gás e minerais nucleares, nos termos estabelecidos pelos artigos 21 e 177 da Constituição Federal em vigor. Este ato político-administrativo do governo Collor significou, obviamente, o início efetivo da política privatizante do Estado brasileiro e recebeu, por isto mesmo, uma detalhada análise por parte do Senge-VR e do Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) seria executado por uma Comissão Diretora composta por oito membros, sendo quatro do governo e quatro “notáveis” oriundos do setor privado. Tal comissão teria plenos poderes para fixar o preço mínimo das ações ou bens em processo de alienação, aprovar a destinação dos recursos provenientes da privatização, definir a forma de pagamento da alienação, autorizar ou não a compra de controle acionário por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e permitir ou não a compra de ações, em condições especiais, por empregados das empresas a serem privatizadas.

A rigor, o PND se traduzia numa autorização geral e ampla ao Poder Executivo para, via decreto, alienar ao setor privado as empresas nas quais o governo possuísse participação societária ou controle acionário. As modalidades da transferência eram várias: alienação de participação societária, abertura de capital, aumento de capital com renúncia ou cessão, total ou parcial, de direitos de substituição, transformação, incorporação, locação, comodato ou cessão de bens e instalações e, por fim, dissolução de empresas ou desativação parcial de seus empreendimentos, com a conseqüente alienação de seus ativos.

Um dos elementos mais problemáticos do PND, segundo a avaliação do Senge-VR e do Fórum, referia-se à participação dos títulos da dívida externa nas privatizações:

Há um aspecto nesse plano que nos parece o de maior gravidade e por isso merece ser analisado com o devido cuidado. Trata-se da conversão de títulos da dívida externa em ações das estatais em processo de alienação. Caso prevaleça esta regra, qualquer pessoa, física ou jurídica, brasileira ou estrangeira, poderá adquirir, no mercado interno ou externo, títulos da dívida externa brasileira, no mercado secundário, com deságio de até 60% e trocá-los, com seu valor de face, por ações das melhores e mais rentáveis empresas públicas ou sociedade de economia mista em processo de privatização. ‘É um negócio da China!’²⁸⁸

Este tipo de operação com títulos da dívida pública enquanto modalidade de recursos utilizados com vistas à participação na compra das estatais ficou conhecido pela expressão “moedas podres”. Tal operação era denunciada nos documentos do Fórum de Debates e do Senge-VR como a ponta mais recente e mais circunscrita (em termos do PND) de um fenômeno já histórico: o caráter privatizado do Estado brasileiro. Mas havia diferenças importantes entre as leituras das duas entidades a respeito da natureza do Estado e das particularidades do Estado brasileiro, como se pode perceber pelo que segue.

O Fórum de Debates partia de uma visão segundo a qual “o Estado, por meio dos que exercem o Governo, interfere na vida das pessoas sob todos os aspectos (...), com o objetivo de promover o bem estar da comunidade” e que “o Estado brasileiro, há muito, vinha sendo “conduzido por governos que não têm cumprido seus objetivos básicos; ao contrário, têm colocado os interesses de alguns grupos sobre os da coletividade...”²⁸⁹. Ou seja, o Fórum não entendia o Estado como organização da dominação de classes, não logrando, portanto, a inteligência da natureza de classes do Estado. Explicava-se a atuação do Estado brasileiro a favor de certos interesses privados em função do não cumprimento dos seus objetivos básicos, sintetizados na idéia de *promover o bem comum*.

Por sua vez, a análise produzida pelo Senge-VR incluía um outro ponto de partida:

O Estado brasileiro, como em todos os países capitalistas, sempre foi um instrumento da classe dominante, mas no Brasil, devido ao seu processo histórico (que não cabe aprofundar neste livreto), o Estado não teve as mesmas características dos países capitalistas avançados, que mesmo sendo um Estado da classe dominante, sempre conseguiu exercer

²⁸⁸ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 29.

²⁸⁹ Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN, *Diga não à privatização*.

um papel público, ou seja, para viabilizar seu projeto de dominação fez concessões às classes populares, aos trabalhadores, e incorporou muitas das suas reivindicações. É bem verdade que isto sempre foi feito para escamotear o caráter de classe do Estado, mas enfim, a classe dominada era considerada um ator político, era parte das regras do jogo. No Brasil isto não se deu, os trabalhadores nunca foram considerados personagens políticos importantes no projeto da burguesia, resultando num Estado essencialmente privado com todas as suas perversidades.²⁹⁰

As distintas concepções de Estado (de um lado, promotor do bem comum e, de outro, instrumento de dominação) produziam interpretações também distintas acerca do significado das empresas estatais. Para o Fórum de Debates, as estatais apresentariam “desvios” da sua verdadeira função (prestação de serviços à “comunidade”) como decorrência das “deformações” do Estado:

Empresas estatais são de as de propriedade do Estado e, em consequência disto, de toda a população. Geralmente são criadas para a prestação de um serviço ao público e, mesmo que operem com lucro, este não é o principal objetivo de suas atividades. (...) Para a empresa estatal, o importante é que o serviço público a que se propõe seja prestado de forma que atenda as necessidades da comunidade. Este serviço pode ser de qualquer tipo: assistência médica, telefonia, luz e energia, produção de aço, produção de petróleo, transporte, comunicação, educação, previdência etc. (...) Estas deformações do papel do Estado atingem também as empresas sob seu controle, desviando-as de seu papel principal, para beneficiar as empresas privadas.²⁹¹

Já para o Senge-VR, as empresas estatais, enquanto parte do Estado, foram criadas e desenvolvidas como “... instrumento estratégico da política de desenvolvimento econômico, mas servindo prioritariamente aos interesses privados, processo este que se aprofundou nas últimas décadas”²⁹². Tratava-se, do ponto de vistas dos setores populares, de construir uma alternativa efetivamente pública às empresas que, por serem estatais, funcionavam estruturalmente como suporte ao investimento privado e, no caso brasileiro, constituíam mecanismo de apropriação privada dos resultados ensejados por patrimônios formados com recursos públicos. Por outro lado, afirmava o sindicato,

²⁹⁰ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 7.

²⁹¹ Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN, op. cit..

²⁹² Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 8.

... os setores populares, embora também entendessem as empresas estatais como instrumento da política de desenvolvimento econômico, sempre as viram com outro conteúdo, afirmando o seu caráter público, no sentido de servir ao conjunto da sociedade brasileira. Esta é a luta histórica no Brasil, e que hoje se coloca de uma forma mais intensa. De um lado os que querem conservar este tipo de Estado e de outro os que querem transformá-lo.²⁹³

Registre-se que o Senge-VR integrava o Fórum de Debates. Como o objetivo imediato da luta era o de resistir ao PND e, mais especificamente, à privatização da CSN - o que exigia um enfrentamento com este importante elemento do ideário e da prática neoliberais - o foco principal para a ação do Fórum era a unidade dos setores populares na discussão daquela conjuntura, buscando a formulação de um "... projeto alternativo para o Estado brasileiro, que contraponha o discurso neoliberal"²⁹⁴.

Estabelecida esta convergência fundamental, o diagnóstico das razões da crise da CSN era único. O denominador comum da deterioração das finanças públicas era a canalização para o setor privado, de forma direta e indireta, daquilo que as estatais produziam ou obtinham de empréstimos junto a bancos estrangeiros. Os principais mecanismos desta apropriação privada foram estes:

- Subsídios, isenções e incentivos fiscais às empresas privadas;
- Sonegação de impostos;
- Contenção dos preços dos bens e serviços públicos (aço, energia elétrica, derivados de petróleo, por exemplo) utilizada ao longo de vários anos para reduzir o custo de produção das empresas privadas e, conseqüentemente, aumentar sua taxa de lucro ou, pelo menos, impedir sua queda;
- Alteração no perfil da dívida externa brasileira. A política econômica dos governos brasileiros nos anos 70 comprometeu seriamente a saúde financeira das estatais, particularmente dos setores elétrico e siderúrgico. As empresas foram induzidas à captação de recursos externos para manter o equilíbrio na balança de pagamentos. Precisamente por serem lucrativas, as estatais desses setores emprestavam dinheiro no exterior para gerar os dólares exigidos pelos serviços da dívida externa.

²⁹³ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado.*, p. 8.

²⁹⁴ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 8.

A política de contenção do preço do aço beneficiou, obviamente, a indústria automobilística, os exportadores de produtos siderúrgicos manufaturados, os distribuidores de aço, a indústria da construção metálica e a indústria metalúrgica em geral. Além dessa medida, outros dois fatores foram decisivos para a crise da CSN.

Em primeiro lugar, o atraso de sete anos na conclusão do estágio III da CSN, terminado apenas em 1988, devido à não liberação de recursos financeiros pelo governo. Este atraso obstou uma maior produção que poderia inclusive pagar os empréstimos efetuados com vistas à expansão. A perda da produção decorrente desse atraso foi da ordem de 6.500 toneladas, o equivalente a US\$ 2 bilhões perdidos de 1979 a 1988. O Quadro abaixo resume tal situação:

Perdas acumuladas pela CSN de 1979 a 1989	
Devido a defasagem nos preços do aço	US\$ 5,0 bilhões (-)
Devido ao atraso na expansão	US\$ 2,0 bilhões (-)
Aporte de recursos oriundos do governo	US\$ 3,0 bilhões (+)
TOTAL DAS PERDAS	US\$ 4,0 bilhões (-)

Fonte: Senge-VR e Fórum de Debates sobre a Privatização da CSN

O segundo fator foi a contenção dos preços dos serviços e bens públicos, conforme pode ser constatada no Quadro seguinte, revelador de uma deliberada política governamental de subsídio ao setor privado:

Evolução da contenção dos preços de serviços e produtos das estatais (patamar inicial = 100, para o ano de 1975)					
Serviço ou produto	1975	1980	1982	1987	1988
Aço	100	77	86	60	56
Transporte ferroviário	100	73	74	51	58
Eletricidade	100	73	75	67	66
Telefonia	100	68	78	47	47
Correios	100	83	112	63	54

Fonte: Dados da SEPLAN/SEST (Secretaria de Planejamento/Secretaria de Controle das Empresas Estatais)

As despesas financeiras pesaram também sobremaneira no desempenho da CSN ao longo da década de 80, em função do aumento da taxa de juros dos empréstimos estrangeiros e de duas maxidesvalorizações da moeda nacional (cerca de 30% cada uma). Para o conjunto das empresas estatais federais, no período de 1980 a 1985, o crescimento do conjunto das despesas apresentou o comportamento abaixo descrito:

Crescimento das despesas em empresas estatais federais (1980 a 1985), por item	
Encargos financeiros	175% (+)
Amortizações	85% (+)
Outros custos	2% (+)
Custos com pessoal	9% (-)

Fonte: Senge-VR

A partir da década de 80, as empresas estatais viveram um quadro crônico de endividamento e descapitalização. De acordo com dados da SEST, entre 1981 e 1984, tomando-se por base o conjunto das empresas estatais, os investimentos caíram 36% e as despesas com pessoal foram reduzidas em 23%. Ao mesmo tempo, os encargos financeiros aumentaram 73%. No ramo siderúrgico estatal (Siderbrás), a relação encargos financeiros/despesas com pessoal, que era de 1,34 em 1981, atingiu 3,13 em 1984. Na Eletrobrás a variação foi de 2,38 para 6,00.

No caso específico da CSN, gastos com pessoal, custo total da produção e despesas financeiras apresentaram o seguinte comportamento comparativamente ao faturamento, para o ano de 1989, valores em NCz\$ mil:

Gastos com pessoal, produção e despesas financeiras na CSN em 1989						
(comparação com o faturamento, em %)						
Mês	Pessoal	% Fat.	Produção	% Fat.	Desp. Fin.	% Fat.
Janeiro	17.484	14,1	71.846	58,1	24.026	19,4
Fevereiro	26.699	21,2	90.014	71,4	37.470	29,7
Março	16.662	14,1	83.843	72,5	66.875	57,8
Abril	22.893	18,6	101.756	82,8	91.333	74,3
Maiο	22.718	14,5	97.468	62,4	96.693	61,9
Junho	34.899	14,1	131.550	53,1	97.609	39,4
Julho	48.647	14,8	165.412	50,3	127.427	38,8
Agosto	59.211	11,7	244.225	48,4	198.585	39,4
Setembro	97.572	12,9	307.742	40,8	104.188	13,8
Outubro	127.718	10,8	456.634	38,6	319.398	27,0
Novembro	271.331	17,3	725.776	46,2	517.070	32,9
Dezembro	641.954	28,3	1.263.087	55,7	1.186.546	48,8

A Tabela indica que as despesas com pessoal giraram, em 1989, em torno de um percentual médio de 29% do custo total de produção. As despesas financeiras, em contrapartida, foram, em média, 2,6 vezes superiores às despesas com pessoal. A crise da

CSN, portanto, não tinha origem nos gastos com pessoal, e sim, fundamentalmente, nas despesas financeiras. Em dezembro de 1989 elas representaram 93,9% do custo de produção, ou seja, a CSN gastou com os credores praticamente o equivalente gasto na fabricação dos seus produtos. Nesse mesmo mês a dívida da CSN atingiria a quantia de US\$ 2,3 bilhões, dos quais US\$ 700 milhões já haviam vencido. Segundo o Senge-VR,

Em maio de 1989 conseguiu-se, após muita luta dos trabalhadores e de toda a comunidade local, que houvesse um aporte de capital de US\$ 600 milhões, que permitiria à empresa liquidar a maior parte dos débitos vencidos e elevar a sua situação financeira a um patamar administrável. Este dinheiro, entretanto, não chegou a Volta Redonda e, com a elevação da inflação, a CSN afunda cada vez mais no pântano financeiro especulativo.²⁹⁵

O Fórum de Debates, onde se destacavam o Senge-VR e o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, buscou resistir à privatização da CSN denunciando as reais causas da crise da usina, mostrando o quadro que se poderia estabelecer a partir da alienação e, por fim, apontando algumas alternativas quer à privatização, quer à manutenção da estatal no papel de favorecedora das empresas privadas do ramo metalúrgico.

Um primeiro forte argumento contrário à privatização da CSN defendido pelo Fórum foi o do efetivo risco da monopolização:

Considerando que esse setor requer um elevado nível de investimento com um conseqüente lento retorno do capital e considerando ainda a baixa lucratividade da siderurgia integrada (que fabrica desde o ferro gusa até as chapas finas revestidas), uma possível privatização levaria inevitavelmente o controle do setor às mãos de um monopólio, possivelmente estrangeiro, em função das vultosas quantias envolvidas (...). Basta lembrar o exemplo recente da indústria do cimento, produto que não é tão estratégico quanto o aço, mas que causou grande celeuma na indústria da construção civil. Setor oligopolizado, dominado por quatro empresas, seus preços recentemente explodiram, superando largamente as cotações internacionais. Para uma inflação de 1.764% em 1989, o cimento teve um aumento de 2.503%. O “grande empresário” Antônio Ermírio de Moraes detém 38% da produção de cimento, mas não é só no cimento que ele é um dos grandes oligopolistas. Seu grupo detém ainda 100% da produção de zinco, 20% do alumínio e 2% do mercado de aço.²⁹⁶

²⁹⁵ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 16.

²⁹⁶ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 23.

Os prováveis impactos locais da privatização também constituíam recorrente argumento do Fórum de Debates. Em 1989, o IBGE estimava em 251.200 habitantes a população de Volta Redonda, dos quais cerca de 30 mil eram trabalhadores da CSN, FEM, COBRAPI (Companhia Brasileira de Projetos Industriais) e das empreiteiras que nelas operavam. Assim sendo, aproximadamente 120 mil pessoas (48% dos moradores de Volta Redonda) dependiam diretamente desses postos de trabalho. O ICMS oriundo da CSN e recolhido no município representava cerca de 83% do total arrecadado pela prefeitura com esse imposto. Os 4.501 estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviço da cidade, segundo dados da Secretaria Municipal de Finanças, dependiam grandemente do ritmo econômico seguido pela usina. A análise de Cláudia Virgínia Souza sintetiza os principais desdobramentos previstos com a privatização:

O projeto privatista defendido pelo novo governo fala em nome da eficiência e modernização do aparelho estatal. Isso se traduz em demissões para o “enxugamento da máquina” e muito possivelmente na ausência de novos investimentos. De fato, a privatização significa, no caso da CSN, o compromisso com o capital, principalmente o capital internacional, e o interesse em conter o combativo movimento operário sindical.²⁹⁷

Como alternativa à privatização o movimento de resistência capitaneado pelo Fórum apresentava o seguinte eixo fundamental: democratização da gestão da CSN, o que exigiria um efetivo combate aos esquemas fraudulentos da administração, recomposição dos preços dos seus produtos, renegociação da dívida e investimento na usina:

É verdade que a privatização das empresas estatais do setor produtivo trará prejuízos incalculáveis à população brasileira, mas, por outro lado, não podemos concordar com a permanência do desmando e da corrupção em sua administração, como acontece na maioria dos casos, fruto de sua utilização pelos interesses privados e do gerenciamento autoritário. Aos trabalhadores interessa não somente a necessária recuperação da saúde financeira e eficiência técnica das empresas do Estado, mas principalmente a moralização e a democratização da sua gestão, ou seja, interessa fundamentalmente o controle do patrimônio público pela sociedade brasileira.²⁹⁸

²⁹⁷ Senge-VR, *Privatização? Não, obrigado*, p. 35. Os dados sobre Volta Redonda, citados no parágrafo anterior, também constam do texto “A Usina e a Cidade”, integrante do *Privatização? Não, obrigado*, de Cláudia Virgínia C. Souza, uma das colaboradoras nessa publicação do Senge-VR. Sobre os impactos realmente produzidos após a privatização da CSN discutirei alguns aspectos ao final do capítulo 5.

²⁹⁸ Senge-VR, *op. cit.*, p. 37.

No plano das medidas efetivas, tal eixo incluía o imediato saneamento financeiro da empresa, a recuperação dos preços dos produtos siderúrgicos, a eliminação dos cartórios e intermediários na exportação, distribuição e transporte no mercado interno, a admissão dos empregados de empreiteiras, inclusive FEM, que exercessem atividades permanentes na produção e manutenção ou serviços diversos, a participação dos trabalhadores (através dos seus Sindicatos e das comissões de fábrica) na gestão da empresa e o resgate pela CSN da sua dívida com o meio ambiente regional, com a saúde de seus empregados da ativa e aposentados e com o desenvolvimento sócio-econômico regional e de Volta Redonda.

Logo após a greve de 14 de maio de 1990 – cujos aspectos mais importantes foram indicados no capítulo anterior -, o então secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Marcelo Felício, concedeu à Revista Terceiro Mundo uma entrevista, na qual fez um balanço do que chamou de “a luta contra o entreguismo”. Como alternativas à privatização da CSN, ele propunha:

Primeiro, atuar contra a corrupção que tirou a saúde das estatais, que enfrentaram problemas seríssimos com os administradores nomeados pelos governos federais, desde o regime militar. As pessoas indicadas para os mais altos cargos seguiam a cartilha do poder e vinham para enriquecer. Existem hoje cartéis para distribuição do aço, pessoas que lucram com o aço produzido pelas estatais, com o transporte cartelizado por rodovia, com sobrepreços impostos nos contratos com a CSN. Tudo o que se vende à CSN é por preços acima do mercado. Por quê? Já os subprodutos da usina, como a escória (piche e benzol) são vendidos baratíssimos. A empresa é proibida de vender a cal que produz, para evitar concorrência a certos empresários. É preciso acabar com isso para recompor a saúde das estatais. (...) Além de acabar com essas práticas de corrupção é preciso adotar uma série de atitudes administrativas corretas. Nós, do sindicato, já propusemos à direção da empresa uma discussão sobre o saneamento financeiro da siderúrgica e em torno do preço do aço e dos transportes.²⁹⁹

Olhar para o quadro internacional e nacional da indústria siderúrgica daquela conjuntura é muito importante para que se possa contextualizar a própria reestruturação produtiva (no interior da qual a privatização desse ramo se inseriu) na siderurgia. É sobre isto que discutirei a seguir.

²⁹⁹ Revista Terceiro Mundo n° 131, 1990, pp. 44-45.

Reestruturação produtiva e siderurgia

Um estudo denominado “Diagnóstico da Siderurgia Brasileira – Contribuição ao Debate do Comitê para o Desenvolvimento da Siderurgia”, produzido em 1991 por técnicos do DIEESE, IBASE, Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, Senge-VR e Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, subsidiou os trabalhadores das empresas siderúrgicas estatais no processo de luta contra o projeto político do governo Collor. Seus objetivos foram traçar um quadro da siderurgia nacional e internacional e resgatar o histórico de algumas empresas estatais, a sua inserção na conjuntura e algumas experiências de privatização. As análises que seguem apoiam-se em grande parte neste estudo. De acordo com esse diagnóstico,

A produção mundial de aço, que vinha subindo continuamente desde 1986, foi, segundo o International Iron and Steel Institute, de 769,6 milhões de toneladas em 1990, representando uma queda de 1,7% em relação aos 782,7 milhões de toneladas recordes da produção de 1989. A URSS e os países do leste europeu foram os que apresentaram maior queda (-6,8%), enquanto que a China e os países asiáticos apresentaram a maior alta (+8,8%). O Japão aumentou em 2,2% enquanto que nos Estados Unidos e nos países da CEE (Comunidade Econômica Européia) houve redução de, respectivamente, -0,2% e -2,6%. No Brasil, a produção alcançou 20,6 milhões de toneladas, representando uma queda em torno de 20%.³⁰⁰

Dentre os fatores determinantes desta tendência internacional, o referido estudo apontava:

- Forte concorrência na Europa Oriental;
- Redução (ou desaparecimento) de mercados de exportação como a ex-URSS, a China e alguns países do Oriente Médio;
- Refluxo da indústria norte-americana e da queda nas vendas de carros pelas companhias automobilísticas;

³⁰⁰ DIEESE & outros, *Diagnóstico da Siderurgia Brasileira – contribuição ao Debate do Comitê para o desenvolvimento da siderurgia*, Rio de Janeiro, 05/03/1991, p. 3.

- Concorrência com outros materiais (alumínio e plástico) que substituíram o aço em várias aplicações, como automóveis e embalagens.³⁰¹

Ao longo dos anos 80, a redução de consumo e o aumento da oferta implicaram uma queda dos preços (cujo menor valor foi atingido em 1983), situação que motivou "... a reestruturação produtiva do setor siderúrgico nos países avançados, que provocou uma forte redução dos postos de trabalho nesses mesmos países"³⁰². Paula e Batista afirmam que a siderurgia reagiu a essa situação com três estratégias: "enobrecimento"³⁰³ da produção, automação e diversificação. No plano internacional, a estratégia das siderúrgicas centrou-se no aperfeiçoamento da produção do aço de forma a melhorar a sua qualidade e a competitividade dos preços, além do desenvolvimento de novos produtos. Isto exigiu a implantação de processos de produção contínuos e compactos, a fim de reduzir o consumo de energia e os custos em geral. Ou seja: automação das instalações e uso intensivo de equipamentos e controles avançados³⁰⁴.

Pode-se dizer, portanto, que foi também a siderurgia foi submetida à tendência inexorável do capitalismo: a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, do capital variável pelo capital constante, com ênfase ao capital fixo (que, como se sabe, adia para o término da vida lucrativamente útil dos equipamentos o retorno do capital investido, isto é, apresenta-se como obstáculo à realização *imediate* da taxa de lucro almejada). O ciclo vicioso da alteração da composição orgânica do capital repetia-se, mais uma vez.

Desde então, as siderúrgicas começaram a desenvolver outros produtos nas áreas eletro-eletrônica e de produção de novos materiais, como a fibra de carbono e cerâmicas. Outras tendências verificadas nos países capitalistas centrais foram:

- Substituição da grande e integrada usina produtora de diversos produtos pela especialização ao nível de usina;
- Continentalização dos mercados especializados;

³⁰¹ Em PAULA, Germano Mendes & BATISTA, Jorge Chami, *Avaliação e Perspectivas Tecnológicas das Empresas Estatais Produtivas: o Caso do Setor Siderúrgico*, Relatório Final, junho de 1989, mimeo. Há vários dados embasando esta leitura.

³⁰² DIEESE & outros, op. cit., p. 4.

³⁰³ A expressão é utilizada pelos próprios autores e quer designar o processo produtivo cujos resultados finais apresentavam maior valor agregado, nas áreas da eletro-eletrônica. Na verdade, a produção não se tornou mais nobre.

³⁰⁴ Cf. DIEESE & outros, op. cit., p. 4.

- Aumento da concentração das empresas através de fusões, aquisições e joint-ventures³⁰⁵.

Todavia, estas tendências não se generalizaram. Houve, na verdade, uma diferenciação nítida entre países da própria periferia, basicamente entre duas regiões importantes no ramo siderúrgico: a Ásia, com destaque para a China, Índia, Coreia do Sul e Taiwan e a América Latina, sobretudo Brasil, México, Argentina e Venezuela. Os países asiáticos obtiveram o crescimento da produção e realizaram pesados investimentos, dando seqüência a uma política iniciada após a Segunda Guerra. Já os países latino-americanos reduziram sua produção e cortaram significativamente os investimentos.

Os países capitalistas centrais buscaram reservar a eles os estágios de maior conteúdo tecnológico, garantindo, assim, às suas empresas os produtos de maior valor agregado. Na outra ponta, coube aos países periféricos receber um deslocamento da produção de aços de baixo valor agregado que, além do mais, implicam estágios mais poluentes e com valor menor. É importante ressaltar que tal divisão internacional na produção do aço se consolidou fundamentalmente pela lógica da acumulação de capital. O próprio fato de serem reservados à periferia os primeiros estágios da produção do aço (menos nobre, com menor valor agregado e mais poluentes) atesta esta afirmação, pois o controle ambiental neste caso exige altos investimentos. Para se ter uma idéia do significado social e ambiental disto, basta reter alguns dados do passivo ambiental da CSN do ano de 1992:

A CSN é responsável por 80% da carga de poluentes industriais lançados no Rio Paraíba do Sul. Este, por sua vez, responde pelo abastecimento de água potável para 80% da população fluminense, cerca de 10 milhões de habitantes. O Estado do Rio de Janeiro não dispõe de nenhuma outra alternativa de abastecimento em volume compatível com suas necessidades.... (...). A CSN avalia o seu próprio Passivo Ambiental em US\$ 101 milhões, já o BNDES estima em US\$ 133 milhões este débito. Controversa, esta dívida exprime um valor monetário que é, no entanto, milhares de vezes inferior aos potenciais prejuízos decorrentes da procrastinação das soluções cabíveis. (...) Este valor poderá chegar a US\$ 160 milhões considerados todas as multas e todos os programas de recuperação e minimização dos impactos decorrentes das poluições hídrica, atmosférica, sonora e de solo

³⁰⁵ Cf. DIEESE & outros, op. cit., p. 4.

de responsabilidade da CSN. Assim como estimamos em US\$ 560 milhões os investimentos federais que deveriam estar sendo feitos na bacia do Paraíba do Sul, conforme determinado pelo Decreto 87.561, de 13/09/82, em seu artigo 10 (o decreto dispõe sobre medidas de proteção à bacia do Paraíba do Sul jamais levadas a cabo).³⁰⁶

Em termos de Brasil, constata-se que, após praticamente 20 anos de um crescimento quase contínuo a uma taxa média de 8,6% ao ano, índice bem superior ao crescimento econômico do país, a produção brasileira de aço bruto em 1989 atingiu o seu pico, isto é, 25,06 milhões de toneladas, equivalente a 90% da capacidade produtiva instalada. Este patamar conferia ao Brasil a sétima posição entre os produtores de aço bruto, atrás apenas da URSS, Japão, EUA, China, Alemanha Ocidental e Itália. Porém, durante o governo Collor o quadro alterou-se substancialmente:

Em 1990, o aperto monetário, o confisco de cruzados novos e o arrocho salarial promovidos pelo governo resultaram numa das maiores recessões já vividas no país. O setor siderúrgico foi dos mais prejudicados, abalado com a parada da indústria de bens de capital e com a redução na venda de automóveis. Foi brutal a queda nas vendas de aço no mercado interno e a situação se agravou com a redução da demanda e dos preços a nível internacional. Verificou-se uma redução em 1990 de cerca de 20% na produção em relação a 1989 e o Brasil perdeu a sua posição no “ranking” internacional para a Coreia do Sul, passando para o oitavo lugar na produção mundial. Em termos de emprego essa redução significou uma perda de mais de 30 mil empregos em todo o setor, ou 18% da força de trabalho existente no final de 1989.³⁰⁷

A Tabela abaixo compara a produção de aço no Brasil e no mundo:

Produção de Aço (milhões de toneladas)							
	1970	1980	1986	1987	1988	1989	1990
Mundo	595,4	715,6	713,4	735,9	779,6	782,7	769,6
Brasil	5,4	15,3	21,2	22,2	24,7	25,1	20,6

Fonte: DIEESE & outros, op. cit., pp. 6-7.

³⁰⁶ “O passivo ambiental da CSN”, de Adir Bem Kauss, *Jornal do Brasil*, 16/12/92.

³⁰⁷ DIEESE & outros, op. cit., pp. 6-7.

No contexto recessivo de 1990, a produção brasileira de aço não encontrava compradores suficientes no mercado externo e, em relação ao mercado internacional, enfrentava preços baixos (em maio de 1989 a tonelada do vergalhão custava US\$ 310; um ano mais tarde, o preço caíra para US\$ 275). Mesmo assim, o aço brasileiro apresentava qualidade e competitividade. No que respeita à sua qualidade, dois fatores eram destacados. Em primeiro lugar, 50% da produção era realizada pelo processo de lingotamento contínuo, implicando não só qualidade como também redução de custos; além disto, mais de 75% da produção era feita em conversores a oxigênio, índice acima da média mundial. Relativamente aos custos, é importante dizer que, mesmo com uma produtividade relativamente baixa (medida em homem-hora por tonelada), o aço brasileiro possuía competitividade em função da proximidade das jazidas de minério de ferro, do subsídio da energia elétrica industrial, dos incentivos às exportações e, fundamentalmente, da baixíssima remuneração da força de trabalho, conforme mostra a Tabela abaixo:

Comparação da produtividade e do salário na siderurgia mundial, 1991		
	Produtividade (Homem-hora/tonelada)	Salário (US\$/hora)
EUA	6,0	27
JAPÃO	6,1	24
ALEMANHA	6,1	25
REINO UNIDO	6,1	20
FRANÇA	6,2	24
CANADÁ	6,5	25
AUSTRÁLIA	7,0	21
COREIA DO SUL	7,1	9
TAIWAN	8,2	9
BRASIL	14,0	4

Fonte: DIEESE & outros, *Diagnóstico da Siderurgia Brasileira*, 1991, p. 9.

Ao setor estatal da siderurgia brasileira ficava reservada a produção do aço com preços mais baixos. Na época (início dos anos 90), o Estado possuía cinco grandes empresas de aço plano comum ou de perfis pesados (CSN, Cosipa, Usiminas, Açominas e CST) e mais quatro empresas produtoras de aços especiais não planos (Acesita, Mafersa, Cosinor, Aços Finos Piratini). De todas estas, a CSN era a que tinha uma linha de produtos mais diversificada, com produtos mais nobres (alto valor agregado), "... sendo a única

produtora de chapas chumbadas, zincadas, cromadas e folhas de flandres³⁰⁸. No seu conjunto, as estatais respondiam por cerca de 56% do faturamento total da siderurgia, 69% do total produzido e 57% do número de empregados. O setor privado era constituído por 28 empresas, respondendo por 44% do faturamento, 31% do total produzido e 43% do número de empregados.

Um outro aspecto ressaltado pelo diagnóstico mencionado é o da cartelização da produção na siderurgia:

Tendo em vista o caráter do investimento em siderurgia, de baixo e lento retorno sobre o capital, o vulto dos recursos envolvidos e a variedade dos produtos acabados a partir do aço bruto, a vocação para a cartelização como garantia de preços remuneradores é uma realidade em todo o mundo. No Brasil, não poderia ser diferente. As folhas para embalagens, as chapas zincadas, os perfis pesados e os trilhos só são produzidos pela CSN. As chapas finas a frio para uso em automóveis são produzidas essencialmente pela Usiminas e Cosipa. O mesmo se observa quanto a chapas grossas para a indústria naval e caldeiraria pesada. A Mannesmann é praticamente a única produtora de tubos sem costura destinados ao setor de petróleo. Só a Acesita produz no país chapas inoxidáveis ou aço silício para equipamentos elétricos. A Belgo Mineira domina a oferta de trefilados e arames e o Grupo Gerdau, com usinas instaladas em todas as regiões do país, comanda o mercado do produto mais extensamente utilizado: ferro redondo para construção. Na área de aços especiais o Grupo Villares, que passou a controlar a Anhangüera e a Aparecida (Aços Ipanema), reúne hoje quase a totalidade das unidades de aço especial não plano existentes no país. A consequência da cartelização é a redução da competição que só ocorre a nível internacional, em função da proteção tarifária existente.³⁰⁹

Sobre a tendência mundial de privatização das estatais do ramo siderúrgico, Germano Paula observa:

Desde 1988, a indústria siderúrgica mundial vive sob uma onda de privatizações, sendo que mais de 20 países já venderam (pelo menos parcialmente) suas empresas estatais siderúrgicas. Verifica-se, na verdade, uma reversão da trajetória anterior, na qual se constatava o aumento da participação estatal no setor. Como aponta KOLKO as empresas estatais possuíam 23% da capacidade mundial na década de 50, sendo que esse valor elevou-se para 70% nos anos 80. Ao final de 1992, essa participação já tinha involuído para

³⁰⁸ DIEESE & outros, op. cit., p. 11.

³⁰⁹ DIEESE & outros, op. cit., p. 14.

52%. Outras estimativas ratificam a importância da privatização de empresas siderúrgicas num período recente. Em 1987, aproximadamente 35% da capacidade de produção do mundo ocidental era estatal - cerca de 50%, se excluídos Japão e Estados Unidos. Em 1992, aquele valor já teria regredido para 26% e poderia chegar a 18%, caso os planos de privatização em curso fossem concretizados (METAL BULLETIN, 1992: 22).³¹⁰

Casale afirma que “a privatização era também esperada para contribuir para uma radical mudança nas relações industriais”³¹¹, no sentido bem sintetizado por Ogden: “Particularmente, ela [a privatização] estava voltada para enfraquecer o poder dos sindicatos do setor público”³¹². Esse fio condutor outrossim foi indicado por Shneider, na análise que fez dos casos de privatização no Brasil e no México:

Outro sinal pró-iniciativa privada é também um sinal anti-sindicatos. A gestão De La Madrid (México) também usou a “desincorporación” para livrar-se de disputas trabalhistas vistas pelo governo como insolúveis. As controvertidas liquidações da Fundidora Monterrey e da Aeroméxico custaram mais de 20 mil empregos. Segundo fontes governamentais, ambas as empresas perdiam muito dinheiro com custos trabalhistas excessivos. Quando, no curso das negociações coletivas, os trabalhadores entraram em greve, o governo declarou as empresas falidas (e sujeitas a liquidação) e cancelou a vigência dos contratos de trabalho.³¹³

Assim sendo, privatizações e um novo desenho internacional no ramo siderúrgico, diminuição na produção de aço em função da recessão, queda dos preços do aço, regionalização da produção siderúrgica mundial obedecendo à uma lógica imperialista, cartelização e tendência mundial de privatização das empresas do setor compunham uma situação de grandes dificuldades às propostas contra a privatização da CSN, potencializando ainda mais a consecução dos objetivos do governo Collor relativamente ao PND.

³¹⁰ PAULA, Germano M., *Privatização e Estrutura de Mercado na Indústria Siderúrgica Mundial*, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IE/UFRJ, 1998, p. 38. Este trabalho de Paula é bastante relevante ao estudo das mudanças tecnológicas, de especialização de produtos e para a descrição comparativa dos processos de privatização das empresas siderúrgicas a nível mundial.

³¹¹ CASALE, G., *Trade Union Action and Privatisation in Western Europe: recent dilemmas*, *Labour*, 6 (3): 107-125, 1992, p. 108.

³¹² OGDEN, Stuart, *The Reconstruction of Industrial Relations in the Privatized Water Industry*, *British Journal of Industrial Relations*, 32: 67-84, March 1994, p. 67.

³¹³ SCHNEIDER, B. R., *A Política de Privatização no Brasil e no México nos Anos 80: variações em torno de um tema estadista*, *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 34 (1): 21-51, 1991, p. 36.

Capítulo 5 - O processo da privatização: pressupostos, forças sociais e embates

A presença de Roberto Procópio Lima Neto na presidência da CSN, como foi demonstrado anteriormente, prestou-se ao papel de preparar a empresa para a privatização. Entre as tarefas daí decorrentes, o saneamento financeiro era central. No diapasão próprio da auto-imagem cultivada por empresários e gestores do capital, Lima Neto atribuiu à sua “administração séria” a responsabilidade pela superação da situação financeira da CSN:

Qual foi o milagre que salvou a CSN? Na realidade, não se pode chamar de milagre o que foi apenas o resultado de uma administração séria, que reduziu para 16.700 pessoas os quadros da empresa, cortou 545 cargos desnecessários de gerência e diminuiu custos de fornecedores, bancos, empreiteiros, transportadores rodoviários, etc. E que buscou renegociar as dívidas assumindo uma postura realista diante de credores externos e internos (...). Nossa administração trabalhou de peito aberto e enfrentou de início grandes incompreensões, mas não se afastou de um caminho de seriedade e realismo empresarial, baseado no princípio de “livros abertos”, que é a raiz do êxito das grandes empresas privadas. Assim, conseguiu-se reduzir custos e criar condições para uma paz trabalhista, que hoje se traduz em parceria entre os empregados, o sindicato e a administração da CSN, longe dos conflitos estéreis do passado.³¹⁴

³¹⁴ LIMA NETO, R.P., op. cit., pp. 202-203

Esta imagem da eficiência gerencial como fator decisivo no “saneamento” da CSN foi reiterada em vários outros momentos. Em discurso pronunciado na Câmara Federal em 25 de agosto de 1997, o então deputado Roberto Procópio Lima Neto voltou a afirmar que “... salvou a CSN pela parceria com os empregados, fim das greves e eficiência gerencial”. Na realidade, outras foram as razões centrais do propalado “saneamento”, como atestam os dados das seguintes Tabelas:

Demonstração de Resultados da CSN US\$ milhões					
	1989	1990	1991	1992	1993
Receita Bruta	2198	1755	1608	1905	1936
Receita Líquida	1814	1502	1396	1639	1603
Custo	896	723	780	695	1279
Lucro Bruto	918	770	616	945	324
Despesas com Vendas	51	41	79	88	76
Despesas Administrativas	122	118	84	72	99
Despesas Financeiras	857	1009	440	-41	-17

Fonte: CSN

Balço Patrimonial da CSN US\$ milhões					
	1989	1990	1991	1992	1993
ATIVO	5323	3610	5098	5337	5020
Circulante (CIRC)	927	975	579	817	807
Realizável a Longo Prazo (RLP)	37	9	19	46	193
Permanente (PERM)	4359	5626	4500	4474	4020
PASSIVO	5323	3610	5098	5337	5020
Circulante (CIRC)	1778	1929	1233	629	497
Exigível a Longo Prazo (ELP)	630	561	603	572	586
Patrimônio Líquido (PL)	2915	1120	3262	4136	3937

Fonte: CSN

No final de 1989, em função da intensa campanha denominada *Volta Redonda, a volta por Cima*, além de outras pressões a nível nacional, interrompeu-se a política

praticada desde 1982 de contenção do preço do aço a níveis abaixo daqueles compatíveis com o processo inflacionário. Tal alteração repercutiu sobremaneira a partir de 1992, aumentando o lucro bruto da empresa (de US\$ 616 milhões para US\$ 945 milhões).

No auge da sua crise financeira (1990), a CSN apresentava uma dívida de curto e longo prazos (Passivo CIRC + ELP) de US\$ 2.490 milhões, que foi reduzida em US\$ 1.407 milhões entre 1991 e 1993, aliviando acentuadamente a sobrecarga das despesas financeiras no resultado da empresa, que em 1990 chegaram a US\$ 1.009 milhões e, em 1992, atingiram valores líquidos negativos. O Patrimônio Líquido (PL), montante composto pelos investimentos dos proprietários e pelo lucro não distribuído, saltou de US\$ 1.120 milhões em 1990 para US\$ 3.262 milhões em 1991, chegando a US\$ 4.136 milhões em 1992. *Esta redução deveu-se, de um lado, ao aumento de capital e, de outro, à absorção de dívidas por parte da Siderbrás. A preparação da CSN para a privatização incluiu, portanto, uma antiga modalidade de ação do Estado brasileiro: socializar perdas e financiar, com fundos públicos, o interesse do capital privado, mormente do grande capital.* Se a criação da CSN se deu nos marcos da política getulista (comprometida em criar as condições estruturais à acumulação de capital, como a indústria de base) e se a sua gestão desde a década de 1960 incluiu a contenção dos seus preços como mecanismo de subsídio ao capital privado das montadoras da indústria automobilística e de outras empresas do setor metalúrgico, também o processo que a “saneou” significou a transferência, aos fundos públicos, dos altos prejuízos causados pelos desmandos políticos e pelos favorecimentos à iniciativa privada ao longo de décadas.

É preciso dizer, ainda, que o saneamento que Lima Neto atribuiu à sua eficiência gerencial assentou-se grandemente na plena operação dos equipamentos instalados na usina no seu estágio III de expansão, o que garantiu um aumento na quantidade de aço produzida e vendida pela CSN. Tudo isto incrementado pelo arrocho salarial, assegurado por acordos coletivos particularmente prejudiciais aos trabalhadores, como já foi indicado anteriormente³¹⁵. Sobre o incremento na venda dos produtos da CSN (principalmente para o mercado externo) já a partir de 1991, o Quadro abaixo revela dados importantes:

³¹⁵ O importante trabalho do Senge-VR, *O peso da realidade*, apresenta uma grande lacuna na análise da privatização da CSN, exatamente por não focar o período que a antecedeu (1989-1993). A Oposição Sindical Metalúrgica de Volta Redonda isto não passou despercebido, tanto que, em resposta a uma consulta do senador Eduardo Suplicy sobre os impactos da privatização, o Sr.

Produção e Venda da CSN		Mil Toneladas			
	1989	1990	1991	1992	1993
Produção	3424	2834	3148	3746	4472
Venda	3394	2711	3092	3608	4416
Mercado Interno	2462	1376	1495	1600	
Mercado Externo	932	1335	1597	2008	

Fonte: CSN

De toda a forma, a privatização da CSN, ocorrida em leilão realizado no dia 02 de abril de 1993, começou a ser viabilizada a partir da administração que Roberto Procópio Lima Neto presidiu, incluindo as demissões, o saneamento financeiro, o intenso esforço de convencimento junto aos trabalhadores sobre as vantagens da alienação da usina, a derrota da CUT e a consolidação da Força Sindical na direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Em boletim distribuído quatro dias após a vitória do Formigueiro, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos avaliava que

Aproveitando-se da recessão econômica, da ameaça de desemprego e do desespero do trabalhador brasileiro para sobreviver, Procópio não mediu esforços para dominar o Sindicato. Através de informativos diários que propagandeavam as “vantagens” da parceria e da privatização, o presidente da CSN utilizou todos os recursos para vencer a resistência dos metalúrgicos.³¹⁶

Vários informativos assinados pelo presidente da CSN atestam o que foi dito - alguns dirigidos às famílias dos operários -, dos quais destaco um pela sua contundência no esforço de pressionar e convencer os familiares dos trabalhadores ao apoio à privatização:

É claro que a Sra. já ouviu esta palavra: privatização. Eu também posso imaginar as dúvidas que podem estar passando pela sua cabeça: - Vai ser bom ou ruim para a CSN? E os empregados, como ficam? E a cidade?... E por aí vai. (...) Uma boa coisa da privatização, no nosso caso, é a democratização do capital da Empresa. Nós propusemos ao BNDES um plano excelente para a CSN: por esse plano, os empregados podem adquirir 20% das ações. (...) As ações são financiadas pelo BNDES. Durante os primeiros 3 anos, o empregado não paga nada. É o chamado prazo de carência. Após esses 3 anos, o empregado passa a pagar

José Fausto Ferreira apresentou, em agosto de 1997, uma avaliação detalhada desse período, com vistas a denunciar os reais mecanismos que propiciaram o saneamento financeiro da CSN.

as ações em 7 anos, com financiamento do BNDES. Bom, até aí, tudo bem. Mas ele vai pagar isso com o que? Vai pagar com os dividendos, ou rendimentos das ações. Do bolso mesmo, do salário, ele não tira NADA para pagar as suas ações.³¹⁷

A tentativa de mostrar que a privatização seria um bom negócio para os trabalhadores, inclusive em função deles poderem adquirir ações com alguns *privilégios*, era um dos principais objetivos deste tipo de ação.

Um outro aspecto bastante explorado pela Presidência da CSN era o da geração de emprego, aliada à melhoria das condições de vida da própria cidade, caso a usina fosse vendida:

Uma CSN privada poderá criar novas frentes de trabalho, entrando em novas áreas que, hoje, por força de limitações governamentais, ela não pode implantar. Isso tudo gera emprego. E quem vai trabalhar nessas frentes é o pessoal daqui, que já tem experiência e treinamento. Tudo isso vai melhorar também a cidade. Com uma atividade econômica mais forte, a cidade terá condições de administrar melhor seus problemas, diminuir a violência e crescer sob o ponto de vista humano. Em suma: com todos os benefícios que advirão da privatização, poderemos fazer de Volta Redonda uma cidade feliz.³¹⁸

A carta em questão terminava com um apelo bastante *doméstico*, no sentido de garantir que a esfera familiar também se engajasse na defesa da privatização. Espaços fabril e extra fabril mostravam-se, de novo, momentos a serem reciprocamente trabalhados, nas perspectiva de obter a integração da força de trabalho ao capital:

Por isso vim até a Sra.: para lhe trazer informações que a tranquilizem sobre o processo que atravessamos. Afinal, a Sra., como esposa de nosso empregado, é a principal interessada em saber como essas novas situações afetam o seu marido e a sua família. Mas pode ficar descansada. Eu estou cumprindo o meu compromisso de sanear e melhorar a CSN. E vou continuar cumprindo, durante e depois do processo de privatização. Portanto acho que mereço a sua confiança neste momento. Vamos confiar, pois e acreditar que a privatização é a saída para que a CSN e Volta Redonda tenham um futuro melhor, o futuro que realmente merecem. Que Deus nos ajude.³¹⁹

No início de agosto de 1992, o BNDES começou os trabalhos para a determinação do valor da CSN, cujo leilão de privatização era previsto para os primeiros meses de 1993.

³¹⁶ Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos, 27 de julho de 1992.

³¹⁷ Carta da Presidência da CSN, 10 de fevereiro de 1992.

³¹⁸ Carta da Presidência da CSN, 10 de fevereiro de 1992.

A Companhia Brasileira de Projetos Industriais (COBRAPI), que esteve ameaçada de extinção, ganhou a concorrência do BNDES para realizar a avaliação da CSN. Roberto Tambasco, gerente de contrato da COBRAPI, era da opinião de que "... se a USIMINAS foi a leilão por US\$ 1,7 bilhões, a CSN, por ser talvez a siderúrgica mais equipada do país, poderá ser vendida por mais"³²⁰. A questão do preço da CSN sempre esteve no centro do debate sobre a sua privatização. Voltarei a este ponto mais adiante.

Às vésperas de tomar posse, o que ocorreu em 9 de setembro de 1992, a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos possuía uma dupla tarefa: de um lado, credenciar-se junto aos metalúrgicos do setor privado (onde a CUT vencera amplamente) e, de outro, impedir que a proposta sindical cutista ganhasse terreno na região. Buscando cumprir a primeira delas, Luiz de Oliveira Rodrigues e outros diretores reuniram-se, ainda em agosto (antes da posse, portanto), com empresas metalúrgicas da região e obtiveram antecipações salariais entre 20% e 45%. Segundo o próprio Luizinho,

Nesta semana os metalúrgicos da CSN puderam receber 80% de seus salários, sendo 50% de incentivo e 30% de adiantamento salarial. Os companheiros da FEM receberam seus atrasados e também tiveram direito aos 30% de adiantamento, já que fizemos um acordo com a direção da empresa e eles vêm recebendo todas as conquistas do nosso acordo. Agora estamos iniciando a política de antecipações nas empresas privadas. Este é o marco de uma nova era em nossa região. Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia serão símbolos do desenvolvimento e da tranquilidade dos trabalhadores e população em geral"³²¹.

Com relação ao fechamento do espaço regional para a CUT, Luizinho comentaria, em tom irônico e contundente: "... o número de militantes da CUT que vai ficar ocioso em Volta Redonda é muito grande com a derrota do sindicato e a previsível perda do sindicato dos engenheiros. Este pessoal vai se deslocar em massa para Resende"³²². O presidente do SMVR referia-se às eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de Resende, cujo candidato afinado com o sindicalismo de negociação, ao estilo da Força Sindical, era Gilberto Ferrari. De acordo com Luizinho, Ferrari era "... um sindicalista independente, sem peleguismo e sem selvageria, como o que pretendemos instalar em Volta Redonda. É preciso que o sindicalismo defendido pela Força Sindical seja a marca registrada de toda a

³¹⁹ Carta da Presidência da CSN, 10 de fevereiro de 1992.

³²⁰ Jornal do Vale, 04 de agosto de 1992.

³²¹ Jornal do Vale, 15 de agosto de 1992.

³²² Jornal do Vale, 15 de agosto de 1992.

região”³²³. Assim, no plano da representação da própria concepção sindical, a nova diretoria do SMVR buscou diferenciar-se, quer do velho peleguismo, quer do sindicalismo combativo cutista. Seu espelho refletia uma *terceira via*³²⁴, vista como sendo a da modernidade nas relações capital trabalho, cujo horizonte é o da democratização do capitalismo.

Por essa época, o processo de impeachment sobre Fernando Collor de Mello encontrava-se em estágio avançado. Mobilizações de massa pelas ruas de praticamente todas as cidades de médio e grande porte brasileiras determinaram um quadro que impunha ao Congresso Nacional a acolhida da proposta de impedir o presidente de continuar a exercer o mandato. Os setores privatistas demonstravam certa preocupação com a idéia de Collor ser substituído pelo seu vice, Itamar Franco, que, por declarações próprias ou de políticos a ele ligados, manifestava-se a favor de algumas alterações no PND. No dia 28 de agosto, em ato contra a corrupção e pela legalidade convocado pelo então governador Leonel Brizola³²⁵, o grupo Formigueiro aderiu, ainda que com bastante atraso, ao movimento pelo impeachment. Na oportunidade, Luizinho declarou à imprensa:

Diante de toda a situação causada pelas denúncias envolvendo o presidente nos crimes praticados por PC Farias, tornou-se impossível a sustentação política de seu governo. A imprensa internacional vem chamando Collor de ladrão e isto envergonha qualquer brasileiro. (...) A preocupação com Volta Redonda é ainda maior, pelo fato de Itamar

³²³ Jornal do Vale, 15 de agosto de 1992. Aqui é pertinente registrar que o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda deveria, com base em seus estatutos, desfiliar-se da CUT e, só então, filiar-se à Força Sindical, sendo que ambas as deliberações exigiriam assembléias gerais especificamente convocadas para tanto. Todavia, a oposição sindical cutista que se formou a partir das eleições de 1992 afirma, até hoje, que tais assembléias não foram realizadas. Da minha parte, solicitei insistentemente à diretoria do SMVR cópia das atas de tais assembléias, mas esta sempre se esquivou a fornecer tal documento, configurando-se, portanto, um forte indício de que a oposição sindical está certa em suas afirmações a este respeito.

³²⁴ Sobre a proposta denominada *terceira via*, cf. a crítica presente em ANTUNES, R., A Terceira Via de “Tory” Blair: a Outra Face do Neoliberalismo Inglês, *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, 3: 31-52, maio 1999.

³²⁵ O mesmo Sr. Leonel Brizola que, um mês antes (26 de julho de 1992), publicou na sua coluna no Jornal do Brasil uma análise intitulada *Geopolítica da Crise*, onde qualificou o processo de impeachment de Collor como uma tentativa golpista de incriminá-lo e de substituí-lo levada a termo por “... poderosos grupos econômicos e políticos de São Paulo” (que abrangeriam, segundo Brizola, da FIESP ao PT...).

Franco, caso assumira a Presidência, poder provocar um retrocesso na política de privatização. Este retrocesso pode inviabilizar a sobrevivência da CSN.³²⁶

Em uma de suas últimas manifestações na imprensa de Volta Redonda, Vagner Barcelos afirmou que, substancialmente, o PND não sofreria grandes alterações com um eventual mandato de Itamar Franco. A própria negociação que Roberto Procópio Lima Neto e a Força Sindical buscaram estabelecer com vistas a garantir 20% das ações para os empregados esbarrava na Lei 8.031, que instituiu o PND. Em outras palavras, para Vagner Barcelos o edital de privatização da CSN não poderia mudar de 10% para 20% o montante de ações a serem compradas pelos trabalhadores³²⁷.

A primeira data oficialmente definida para o leilão da CSN foi 22 de dezembro de 1992, por determinação da Comissão Diretora do PND. Posteriormente, ela foi alterada para 5 de abril de 1993 e, por fim, acabou acontecendo em 02 de abril de 1993.

Desde logo cabe deixar claro que as reservas de Itamar Franco à privatização da CSN e ao PND como um todo diziam respeito à participação nos leilões das chamadas moedas podres (no sentido de que Itamar defendia um maior percentual de dinheiro vivo na alienação das estatais) e aos preços de venda, considerados sempre bem aquém do real valor das empresas³²⁸. Itamar Franco, como veremos na análise que se segue, nunca fez uma crítica resolvida à privatização. Isto não significa, contudo, que o empresariado e os setores privatistas no âmbito da elite estatal não temessem pela manutenção do PND após o impeachment:

A expectativa de posse do vice-presidente Itamar Franco trouxe dúvidas de instituições e empresários sobre a continuidade do programa brasileiro de privatizações. Há o temor de que o processo de venda da máquina estatal possa entrar em uma fase de revisão. Como disseram assessores de Itamar Franco, cada estatal leiloada terá de passar antes pela autorização do Congresso, além de se acabar com o sistema de pagamento atual, que permite a utilização de vários títulos da dívida vencida do governo federal perante a sociedade, as chamadas moedas de privatização ou moedas podres. Essas preocupações,

³²⁶ Jornal do Vale, 29 de agosto de 1992.

³²⁷ Na realidade, como será visto ao final deste capítulo, os trabalhadores que compuseram o Clube de Investimentos da CSN adquiriram somente mais 10% das ações leiloadas que, computadas às da CBS, totalizaram 20%.

³²⁸ Como exemplo, pode-se citar o caso da privatização da Companhia Aços Especiais Itabira, a ACESITA, cujo valor real era de US\$ 980 milhões, mas cujo preço mínimo fixado no edital foi de US\$ 352 milhões, valores correspondentes a 74% das ações ordinárias que seriam alienadas.

porém, não fazem sentido, segundo Eduardo Modiano, presidente do BNDES. “O vice Itamar não se manifestou a respeito. Além disso, o programa de privatização tem o apoio da sociedade e tem sua maioria parlamentar própria”.³²⁹

Na verdade, Eduardo Modiano, presidente do BNDES, recebeu visitas dos dirigentes sindicais de Volta Redonda, em companhia do presidente nacional da Força Sindical, Luís Antônio de Medeiros, numa evidente tentativa de legitimar o prosseguimento do PND, sem nenhuma alteração, sob o argumento de que a sociedade como um todo e os próprios trabalhadores das estatais clamavam pela privatização. Neste embate aparece, claramente, um dos traços do ideário neoliberal, qual seja, o de subtrair, tanto quanto possível, instrumentos de política governamental, monetária e financeira da órbita do debate político (no caso em tela, da discussão do Congresso Nacional). Desde o primeiro momento, os grupos privatistas verbalizaram sua posição a respeito por meio do presidente do BNDES, para quem o Congresso tinha encerrado sua participação na política de privatização 1) ao aprovar a Lei 8.031 (PND), que delegou ao presidente da República e à Comissão Diretora do PND decidir sobre a modelagem da venda e o preço mínimo das empresas, e 2) ao aprovar os nomes dos membros da Comissão Diretora do PND, sendo, portanto, desnecessário votar, caso a caso, as privatizações³³⁰.

A participação das moedas podres nas privatizações era impressionante. Até setembro de 1992, 17 empresas haviam sido privatizadas, resultando na arrecadação de US\$ 3,4 bilhões, dos quais apenas US\$ 39,2 milhões em moeda corrente³³¹. O próprio presidente do BNDES reconheceu que a previsão até o final do ano de 1992 era a arrecadação de cerca de US\$ 10,5 bilhões com o PND, sendo US\$ 5,9 bilhões de dívida interna reduzida nos leilões de venda e US\$ 4,5 bilhões de dívidas transferidas, ou seja: menos de US\$ 100 milhões em moeda corrente.³³² Para tentar neutralizar o impacto de tal resultado junto a setores da opinião pública potencialmente críticos dessa modalidade de alienação, Eduardo Modiano propôs a Collor, dias antes da votação do impeachment, a criação do Certificado de Investimento Social, determinando que 10% do preço mínimo de venda das empresas fossem arrecadados em dinheiro vivo e destinados a programas sociais.

³²⁹ Jornal do Brasil, 8 de setembro de 1992.

³³⁰ Cf. Gazeta Mercantil, 10 de setembro de 1992.

³³¹ Jornal do Brasil, 21 de setembro de 1992. Esta matéria fala em 15 empresas privatizadas, quando o número correto era 17, cf. o próprio Jornal do Brasil de 29 de setembro de 1992.

³³² Gazeta Mercantil, 29 de setembro de 1992.

Em 29 de setembro de 1992, o pedido de impeachment de Collor foi aprovado na Câmara dos Deputados. Não obstante a renúncia do presidente, os deputados concluíram a votação, declarando Collor impedido de exercer o mandato daquele momento em diante. Itamar Franco, vice de Collor, assumiu a Presidência da República. Começaria, então, um período de oscilações no calendário das privatizações, em função não de uma posição contrária do novo presidente ao PND em geral, mas de sua resistência à ampla possibilidade de utilização das moedas podres nos leilões e às avaliações realizadas acerca das estatais a serem privatizadas, que propunham preços mínimos muito aquém do real valor das empresas.

Desde o início do governo Itamar Franco, Paulo Haddad, ministro de Planejamento, e Antônio Barros de Castro, novo presidente do BNDES e da Comissão Diretora do PND, revelaram algumas divergências a respeito do PND. Enquanto o primeiro sustentava que o pagamento das empresas estatais privatizadas fosse feito parte em moedas podres, parte em dinheiro (ressaltando que as empresas com leilão marcado, como a Acesita, seriam vendidas com base nas regras então vigentes)³³³, Antônio Barros de Castro entendia que o PND era uma boa herança deixada pelo governo Collor, manifestando-se contrário a “... grandes mudanças na cesta de moedas da privatização para atender os que reclamam contra o uso das chamadas ‘moedas podres’. Aquilo que o governo brasileiro assinar tem que ser respeitado. O Estado brasileiro não pode dar calote”³³⁴. O presidente do BNDES defendeu a *golden share* (ações de ouro), que daria ao governo algum poder de intervenção em setores estratégicos que viessem a ser privatizados, como energia elétrica, pesquisa e exploração de petróleo e telecomunicações. Era a resposta operacional de Antônio de Castro à tendência manifestada por Itamar Franco de submeter ao Congresso a privatização das estatais desses setores. O próprio pedido de revisão no programa de privatização encaminhado por Itamar Franco à Comissão Diretora do PND foi relativizado por Antônio Barros de Castro:

Antônio Barros de Castro disse que houve “equivoco” na interpretação do pedido de revisão do programa de privatização feito a ele pelo presidente Itamar. Segundo Barros, a revisão não significa mudança. Barros disse que o presidente pediu que ele faça uma reconstituição

³³³ O Globo, 1 de outubro de 1992.

³³⁴ Folha de São Paulo, 1 de outubro de 1992.

do “passado recente” para que o programa possa “prosseguir a partir desse ponto com absoluta tranquilidade”.³³⁵

O sentido do PND, para o presidente do BNDES, era garantir que o dinheiro arrecadado com as privatizações fosse usado para inserir as empresas estatais no processo de reestruturação empresarial que vinha sendo implementado pelo setor privado³³⁶. Ou seja, a opção por privatizar atendia à mesma lógica que presidiu a constituição da indústria de base pelo Estado brasileiro nos anos 30 e 40: propiciar condições favoráveis ao capital privado.

Um outro personagem governamental importante no período foi Paulino Cícero, ministro das Minas e Energia nomeado por Itamar Franco, que recorrentemente expressou a sua resistência ao uso das moedas podres, incapazes de gerar investimentos para o país, que, em tese, seria a finalidade primeira do PND³³⁷.

Em suma, o governo Itamar Franco não colocou em questão o PND. A divergência era de porte muito inferior. Dizia respeito a, de um lado, agilizar ao máximo as privatizações para atender aos interesses do capital privado no mais breve prazo possível e, de outro, a garantir ao Estado o máximo de recursos em dinheiro vivo, mesmo que isto atrasasse um pouco as privatizações. O governo Itamar, a rigor, manifestou-se, no seu início, fixando três pontos para o PND, a saber:

- mudança na composição das moedas utilizadas nos leilões, buscando ampliar o percentual de dinheiro vivo;
- manutenção das datas dos leilões já marcados;
- definição das empresas estratégicas (petróleo, telecomunicações e energia), cujo eventual processo de privatização dependeria de autorização expressa do Congresso Nacional, não decorrendo, portanto, das prerrogativas ensejadas ao Executivo pela Lei 8.031 (PND).

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, já sob nova direção, tomava a dianteira no sentido de manter a data da privatização (22 de dezembro) e, outrossim, de garantir a permanência de Roberto Procópio Lima Neto na presidência da empresa até a sua privatização:

³³⁵ Folha de São Paulo, 9 de outubro de 1992.

³³⁶ Cf. Folha de São Paulo, 9 de outubro de 1992.

³³⁷ Folha de São Paulo, 9 de outubro de 1992.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz de Oliveira Rodrigues, o Luizinho, pretende se reunir nesta semana com ministros do presidente em exercício, Itamar Franco, para defender a privatização da CSN e a permanência do presidente da empresa, Lima Neto. A reunião está sendo articulada pelo líder da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros. Um abaixo-assinado com as mesmas reivindicações começa, amanhã, a correr entre os empregados da CSN (...) Luizinho salientou que a privatização da CSN, “na verdade democratização do seu capital”, é um processo que foi amplamente debatido entre os mais variados setores envolvidos: “o assunto foi discutido entre os metalúrgicos e a maioria absoluta dos operários apoia a privatização. Fizemos vários seminários; visitamos a Usiminas, que foi privatizada; tiramos, enfim, nossas conclusões. Também o governo do Estado participou dos debates e apoia o projeto de democratização do capital da empresa. Só interesses mesquinhos ou posições retrógradas podem interromper ou atrasar este processo”.³³⁸

Uma complexa teia de agentes, propostas e embates estabeleceu-se com a proximidade da privatização da CSN. Roberto Procópio Lima Neto e o Sindicato atuaram em ampla sintonia, na perspectiva de verem a CSN privatizada o quanto antes. Uma via que se apresentava como alternativa propunha o que se chamou “estadualização” da CSN, proposta apoiada pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (tendo no Banerj a instituição que coordenaria o consórcio para a estadualização), pelo Ibase, pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho), por setores da corrente sindical Articulação no interior da CUT e, secundariamente, também pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Essa ambigüidade por parte do Sindicato foi posteriormente superada por sua clara opção pela privatização da usina nos moldes mais conformes aos interesses do capital, isto é, através da venda de ações na Bolsa de Valores. Contudo, num determinado momento, o Sindicato trabalhou também com esse horizonte (a estadualização da CSN). A CUT sofreu uma outra séria derrota em Volta Redonda, ao perder o Senge-VR para uma chapa independente. Dois clubes de investimento foram então formados: um ligado à própria presidência da CSN e ao Sindicato; outro, resultante de uma iniciativa da nova diretoria do Senge-VR. Roberto Procópio Lima Neto deixou a presidência da CSN pouco mais de três meses antes da sua venda. E o presidente Itamar Franco revelou idas e vindas quanto ao calendário e às regras da venda da CSN. E deste conjunto de acontecimentos e ações tratarei a seguir.

³³⁸ Diário do Vale, 5 de outubro de 1992.

O Governo Itamar Franco e a privatização

As oscilações quanto às regras, ao calendário, aos preços mínimos e à participação das moedas podres nos processos de privatização foram a marca do governo Itamar. Delas, entretanto, não se pode concluir por um descompromisso do presidente com um dos pilares da agenda neoliberal, as privatizações.

No dia 16 de outubro de 1992, em menos de 12 horas, Itamar Franco emitiu duas opiniões diferentes sobre o leilão da Acesita, de acordo com os relatos de vários interlocutores com quem o presidente manteve audiência. A Antônio Neto, presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Itamar Franco disse que “estudava com sua consultoria os aspectos jurídicos e implicações legais das alternativas ao leilão”; para Jair Meneguelli, então presidente da CUT, afirmou que não haveria mais nada a fazer sobre o leilão, mas que todas as demais privatizações seriam rediscutidas; já para 30 deputados da Frente Nacionalista³³⁹, Itamar Franco acenou, apesar das dificuldades, com a possibilidade de uma reunião ainda na perspectiva de mudanças na privatização da própria Acesita³⁴⁰. A Acesita foi finalmente privatizada em 22 de outubro de 1992, por US\$ 465 milhões, dos quais apenas 1,1% em dinheiro vivo.

Por sua vez, os ministros da Economia (Gustavo Krause), do Planejamento (Paulo Haddad) e das Minas e Energia (Paulino Cicero), além do presidente do BNDES (Antônio Barros de Castro), em várias oportunidades vieram a público dizer, fundamentalmente, que o cronograma das privatizações não seria alterado, no que eram parcialmente desmentidos por notícias plantadas por Itamar, dando conta de que estava sendo feito um estudo sobre aspectos jurídicos e políticos atinentes ao PND.

No final de outubro, começou a ganhar corpo a tese de submeter as privatizações mais polêmicas, como a da CSN, a uma apreciação do Congresso Nacional, o que não fora previsto pelo PND que, como se sabe, delegava ao Executivo amplos poderes para alienar as empresas estatais. Itamar Franco manteve-se em sua posição pendular:

³³⁹ Articulação de parlamentares contrários ao PND.

Depois de uma reunião com o presidente da República em exercício, Itamar Franco, e com o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, o presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, anunciou que o governo submeterá a privatização da CSN à avaliação do Congresso Nacional. Isso significa que o leilão da CSN, marcado para o dia 22 de dezembro próximo, pode ser suspenso. “Se houver uma firmíssima intervenção do Congresso nessa direção, nós seremos sensíveis a isso”, disse Barros. O presidente do BNDES adiantou que a posição do governo Itamar Franco é favorável à manutenção do leilão, nos moldes e data previstos. “Chegamos à conclusão de que o leilão da CSN deve ser mantido”, assinalando, contudo, que o presidente em exercício determinou que vá ao Congresso e leve todas as informações e o ponto de vista do governo sobre o assunto.³⁴¹

Na equipe econômica do governo, o mais próximo às posições de Itamar Franco era o ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, o que respeitava à defesa de revisões no PND. Na outra ponta, Gustavo Krause, Paulo Haddad e Antônio Barros de Castro eram defensores mais aguerridos da realização imediata das privatizações. Este último cumpria, inclusive, o papel de argumentar junto a parlamentares da Frente Nacionalista no sentido de mostrar-lhes a conveniência de se privatizar logo a CSN. Mas o empenho por parte do BNDES encontrava, por vezes, uma resistência no seio do próprio governo federal, normalmente em função das avaliações díspares dos preços das empresas privatizáveis. Tal foi o caso da Ultrafertil, que teve o seu leilão suspenso por determinação do próprio presidente da República, tendo em vista que a Comissão Diretora do PND (BNDES) e a direção da Petrofertil (que controlava 99,99% da Ultrafertil) divergiam sobre o valor da empresa:

Estudos feitos pelos técnicos da Petrofertil, que eles garantem ter entregue ao BNDES no início de outubro, chegaram a três valores diferentes: US\$ 260 milhões, considerando um desconto de fluxo de caixa de 20%, variável considerada por eles como a mais pessimista; US\$ 330 milhões, no caso de um desconto de 15%; e US\$ 440 milhões, para um desconto de 10%. A diretoria da Petrofertil informou, através de sua assessoria de imprensa, que não é contra a privatização da Ultrafertil. O que não quer é aprovar o que não concorda, um preço que, na sua avaliação, foi fixado de forma não prevista em lei. Como a Price Waterhouse avaliou a Ultrafertil em US\$ 425 milhões, enquanto a Atlantic Capital em US\$

³⁴⁰ Cf. Diário do Vale, 17 de outubro de 1992.

³⁴¹ Gazeta Mercantil, 28 de outubro de 1992.

188 milhões, os diretores da Petrofértil entendem que, pela lei de privatização, teria de ser convocada uma terceira avaliação.³⁴²

Uma das avaliações da Ultrafértil (a da Price Waterhouse, US\$ 425 milhões) esteve muito próxima daquela efetuada pelos técnicos da Petrofértil (US\$ 440 milhões), enquanto que a apresentada pela Atlantic Capital (US\$ 188 milhões) representava apenas 44% da avaliação da Price Waterhouse. A Ultrafértil foi privatizada apenas em 24 de junho de 1993, por US\$ 206 milhões³⁴³, montante bem abaixo do valor mínimo (US\$ 260 milhões) estimados por aqueles técnicos e apenas 9,57% superior à avaliação da Atlantic Capital. Setores empresariais e parte influente da burocracia estatal viam nas privatizações, para além de uma fronteira de expansão do capital privado, um excelente negócio, pois a relação custo benefício era amplamente favorável, dados os preços baixos pelos quais empresas estatais iam a leilão.

O ministro Paulo Haddad insistia na manutenção do calendário de desestatização, abrindo, quando muito, perspectivas (que acabaram não se confirmando) de mecanismos que obrigassem as empresas cujos leilões ainda não estivessem marcados a, uma vez privatizadas, investirem em desenvolvimento tecnológico:

“Criaremos certificados de investimentos, a serem destinados ao desenvolvimento tecnológico, com coeficiente de zero a 30%. Essa percentagem oscilará conforme o dinheiro que o governo colocar na estatal para saneá-la e o interesse do mercado em assumir determinada companhia. Essas regras, porém não valerão para as privatizações já marcadas”, reiterou o ministro Paulo Haddad.³⁴⁴

Dentre os pontos a serem revistos no PND, o governo Itamar também previu a inclusão de outros mecanismos de venda que não o leilão. A Comissão Diretora do PND poderia, em função de uma política industrial definida pelo governo, decidir a venda através de fusões (união de duas ou mais empresas, sendo necessariamente uma privada), aumento de capital com renúncia ao direito de subscrição por parte do Estado, incorporações (absorção de uma empresa estatal por uma privada) e cisões (transferência de uma parte ou de todo o patrimônio de uma empresa estatal para uma companhia privada). O BNDES, por sua vez, defendeu um alargamento dos setores a serem privatizados, com a

³⁴² Gazeta Mercantil, 20 de novembro de 1992.

³⁴³ Dados obtidos junto ao BNDES.

³⁴⁴ Diário do Vale, 25 de novembro de 1992.

inclusão no PND dos serviços de infra-estrutura, tais como energia elétrica, rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Todas estas medidas foram objeto de um documento aprovado por Itamar Franco no dia 27 de novembro de 1992, intitulado *Bases para o aperfeiçoamento do PND*³⁴⁵. O sentido último das mudanças foi registrado pelo jornal O Globo: eliminar “ambigüidades e lacunas que têm criado entraves ao PND. Para tanto, a comissão diretora do PND precisa de mais poderes”³⁴⁶. Subtrair, tanto quanto possível, decisões de interesse imediato do capital dos mecanismos de discussão política (ainda que nos estreitos limites do Congresso Nacional) compõe, como se sabe, o ideário neoliberal. E esse foi, claramente, o rumo traçado no referido documento que, dentre outras medidas, propunha:

- 1) a criação do Certificado de Investimento, que buscava garantir o ingresso de cruzeiros no Tesouro. Estes recursos seriam, obrigatoriamente, destinados à capacitação tecnológica e treinamento da força de trabalho;
- 2) a aquisição pelos potenciais compradores das estatais de Certificados de Investimentos. Caso não fossem utilizados para a compra de ações das empresas, poderiam, a partir do vencimento, ser usados no pagamento de impostos federais de responsabilidade do titular ou de terceiros;
- 3) a flexibilização no limite de aquisição (40% à época) do capital votante por empresas estrangeiras, cabendo à Comissão Diretora do PND (do BNDES) fixar um novo limite;
- 4) a liberação dos recursos vinculados aos fundos sociais (FGTS e PIS) de pessoas físicas para aquisição de ações nos leilões;
- 5) a inclusão no PND das empresas concessionárias de serviços públicos nos setores de energia elétrica, transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, portos e aeroportos;
- 6) o pagamento em cruzeiros não seria exigido na venda de todas as estatais, cabendo à Comissão Diretora do PND definir onde tal exigência se daria;
- 7) a transferência à Comissão Diretora do PND da responsabilidade pela aprovação do preço mínimo e das demais condições de venda.

³⁴⁵ Esta foi a expressão adotada para designar o referido documento.

³⁴⁶ O Globo, 30 de novembro de 1992.

Do ponto de vista dos agentes que defendiam a integração dos trabalhadores no processo das privatizações, a meta era alterar de 10% para 20% o montante de ações a serem compradas por aqueles. Roberto Procópio Lima Neto e o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda chegaram a afirmar que os operários da CSN controlariam 25% das suas ações³⁴⁷.

Vinte dias antes da data prevista para o leilão da CSN (22 de dezembro), os ministros Gustavo Krause e Paulo Haddad adiaram uma viagem a Washington, onde visitariam o Fundo Monetário Internacional, sob a alegação de que, sem adequar o programa de privatizações, não fazia sentido propor a retomada do acordo com o FMI. Por detrás desta atitude havia, também, uma tentativa por parte destes ministros de ganhar a disputa com os setores governamentais reticentes quanto ao calendário das privatizações. O desgaste de Gustavo Krause e Paulo Haddad com o governo havia se intensificado nos últimos dias, pelo fato de o presidente Itamar Franco ter baixado um decreto para a área de preços das estatais sem consulta prévia a ambos³⁴⁸.

Na prática, estas mudanças nas regras da privatização dificultavam o cumprimento dos leilões programados, entre eles o da CSN, uma vez que exigiam um volume de dinheiro vivo maior para as privatizações, conforme reconheceu o próprio Ministro das Minas e Energia, Paulino Cicero: “provavelmente o leilão da CSN já terá exigibilidade de que parte do pagamento seja feito em dinheiro”. Haddad, por sua vez, reafirmava sua convicção da necessidade de realização das privatizações já agendadas, pois entendia que as mudanças estabelecidas nas *Bases para o aperfeiçoamento do PND* seriam aplicadas em uma segunda fase do programa³⁴⁹. É importante destacar, aqui, que uma das alterações estudadas pelo governo não gozava, nem de longe, de amplo apoio no seio do próprio primeiro escalão governamental. Refiro-me ao aumento do percentual de ações a serem vendidas aos trabalhadores:

A idéia de vender o controle da CSN para os empregados é defendida pelo grupo palaciano, mas não tem o apoio de toda a equipe econômica. Um dos ministros pondera que os

³⁴⁷ Cf., por exemplo, *Gazeta Mercantil*, 01 de dezembro de 1992.

³⁴⁸ Cf. *O Globo*, 2 de dezembro de 1992.

³⁴⁹ *Diário do Vale*, 3 de dezembro de 1992.

empregados não poderão fazer os investimentos necessários de US\$ 600 milhões nos próximos dois anos.³⁵⁰

Em 3 de dezembro, Itamar Franco determinou que o BNDES reavaliasse o preço da CSN, cujo patamar mínimo para a privatização foi fixado em US\$ 1,588 bilhão, uma vez que as duas avaliações efetuadas revelavam uma diferença acima de 20%. Mas esta determinação não se fez acompanhar, na oportunidade, do adiamento do leilão, proposta que começou a ganhar força cinco dias mais tarde, quando o governo alterou novamente as regras, exigindo 50% de dinheiro vivo para as privatizações, inclusive da CSN, e que todo edital de privatização passasse pelo crivo da Presidência da República, diminuindo, assim, o poder da Comissão Diretora do PND. Todavia, um outro aspecto precisa ser ressaltado: o governo intencionava autorizar ao capital estrangeiro a compra de até 100% do controle acionário das empresas estatais:

O consultor-geral da República, José de Castro Ferreira, admitiu ontem a possibilidade de adiamento ou suspensão do leilão de privatização da CSN, marcado para o dia 22. Castro, que encaminhou ao presidente sugestões de modificação nas regras do programa de privatização – entre elas o aumento de 50% de exigência de dinheiro vivo nos leilões e a possibilidade de até 100% de participação do capital estrangeiro na compra de algumas empresas – disse que a suspensão pode ser um caminho para evitar prejuízos.³⁵¹

Em 14 de dezembro, Itamar Franco determinou, por decreto, novas mudanças nas normas de privatização, com destaque para:

- 1) Os compradores de estatais teriam de pagar em dinheiro pelo menos o correspondente à soma dos lucros do ano anterior e do exercício corrente (até a data da avaliação das empresas) mais o valor dos bens e direitos não vinculados às suas atividades operacionais;
- 2) Os laudos de avaliação deveriam informar os valores econômico, patrimonial e para efeito de liquidação da empresa, incluindo valores de aquisição e reposição de bens a serem vendidos. A Comissão Diretora deveria assegurar ampla divulgação dos laudos, excluindo segredos de indústria ou de comércio;
- 3) Se as avaliações divergissem em menos de 20% do preço mínimo da empresa, a Comissão Diretora deveria optar pelo maior valor. No caso da diferença ser

³⁵⁰ Jornal do Brasil, 4 de dezembro de 1992.

³⁵¹ Jornal do Brasil, 11 de dezembro de 1992.

superior a 20%, ela poderia optar pelo valor maior ou encomendar nova avaliação;

- 4) O presidente da empresa a ser vendida participaria, sem direito a voto, das reuniões da Comissão Diretora em que fossem analisados os laudos da avaliação;
- 5) A compra de estatais por empresas concorrentes ou interdependentes teria de ser aprovada pela Secretaria Nacional de Defesa Econômica;
- 6) As empresas que comprassem o controle acionário das estatais teriam de realizar os investimentos necessários à recuperação e preservação do meio ambiente, que seriam levados em conta na fixação do preço mínimo de venda.

Nesse momento, a resistência governamental à uma participação significativa dos trabalhadores na compra das ações da CSN mostrava-se já bem adiantada. Voltarei a este ponto ao tratar da tentativa de estadualização da CSN.

Finalmente, em 15 de dezembro o governo adiou os leilões de quatro empresas (Poliolefinas, CSN, Petroquímica União e Ultrafertil). A nova data do leilão da CSN foi marcada para 5 de abril de 1993. Em todos eles, o governo pretendia aplicar as novas regras, após uma avaliação da Comissão Diretora sobre os impactos delas provenientes.

Uma mudança, entretanto, começou a se desenhar antes mesmo daquela reunião acontecer: a Comissão Diretora passou a ter uma maior autonomia com a saída do presidente do BNDES. Aparentemente isso significaria um reforço da posição do consultor-geral da República, José de Castro Ferreira, e, conseqüentemente, dos defensores de regras que reduzissem a participação das moedas podres e garantissem avaliações menos aviltantes acerca das empresas estatais. Todavia, essa medida na prática criou condições exatamente para aquilo que o governo Itamar dizia querer evitar, ou seja, privatizar empresas com prejuízo aos cofres públicos. Por mais que o governo dissesse que “privatizar não é doar estatais”, o fato é que o capital privado foi amplamente contemplado em seus objetivos de, a preço subestimado e com grande montante de moedas podres, expandir fronteiras à sua valorização numa seara até então com forte presença estatal.

Uma prova do que acima afirmei foi o decreto presidencial de 20 de janeiro de 1993, contendo quatro regras que contribuíram, particularmente, na direção acima apontada. Em primeiro lugar, os fundos de pensão ficaram proibidos de participar dos

leilões de privatização, sob a alegação que eles seriam melhor utilizados em projetos para a “retomada do crescimento”. Efetivamente, tal proibição ampliava o poder de grupos econômicos interessados na compra das estatais. Uma segunda alteração foi o aumento de 30% para 40% da percentagem de participação do capital estrangeiro no capital votante das empresas, percentual este que, entretanto, poderia chegar a 100% se a Comissão Diretora assim recomendasse e o presidente da República autorizasse, com a devida aprovação por parte do Congresso Nacional. Também no que respeita à percentagem do dinheiro vivo, caberia à Comissão Diretora definir o seu volume. Por fim, quando houvesse uma divergência acima de 20% entre as avaliações oficiais em relação ao preço de venda de uma empresa, a Comissão Diretora *poderia* convocar uma terceira avaliação. Como se vê, os poderes da Comissão Diretora ampliaram-se efetivamente, significando uma agilização e uma garantia para que os leilões programados ocorressem da forma mais favorável ao capital privado. Afinal, como declarou o ministro Haddad, “... a venda de estatais não pode ser considerada apenas um negócio de governo”³⁵²

André Franco Montoro Filho foi empossado como presidente da Comissão Diretora Nacional de Desestatização em 11 de fevereiro de 1993 e, desde logo, pôs-se a campo alardeando a premência da privatização da CSN:

Creio que ela só vai trazer vantagens para o governo, que se livra de ter que administrar siderúrgica, e para a CSN, que se livra das amarras do governo. Quando a CSN foi construída, a participação do Estado era importante. Mas os tempos são outros, a realidade é outra e, hoje, a privatização é uma necessidade.³⁵³

A justificativa que Itamar Franco apresentava ao que aparecia como uma alteração da sua política em relação às estatais (a flexibilização das exigências para a venda das empresas do governo federal) era, bem ao seu estilo, a de que ele estava *aborrecido* e *agastado* com os altos salários pagos pelas estatais, quadro este que demandava a manutenção dos leilões programados:

Durante os últimos decênios, o Estado se afastou de seus deveres fundamentais, que são os de promover o conhecimento, o bem-estar e a segurança dos cidadãos. Ao negar a universalização de tais direitos, permitiu que se formassem, no serviço público e nas empresas estatais, ilhas corporativas que construíram e ainda mantêm sistemas de

³⁵² Diário do Vale, 20 de janeiro de 1993.

³⁵³ Diário do Vale, 13 de fevereiro de 1993.

insuportáveis privilégios, à custa do bem comum. Não pode arrogar-se democrático o Estado que tem dois títulos de cidadania: um, de primeira classe, conferido aos espertos e outro, de segunda categoria, reservado aos ingênuos e honrados, que confiam na igualdade constitucional dos direitos.³⁵⁴

Sem maiores subterfúgios, Itamar Franco encampava um dos elementos de propaganda ideológica mais utilizados pelos defensores do PND: o Estado, nascido para realizar os interesses universais, deve restringir-se ao atendimento desses interesses, deixando à iniciativa privada a adequada liberdade para investimentos na produção. Apresentando os altos vencimentos como regra no interior das estatais, estas passaram a ser classificadas como nichos de privilégios de poucos, em detrimento das funções precípua do Estado. Em um de seus freqüentes arroubos, o presidente Itamar, no primeiro encontro com André Franco Montoro Filho, já na condição de presidente da Comissão Diretora do PND, pediu-lhe que o livrasse "... dessas amarras o mais rápido possível, pois assim o setor público poderá desenvolver atividades nas quais é insubstituível"³⁵⁵.

No final de 1992, Roberto Procópio Lima Neto deixou a presidência da CSN (movimento que será analisado mais adiante), assumindo em seu lugar Sebastião Faria, que fez várias gestões, de fevereiro a março de 1993, para um novo adiamento do leilão da CSN, sob o argumento de que o preço mínimo da usina estava muito baixo (aspecto que também será visto à frente). Tais esforços, entretanto, mostraram-se inócuos, tendo em vista os extremos e concentrados poderes detidos pela comissão presidida por André Franco Montoro Filho que se empenhou pela antecipação do leilão:

A Comissão Diretora do PND vai propor ao presidente Itamar Franco a antecipação do leilão da CSN de 5 para 2 de abril. Embora tenha recebido de manhã o relatório do presidente da CSN, Sebastião Faria, questionando a legalidade da avaliação do preço mínimo de leilão da CSN, fixado em US\$ 1,588 bilhão, a comissão deverá manter este preço na sua próxima reunião, Quinta-feira, 11 de março, quando o relatório será oficialmente analisado. A única questão que ficou pendente com relação à CSN foi o uso das chamadas moedas podres. A comissão deverá decidir pela exigência de dinheiro vivo no leilão, na faixa de 2% a 10% do preço final de venda.³⁵⁶

³⁵⁴ Trecho da mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em 15 de fevereiro de 1993, transcrita pelo Diário do Vale, 16 de fevereiro de 1993.

³⁵⁵ Diário do Vale, 19 de fevereiro de 1993.

³⁵⁶ Diário do Vale, 5 de março de 1993.

Assim, o volume de dinheiro vivo que o governo exigiria na venda da CSN literalmente despencou em relação às pretensões iniciais. Uma outra “queda” foi a do presidente do BNDES, Antônio Barros de Castro, que se demitiu da instituição em 4 de março de 1993, alegando as já conhecidas divergências que possuía com o consultor-geral da República. Também a composição da Comissão Diretora foi bastante alterada a partir da gestão André Franco Montoro Filho: dos seus quinze componentes, apenas dois não foram trocados em relação à época em que Antônio Barros de Castro acumulava as presidências do BNDES e da Comissão Diretora³⁵⁷.

A antecipação do leilão da CSN para o dia 2 de abril finalmente foi confirmada. A Comissão Diretora chegou a cogitar em fixar em 0% a exigência de dinheiro vivo na venda da CSN, conforme os termos desta fala do seu presidente:

A compra da CSN é um investimento alto e a empresa precisa de seus próprios investimentos em modernização, em meio ambiente e em vários outros setores. Por isso, preferimos que os compradores que adquirirem a empresa usem do dinheiro vivo para os investimentos necessários na empresa. Isto é bom para o país, pois significa mais produção, mais empregos e mais exportação. É importante para o Brasil que a CSN se modernize.³⁵⁸

Às vésperas da privatização, o suspense a respeito do percentual de dinheiro vivo que se exigiria no leilão da CSN se mantinha. Embora se tenha chegado a falar em 40% ou 50%, a discussão, naquele momento, girava em torno de 2% a 4%. O montante em moeda corrente pago ao governo no leilão da CSN representou 3,8% do total do valor de venda da usina.

A atuação do Sindicato

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda propôs ao BNDES a utilização do fundo do PIS/PASEP para a compra de ações da empresa, sempre na perspectiva de que os trabalhadores da CSN que fizessem a reserva de ações junto ao Clube de Investimentos da

³⁵⁷ Também no Ministério do Planejamento houve mudança. Paulo Haddad foi substituído por Eliseu Resende.

³⁵⁸ Diário do Vale, 8 de março de 1993.

empresa lograssem adquirir 20% das ações que seriam leiloadas³⁵⁹. O próprio Sindicato incumbiu-se de imprimir e distribuir 37 mil manuais sobre a privatização, destinados prioritariamente aos metalúrgicos da CSN, em que se argumentava em favor da adesão efetiva ao processo de venda da CSN. O engajamento do Sindicato era, mais do que nunca, decisivo para o convencimento dos trabalhadores quanto à validade da privatização.

Três principais componentes ideológicos, no sentido de ganhar a adesão dos trabalhadores às posições do Sindicato, foram intensamente trabalhados pela diretoria eleita em 1992. O primeiro deles foi o da mudança de um sindicalismo de *confronto* para aquele de *parceria*. Ineficácia, atraso, partidarização do sindicato e irracionalidade caracterizariam, para os defensores da parceria, o sindicalismo cutista, mormente dos seus setores mais à esquerda. Ao contrário, eficiência, modernidade, despartidarização do sindicato e racionalidade seriam os traços próprios da proposta da Força Sindical. De acordo com uma síntese da própria direção empreendida ao Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda desde 1992,

A eleição de Luizinho para a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos representa um marco nas relações Capital-Trabalho em Volta Redonda. Não se tratava de prosseguir com a política de confronto sistemático, mas de construir uma nova política, que se chamou *parceria*. A direção do Sindicato persistirá na firme defesa do processo de privatização, buscará a obtenção de resultados, isto é, de ganhos materiais, e retomará o trabalho de assistência médica e odontológica. Todos esses aspectos estão intimamente relacionados dentro de uma diretriz única, que é a política de parceria.³⁶⁰

Mais do que a (pretensa) eficácia na conquista de ganhos materiais, a auto-representação do sindicalismo de parceria em Volta Redonda via na *modernização* (segundo elemento) a primeira marca da sua atuação. A resistência ao seu ideário, portanto, era (des)qualificada como arcaica, antiquada, ultrapassada, numa palavra, anacrônica. O moderno, o apropriado ao momento presente, seria um sindicalismo de integração ao

³⁵⁹ Foram formados dois clubes de investimento com vistas à compra, por parte dos trabalhadores, das ações da CSN. Um, o Clube de Investimentos da CSN, era o oficial, liderado pelo Roberto Procópio Lima Neto e pelo próprio Sindicato dos Metalúrgicos; o outro, chamado Independente Clube de Investimentos, reuniu membros do Senge-VR, da Articulação Sindical. Mais adiante abordarei a questão dos clubes de investimentos.

³⁶⁰ MONTEIRO, Geraldo, *Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos Brasileiros*, p. 79.

ideário liberal, nas palavras que fecham o balanço que os dirigentes da Força Sindical fizeram no cinquentenário do Sindicato dos Metalúrgicos:

O sindicalismo de resultados não se resume à perseguição de ganhos materiais imediatos para os trabalhadores mas inscreve-se numa vertente sindical de modernização do conjunto das relações Capital-Trabalho no Brasil. É neste ponto que reside a originalidade da parceria: ela é uma proposta de política sindical para um sistema político liberal e democrático nos termos do modelo europeu de relação entre sindicato e empresa. O Sindicato, nesta concepção, abdica do projeto de Revolução em prol da melhoria gradual e contínua das condições de vida e de trabalho dos operários.³⁶¹

Porém, esta nova política do Sindicato (a parceria, no lugar do confronto) não deveria, de um lado, ser confundida com retorno ao velho peleguismo e, de outro, não poderia significar uma ruptura com o legado do Juarez Antunes, fora a mais expressiva liderança de massa no movimento operário em Volta Redonda. O grupo (Formigueiro) que venceu as eleições sindicais em 1992 efetivamente contava com a presença de nomes que começaram a militar no movimento sindical ao lado do Juarez Antunes. Assim, a forma que os novos diretores da entidade encontraram para mostrar que não haviam rompido com a concepção e a prática sindicais do Juarez foi construir, no plano do discurso, uma *linha de continuidade* (terceiro elemento) desde Juarez até o Formigueiro e, conseqüentemente, até a Força Sindical. Esta continuidade, por sua vez, se estenderia a uma outra, mais ampla, a do próprio movimento sindical no país:

Enfim, o Sindicato dos Metalúrgicos jamais esteve na contracorrente do movimento sindical brasileiro. Bem ao contrário, esteve nas suas principais lutas, desde a campanha *O Petróleo é Nosso*, passando pelas *Reformas de Base* de Jango, até a reconstrução do movimento operário com a participação dos delegados enviados pela *Oposição Sindical* aos Congressos de fundação da CONCLAT e da CUT. À frente em 1964, os metalúrgicos de Volta Redonda estão igualmente nas origens do *Novo Sindicalismo*. Nas decisivas lutas sindicais e políticas do anos 80, também o Sindicato esteve presente, em sintonia com os movimentos da sociedade. Desde 1992, com a política de parceria, o Sindicato se coloca à frente das discussões que hoje enredam boa parte dos sindicalistas de outras correntes. A criação pelo governo das Câmaras Setoriais, sua renúncia a uma política salarial uniforme, o fim dos dispositivos autoritários da CLT com a nova Constituição e o Estado Democrático de

³⁶¹ MONTEIRO, Geraldo, op. cit., p. 86.

Direito puseram nos ombros dos sindicalistas a responsabilidade pelas negociações e pelos ganhos que puderem extrair.³⁶²

Em nome de se construir, artificialmente, a *linha de continuidade* acima aludida, os dirigentes da Força Sindical recontaram a história da resistência operária na CSN, esvaziando-a do seu claro conteúdo de rebeldia, de organização autônoma e de intensa mobilização na luta contra o arrocho salarial e o cotidiano militarizado³⁶³. Apresentar-se como uma proposta política que dava prosseguimento àquela empreendida por Juarez Antunes exigia da direção do SMVR constantes esforços em mostrar que as lutas contra o arrocho salarial e a violência no interior da usina desembocariam na defesa da privatização da CSN, como atesta a chamada que o Sindicato fez para um ato público a realizar-se no dia 9 de novembro de 1992 (no quarto aniversário das mortes dos operários assassinados pelo Exército na greve de final de 1988):

Há exatamente quatro anos Volta Redonda chorou e se indignou ao ver o sangue espalhado em suas ruas e também dentro da Usina Presidente Vargas. William, Valmir e Barroso foram as vítimas da covardia e da tentativa de se calar os que clamavam por justiça. *Os três, como Juarez, lutaram por justiça e dignidade. Eles, assim como nós fazemos hoje, buscaram empregos e melhores salários. Lutaram e morreram por quererem uma CSN forte, uma cidade tranqüila, digna e feliz. Tombaram combatendo o desemprego, a violência das armas dos baixos salários. Queriam paz e justiça da mesma forma que queremos hoje. Por isto, convocamos a população de nossa cidade e, em especial, os metalúrgicos para homenageá-los, continuando sua luta. Estamos convocando todos, independentemente de posições políticas, ideológicas ou religiosas, porque acreditamos que esta luta é de todos os voltarredondenses.*³⁶⁴

O ato, entretanto, não aconteceu. A CUT marcou para às 18h00 do mesmo dia, também na Praça Juarez Antunes, uma manifestação contra a privatização da CSN. O presidente do SMVR, Luiz de Oliveira Rodrigues, alegando ter recebido telefonemas anônimos dando conta do risco de a praça ser transformada em “campo de guerra”, resolveu então cancelar a programação. A manifestação da CUT, por sua vez, não teve o

³⁶² Ibid., op. cit., p. 86.

³⁶³ Sobre os eixos da luta dos operários da CSN nos anos 80, principalmente na greve de 1988, consultar GRACIOLLI, Edilson J., *Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência Operária e Violência Militar na Greve em 1988*, Uberlândia, Edufu, 1997.

³⁶⁴ Diário do Vale, 9 de novembro de 1992. Os grifos são meus.

peso esperado, dada a ausência dos dirigentes nacionais e outras lideranças da Central – embora aguardado, Jair Meneguelli, seu presidente, não compareceu ao ato.

O Sindicato dos Metalúrgicos envidou todos os esforços tanto pela manutenção do calendário original do PND (que previa para 22 de dezembro de 1992 o leilão da CSN) quanto pela permanência de Roberto Procópio Lima Neto na presidência da usina. Audiências com os titulares dos Ministérios da Indústria e do Comércio, do Planejamento e das Minas e Energia e do BNDES, além do próprio Presidente Itamar Franco, foram realizadas, nas quais Luiz de Oliveira Rodrigues se fez presente para tentar garantir estes dois objetivos. Luizinho compôs com Roberto Procópio Lima Neto também nos momentos em que a CSN foi apresentada para investidores, vale dizer, para eventuais compradores³⁶⁵, em reuniões com diretores do BNDES e representantes da Bolsa de Valores de São Paulo. Em todas essas reuniões, Luizinho fez absoluta questão de distribuir documentos que evidenciassem a posição do Sindicato pela privatização. Quando Itamar Franco anunciou que a privatização da CSN deveria ser aprovada pelo Congresso, Luizinho garantiu que o Sindicato reagiria contra uma eventual suspensão ou adiamento do leilão, medida que, segundo ele, implicaria a redução do valor das ações³⁶⁶.

Por trás desse sólido empenho estava a questão concreta do Clube de Investimentos da CSN, mecanismo destinado a administrar as ações dos trabalhadores da empresa que a ele se associassem. A realização de plenárias a fim de convencer os trabalhadores a se tornarem sócios deste clube, a criação, pelo Sindicato, de um serviço telefônico de informações sobre a privatização (“Ligue Privatização”, com o número 44-4443) e a intensa propaganda na mídia local compuseram a estratégia de Roberto Procópio Lima Neto e do Sindicato visando a constituição do clube. O eixo central da argumentação em favor do Clube de Investimentos era o de que, se a iniciativa fosse bem sucedida, os metalúrgicos teriam o controle acionário da CSN, pois além dos 9,2% que já eram da Caixa Beneficente Siderúrgica (CBS, o fundo de pensão dos siderúrgicos da CSN), o leilão poderia garantir até 20% das ações a serem vendidas. Mesmo deduzindo-se o universo de trabalhadores que não integrassem o clube, Roberto Procópio Lima Neto e o Sindicato

³⁶⁵ Cf., por exemplo, *Gazeta Mercantil*, 19 de outubro de 1992. A primeira dessas reuniões teve lugar no auditório da Associação Brasileira de Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), no centro de São Paulo

³⁶⁶ Cf. *Jornal do Vale*, 28 de novembro de 1992.

esperavam controlar cerca de 25% das ações. É preciso dizer, entretanto, que tal percentual jamais daria o controle acionário da CSN aos trabalhadores. Mas era uma peça de propaganda importante no esquema de convencimento à adesão destes à privatização da usina.

Semanas antes da primeira data do leilão (22/12/92), a direção da CSN acatou a solicitação do Sindicato e concedeu aos trabalhadores 30% de adiantamento no mês de dezembro. Esta atitude foi claramente vinculada à defesa da privatização, posto que o governo não estava permitindo reajustes além da política salarial em vigor, mas empresa e Sindicato, com a venda iminente da CSN, fizeram disto uma “aposta” nos ganhos do futuro próximo, como mais uma “demonstração” de que todos, principalmente os trabalhadores, ganhariam com o cumprimento do calendário do PND³⁶⁷.

Empresários e comerciantes da região propuseram pagar Cr\$ 3,5 milhões pelo lote de 445 mil ações (o equivalente à cota destinada a cada empregado ou aposentado associado ao Clube de Investimentos). Luizinho, em tom de alerta, disse que “... no dia do leilão da CSN, marcado para 22 de dezembro, as 445 mil ações estarão valendo aproximadamente Cr\$ 32 milhões e que no dia seguinte ao leilão este mesmo lote de ações valerá Cr\$ 59 milhões”³⁶⁸. Tais cifras vendiam, claramente, a idéia de que os operários da usina enriqueceriam da noite para o dia, caso ingressassem no Clube de Investimentos da CSN.

No início de dezembro 11 mil dos 35.600 empregados e aposentados da CSN já haviam aderido ao Clube de Investimentos. O Sindicato, com amplo engajamento da direção nacional da Força Sindical, tentou viabilizar junto a instituições financeiras diversas (Bradesco, Bamerindus e principalmente Banerj) o financiamento da compra das ações pelos empregados. O projeto apresentado ao Banerj previa o financiamento por um prazo de doze anos, com dois anos de carência e juros constitucionais (12% ao ano)³⁶⁹. Tais tentativas pressupunham que o governo Itamar aceitasse a proposta da Força Sindical entregue ao ministro do Trabalho, Walter Borelli, em 10 de dezembro, segundo a qual os empregados da CSN poderiam adquirir até 52% das ações:

³⁶⁷ Jornal do Vale, 05 de dezembro de 1992.

³⁶⁸ Diário do Vale, 20 de novembro de 1992.

Segundo o presidente da Força Sindical, Luiz Antônio Medeiros, a empresa teria sua administração profissionalizada, com a participação de representantes dos trabalhadores e dos investidores que adquirirem os 48% de ações restantes. Medeiros argumentou que a participação majoritária de trabalhadores no capital não tornará a empresa menos atrativa para os investidores interessados em sua compra. Para ele, além de a CSN contar com grande potencial de crescimento, a participação dos empregados em sua gestão assegurará maior produtividade. “Com a participação majoritária dos trabalhadores, os funcionários da CSN se sentirão mais motivados a produzir”.³⁷⁰

A proposta da Força Sindical, elaborada com a ampla participação do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, representou a expressão mais articulada da tese de que o PND significaria a “democratização do capital”, tão cara ao engajamento deste Sindicato na defesa da privatização da CSN, como registrado anteriormente. Indicava também que não apenas o fazer e o saber fazer dos trabalhadores são apropriados pelo capital, mas também o seu pensar, a sua visão de mundo. O manifesto do Sindicato transcrito parcialmente abaixo revela quão intensa era a adesão daqueles dirigentes sindicais ao ideário empresarial:

Os metalúrgicos da CSN, em sua maioria, apóiam a privatização da nossa CSN. Fazem isto porque sabem que a empresa tem necessidade de se adaptar tecnologicamente, que é primordial a reciclagem de seus funcionários e, para tudo isto, é preciso investimento que o Governo não tem condições de fazer e não esconde isto de ninguém. Portanto, os metalúrgicos têm consciência de que a única forma de proteger seus empregos, sua empresa e a tranqüilidade de toda a região é garantindo a democratização do capital de sua empresa. Toda empresa que se preze tem obrigação de capacitar sua mão-de-obra tecnologicamente. Nós vamos fazer isto no Sindicato, tanto que estamos preparando cursos de TQC (Controle de Qualidade Total) para os funcionários e somos o primeiro sindicato no Brasil a nos preocupar com esta questão. Na CSN também isto é necessário e os metalúrgicos estão enfrentando este problema, pois anualmente a Escola Técnica Pandiá Calógeras (ETPC) forma profissionais altamente capacitados que disputam empregos com trabalhadores que se capacitaram há mais de dez anos. Por isto, certas demissões são geradas exatamente por esta situação. Para que a empresa cumpra com o que se comprometeu conosco, em não diminuir

³⁶⁹ Cf. O Globo, 10 de dezembro de 1992. No item “O(s) posicionamento(s) de Brizola” discutirei mais detalhadamente o papel do Banerj, já que ele era peça chave nas modalidades que o ex-governador do Rio de Janeiro tentou engendrar para a compra da CSN.

³⁷⁰ O Globo, 10 de dezembro de 1992.

o quadro de 16.600 funcionários a não ser por aposentadorias ou dispensas que não atingissem mais trabalhadores que o normal, necessita de investimentos para aprimorar sua atual mão-de-obra (...). Nossa proposta é muito simples: os estagiários aguardariam as saídas, por aposentadorias ou eventuais novas vagas, até que a empresa pudesse sair das amarras de Brasília que impedem, por exemplo, que ela comercialize produtos que fabrica como o cal. Desta forma, haveria possibilidade de crescimento econômico, lucros que possibilitem a manutenção da mão-de-obra formada pela ETPC. Portanto, continuamos afirmando: privatizar é preciso.³⁷¹

Possibilidade de enriquecimento e participação majoritária nas ações da empresa seriam, segundo a Força Sindical, os resultados líquidos e certos da “democratização do capital” da CSN. Este autêntico *canto de sereia* objetivava, claramente, aumentar a adesão dos trabalhadores e aposentados da CSN ao Clube de Investimentos, sob o controle de Roberto Procópio Lima Neto. A imprensa local, notadamente o jornal Diário do Vale, foi um poderoso instrumento de convencimento, uma vez que dava grande ressonância à proposta da Força Sindical, inclusive divulgando grosseiras mentiras, como a de que o Sindicato dos Metalúrgicos já teria obtido o valor necessário para garantir aos trabalhadores a compra de, pelo menos, 51% das ações a serem leiloadas:

Os metalúrgicos da CSN conseguiram os financiadores necessários para comprar 51% das ações da empresa e assumir o seu controle acionário. Foi o que declarou ontem à noite, em entrevista exclusiva ao Diário do Vale, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Luiz de Oliveira Rodrigues. Ele começou a articular a compra da CSN depois que recebeu do presidente Itamar Franco o sinal verde para que os operários controlassem a maioria do capital da empresa. O encontro entre Luizinho, Itamar e o líder da Força Sindical, Luiz Antônio de Medeiros, ocorreu na segunda-feira, em Brasília. Itamar disse que pretendia adiar o leilão da CSN, mas deixou uma brecha: “Se vocês conseguirem o financiamento para os empregados adquirirem o controle majoritário da empresa, eu vendo ela (sic) para vocês”. Luizinho respondeu que conseguiria os recursos e Itamar encarregou o ministro do Trabalho, Walter Barelli, de assumir as negociações.³⁷²

Tal matéria encerrava-se com a afirmação de que “o Banerj, o Banco do Brasil, o Bamerindus e o Bradesco se dispuseram a financiar as ações para os metalúrgicos; elas serão negociadas através do Clube de Investimentos da CSN”.

³⁷¹ Primeira Página, 28 de novembro de 1992.

³⁷² Diário do Vale, 10 de dezembro de 1992.

Luizinho, entretanto, dizia que o objetivo não era mais apenas o de assumir a CSN, mas de “... conseguir apoio para não sermos engolidos por um preconceito do mercado”³⁷³. A expressão *preconceito do mercado* designava a óbvia resistência que os grandes investidores e seus legítimos representantes no próprio governo apresentavam a quaisquer propostas que não atendessem amplamente aos seus interesses. Dentre as propostas estranhas à lógica da privatização (mecanismo de incorporação de áreas de atividade econômica à acumulação do capital privado) estava a de venda da parcela majoritária das ações de uma estatal como a CSN aos seus empregados. No âmbito do próprio governo Itamar Franco, a inviabilidade de tal proposta era justificada com o argumento de que os investimentos futuros para a usina não teriam como vir dos trabalhadores acionistas, caso estes controlassem as ações. O então ministro do Planejamento, Paulo Haddad, verbalizou isto com todas as letras:

“A minha hipótese é de que esta proposta não é viável. São 34 mil empregados, entre ativos e inativos e pelas regras do leilão os trabalhadores têm direito a 20% das ações e mais 9% está [sic] reservado ao sistema de seguridade dos funcionários das estatais. Onde eles vão buscar mais dinheiro”?, indagou o ministro. As dificuldades dessa idéia extrapolam o leilão. “A CSN precisa de investimentos de US\$ 50 milhões nos próximos dois anos e mais US\$ 1,5 bilhão no médio prazo. Onde os trabalhadores vão buscar esses recursos”?. O ministro prefere o modelo de privatização feito pela Usiminas, onde um grupo financeiro forte apóia o projeto e os trabalhadores ganham como acionistas.³⁷⁴

Coube, porém, ao jornal O Globo registrar, com alta dose de “realismo capitalista”, até onde vai o horizonte da “parceria” entre capital e força de trabalho num processo de privatização:

A proposta de transferir o controle da companhia (51%) para os empregados e aposentados é ilusória e demagógica, porque ignora a necessidade de futuros investimentos, que serão da ordem de centenas de milhões de dólares até o final da década. Como justa homenagem (além de competência, o trabalho na coqueria, no alto-forno, na aciaria, na corrida contínua, na laminação etc. exige coragem pessoal) aos funcionários da CSN foi oferecido o equivalente a 20% do capital votante, sendo 10% em condições privilegiadas. Para a compra dos outros 10%, os empregados têm feito intensa mobilização, procurando formar

³⁷³ Diário do Vale, 10 de dezembro de 1992.

³⁷⁴ Gazeta Mercantil, 11 de dezembro de 1992.

um clube de investimentos, que já conta com 98% de adesões. Seria exigir demais dos funcionários destinar-lhes 51% do capital.³⁷⁵

A rigor, o próprio Sindicato dos Metalúrgicos e a Força Sindical jamais acreditaram na viabilidade da sua proposta que se estruturava da seguinte forma: o governo venderia 33% das ações aos empregados (ao invés dos 20% previstos no Edital de Privatização da CSN) e outros 10% para o Banerj. Como a CBS já possuía 9,23% das ações, o Clube de Investimentos controlaria 52,23% do capital votante da CSN. Os 47,75% restantes (já que 0,02% já eram de propriedade de investidores outros) teriam, segundo a proposta em tela, o seguinte tratamento: 42% seriam ofertados a capitais privados (nacionais e estrangeiros) em leilão público e 5,75% para oferta pública, a fim de garantir uma pulverização maior do capital. As ações vendidas aos empregados sofreriam deságio de 35% e o prazo para o seu pagamento seria de 12 anos, com uma carência de 5 anos sobre os juros e o principal.

A prova cabal de que nem mesmo os propugnadores desta propostas acreditavam na sua consecução foi a apresentação de uma outra proposta (alternativa), no próprio ato de sua entrega ao ministro do Trabalho Walter Borelli e ao líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire. Essa alternativa previa a venda de 20% das ações para os empregados (exatamente o estabelecido no Edital de Privatização) e 13% para fundos de pensões de empresas estatais, citando nominalmente o Petros (Petrobrás), mantendo-se as participações da CBS (9,23%) e do Banerj (10%).

Esta articulação envolvendo o Banerj será vista no item denominado *O(s) posicionamento(s) de Brizola*. Por ora, basta dizer que além desta via (chamada de estadualização por Brizola e seus articuladores), o Sindicato, enquanto integrante ativo do Clube de Investimentos, iniciava entendimentos com grupos privados que contemplassem, minimamente, as propostas da Força Sindical para a CSN. Em meio a isto tudo, o presidente do PSDB do Estado do Rio de Janeiro e dono do banco Multiplic, Ronaldo César Coelho, veio a público denunciar que o Clube de Investimentos, sob a direção de Roberto Procópio Lima Neto, estaria tentando manipular a venda da empresa, com vistas a garantir ao seu presidente o controle das ações. Roberto Procópio Lima Neto, por sua vez, acusou o Banco Bozano-Simonsen, que já era controlador da Usiminas, de ter tentado adquirir o controle da CSN por meio da compra de ações destinadas aos empregados a preços

³⁷⁵ O Globo, 10 de dezembro de 1992.

subsidiados: “Fui procurado pelo banco, que se propôs a financiar a compra pelos empregados, em troca da revenda em um ano de uma parcela do capital”³⁷⁶. Para completar o quadro de disputa, o mesmo Lima Neto reforçou uma denúncia veiculada pelo Jornal do Brasil, segundo a qual o Banco Arbi estaria participando de uma manobra semelhante com o Independente Clube de Investimentos, dirigido por um ex-diretor do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, ligado à CUT³⁷⁷. Realmente o Jornal do Brasil denunciou que interesses de bancos estariam atuando: “... há bancos operando junto ao clube de investimentos dos funcionários da CSN, oferecendo dinheiro para a transferência das ações no mesmo dia do leilão”³⁷⁸. Estava estabelecida a lógica mais subjacente ao PND: entregar ao capital privado a CSN, fronteira de expansão para a valorização do capital.

O fato é que toda esta situação contribuiu para a suspensão do calendário do PND. O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda acabou refluindo na sua intransigente defesa da data do leilão e concordando com seu adiamento, desde que isto garantisse a consecução das suas propostas. A parceria, de fato, deu-se entre o Sindicato, o Presidente da CSN e um dos grandes grupos que disputaram o controle acionário da CSN.

Intimamente ligada à atuação do Sindicato, a gestão de Lima Neto também sofreu abalos com as denúncias acima registradas, com a suspensão do leilão da CSN e com as mudanças que Itamar divulgou desejar fazer no PND. Condecorado com o título de Cidadão do Estado do Rio de Janeiro pela Assembléia Legislativa desse Estado em 5 de novembro de 1992, Lima Neto chegou a ser indiciado pelo delegado da 94ª DP, Hélio Luz, pelo crime de peculato³⁷⁹, com base na ação impetrada pelo ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Vagner Barcelos. Imediatamente, o Sindicato dos Metalúrgicos processou Vagner por desvio de verba e estelionato. A parceria com Lima Neto era, decididamente, marcada por uma sintonia singular.

Processos judiciais à parte, Lima Neto foi comunicado da sua demissão da Presidência da CSN em 16 de dezembro de 1992, um dia após o anúncio governamental do adiamento do calendário do PND. Entretanto, deveria permanecer no cargo até 28 daquele

³⁷⁶ Jornal do Brasil, 15 de dezembro de 1992.

³⁷⁷ Sobre a posição da CUT e a participação de cutistas no Independente Clube de Investimentos Independente os próximos itens irão tratar.

³⁷⁸ Jornal do Brasil, 15 de dezembro de 1992.

³⁷⁹ Crime definido pelos artigos 315, 319 e 344 do Código Penal (prevaricação por uso indevido de dinheiro público, constrangimento ilegal e coação no curso do processo eleitoral sindical).

mês, quando seria substituído pelo então diretor de operações da usina, Sebastião Farias de Souza. Nem de longe isto significou o fim da sua parceria com o Sindicato, até porque voltaria a assumir a Presidência da CSN após a sua privatização, projeto que já anunciara em entrevista concedida ao Jornal do Brasil:

Espero poder voltar à presidência da CSN após a privatização. Se os empregados da companhia conseguirem assumir o controle acionário, tenho certeza que eles me convidarão para voltar à empresa. Reconheço que sou carismático. E é isto que as pessoas invejam. Tenho planos de ficar mais cinco anos à frente da CSN para concluir o trabalho que iniciei. A CSN está no meu sangue. Com a recuperação da companhia, em cinco anos as ações que os eles (trabalhadores) possuem vão estar muito valorizadas. E, de simples peões, eles vão passar a ser capitalistas.³⁸⁰

Mesmo demitido, com data marcada para entregar o cargo, Lima Neto concedeu 11,6% de aumento real nos salários de janeiro, percentual que, somado à reposição quadrimestral do governo federal, totalizaria 50% de reajuste. Às vésperas da privatização, ele precisava reafirmar, na prática, que o processo de privatização já estaria dando frutos concretos aos trabalhadores. Se esta foi sua última medida à frente da CSN no período em questão, a marca final da sua primeira gestão pode ser resumida na seguinte matéria do Jornal do Brasil, reportando ao modo pelo qual os trabalhadores foram integrando o Clube de Investimentos:

Em conversas com alguns funcionários da CSN em Volta Redonda, a reportagem do JB constatou o receio dos funcionários em confirmar ou desmentir as denúncias de manobra. O comentário entre os empregados era de que não havia uma pressão formalizada, mas uma insinuante determinação por parte das chefias de que os empregados deveriam se filiar ao Clube de Investimento criado pela empresa para compra de ações dos trabalhadores. “Vou comprar as ações para garantir meu emprego. Ninguém fala abertamente de demissão se não concordarmos com a privatização mas isso fica no ar”, comentou Anderson Corrêa Lima, funcionário há seis anos da estatal. Outra expectativa dos funcionários é de enriquecer com a compra de ações. “O presidente Lima Neto vinha falando que íamos ficar ricos com as ações”, disse outro funcionário.³⁸¹

No próximo item pretendo fazer uma análise de uma importante força política nesse processo, Leonel Brizola, então Governador do Rio de Janeiro.

³⁸⁰ Jornal do Brasil, 20 de dezembro de 1992.

³⁸¹ Jornal do Brasil, 16 de dezembro de 1992.

O(s) posicionamento(s) de Brizola

A julgar pelo passado de Leonel Brizola, dever-se-ia esperar por uma contundente e intransigente oposição do então governador do Rio de Janeiro à venda da CSN. Entretanto, suas posições sobre isto oscilaram da crítica à privatização até a tentativa de participar do leilão com vistas ao que se chamou *estadualização* da CSN, passando por uma aproximação com a Força Sindical, especialmente com o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda.

Conforme já citei alhures, Leonel Brizola prestou sua homenagem à vitória da Força Sindical nas eleições sindicais em 1992. Assim, poucos dias após a derrota da CUT em Volta Redonda, Brizola tornava públicos tanto a sua satisfação pela vitória do Formigueiro quanto o projeto que possuía em relação à CSN. Tratava-se da tese da *estadualização* da usina, que seria viabilizada com a participação do Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), quer na compra direta de ações postas à venda no leilão, quer no financiamento da operação que garantiria a compra de ações por parte dos trabalhadores, com juros e prazos favoráveis. A sua defesa desta tese sintetizava-se na idéia de "... buscar a democratização de seu controle, com a participação dos metalúrgicos e da comunidade fluminense"³⁸².

Em várias oportunidades o projeto de estadualização foi verbalizado pelo presidente do Banerj, Antônio Carlos Brandão, que, constantemente representava o Governo do Rio de Janeiro junto ao Sindicato dos Metalúrgicos e à Força Sindical nos encontros onde tal projeta estava em pauta. No início das negociações, Brandão engrossou o coro dos que viam nos críticos da privatização um inaceitável anacronismo, comparando as transformações sindicais ocorridas em Volta Redonda (as derrotas da CUT no Sindicato dos Metalúrgicos e no dos Engenheiros) à queda do muro de Berlim:

A manga, quando cai lá de cima da mangueira, cai de uma vez, mas na verdade ela vinha amadurecendo há muito tempo. Isto aconteceu com o muro de Berlim e com a ideologia estatizante. Aconteceu na CSN, onde todos tinham, no íntimo, esta necessidade da

privatização. Quando a luz acendeu, a CUT foi derrubada. A CUT ficou na contramão da história.³⁸³

Coube ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) sistematizar a proposta de estadualização da CSN, vista como alternativa à privatização³⁸⁴. Seu eixo principal não poderia ser o da abordagem patrimonialista (propriedade dos ativos da empresa), mas o do que seria o “problema da democratização da condução da empresa”, nos seguintes termos:

O cerne da proposta está na idéia de democratização da empresa. A transformação essencial que se quer operar é a do estatal para o público. (...) O Estado brasileiro já não cumpre quase nenhuma função “socializante”, no sentido de transferir à sociedade os benefícios da acumulação privada, e, pior ainda, da acumulação realizada no âmbito das empresas de sua propriedade. Por isso, transformar uma empresa estatal em empresa pública, hoje, no Brasil, significa, de alguma maneira – dado que muitas vezes ela é legitimamente estatal e economicamente privada – desestatizá-la. O que devemos questionar e discutir é a proposta de privatização tal como está colocada no PND. Somente superando visões clássicas das noções de público e privado, é que será possível legitimar a proposta de “estadualização” formulada enquanto *controle acionário e gestão compartilhados (trabalhadores, estado e empresários)*.³⁸⁵

Parceria na gestão da CSN - envolvendo trabalhadores, Estado (no caso, o objetivo era transferir parte das ações que o governo federal possuía para o governo do Rio de Janeiro) e empresários – era a palavra de ordem em torno da qual a proposta da estadualização se estruturava. Para a sua viabilização, o IBASE indicava algumas etapas. A primeira delas seria garantir que o controle acionário da CSN não ficasse concentrado nas mãos de um único acionista, o que dependeria, basicamente, do modelo de privatização montado pelas consultoras contratadas pelo BNDES, através de licitação, para avaliar a usina. Nesta etapa, o governo do Rio de Janeiro deveria influir “... na articulação dos possíveis compradores da empresa”, mediante a conquista, junto ao governo federal, de uma posição de relevo no processo e, logicamente, que o BNDES orientasse as consultoras

³⁸² Jornal do Brasil, 26 de julho de 1992.

³⁸³ Diário do Vale, 24 de outubro de 1992.

³⁸⁴ IBASE, *A Estadualização da CSN – uma alternativa à privatização*, Rio de Janeiro, maio de 1992 apresenta, com detalhes, esta proposta.

³⁸⁵ IBASE, op. cit., p. 3 (os grifos são meus).

para que avaliassem a CSN de modo a “... elaborar um modelo de privatização compatível com a proposta de estadualização (controle compartilhado)”³⁸⁶.

Em etapa posterior, o governo Brizola ainda seria de vital importância, cabendo-lhe o papel de articular trabalhadores e grupos empresariais e financeiros virtualmente interessados na compra das ações. Nesse sentido, o IBASE apontou o universo de prováveis interessados na compra da CSN:

- empresas estatais federais (fundamentalmente a Companhia Vale do Rio Doce);
- empresas estatais estaduais;
- usuários do aço produzido pela CSN: Nestlé, Matarazzo, Rheem, Real Metalco, Prada, por exemplo, além de distribuidores do aço;
- bancos nacionais e estrangeiros;
- grupos siderúrgicos estrangeiros com interesse em alargar seus investimentos no exterior (principalmente japoneses e franceses);
- grupos privados nacionais com disponibilidade de recursos;
- fundos de pensão do setor público e fundos de previdência privada.

A partir deste universo, o que se pretendia era constituir um consórcio (envolvendo empresas estatais, fundos de pensão, fundos de previdência privada, trabalhadores e governo estadual) que detivesse o controle acionário da CSN e que, a partir desta condição, orientasse a gestão da empresa por critérios diferenciados tanto “... daqueles característicos da empresa estatal, quanto dos que constituem a lógica estrita da empresa privada”³⁸⁷. Assegurados tal controle e estes “critérios diferenciados”, poder-se-ia aceitar a venda das demais ações a grupos econômicos de estrita natureza privada. Nas palavras do próprio IBASE, buscava-se introduzir “... a idéia da democracia no campo da ‘ditadura’ do capital, no âmbito da grande empresa capitalista”³⁸⁸. A condição *sine qua non* para tanto seria a aquisição, pelo Clube de Investimentos, de 20% das ações pelos trabalhadores, em condições de juros, carência e prazo de pagamento amplamente favoráveis.

Penso, contudo, que esta proposta padecia, basicamente, das seguintes fragilidades:

- 1) seus proponentes tinham uma visão idílica quanto ao real significado das privatizações, qual seja, o de expandir as fronteiras da acumulação privada do

³⁸⁶ IBASE, op. cit., p. 5.

³⁸⁷ IBASE, op. cit., p. 6.

³⁸⁸ IBASE, op. cit., p. 1 do item “Detalhamento da proposta”.

capital, até como estratégia para tentar reverter a tendência de queda da taxa de lucro no setor siderúrgico, onde a alteração da composição orgânica do capital foi intensa e, conseqüentemente, do ponto de vista da valorização do capital, nada indicava uma remota possibilidade de as empresas do setor adotarem uma gestão não propriamente capitalista;

- 2) as experiências históricas de transferência de controle acionário de empresas estatais para consórcios com participação de governos de instância inferior, fundos de pensão e empresas privadas que informavam a proposta do IBASE tiveram lugar no auge da social democracia alemã, quadro conjuntural bastante distinto tanto daquele que hoje se verifica no que outrora foi o centro do *welfare state*, quanto, principalmente, da realidade brasileira, ainda mais num momento de claro avanço das medidas neoliberalizantes. Mais que isso, nem mesmo onde tais experiências aconteceram elas significaram uma ruptura com a lógica capitalista, sendo, antes, uma das suas possibilidades históricas, ainda que restrita no espaço e no tempo;
- 3) a estadualização – buscando diferenciar-se tanto da propriedade estatal quanto da transferência da propriedade patrimonialista para os trabalhadores – autodefinia-se como uma proposta de transformação do *estatal* em *público*. Mas, ao fazê-lo, abraçava o conceito abstrato de *sociedade civil*, entendida como universo dos indivíduos iguais perante a lei, sem a presença dos elementos da estrutura burguesa de classes, como se as determinações de operário e capitalista não fizessem mais sentido. Os agentes da produção poderiam, nesta concepção de sociedade civil, estabelecer um pacto, compartilhar a gestão de uma empresa do porte e do lugar estratégico da CSN para além da lógica de valorização do capital. A própria noção de *democracia* aparece despida das determinações da sociedade de classes, deixando-se absolutamente de lado o reconhecimento de que não há *uma* democracia, mas *democracias* adjetivadas, qualificadas em função dos vários projetos sócio-político-econômico-culturais em disputa na sociedade. O pacto, aqui concretamente expresso na idéia de um consórcio gestor de uma empresa siderúrgica, não pode ser, no interior de uma dominação

de classes, nada além da integração do ser que trabalha à lógica da acumulação capitalista;

- 4) A tese do controle acionário a ser obtido pelo consórcio (trabalhadores, governo estadual e fundos de pensão) pautava-se no pressuposto de que “... *a empresa capitalista moderna, a sociedade por ações, se caracteriza pela dispersão da propriedade e pela separação cada vez maior entre os acionistas e as funções de direção e de gerência das atividades empresariais*”³⁸⁹. Ora, onde há a tendência de dispersão da propriedade atualmente? Além do mais, que as funções de direção e de gerência nas sociedades anônimas sejam desempenhadas por gestores e não diretamente pelos acionistas apenas reitera a subsunção real do trabalho ao capital, em todas as suas tarefas e expressões, e não o contrário;
- 5) A este equívoco de análise somava-se uma visão católica acerca do que seria público e de como a propriedade privada, desde que cumprindo uma *função social*, poderia produzir benefícios *públicos*, como se depreende da proposta apresentada pelo IBASE:

... o exercício do poder na companhia por ações está diretamente vinculado à capacidade de articulação dos interesses dispersos dos diferentes acionistas em torno de um estilo gerencial e de uma concepção mais complexa e abrangente da função e dos objetivos da empresa. Se quiséssemos atribuir um sentido mais preciso à idéia de “função social” da empresa, deveríamos caminhar no sentido de afirmar a importância crescente do controle compartilhado em relação à propriedade, ou, como diz Comparato, à titularidade da empresa. Uma formulação desse tipo nos abriria espaços para o avanço de duas idéias-chave: a limitação dos direitos de uso da propriedade; e a democratização da gestão da empresa capitalista. Quanto mais complexos e perfeitamente definidos forem os direitos de propriedade, melhor definidas serão as fronteiras entre o interesse do conjunto da população (o interesse público) e o interesse dos proprietários da empresa (interesse privado).³⁹⁰

Há, aqui, uma mescla do *ideário católico* (segundo o qual a propriedade privada permanece sagrada, porém refém de uma função social nunca definida com precisão, até porque, sendo privada, não há mesmo como impor controle social

³⁸⁹ IBASE, op. cit., p. 5.

³⁹⁰ IBASE, op. cit., p. 6 do item “Detalhamento da proposta”.

sobre ela) com o princípio liberal de que, involuntariamente, os interesses particulares acabam por atender aos interesses gerais, e, ainda, com uma concepção eminentemente jurídicista, posto que se opera com a idéia do direito gerando uma forma de propriedade;

- 6) Para os articuladores da proposta da estadualização, esta teria "... seu ponto de partida na necessidade de democratizar o Estado brasileiro, uma vez que as desigualdades estruturais profundas que caracterizam a sociedade brasileira têm sua raiz, principalmente, na constituição autoritária desse Estado"³⁹¹. Sendo assim, a última crítica que quero registrar à proposta de estadualização diz respeito à sua incapacidade de ver na totalidade social brasileira (e não fundamentalmente no seu momento estatal, sentido estrito) o âmbito das determinações últimas do PND. Como se viu alhures, nos momentos derradeiros que antecederam a privatização, a Comissão Diretora do PND concentrou poderes, impôs como preço mínimo para o leilão o valor que os principais interessados determinaram, deixando pouco espaço para o que a tese da estadualização supunha ser capaz de implementar: uma gestão *democrática* em uma empresa como a CSN. Uma questão de fundo, aqui, não foi devidamente levada em conta: a ordem do Capital assenta-se em um tripé em que Estado, Trabalho Assalariado e Capital Privado são interdependentes e intimamente articulados em torno da valorização do próprio Capital³⁹². Dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema de capital, é inconcebível emancipar o trabalho sem, ao mesmo tempo, substituir o capital e o Estado. O capital, ainda na análise de Mészáros, é um sistema de controle social *incontrolável*. O próprio *welfare state* (que, é bom sempre lembrar, não se generalizou nem no espaço nem no tempo) nem de longe rompeu com este circuito. Que dizer, então, da capacidade de uma gestão democrática no interior de uma empresa (ainda que da importância da CSN) em introduzir uma lógica não propriamente vinculada ao interesse privado, aos interesses dos acionistas privados?

³⁹¹ IBASE, op. cit., p. 7 do item "Detalhamento da proposta".

³⁹² Cf., a respeito, MÉSZÁROS, I., *Beyond Capital- Towards a Theory of Transition*, London, Merlin Press, 1995.

A realidade, entretanto, é que a aposta na tese da estadualização da CSN diminuiu ainda mais a possibilidade de resistir ao PND. Repito que esta proposta foi encampada pelo governador Brizola, pelo PDT e mesmo por um segmento cutista em Volta Redonda, exatamente aquele que integrava a Articulação Sindical. É importante dizer que as lideranças cutistas desse segmento avaliavam como inevitável a privatização da CSN, razão pela qual o melhor seria tentar garantir, de um lado, o maior número de ações nas mãos dos trabalhadores e, de outro, um consórcio que detivesse o controle acionário da CSN, a ser gerida em termos democráticos, e não de uma lógica própria à empresa privada. Assim, a oposição que o governo Brizola fez contra a privatização da CSN acabou por se restringir em tentar influenciar os rumos da sua venda no sentido da estadualização. Apenas no momento em que o governo Itamar Franco esboçou exigir uma percentual alto de dinheiro vivo para a privatização Brizola foi taxativamente contra a venda da usina. Quando isto se deu, o presidente do Banerj veio a público dizer que o projeto de o Banco financiar a compra das ações pelos empregados poderia ser revisto, já que a idéia era financiar a compra das chamadas moedas podres e, com elas, garantir que os trabalhadores adquirissem as respectivas ações. Portanto, no final de 1992, Brizola e o PDT estavam empenhados na estadualização da CSN, não na luta contra a privatização pura e simplesmente da empresa, como se conclui desta matéria:

Os empregados desejam assumir o controle acionário da empresa, e esperam um apoio do governo federal para que atinjam este objetivo. O Banerj e o Bamerindus poderão participar da operação de apoio aos trabalhadores. O desejo dos empregados foi apresentado segunda-feira a Itamar Franco pelo governador Leonel Brizola, depois que a proposta foi discutida pelo PDT.³⁹³

Nem mesmo a iniciativa de formar um bloco parlamentar contra a privatização se sobrepôs à tese da estadualização:

O governador Leonel Brizola está examinando a hipótese de o governo estadual assumir a CSN, que está na lista das empresas a serem privatizadas. Esta possibilidade, segundo disse ontem o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), foi discutida na reunião da cúpula do partido, que decidiu fazer um movimento de resistência contra a privatização da CSN. Brizola e o deputado Miguel Arraes vão iniciar a formação de um bloco parlamentar contra o leilão.³⁹⁴

³⁹³ Diário do Vale, 9 de dezembro de 1992.

³⁹⁴ Diário do Vale, 2 de dezembro de 1992.

Brizola chegou a escolher Noel de Carvalho, prefeito de Resende pelo PDT, como articulador da participação das prefeituras na privatização da CSN. Sua tarefa incluía a tentativa de implementar a privatização da CSN nos moldes da privatização da Varig, ou seja, uma fundação composta pelos novos controladores da empresa (governo do Estado, prefeituras de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, empresas públicas estaduais e os trabalhadores da CSN, mais a CBS) impediria, por exemplo, que os trabalhadores vendessem suas ações a qualquer tempo³⁹⁵. *Brizola decide apoiar privatização da CSN* foi o título da matéria que noticiou uma reunião ocorrida em 11 de dezembro de 1992, no Palácio Laranjeiras, com as participações de Roberto Procópio Lima Neto, de diretores do Sindicato dos Metalúrgicos e do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda, do próprio Brizola, do presidente do Clube de Investimentos da CSN, Sílvio Coutinho e do presidente do Banerj. Nesta matéria afirmou-se que “... o governador Leonel Brizola resolveu apoiar a proposta de privatização da CSN, que prevê a transferência de 33% do capital votante da empresa para os empregados e aposentados”³⁹⁶. Lima Neto chegou a dizer que se tratava do “capitalismo popular”³⁹⁷.

Brizola declarou no programa *Com a palavra o governador*, da Rádio Jornal do Brasil, edição de 15 de dezembro de 1992, ser contrário ao adiamento do leilão da CSN, sob a alegação de que isto serviria para encobrir manobras dos que se opunham ao controle acionário da empresa pela fundação que estava sendo articulada³⁹⁸. Como bem observou o editor do Diário do Vale, Aurélio Paiva:

Curiosamente, o principal pilar de apoio a Lima Neto é o governador Leonel Brizola. Ambos têm duas coisas em comum: apóiam a proposta de transferência do controle da CSN aos empregados e querem ver a CUT a quilômetros de distância.³⁹⁹

Mesmo após o adiamento do leilão, quando, de fato, os grupos privados que se interessavam pela compra da CSN articularam junto à Comissão Diretora do PND o veto prático à estadualização, Brizola, fiando-se num acordo verbal com Itamar, ainda se colocou a favor de uma venda da CSN que não ocorresse nos moldes de um “capitalismo

³⁹⁵ Cf. *Jornal do Brasil*, 12 de dezembro de 1992 e *O Globo*, mesma data.

³⁹⁶ *O Globo*, 12 de dezembro de 1992.

³⁹⁷ *Diário do Vale*, 12 e 13 de dezembro de 1992.

³⁹⁸ Cf. gravação do programa radiofônico citado e, também, *Jornal do Brasil*, 16 de dezembro de 1992.

³⁹⁹ *Diário do Vale*, 16 de dezembro de 1992.

selvagem”. Em encontro realizado em 23 de março de 1993 - de que participaram Brizola, a nova ministra do Planejamento, Yeda Crusius, o ministro das Minas e Energia, Paulino Cícero, o prefeito de Volta Redonda, Paulo César Baltazar, o presidente da CSN, Sebastião Faria de Souza, o presidente da Comissão Diretora do PND, André Franco Montoro Filho e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz de Oliveira Rodrigues – tentou-se ainda costurar uma proposta, a ser submetida ao presidente Itamar Franco, segundo a qual os fundos de pensão poderiam adquirir no leilão até 40% das ações, ficando os empregados com até 20% das ações e o governo do Rio de Janeiro, através do Banerj, poderia comprar outros 10%. Se isto fosse aprovado, a tese da estadualização poderia ganhar concretude, ao menos no que respeita à possibilidade do controle acionário por parte do consórcio⁴⁰⁰.

Seria a última tentativa de Brizola nesta direção. O seu poder de influência, já muito pequeno diante da política da Comissão Diretora do PND, ficou ainda mais reduzido, pois o Clube de Investimentos já contava com cerca de 97% de adesão entre trabalhadores e aposentados da CSN⁴⁰¹ e vinha esvaziando a proposta de estadualização da usina, uma vez que estavam avançados os entendimentos entre Roberto Procópio Lima Neto e os grupos privados que comprariam, dias depois, as ações da CSN⁴⁰².

Na véspera do leilão, em 1º de abril de 1993, Brizola tentou, é verdade, adiar mais uma vez a venda da estatal, mas tal tentativa mostrou-se absolutamente inócua.

Para concluir este item, gostaria de frisar que Brizola e o PDT somente se opuseram frontalmente ao presidente Itamar Franco após a realização do leilão, com a derrota definitiva de sua proposta da estadualização. O PDT ainda esboçou pedir o impeachment de Itamar Franco, com base no argumento de que com a privatização da CSN o presidente teria cometido uma improbidade administrativa, lesado a lei orçamentária e descumprido leis e decisões judiciais (referindo-se a liminares obtidas contra a realização do leilão e que não foram observadas pela Comissão Diretora do PND). O pano de fundo deste tardio gesto de crítica eram, na verdade, apenas o questionamento do preço pelo qual a CSN fora vendida e a impossibilidade dos fundos de pensão terem participado dessa venda:

⁴⁰⁰ Cf. Diário do Vale, 24 de março de 1993.

⁴⁰¹ Dado anunciado pelo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos (Luiz Albano) que coordenava o processo de adesão ao Clube de Investimentos, cf. Diário do Vale, 24 de março de 1993.

⁴⁰² Mesmo longe da presidência da CSN desde 28 de dezembro de 1992, Roberto Procópio Lima Neto continuava com muito poder junto ao Clube de Investimento, presidido por um membro do seu grupo, Sílvio Coutinho.

“Foi o presidente Itamar que tirou os fundos de pensão dos leilões, voltou atrás e até definiu o preço da venda, na última hora. Quer dizer, modificou cláusulas do edital, sem abrir os prazos correspondentes.”⁴⁰³

No próximo item abordarei a “alternativa” que a Articulação Sindical cutista em Volta Redonda tentou construir diante do Clube de Investimentos da CSN, ou seja, o Independente Clube de Investimentos.

O Independente Clube de Investimentos

Em 29 de outubro de 1992, o Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (Senge-VR) lançou o Independente Clube de Investimentos, apresentado como uma alternativa ao Clube de Investimentos oficial. Com a derrota da CUT nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos no final de julho daquele ano, lideranças cutistas da corrente Articulação Sindical passaram a sustentar a idéia de que, diante da inevitável privatização da CSN, o melhor a fazer seria convertê-la numa empresa pública (nos moldes da proposta pedetista da estadualização). Neste sentido, e considerando que o Clube de Investimentos oficial estava sob a direção de Roberto Procópio Lima Neto, em parceria com o SMVR, vários líderes da Articulação Sindical se aliaram a dirigentes do Senge-VR em torno da formação do Independente.

Observe-se que, no momento em que o Senge-VR lançou o Independente, uma nova diretoria (não cutista) do Senge-VR já havia sido eleita, embora não empossada. A iniciativa da criação do Independente coube à diretoria anterior, em final de mandato. A nova diretoria, cuja posse se deu em 17 de novembro, defendia a participação no Clube de Investimentos comum a todos os empregados, contando inclusive com a CBS.

Defensores do Clube de Investimentos oficial diziam que, por trás do Independente, estava o Banco Arbi, instituição financeira que se disporia a viabilizar aos integrantes do clube alternativo a compra das ações destinadas aos empregados. A operação funcionaria assim: o Arbi financiaria a compra de moedas podres para o Independente que, por sua vez,

⁴⁰³ Cf. Diário do Vale, 20 de abril de 1993.

adquirira 10% das ações (e não os 20% almejados pelo clube oficial). Ainda de acordo com os defensores do clube da CSN, "... se todos os metalúrgicos fizessem a operação proposta através do Independente, os operários da CSN teriam o controle de apenas 7% do capital da empresa (...)", lucrando "exatamente o banco ou corretora que estiver por trás do Independente. Compraria as ações dos metalúrgicos por um preço muito menor que o do leilão da bolsa e lucraria com a valorização das ações no ato do leilão, já que a CSN deverá ser adquirida com ágio"⁴⁰⁴.

Evidentemente, na crítica ao Independente estava implícita a disputa pelo clube que agregaria o maior número de empregados. Em vista de tal objetivo, valia inclusive divulgar que a CSN seria vendida com ágio, o que, efetivamente, não se deu. *Relevante, para a presente análise, é reconhecer que o Independente legitimou o processo de privatização, não sendo, sequer remotamente, uma forma de resistência. Seu efeito prático foi endossar a privatização da CSN, isolando ainda mais as já debilitadas iniciativas de resistência, que serão vistas adiante.*

De fato, o banco Arbi foi a instituição financeira que se dispôs a dar sustentação ao Independente:

Um dos coordenadores do Clube de Investimentos Independente, criado pela CUT para administrar a compra de ações dos empregados da CSN, Edvaldo Corrêa de Assis, confirmou a intermediação do banco Arbi na compra das ações. "Os funcionários não têm condição de comprar à vista e nem de encarar o financiamento proposto. Dai a alternativa de quitar 75% das ações em troca dos 25%, através da corretora"⁴⁰⁵.

A CUT nacional, através de nota oficial do seu presidente, Jair Meneguelli, divulgou desmentido de que a central teria participação no Independente. Isto, todavia, não alterou um dado fundamental: a composição cutista da direção do Independente, onde os diretores eram da Articulação Sindical. O Independente pôs-se a campo para obter a adesão de trabalhadores da ativa e aposentados da CSN. Representando o Clube de Investimentos e sendo a sua ponta mais visível, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luizinho, empenhava-se em impedir o sucesso do Independente, pois em caso contrário os trabalhadores estariam abrindo mão de serem sócios da empresa. Clube de Investimentos e

⁴⁰⁴ Diário do Vale, 13 de novembro de 1992.

⁴⁰⁵ Jornal do Brasil, 15 de dezembro de 1992.

Independente eram, na verdade, concorrentes no interior da mesma lógica privatizante, ainda que com nuances diversas:

As denúncias do presidente do PSDB fluminense, Ronaldo César Coelho, foram comprovadas na edição de 21 de dezembro do *Relatório Reservado*. Segundo a publicação, o presidente demitido Roberto Procópio Lima Neto estaria tentando permanecer no poder da CSN através de uma participação acionária em uma composição envolvendo o Clube de Investimentos da CSN, criado por ele, o Banerj e a CBS. (...) O Clube de Investimentos de Lima Neto estaria tentando formar composições ainda com a empresa alemã Thiessen e a Construtora Andrade Gutierrez. Apesar das denúncias de Ronaldo César Coelho envolver somente o Clube de Investimentos da CSN, o *Relatório Reservado* denuncia ainda o esquema armado pelo Independente Clube de Investimentos, formado por ex-diretores do sindicato dos engenheiros. A CUT já afirmou que este clube não tem nenhuma ligação com a entidade. A intenção deste Clube, ao contrário do ligado a Lima Neto que é ter o poder da CSN nas mãos, é ter lucro proveniente da venda das ações. O Independente é apoiado pelos bancos Arbi e Bozano-Simonsen e apresenta sete alternativas para os trabalhadores.⁴⁰⁶

O Independente atuou até após o leilão da CSN, disputando com o Clube de Investimentos as ações destinadas aos trabalhadores da usina, em condições desfavoráveis comparativamente ao clube oficial, porém logrando a legitimação do processo.

Fernando Henrique Cardoso, ainda como ministro das Relações exteriores do Governo Itamar Franco, talvez tenha sintetizado o elemento central subjacente ao Independente Clube de Investimentos: privatização é necessidade para qualquer país que queira competir no mercado mundial e até setores mais à esquerda sabem disso; pode-se questionar o método, mas não a essência⁴⁰⁷.

Uma fecunda reflexão de Ana Elizabete Mota sobre o que denominou de antinomia entre operário-padrão e operário-patrão pode e deve ser resgatada para a devida avaliação do significado dos Clubes de Investimentos e, no caso específico, do Independente Clube de Investimento. Para Mota, uma das principais estratégias do Governo e dos empresários para obter viabilizar a agenda das privatizações foi obter a adesão dos trabalhadores ao PND:

Essa adesão dos trabalhadores é representada pela criação de um novo personagem no cenário social brasileiro – o operário patrão – que pode ser a versão pós-moderna do ex-

⁴⁰⁶ Cf. Jornal do Vale, 24 de dezembro de 1992.

operário padrão da ditadura ou do operário Brasil dos anos 80. Ambos patrocinados pelas Federações das Indústrias e pela Fundação Roberto Marinho. Ironias à parte, o operário-padrão não é um desdobramento mecânico e linear do antigo operário-padrão. Embora sejam produtos de necessidades que nascem no mundo do trabalho – a disciplina taylorista dos anos 70 e a chamada flexibilização pós-fordista dos anos 90 – algo os separa definitivamente neste momento: a representação da sua inserção no salariado. Enquanto os primeiros se reconheciam individual e coletivamente como vendedores de força de trabalho ao capital, como assalariados, os atuais trabalhadores-proprietários constroem uma antinomia sobre a sua própria condição: trabalham como operários, mas devem se reconhecer como patrão, apesar da sua participação acionária nas empresas não exceder 20% do capital.⁴⁰⁸

A figura do operário patrão, na verdade, constitui um método, uma política, de “*esgarçamento das suas identidades de classe*”, obtida menos pela via coercitiva e mais pela da persuasão:

No momento atual vale a persuasão, convencimento, a elaboração de uma cultura dissolvidora da solidariedade inter-idade e restauradora da conciliação entre classes antagônicas, marcada pela formação de uma nova subjetividade: *a condição comum de “ser patrão”*. Ainda que trabalhe como peão, ganhe como peão, ele deve começar a pensar como patrão.⁴⁰⁹

Na direção da formação dessa subjetividade atrelada ao ideário próprio do capital, os clubes de investimento nos processos de privatização funcionam como autênticos espaços de uma pedagogia da integração, da legitimação, da ordem:

Sobre essa antinomia dos operários padrão e patrão cabem, também, algumas considerações fatuais. Tome-se, por exemplo, a “pedagogia” da formação dos clubes de acionistas dos empregados. Os clubes de acionistas são instituições com personalidade jurídica que habilitam os empregados junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) das Bolsas, para participar dos leilões de privatização. Seu método de formação retrata bem esta dialética da destruição/construção da solidariedade entre as classes trabalhadora e capitalista. Se objetivo não é apenas a qualificação legal-institucional do trabalhador como mais um agente do mercado, um potencial parceiro-investidor dos grandes grupos compradores. Sua

⁴⁰⁷ Cf. Diário do Vale, 27 de outubro de 1992.

⁴⁰⁸ MOTA, Ana E., Do operário padrão ao operário patrão, In: *Temáticas* 2(3): 109-122, Campinas, Gráfica IFCH, 1º semestre 1994, pp. 115-116.

⁴⁰⁹ MOTA, Ana E., op. cit., pp. 116-117.

finalidade é criar uma forma de organização por fora do espaço sindical, sem operar rupturas com os sindicatos para legitimar a privatização, criando, assim, a expressão material do consenso. Afinal, dizem os seus defensores: os trabalhadores estão salvando o emprego. A formação dos clubes é a ante-sala de uma organização de “trabalhadores-proprietários” que, tão logo sejam acionistas, terão que consentir com as demissões pós-privatização e os planos de reestruturação da produção.⁴¹⁰

Uma das estratégias usadas pelo Governo para que a resistência à privatização dê lugar a um engajamento tem sido exatamente a “... possibilidade de os empregados comprarem parte das ações das companhias, com subsídios”⁴¹¹.

A incorporação dos trabalhadores na lógica da privatização, através dos clubes de investimentos, preparava o terreno para a clara passagem da negociação coletiva para a individualização nas negociações, como Casale bem disse: “muitas empresas privatizadas diminuíram as relações industriais coletivas e introduziram formas mais individuais de relações de emprego”⁴¹²

Se este foi, em resumo, o sentido dos clubes de investimentos, resta analisar a posição da CUT e a relação disto com as dificuldades que tiveram as formas de resistência à privatização da CSN. É o que será visto no item a seguir.

A CUT e o isolamento das formas de resistência

Pode-se dizer, com segurança, que as iniciativas de resistência à venda da CSN (atos públicos, concentrações, debates em escolas, igrejas e outras associações e atividades de panfletagem) tiveram muito pouco impacto e caracterizaram-se pela ausência de lideranças nacionais, por vezes até mesmo estaduais, da CUT, do PT e do PDT. Coube à União Nacional dos Estudantes, à União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES-VR), ao PCdoB, à Associação Brasileira de Imprensa, à parcela chamada progressista da Igreja e aos militantes e lideranças locais mais à esquerda nos campos petista e cutista (ligados à

⁴¹⁰ MOTA, Ana E., op. cit., p. 117.

⁴¹¹ COSTA, Walber Carrilho da, *Reestruturação Produtiva, Privatização e Movimento Sindical na Siderurgia Mundial*, Uberlândia, 1999, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Universidade Federal de Uberlândia, p. 33.

⁴¹² CASALE, G., Trade..., op. cit., p. 110.

CUT pela Base, à Convergência Socialista e à Causa Operária) organizar atividades contra a privatização da CSN, normalmente com pouca presença. Era comum ocorrerem reuniões com sessenta pessoas, comícios com cem, duzentas pessoas.

Obviamente, com a Força Sindical à frente do Sindicato, plenamente engajada na privatização da CSN, havia uma significativa tranquilidade nos setores privatistas, como bem registrou o diretor financeiro da CSN, Wilson Nogueira Rodrigues, para quem “.. os empregados da estatal estão sob o comando da Força Sindical e, por isso, não é motivo de grandes preocupações quanto a manifestações contrárias à privatização”⁴¹³

Não obstante as dificuldades, foi organizado um Comitê Popular Contra a Privatização (CPCP) em Volta Redonda, cujo melhor gesto de resistência foi a realização de um Encontro do Sul Fluminense Contra a Privatização, acontecido em 7 de março de 1993, a menos de um mês do leilão da CSN. O encontro reuniu cerca de 200 pessoas na Câmara Municipal de Volta Redonda e resultou na elaboração de uma *Carta de Volta Redonda*, encaminhada a Itamar Franco. O CPCP realizou, ainda, um ato público pelo adiamento do leilão, em 22 de março, sempre com pouca presença (os próprios organizadores estimaram em 400 o número de presentes) e sem a participação de lideranças nacionais do PT, do PDT e da CUT. Volta Redonda, que em outras oportunidades fora palco de grandes manifestações de resistência operária, convivía com frágeis tentativas de evitar o que, àquela altura, era irreversível.

O último momento em que se manifestou esta fragilidade foi o da assembleia contra o leilão, marcada para a tarde, na passagem superior que dá acesso à principal entrada da CSN:

Poucos metalúrgicos compareceram ontem à assembleia convocada pelo Comitê contra a privatização para discutir o leilão da empresa. (...) Apesar do carro de som cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, filiado à CUT, ter ficado na passagem superior desde as 17 horas, convocando para a assembleia, os empregados que saíram neste horário não pararam no local. A assembleia mobilizou cerca de 100 manifestantes, a maioria membros de associações de moradores contrários à privatização. O deputado federal Carlos Santana (PT) e o vereador José Alexandre Macaia (PDT) foram os únicos políticos presentes.⁴¹⁴

⁴¹³ Jornal do Brasil, 21 de outubro de 1992.

⁴¹⁴ Diário do Vale, 2 de abril de 1993.

A ausência física de lideranças nacionais da CUT nas manifestações contrárias à privatização era expressão da mudança de orientação político-sindical que a Central vinha realizando no sentido do abandono de um projeto (classista) para o da participação estratégica (diálogo e concertação com o capital). E isto foi o traço mais importante também no que se relacionou à posição da corrente majoritária (e, conseqüentemente, direção) no interior da CUT. Boito, ao contrário do que aqui sustento, entende que

... a corrente majoritária da CUT [assumi] posições abertamente contrárias à política neoliberal ao longo dos anos 90 (...) Frente às privatizações, principalmente no caso da privatização do parque siderúrgico e da indústria petroquímica no início da década de 1990, a corrente Articulação Sindical mobilizou a CUT contra a política neoliberal dos governos Collor e Itamar.⁴¹⁵

No caso por mim estudado, a posição acima citada não se deu. Não houve uma mobilização empreendida por parte da Articulação Sindical contra a privatização da CSN. A perda do projeto classista se expressou não só nessa ausência de mobilização frente às privatizações, mas também no que concerne à própria avaliação sobre a relação entre capital e trabalho. Um dos seus principais expoentes, Vicente Paulo da Silva (Vicentinho), em palestra promovida pelo Banco Nacional para profissionais de recursos humanos, afirmou que

“O movimento sindical evoluiu e hoje entende que não adianta lutar apenas por melhores salários e contra o desemprego, mas que é preciso buscar uma melhor relação capital-trabalho, para que haja crescimento econômico. Às vezes a greve pode ser um erro”, e defendeu um melhor relacionamento entre os sindicatos e a classe patronal como uma das saídas para a crise.⁴¹⁶

Na mesma matéria, Vicentinho - após chamar os empresários brasileiros de covardes por não terem coragem de aceitar maior participação dos trabalhadores - garantiu que as empresas perdem muito por tratarem os empregados como número: “eles não se sentem participantes e aí, ao invés de levarem cinco minutos no banheiro, levam quinze”⁴¹⁷.

Ao longo deste texto, apontei várias vezes para a ausência da CUT nacional no processo de resistência à privatização da CSN. E entendo que no centro desta ausência

⁴¹⁵ BOITO Jr., Armando, *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã, 1999, p. 174.

⁴¹⁶ O Globo, 18 de setembro de 1992.

⁴¹⁷ O Globo, 18 de setembro de 1992.

esteve a inflexão que a CUT teve, bem registrada, por exemplo, por Rodrigues⁴¹⁸, no sentido de um abandono da perspectiva classista (sindicalismo de confrontação) e de adesão ao sindicalismo de negociação.

Soares, a este respeito, diz que o sindicalismo de negociação (na perspectiva defensiva de negociar para diminuir, tanto quanto possível, os impactos da reestruturação produtiva) não está presente apenas na central mais afeita ao ideário neoliberal. Antes, tal concepção “... está presente com muita força no interior do movimento sindical, perpassa a CUT e todas as suas correntes importantes, a Força Sindical e outras correntes menores (CGTs, por exemplo), ainda que o discurso possa ser mais ‘agressivo’”⁴¹⁹.

Obviamente que a integração dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais ao sindicalismo participacionista, principalmente no campo cutista, é uma relação tensa e que se travará ao longo de um bom tempo, como indica Braga:

Tal incorporação ou engajamento “molecular” não se realiza de um instante para outro e sem contradição. Talvez sejam necessários muitos anos de luta político-ideológica acirrada para que as posições dos dominantes sejam consolidadas. Contudo, o caráter eminentemente defensivo dos sindicatos, bem como seu estado atual radicalmente econômico-corporativo, integrado aos horizontes impostos pelo capital, parece indicar que a estratégia de *assimilação da tendência antagonista* tem conquistado efetivas vitórias.⁴²⁰

O fato relevante, entretanto, é que a derrota da CUT em Volta Redonda se deu quando a central já havia moldado, na prática de vários sindicatos da sua base, no posicionamento das sua principal corrente (Articulação) e nos CONCUTs de 1988 e 1991, um projeto e, conseqüentemente, uma ação sindicais onde a concertação e a negociação na ordem eram os principais eixos. No II CONCUT (7 a 11 de setembro de 1988) a questão aparentemente central era em torno dos estatutos, onde a Articulação defendeu (e ganhou) uma proposta de vincular os congressos nacionais aos estaduais; Rodrigues, entretanto, mostra como

A questão de fundo era inteiramente outra e dizia respeito ao papel que deve desempenhar o sindicalismo no país e, especificamente, a CUT. Para a *tendência Articulação e seus aliados*, a central deveria ter um perfil claramente sindical, ainda que combativa, e tendo o conflito como uma atividade fundamental. Já a esquerda socialista (...) visualizava

⁴¹⁸ RODRIGUES, Iram J., *Sindicalismo e política – a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta, 1997.

⁴¹⁹ SOARES, José de L., op. cit., p. 208.

para a CUT um papel eminentemente político, onde a luta anticapitalista e o ideário de uma sociedade socialista estariam presentes.⁴²¹

Portanto, os rumos e as experiências construídas pelo Sindicato dos Metalúrgicos em Volta Redonda à época da gestão de Vagner Barcelos estavam bem distantes da orientação nacional da CUT. Em Volta Redonda mesmo isto se evidenciava, uma vez que a Articulação Sindical local, como já foi visto, engrossou o Independente Clube de Investimentos, numa posição de *minimizar os impactos da reestruturação produtiva e do processo de privatização da CSN*.

Na medida em que esta era a orientação, pensar saídas para a crise de uma estatal como a CSN, numa direção que não a da sua privatização, passava ao largo das discussões da própria Executiva Nacional da CUT. Vagner Barcelos relata como esta debilidade de discussão dentro da central se dava e o porquê disto:

A CUT demonstrou uma ausência física e de proposta. Na época e hoje. Eu lembro que os processos de privatização na COSIPA e na Light, da USIMINAS, eles diziam, o pessoal da Articulação se reunia, se organizava, mas era uma oposição envergonhada, pois tinham vergonha em falar neste assunto, mesmo porque, ainda hoje, o setor que comanda a CUT, a Articulação, tem sua base no setor privado. E isto é um problema. O setor petróleo, siderúrgico, o setor estatal, e o setor do funcionalismo, sempre foram encarados diferentemente – e isto é uma coisa que nunca se discutiu dentro da CUT – em relação ao trabalhador do setor privado, que é superexplorado, mas que se diferencia do trabalhador do setor estatal, que tem – vamos chamar assim – alguns mecanismos de privilégio. Esta diferenciação entre trabalhadores, porque são diferentes, a gente via isso, sempre se deu ao nível de cima, da chamada solidariedade, mas por cima, na mídia, na propaganda, mas sempre sem enraizamento. Eu acho que a CUT só vai discutir o setor estatal quando o setor privado perder os privilégios do setor estatal. (...) Muitas vezes o próprio trabalhador da Ford olha para um outro do setor estatal e diz que este é um privilegiado, porque pode se organizar fácil, tem estabilidade, tem 14° salário.⁴²²

Referindo-se à dificuldade da CUT discutir uma proposta para as estatais, Vagner registro que

⁴²⁰ BRAGA, Ruy, op. cit., pp. 260-261.

⁴²¹ RODRIGUES, Iram J., op. cit., pp. 111-113.

⁴²² Entrevista com Vagner Barcelos.

Quando eu ia colocar isto dentro da CUT, qual era a leitura, até subconsciente dos dirigentes, do Vicentinho, do próprio Durval, da CUT pela Base de Campinas? “Vocês têm muito mais coisa para perder, a tua tu agüenta levar”. Esta discussão só vai se dar quando o trabalhador do setor privado perder mais do que já perde, em função do que nós, do setor estatal, também tivermos perdido. Quando a Ford, ou melhor, o Grupo Votorantim começar a discutir em razão de estar perdendo o subsídio do petróleo. Aí o dirigente sindical vai discutir, porque os empresários estarão perdendo os privilégios institucionais que têm. Quando a Light ficar cara para o dirigente da empresa privada, o Antônio Ermírio vai dizer que dispensou mão-de-obra porque, mantendo a sua taxa de lucro, ele passou a pagar mais pelo carvão, pela energia elétrica...⁴²³

A fala de Vagner permite o levantamento de outros pontos importantes para que a CUT tenha deixado no isolamento as tentativas de resistência à privatização, tais como:

- uma leitura segundo a qual os trabalhadores do setor estatal tinham, de forma generalizada, “privilégios”, razão pela qual poderiam enfrentar mudanças na titularidade da CSN (de estatal para privada) com condições razoáveis;
- uma debilidade interna para pensar (do ponto de vista de um projeto de controle operário ou, pelo menos, social de setores produtivos estratégicos) alternativas ao PND.

Este último ponto é uma clara manifestação da “debilitação político-ideológica da perspectiva de classe”, como Alves diagnostica as tendências do sindicalismo de concertação social:

O desenvolvimento de novas estratégias sindicais neocorporativas de cariz propositivo, que pode ser considerado um defensivismo de novo tipo, tende a desvincular o “novo sindicalismo” do processo de contestação à lógica do capital no campo da produção. A partir daí, o sindicalismo tende a perder sua dimensão antagônica capaz de impulsionar o desenvolvimento da consciência de classe, abdicando de pleitear o controle da produção capitalista, uma das principais bandeiras do sindicalismo de classe e intervindo apenas para influenciar, no sentido propositivo, numa produção sob a direção capitalista. Fala-se em “concertação social”. Nesse caso, o sindicalismo mantém-se no interior de seus próprios limites. Perde o seu valor moral – e político – de ser uma “escola de socialismo” capaz de aglutinar, em torno de si, o movimento social de contestação à lógica destrutiva do capital.

⁴²³ Entrevista com Vagner Barcelos.

É a partir daí que procuramos caracterizar a prostração do trabalho, no sentido político-ideológico, às imposições do capital na produção.⁴²⁴

Estas são as razões do distanciamento que a CUT teve em relação às formas de resistência à venda da CSN. A direção que a central assumiu desde 1988, onde o seu rumo revelava uma “nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital”⁴²⁵ foi decisiva para a própria derrota da CUT em Volta Redonda, em 1992, que, por sua vez, constitui condição fundamental para a privatização da usina.

Rodrigues e Cardoso entendem que, desde fins dos anos 70, havia divergências no interior do movimento sindical com relação aos rumos que a luta contra o regime militar deveria tomar

... separando, de um lado, os que entendiam que a transição do autoritarismo para a democracia deveria ficar contida nos marcos da economia de mercado e da democracia representativa e, de outro lado, os que pretendiam que a abertura conduzisse a uma democracia mais participativa do que representativa, nos quadros de uma ordem econômica controlada pelo Estado. Os primeiros acabaram por se encaminhar para a CGT, os segundos para a CUT⁴²⁶.

Para estes autores, uma vez criada a Força Sindical - ela que nascera de uma dissidência da CGT - colocara-se para esta central a necessidade de

... ganhar entidades filiadas às outras centrais (...) No tocante à CGT, a Força Sindical conseguiu atrair algumas entidades, mas não em relação à CUT (...) A captura, por parte da Força Sindical, de número significativo de sindicatos ligados à CUT ou à CGT só tenderá a acontecer se as lideranças da Força Sindical se revelarem mais competentes do que as das centrais rivais em termos de obtenção de vantagens materiais e/ou simbólicas para os assalariados. Para que isso aconteça é preciso que 1) a CUT e a CGT se mostrem incapazes de conseguir vantagens efetivas para os trabalhadores ou 2) que suas bandeiras ideológicas percam capacidade de mobilização e atração. Esse parece ter sido, em parte, o caso da disputa pelo importante sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda, quando a chapa apoiada pela Força Sindical, defendendo a privatização da empresa, saiu vencedora nas eleições de agosto de 1992⁴²⁷.

⁴²⁴ ALVES, Giovanni, *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*, Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1998, p. 8.

⁴²⁵ *Ibid.*, op. cit., p. 5.

⁴²⁶ RODRIGUES, L. M. & CARDOSO, A.M., *Força Sindical - uma análise sócio-política*, p. 155.

⁴²⁷ *Ibid.*, pp. 158-159.

Assim, Rodrigues e Cardoso sugerem, com essa abordagem, que teria ocorrido uma espécie de enfraquecimento da CUT no universo dos trabalhadores da CSN, mormente no que se referia à oposição à privatização da usina siderúrgica. Penso já ter dado elementos contrários a esta tese ao longo deste item, dos quais reitero dois. Primeiro, a CUT nacional e os dirigentes cutistas da Articulação Sindical também em Volta Redonda não se opuseram claramente à privatização como Rodrigues e Cardoso supõem. O discurso de crítica à venda da CSN era negado pela prática do Independente Clube de Investimentos. Além disto, a própria CUT, ao assumir um projeto sindical menos combativo e mais atado à concepção participacionista, distanciou-se de uma resistência operária na CSN, que continuou a existir, mas que se viu fortemente enfraquecida, não por uma espécie de escolha racional que os operários fizeram pela privatização, e sim pelo conjunto de mecanismos persuasivos e repressivos utilizados.

Vendida aos cavalheiros!

Derrotada toda e qualquer perspectiva contra a privatização da usina Presidente Vargas, a discussão sobre o preço da CSN e sobre a sua condição de patrimônio público ocupou o centro do debate. Cyro Borges Júnior⁴²⁸ indicava que o impacto da siderurgia na demanda era significativo, pois, para cada milhão de dólares de aço adquirido pelas indústrias consumidoras desse produto, as indústrias fornecedoras de insumos para o ramo siderúrgico aumentavam sua atividade em 2,99 milhões de dólares. A tabela abaixo compara, para diversos ramos de atividade econômica, tal indicador:

⁴²⁸ BORGES Jr., Cyro. Leilão CSN: o que não é discutido, *Revista PG* 86: 30-31. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, nov/dez de 1992. Cyro Borges Júnior foi engenheiro da FEM/CSN durante 15 anos e, à época deste artigo, era pós-graduando da COPPE/UFRJ.

Impacto na demanda para montante de diversos setores econômicos (US\$ milhão)	
Siderurgia	2,99
Montadoras automobilísticas	2,88
Construção civil	2,12
Agropecuária	1,73
Comércio	1,50
Refinaria de petróleo	1,35

Fonte: Matriz Insumo Produto IBGE (1980) – Tabela 9: Impacto de Leontief

Ao analisar tais dados, Cyro indicava que o principal impacto da siderurgia se dava na questão do emprego, pois para cada três milhões de toneladas de aço produzidas eram necessários 144 mil postos de trabalho, entre diretos e indiretos. No caso da CSN, naquele momento, para cada emprego oferecido outros sete indiretos eram demandados. Sua conclusão era de que

Pelos padrões atuais de privatização, a venda da CSN para um grupo privado significa a transferência de um patrimônio do povo brasileiro, que representa hoje, pelo menos, sete bilhões de dólares de investimentos, a um preço irrisório e sem nenhuma contrapartida para seus verdadeiros donos. Quem comprar (financiado e com moeda podre) forma um monopólio privado. Vale lembrar que a busca de maior lucro na atividade siderúrgica passa pelos efeitos da ação de cartel, da especulação com insumos fundamentais do parque industrial brasileiro, da manipulação indevida e descontrolada de ferramenta de normalização do quadro social. O grupo controlador passa a dispor de um instrumento de planejamento econômico e política social, sem compromisso com a melhoria de padrões da sociedade. Fazer leilão de privatização, sem estabelecer contrapartida para a sociedade e sem compromisso com o futuro, é caminhar para trás do capitalismo, é furtar patrimônio do povo, é buscar o avesso da modernização.⁴²⁹

Obviamente, não há como concordar com a conclusão final de Cyro, posto que o capital busca valorizar-se e, neste sentido, esperar dele preocupações como as apontadas pelo autor (contrapartida para a sociedade, compromisso com o futuro) é absolutamente descabido. Além disto, historicamente o capitalismo alavancou a acumulação via capital

⁴²⁹ BORGES, Jr., Cyro, op. cit., p. 31.

estatal, plasmando um Estado à sua imagem e semelhança. Não obstante estas importantes ressalvas, Cyro aponta para um dado muito relevante: o preço da CSN. Sua afirmação de que ele atingiria o montante de 7 bilhões de dólares apoiou-se em estudo da OCDE⁴³⁰, valor 4,4 vezes superior ao preço mínimo fixado para o leilão da CSN.

No mesmo diapasão, o deputado federal pelo PDT-RJ Marino Clinger já vinha - no bojo das denúncias de que Lima Neto criara o Clube de Investimentos com estatuto e diretoria aprovados em uma assembléia fantasma, de validade absolutamente questionável⁴³¹ - indicando que “para se construir uma usina nova a previsão é de que o gasto seja de US\$ 2 mil por tonelada produzida. Como a CSN produz 4,5 milhões de toneladas, se instalada hoje custaria US\$ 9 bilhões; descontando a depreciação esse número cai no mínimo para US\$ 6 bilhões”⁴³².

Não bastasse a estimativa da OCDE sobre o valor necessário à instalação de uma siderúrgica do porte da CSN, coube ao próprio presidente da usina, Sebastião Faria de Souza (que sucedeu Roberto Procópio Lima Neto e permaneceu na presidência da CSN até pouco tempo após a sua venda), em reiteradas manifestações junto ao Governo Federal e à Comissão Diretora do PND, apresentar evidências de que o preço fixado como mínimo estava subestimado. Sebastião Faria, em carta enviada à Comissão Diretora do PND de 11 de março de 1993, declarou-se “perplexo” com a forma como foi conduzido o processo de formação de preço da usina. Os dados e elementos de análise que apresento sobre este aspecto foram sintetizados pelo CORECON (Conselho Regional de Economia da 1ª Região do RJ)⁴³³, que se engajou claramente na denúncia das distorções que culminaram num preço bem abaixo do real valor da CSN. De acordo com o CORECON, os principais pontos negligenciados ou falsificados pelos consórcios que avaliaram a CSN foram os seguintes:

- a produção anual estimada pelos consórcios era de 4,1 milhões de toneladas de aço líquido, para o período de 1993 a 1995 como capacidade de produção, sendo que, na realidade, já em 1992 a CSN atingiu 4,465 toneladas produzidas. Técnicos da própria CSN projetavam que a capacidade de produção da usina atingiria 5,3 milhões toneladas/ano;

⁴³⁰ Cf. BROWN & MCKERN, *Aluminium, Copper and Steel in Developing Countries*, OCDE, 1987.

⁴³¹ Cf. Primeira Página, 21 a 27 de novembro de 1992.

⁴³² Jornal do Brasil, 13 de dezembro de 1992.

- os consórcios previram investimentos de US\$ 1,4 bilhão de dólares em equipamentos e obras para a redução de emissões ou descargas poluentes e em aumento de produção, valor superestimado e que, de fato, não se verificou. Este valor alto contribuiu claramente para que o preço mínimo de venda fosse rebaixado. Ainda sobre isto, os consórcios, apesar de estabelecerem um valor tão elevado para investimentos futuros num curto prazo, sustentaram que o custo de produção da tonelada de aço vendida seria de até US\$ 289/tonelada, quando ainda em 1992, sem as inovações que poderiam ser proporcionadas por aquele montante de investimentos, o custo de produção foi, realmente, de US\$ 247/tonelada;
- O consórcio A (Máxima Corretora, Metaldata Engenharia e Paulo Abid Engenharia) recomendou o preço de US\$ 1,730 bilhão e o consórcio B (Brasilpar, LL Projeto e Consultoria, Cobrapí e Jaako Poyry Engenharia) indicou em US\$ 1,380 bilhão o preço para a venda da CSN. Havia, portanto, uma diferença de mais de 25% entre as duas avaliações, o que, por si só, exigiria, pelas regras do próprio PND, um outro processo de avaliação. Estranhamente, num episódio que o próprio Governo Federal preferiu não esclarecer adequadamente, a página da avaliação do consórcio B em que constava o preço mínimo para o leilão foi “trocada” no início de março, com a conseqüente indicação de que o consorcio B avaliou a CSN em US\$ 1,462 bilhão (e não mais em US\$1,380 bilhão), caindo a diferença para 18% entre as duas avaliações. Em sua última carta à Comissão Diretora do PND, Sebastião Faria, referindo-se a este fato, disse ter ficado surpreso com a informação de alteração do preço mínimo de venda e, mais, disse ter ficado
“... perplexo quando constatei que a paginação do relatório então encaminhado não coincidia com aquele que eu havia recebido anteriormente. A página 71 do relatório anterior passou a ser a página 70 do novo relatório, com os mesmos dizeres, mas com números diferentes”;
- “Para minha perplexidade, ao ler a ata da reunião de 11 de setembro de 1992, deparei com o seguinte parágrafo: após ampla discussão sobre o detalhamento da operação (da CSN), a Comissão passou à reunião reservada para aprovação do preço mínimo da

⁴³³ Cf. número 47, março de 1993. O CORECON da 1ª Região do Rio de Janeiro.

CSN. (...) A venda de uma empresa estatal, de um bem público, foi decidida e teve seu preço estabelecido numa reunião secreta, sem a fundamentação indispensável à sustentação do preço fixado e, portanto sem a transparência que o presidente Itamar Franco tem e quer nas ações de seu governo”⁴³⁴

Na definição do preço de venda da CSN, os consórcios não consideraram simplesmente o aspecto patrimonial da empresa. Sebastião Faria, em declaração à Gazeta Mercantil, disse que “... o preço de reposição da CSN é de US\$ 8 bilhões a US\$ 9 bilhões, enquanto o patrimônio líquido, registrado em balanço, é de US\$ 4 bilhões”⁴³⁵. Para se ter uma idéia de como tal “omissão” subestimou o real valor da usina, um único laminador de tiras a quente instalado na estatal valia, na época, US\$ 1,2 bilhão e um laminador de tiras a frio atingia a cifra de US\$ 1,091 bilhão. Juntos, representavam mais do que o preço mínimo defendido pela Comissão Diretora do PND. O CORECON da 1ª Região do Rio de Janeiro estimou em US\$ 5,549 bilhões o valor dos principais equipamentos da siderúrgica⁴³⁶.

A própria Jaako Poyry, em estudo de abril de 1992, estabeleceu em US\$ 11,2 bilhões o montante necessário para a instalação de siderúrgica equivalente à CSN. Assim, a CSN caminhou para a privatização por um sétimo (cerca de 14%) do seu valor real, se tomarmos por base esse estudo que, de acordo com o CORECON, era de amplo conhecimento do corpo técnico da usina.

No dia do leilão, pouco mais de duzentos investidores, em sua maioria do setor financeiro, estavam inscritos para participar da compra da estatal, cujos elementos centrais foram estes:

⁴³⁴ Boletim O CORECON – 1ª Região do Rio de Janeiro, número 47, março de 1993, página 4. A explicação que o presidente da Comissão Diretora, André Franco Montoro Filho, apresentou para o *desencontro de valores* foi a de que “... o relatório em que ele (Sebastião Faria) se baseou era um relatório preliminar”, Diário do Vale, 15 de março de 1993. Sebastião Faria reiterou sua versão nos seguintes termos: “eu me restringi a analisar os documentos que me foram enviados. Se me enviaram o relatório preliminar, ao invés do definitivo, eu quero saber então porque me enviaram o relatório errado”, Diário do Vale, 19 de março de 1993.

⁴³⁵ Gazeta Mercantil, 18 de dezembro de 1992.

⁴³⁶ Cf. Boletim O CORECON – 1ª Região do Rio de Janeiro, número 47, março de 1993, página 4.

Crêterios finais para o leilão da privatiza�o da CSN	
Total de a�es em leilão	51,21 milhões de lotes, equivalentes a 65% do capital
Preço mínimo da empresa	US\$ 1,587 bilhão
Preço mínimo de leilão	Cr\$ 31,019 trilhões, equivalentes a US\$ 1,22 bilhão
Participa�o mínima em moeda corrente	3,8% do preço total (equivalente a US\$ 60,3 milhões)
Preço mínimo por aço	Cr\$ 605,66

Fonte: BNDES.

Dez a es judiciais foram apresentadas às vésperas do leilão com vistas à sua suspensão. Delas, o BNDES temia mais a aço do Prefeito de Volta Redonda, Paulo César Baltazar, que cobrava a CSN passivos ambientais no valor de US\$ 56 milhões, não, obviamente, pelo montante em si, mas pela possibilidade de ser acatada, quanto ao mérito, pelo Poder Judiciário. Outras a es importantes foram as da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB de São Paulo), ambas denunciando a defini o do preço mínimo como fraudulenta, portanto restritas a um procedimento do PND e não   privatiza o em si. Obviamente, este era o limite de uma resistência nos marcos da normatiza o ensejada pelo PND.

O leilão, inicialmente previsto para as 14h00, somente se realizou às 17h30, após a Presidente do Tribunal Regional Federal, Julieta Lunz, ter cassado todas as três liminares concedidas suspendendo a venda.

O consórcio de investidores que se articulou em torno do ex-presidente da CSN, Roberto Procópio Lima Neto, comprou todas as a es efetivamente vendidas no leilão. Na verdade, apenas 70% dos 51,21 milhões de lotes de a es disponíveis para a venda foram negociados no leilão. Os principais integrantes desse consórcio foram a Vale do Rio Doce, o grupo Vicunha, a Emesa e os bancos Bamerindus, Bradesco, Graphus, Itaú e Real. Assim, do lote total de a es com direito a voto que foi colocado à venda (51,21 milhões) um total de 15,3 milhões de lotes de a es não foi vendido no próprio leilão, situa o que demandou a venda de pelo menos mais 7,4 milhões na segunda-feira subsequente. Todavia, poderiam comprar mais a es apenas os investidores que já tinham adquirido a es no próprio leilão. E assim se deu: no dia 5 de abril, a Docenave (subsidiária da Vale do Rio Doce), o banco

Bamerindus, o grupo Vicunha, a trading Emesa e os empregados da CSN compraram mais 11,5 milhões de lotes de ações. Até mesmo o banco Arbi, que inicialmente apoiou o Independente Clube de Investimentos, se uniu ao consórcio liderado por Lima Neto.

Todas as ações foram vendidas pelo preço mínimo, sem nenhum ágio, o que deu oportunidade à seguinte declaração oficial do Governo Itamar, através da sua nova Ministra do Planejamento, Yeda Crusius:

Se a CSN era símbolo da presença do Estado na economia, agora ela será o símbolo do novo Estado, direcionado para oferecer serviços sociais à população. (...) A venda da empresa pelo preço mínimo mostra que o governo não sub-avaliou o seu valor, ou seja, se o preço tivesse sido baixo teria havido disputa entre os compradores com valores mais altos.⁴³⁷

A tabela abaixo mostra o resultado final da venda da CSN:

Resultado final da privatização da CSN		
DATA	LOTES DE AÇÕES VENDIDOS	VALOR APURADO
02/04/1993	35,85 milhões	US\$ 1,057 bilhão
05/04/1993	11,5 milhões	US\$ 356,0 milhões
Oferta ao público	0,89 milhões	US\$ 82,0 milhões
RESULTADO DA VENDA	48,24 milhões	US\$ 1,495 bilhões
Saldo não vendido ⁴³⁸	2,97 milhões	US\$ 92 milhões

Fonte: BNDES

Do valor apurado com a venda (US\$ 1,495 bilhão), apenas US\$ 56,8 milhões (3,8%) corresponderam a moeda corrente, sendo que, em relação ao leilão propriamente dito (US\$ 1,057 bilhão), somente US\$ 40,16 milhões foram pagos em dinheiro vivo. A CSN, na verdade, foi vendida pelo seu preço mínimo, cujo montante foi pago basicamente com Certificados de Privatização, debêntures da Siderbrás, dívidas vencidas do BNH e outros títulos de dívidas públicas vencidas e a vencer.

Após a conclusão da venda da CSN, seu quadro de acionistas de capital votante ficou assim composto:

⁴³⁷ Diário do Vale, 03 e 04 de abril de 1993.

Composição do capital votante da CSN, após a privatização	
ACIONISTAS	% DO CAPITAL VOTANTE
Docenave (Vale do Rio Doce)	9,4%
Grupo Vicunha	9,1%
Bamerindus	9,1%
Bradesco	7,6%
Itaú	7,3%
Empregados (incluindo a CBS)	20,0%
Emesa	1,5%
Outros	1,0%
TOTAL	65,0%

Fontes: BNDES, Ibase e BIONDI, Aloysio, *O Brasil Privatizado*, São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 1999.

O fato dos empregados da CSN (cerca de 28 mil sócios do Clube de Investimentos) terem, somando-se as ações da CBS, 20% do capital votante de forma alguma pode ser visto como controle acionário da empresa, por dois motivos básicos: em primeiro lugar, porque as empresas integrantes do consórcio vencedor tinham, no conjunto, tal controle. Prova disto é que Roberto Procópio Lima Neto foi reconduzido à presidência da CSN, bem como a sua equipe o foi às cinco diretorias com efetivo poder administrativo, em decisão tomada em 23 de abril de 1993. O presidente do Bamerindus, Maurício Schulman, foi eleito presidente do Conselho de Administração da CSN, ficando Benjamin Steinbruch (grupo Vicunha) como vice-presidente⁴³⁹. Em segundo lugar, os representantes dos trabalhadores no Conselho de Administração (Luiz de Oliveira Rodrigues e o engenheiro Paraguaçu Tabajaras) eram absolutamente integrados à equipe de Roberto Procópio Lima Neto. O tom

⁴³⁸ Este saldo se refere ao resultado obtido entre 02 e 05 de abril de 1993. Entre 24 de maio e 11 de junho foram ofertados ao público os lotes restantes (5,75%). Não me foi possível obter o resultado desta venda.

⁴³⁹ Benjamin Steinbruch, posteriormente, assumiria a direção da CSN, onde se encontra até hoje.

da integração era inequívoco: “Com a empresa privatizada e a volta de Roberto Lima Neto à presidência, a siderúrgica e o sindicato consolidarão a política de parceria”⁴⁴⁰.

O discurso inicial da “nova” administração da CSN era de que não haveria demissões em massa: “O presidente da CSN voltou a descartar a hipótese de demissão em massa na empresa e prevê uma relação de parceria com os empregados, que se constituirá em ‘exemplo para todo o Brasil’”⁴⁴¹. Na verdade, a estratégia governamental de *saneamento* das empresas estatais para sua posterior privatização incluía absorção de dívidas (no caso da CSN os dados apontam para uma absorção da ordem de US\$ 1 bilhão⁴⁴²), elevação dos preços das tarifas e produtos, financiamentos *generosos* com recursos do próprio BNDES para os investidores interessados na compra das estatais e, o que interessa aqui mais de perto, demissões em massa. Entre as razões para esta última medida, esteve a de desonerar os futuros proprietários das empresas com gastos decorrentes das indenizações devidas. Todavia, é preciso dizer que mesmo após a sua privatização, a CSN continuou demitindo, conforme mostra a tabela abaixo, cuja fonte foi a própria CSN:

Demissões na CSN (1989-1997)			
Ano	Efetivos	Redução do quadro de efetivos	Produtividade (ton./homem/ano)
1989	22134		163
1990	sem informação	6009 (desde 1989)	160
1991	16125	1043	224
1992	15082	0	295
1993	15082	309	296
1994	14773	1066	314
1995	13707	2614	326
1996	11093	1602	403
1997	9491		510

Como já foi visto anteriormente, de 1989 a 1992 (período de *saneamento* da empresa, no sentido da sua preparação à privatização), ocorreu o maior número de demissões (7052 ao todo). No período em que as datas do leilão foram marcadas e alteradas

⁴⁴⁰ Diário do Vale, 24 e 25 de abril de 1993.

⁴⁴¹ Diário do Vale, 26 de abril de 1993.

(1992 e 1993), praticamente não houve demissões (apenas 309, cerca de 2% do contingente de trabalhadores em operações diretas. Todavia, elas foram retomadas logo após a venda da CSN e, comparando-se o número de operários entre 1997 e 1994, constata-se que houve uma redução de 5282 postos de trabalho, ou seja, um demissão da ordem de 35,75%.

Dias após o leilão, teve início a campanha salarial de 1993 que, na verdade, constituiu um jogo de cena entre o Sindicato (que continuava a defender a parceria como centro da sua estratégia) e a diretoria da usina. Inicialmente, os metalúrgicos aprovaram a pauta onde se reivindicava um reajuste salarial de 80%. A contraproposta por parte da empresa foi de 65%. A diferença estava no seguinte aspecto: enquanto a empresa propunha 8% de aumento real e 8% de antecipação salarial (a serem descontados em junho) que, assegurados aos 55% previstos pela política salarial governamental, totalizariam 65% após o desconto da antecipação, o Sindicato queria que a antecipação salarial não fosse descontada, ou seja, que houvesse um aumento real de 15% e não de 8%. Como parte de um *script*, a diretoria do Sindicato defendeu a rejeição, em assembléia, da proposta inicial da empresa. Dias depois, a CSN se manifestou concordando com o índice reivindicado pelo Sindicato, desde que o lucro aumentasse a cada quadrimestre. Desde que a CSN registrasse um lucro líquido equivalente a, no mínimo, 1% do seu patrimônio líquido, por quadrimestre, a diferença (7%) não seria descontada como antecipação. Mas tal diferença seria dada a título de participação nos lucros e resultados, não incorporada ao salário. Era a introdução de um importante mecanismo para aumentar a integração dos trabalhadores à lógica da incessante valorização do capital: a participação nos lucros e resultados.

Novamente pela fala do presidente do Sindicato, porta voz máximo daquela concepção sindical, vinha à tona o tom da adesão ao participacionismo sindical: “Luizinho acredita que não será difícil para a empresa obter o lucro desejado. ‘Será mais um desafio para os metalúrgicos; o importante foi chegar aos 80%, mas os metalúrgicos é que decidirão se a proposta é viável’”⁴⁴³. O final também correspondeu ao previsto no roteiro cinematográfico: no dia 11 de maio, no pátio da SOM (Superintendência de Oficinas Mecânicas), outrora palco da resistência operária, em assembléia os metalúrgicos aprovaram o que, de fato, correspondia à proposta da CSN. Mentos, corações, espaços e

⁴⁴² Cf. BIONDE, Aloysio, *O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁴⁴³ Diário do Vale, 11 de maio de 1993.

instâncias deliberativas estavam, tanto quanto possível, integrados a uma concepção sindical que, nem de longe, articulava-se com a constituição de uma projeto classista.

Um dos argumentos que os dirigentes sindicais da Força Sindical sempre apresentaram a favor da defesa da privatização da CSN foi o de que isto propiciou aos trabalhadores da empresa e à própria cidade de Volta Redonda a garantia de algumas *conquistas* sacramentadas no Edital de Privatização (PND 13/92-CSN), mesmo em sua versão final, datada de 12 de março de 1993. Estas *conquistas*, resumidamente, seriam:

- assegurar aos empregados da CSN um membro do Conselho de Administração da CSN;
- assegurar aos empregados da CSN, FEM, CBS, FUGEMSS e APSERVI os direitos e benefícios sociais prestados pelos controladores da CSN antes da sua privatização;
- satisfazer, prontamente, as obrigações de natureza previdenciária;
- patrocinar programas de treinamento dos trabalhadores, com vistas à sua absorção pelo mercado de trabalho;
- implementar programas de proteção ambiental.

Ora, todas estas cláusulas (com exceção, obviamente, da que garantia a participação de um representante dos empregados no Conselho de Administração da CSN) que configurariam *conquistas* caíram por terra por obra e graça do próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda quando do Acordo Coletivo de 1995. Em resposta ao Requerimento de Informações número 2195/97, do Deputado Federal Paulo Paim (PT-RS), o BNDES afirmou que

o Sindicato, ao assinar em maio de 1995 o Acordo Coletivo, na forma descrita, abriu mão de direitos assegurados aos empregados no Edital e no Comunicado Relevante de 13 de março de 1995 (sic); uma vez que foi assinado em data posterior ao Comunicado Relevante, o Acordo teve o poder de neutralizar, durante sua vigência, as condições especiais estabelecidas no processo de desestatização.⁴⁴⁴

⁴⁴⁴ BNDES, Resposta ao Requerimento de Informações N. 2195/97 do Deputado Paulo Paim, 10 de abril de 1997. O Comunicado Relevante ao qual o BNDES se refere foi o ato oficial da Comissão Diretora do PND que apresentou as últimas modificações no Edital de Privatização da CSN, publicado no Diário Oficial da União em 13 de março de 1993.

Mesmo não sendo objetivo desta tese analisar a relação entre a privatização da CSN e alguns indicadores sócio-econômicos de Volta Redonda e região, parece-me ilustrativo registrar certos impactos dessa natureza, como os que seguem:

- a inadimplência no comércio, se tomarmos 100 como base para 1992, atingiu 515 em 1997, um crescimento superior a 5 vezes;
- os títulos protestados foram de 5.200 (em 1993) para 13.000 (em 1996);
- os registros de roubos/furtos foram de 17/mês, em 1995, para 39/mês em 1997;
- os atendimentos públicos na área da saúde conheceram um aumento da ordem de 80% após 1995, como clara conseqüência do fim dos direitos de assistência médica por parte da CSN;
- aumento de 15.000 pessoas nos núcleos de posse de terra;
- as demissões em Volta Redonda chegaram a 24.000, cerca de 20% da PEA da cidade. A perda salarial disto decorrente superou R\$ 250 milhões, mais do que a arrecadação anual da prefeitura, que teve, diretamente, uma perda de 15% nos impostos (cerca de R\$ 20 milhões).

Sobre este último aspecto, é preciso dizer que, com a privatização da CSN, não apenas a sua área de uso industrial, mas todas as suas propriedades foram vendidas. Isto gerou, desde então, um absoluto estrangulamento na capacidade do Poder Executivo local ampliar os seus equipamentos, particularmente relativos à educação e à saúde. No dizer do bispo Waldyr Calheiros, “colocaram uma porteira na entrada de Volta Redonda”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa cujos resultados apresentei ao longo desta tese buscou analisar as transformações acontecidas no Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda entre 1989 e 1993, ou seja, do momento que se seguiu à morte de Juarez Antunes até a privatização da CSN. A problemática que procurei investigar (quais determinações interagiram para que este segmento do movimento sindical brasileiro alterasse profundamente sua concepção e sua prática, abandonando o sindicalismo combativo na direção da parceria com o capital) somente pôde ser enfrentada com o estudo da construção da Força Sindical na particularidade de uma empresa que constitui caso exemplar da ofensiva neoliberal, mais especificamente do seu braço privatizante, o Programa Nacional de Desestatização (PND).

Gramsci, em seu ensaio *Americanismo e Fordismo*, mostrou como uma determinada reforma econômica precisa de todo um conjunto de elementos que se nutram da esfera onde o controle do capital se dá de forma mais evidente (a da produção) e, reciprocamente, que alimentem as relações sociais de produção básicas. Referindo-se aos pressupostos exigidos por Ford, o revolucionário italiano assim colocou o problema:

...tornou fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) para, finalmente, basear toda a vida do país na produção.⁴⁴⁵

Esta reflexão lança luzes sobre a condição *sine qua non* à privatização da CSN e à tentativa de construir um sindicalismo participacionista junto àqueles trabalhadores: destruir a experiência combativa de organização sindical que teve lugar entre os metalúrgicos de Volta Redonda, especialmente entre os da usina Presidente Getúlio Vargas.

À vitória da Força Sindical, em 1992, foram absolutamente centrais os instrumentos coercitivos patrocinados pela direção da empresa (que seguiu o *modus faciendi* do governo Collor para com todo e qualquer movimento social de resistência e oposição à sua política). Quebrar a capacidade de resistir revelou-se, mais uma vez, a tarefa preliminar de uma dada configuração da ordem do capital para incorporar (passivamente) a força de trabalho à sua lógica.

A propaganda ideológica, no caso sobre as superioridades de uma empresa privada sobre uma estatal e de um sindicalismo de parceria sobre o de confronto, teve no próprio núcleo denominado Formigueiro o seu principal agente. Ainda que não possam ser negligenciados, neste sentido, o papel da direção da CSN e, claro, todo o ambiente pró-privatização criado pela mídia (quer no auge da postura ditatorial de Collor, quer no período Itamar Franco), o fato é que, junto aos trabalhadores, pesou grandemente o empenho efetivo que dirigentes sindicais desenvolveram com tais objetivos. As promessas de ganhos econômicos aos trabalhadores que aderissem ao projeto de privatização da CSN também foram importantes para a tentativa de uma incorporação (ativa) da força de trabalho. Portanto, a adesão que o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, sob a direção da Força Sindical, teve foi absolutamente importante.

Vitória e derrota são, obviamente, resultados de processos relacionais. Portanto, à vitória de uma concepção sindical (parceria) correspondeu a derrota de outra (confronto). E, como espero ter indicado, o sindicalismo classista perdeu não só em função do poderio do seu adversário, mas também pelas suas deficiências. A primeira delas foi o seu próprio refluxo. Como um dirigente cutista (Vagner Barcelos) bem sintetizou, "... a ausência da CUT era física e de proposta". Ausência de proposta em duplo sentido: faltava à CUT como um todo uma discussão mais aprofundada sobre o que fazer com empresas estatais, de um lado, e, de outro, viveu-se um eclipse das lutas sindicais com traços anticapitalistas. A metáfora do mundo da astrologia, aqui, quer registrar que, entre o observador (trabalhadores e seus instrumentos) e o astro alvo de observação (horizonte para além do capital) foi interposto um outro astro (horizonte da integração à ordem do capital), processo que tornou a primeira perspectiva invisível.

⁴⁴⁵ GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, p. 381.

A debilidade de elaborar um projeto que diferencie radicalmente os trabalhadores do outro pólo da relação capitalista fundamental empurra-os ao campo econômico-corporativo e, progressivamente, às lutas defensivas e mesmo àquelas onde as perdas de direitos passam a marcar o cotidiano sindical e social. A reificação, aqui entendida como processo em que o resultado de relações sociais estabelecidas entre os homens e as mulheres (da mercadoria ao Estado, do consumo artificialmente induzido às visões de mundo que disputam hegemonia, da propriedade privada a uma certa reestruturação produtiva) aparece como coisa objetiva, é parte constitutiva da subordinação dos trabalhadores à ordem do capital. Na medida em que o histórico-social é naturalizado, o presente é cristalizado como único possível, o transitório é apresentado como definitivo, somente então é possível dizer que o eclipse aparece como não mais passageiro, posto que o astro primeiro teria deixado de existir. A possibilidade de uma sociedade emancipada, para a qual a emancipação do trabalho é condição necessária (ainda que insuficiente), é afirmada como anacrônica, inviável e fator de atraso. Esta “convicção” é imprescindível à tarefa estratégica, do ponto de vista do capital, de fornecer como base de racionalidade cotidiana o mercado. O desdobramento disto é cristalino: a produção somente pode acontecer na perpetuação e na reprodução ampliada do capital; o ideário dos trabalhadores precisa se restringir ao trabalho assalariado e, tanto quanto possível, o próprio trabalho assalariado deve dar lugar, no plano das representações, à idéia de que todos são proprietários de algo (Locke), cabendo ao esforço de cada um acrescentar, ou não, outras propriedades a esta fundamental.

Um novo tipo de trabalhador precisava ser construído, na CSN, sob pena da privatização e das exigências da reestruturação produtiva no ramo siderúrgico sofrerem oposição pelos operários e sua organização sindical. Este novo tipo precisava aprender a dobrar-se diante dos novos tempos. Para uma consciência reificada (no sentido acima indicado) a expressão *novos tempos* (ou nova fase, era), designativa da reestruturação produtiva, obsta a percepção da sua real essência: movimento do capital em sua necessidade permanente de incessante “revolução”. O que levou Taylor a pensar formas de constituir um novo nexos psicofísico no trabalhador para que este se especializasse em tarefas repetitivas é, ainda, o objetivo da atual reestruturação produtiva:

Efetivamente, Taylor exprime com cinismo brutal o objetivo da sociedade americana: desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais, trata-se somente da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, fase que apenas é mais intensa do que as precedentes e manifesta-se sob formas mais brutais, mas que também será superada com a criação de um novo nexos psicofísico de um tipo diferente dos precedentes e, indubitavelmente, *superior*. Verificar-se-á, inevitavelmente, uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*.⁴⁴⁶

Aceitar como natural, inevitável e definitiva uma ordem que é histórica supõe quebra da capacidade de resistir e, se possível, adesão a visões de mundo que, na verdade, interessam à determinadas classes. Isto, penso, foi o *background* da trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, que passou de uma concepção e prática sindicais de confronto para o sindicalismo de parceria. Isto somente foi possível graças a quatro fatores fundamentais:

- 1) a eficiente combinação de repressão e persuasão utilizada pela direção da empresa sobre os trabalhadores. Perseguições e demissões foram criativamente articuladas com intensa propaganda sobre a superioridade do mercado e com promessas de ganhos que adviriam da privatização da empresa;
- 2) o engajamento pró-privatização da CSN por parte do núcleo dos dirigentes metalúrgicos em Volta Redonda que, primeiro como Formigueiro e depois como direção da Força Sindical, deram sustentação ao sindicalismo de parceria. Sua atuação foi marcada pela procura de um *consenso* entre Capital e Trabalho, que, na prática, mostrou-se poderoso instrumento para a subordinação deste à lógica daquele. Este aspecto constitui evidência forte de como o neoliberalismo tem no sindicalismo de parceria um aliado da sua perspectiva e uma ferramenta para a sua difusão junto àqueles que vivem da venda da sua força de trabalho;

⁴⁴⁶ GRAMSCI, A., *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, p. 397.

- 3) o refluxo que a CUT viveu no sentido do abandono, ou pelo menos de uma forte diluição, do seu projeto classista – que, no caso de Volta Redonda, manifestou-se através do isolamento vivido pelas correntes que ainda se estruturavam neste projeto – abriu flancos à investida da concepção e da prática da Força Sindical. A tal timidez cutista foi somada uma debilidade para resistir naquelas expressões políticas que se apresentavam como de oposição ao PND. A formação de um clube de investimentos “alternativo” ao clube oficial, longe de se apresentar como espaço de resistência, cumpriu o papel de legitimar a privatização;
- 4) a falta de uma perspectiva de enfrentamento no interior dos próprios trabalhadores, que expressava *a ausência de um ardor combativo*. Em seu lugar, afirmou-se o horizonte da reprodução da força de trabalho nos marcos do regime assalariado, mesmo com o brutal nível de substituição do capital variável pelo capital constante, tanto no “saneamento” da CSN quanto no período que se seguiu à privatização.

A privatização da CSN, obviamente, não encerra a experiência de resistência e de luta dos trabalhadores em Volta Redonda. Nem a trajetória aqui analisada tem a garantia da perenidade. Exatamente por não ser teleológica, a história será aquilo que os homens e as mulheres, a partir de causalidades dadas, forem capazes de construir⁴⁴⁷.

⁴⁴⁷ O encerramento deste trabalho se dá em meio à divulgação de duas notícias, faces da mesma moeda exatamente porque relacionadas à história da resistência operária na CSN. De um lado, o *Jornal do Brasil*, em suas edições de 2 e 9 de maio de 1999, denunciou o que a memória oral da classe trabalhadora em Volta Redonda já dissera: o atentado ao Memorial criado por Oscar Niemeyer aos operários mortos em 1988 foi arquitetado no âmbito das próprias Forças Armadas: “Há exatamente dez anos, no dia 2 de maio de 1989, uma explosão botou abaixo um monumento de ferro e concreto, inaugurado nove horas antes em frente à CSN, em Volta Redonda. Era o segundo ato de violência contra Willian, Valmir e Barroso. (...) Houve, como sempre, declarações oficiais protocolares. Um inquérito foi aberto e arquivado sem apontar culpados. Havia em tudo o que se disse e se escreveu apenas uma cintilante obviedade: o monumento foi explodido. Na quinta-feira, porém, o véu do mistério começou a ser baixado: o ex-capitão Dalton Roberto de Melo Franco – que em março denunciou ao *Jornal do Brasil* a participação de militares na explosão – entregou ao Ministério Público Militar um documento revelador: comprova que desde o dia 23 de janeiro de 1996 o Exército tinha conhecimento de que explosivos de um paiol do Batalhão de Forças Especiais foram usados na destruição do monumento”. O documento entregue por esse ex-capitão, referindo-se ao tipo de explosivo utilizado no atentado ao Memorial, vai mais além, pois diz que “esse material também foi usado para explodir bancas de revistas, no período entre o primeiro e o

segundo turno das eleições de 1989, quando o senhor Lula, nas pesquisas, estava suplantando o senhor Fernando Collor, e o comandante do Batalhão deu ordem de provocar inquietações para auxiliar na mudança da opinião pública”. A outra notícia diz respeito à propalada superioridade empresarial. A Folha de São Paulo, durante todo o mês de julho de 1999, veiculou matérias sobre a CSN, basicamente divulgando que ela possui, hoje, uma dívida da ordem de US\$ 1 bilhão e que o grupo Vicunha, que tem à sua frente o empresário Benjamin Steinbruch, está em processo de negociação das suas ações para o ThyssenKrupp, maior fabricante europeu de aço. O sonho de enriquecimento dos trabalhadores da CSN parece que deu lugar à lógica férrea do capital, concentração.

BIBLIOGRAFIA

Livros, artigos, dissertações e teses

- ADORNO, Theodor. "Educação após Auschwitz". In: COHN, Gabriel (org.). *Adorno*. São Paulo, Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais 54: 33-45).
- AGLIETTA, M. *Regulación y Crisis del Capitalismo: a Experiencia de los Estados Unidos*. México, Siglo XXI, 1979.
- ALVES, Giovanni A. P. A Vigência do Capital. Crise Capitalista e Problemas Teórico- Metodológicos do Pensamento Social Centrado na Categoria do Trabalho. *Temáticas*, Campinas, 1(1 e 2): 37-94, 2º semestre 1993.
- ALVES, Giovanni A. P. "Nova Ofensiva do Capital, Crise do Sindicalismo e as Perspectivas do Trabalho – o Brasil nos Anos Noventa". In: TEIXEIRA, Francisco J. S. & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – as Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.
- ALVES, Giovanni A. P. *Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo no Brasil*. Campinas, 1998. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas.
- ANDERSON, Perry. "Alcances y Limites de la Acción Sindical". In: *Economia y Política en la Acción Sindical* (vários autores), Cuadernos de Pasado y Presente 44. México, Siglo XXI, 1978.
- ANDERSON, Perry. "Balanço do Neoliberalismo". In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. 9-37.
- ANTUNES, Juez. A Explosão da Siderúrgica. *Revista Ensaio*, São Paulo, 17/18: 297-306, 1989.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. *A Rebeldia do Trabalho - o Confronto Operário no ABC Paulista: as Greves de 1978/1980*. São Paulo, Ensaio/Ed. Unicamp, 1988.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. A Terceira Via de "Tory" Blais: a Outra Face do Neoliberalismo Inglês. *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, 3: 31-52, maio 1999.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil - um Estudo sobre a Consciência de Classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, Cortez, 1982.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Editora Brasil Urgente, 1991.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. *O Novo Sindicalismo no Brasil*. 2 ed. revis./ampl. Campinas, Pontes, 1995.
- ANTUNES, Ricardo L. C.. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo. (no prelo).
- ARBIX, Glaucio. Democratizar (sem Precarizar) as Relações de Trabalho. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR/Curitiba, 10/11: 127-138, 1998.
- ARBIX, Glaucio. *Uma Aposta no Futuro: os Primeiros Anos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística*. São Paulo, Scritta, 1996.
- BAIN, T. *Banking the Furnace: Restructuring of the Steel Industry in Eight Countries*. Kalamazoo, W. E. Upjohn Institute for Employment Research, 1992.
- BEYNON, Huw. "As Práticas do Trabalho em Mutação". In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo, Boitempo, 1997. 9-38.

- BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa: o Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil Privatizado: um Balanço do Desmonte do Estado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOITO Jr., Armando (org.). *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- BOITO Jr., Armando. De Volta para o Novo Corporativismo: a Trajetória Política do Sindicalismo Brasileiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 8 n. 3: 23-28, julho-setembro 1994.
- BOITO Jr., Armando. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. *Crítica Marxista*, São Paulo, vol. 1 n. 3: 80-105, 1996.
- BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.
- BOITO Jr., Armando. *O Sindicalismo de Estado no Brasil - uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, Hucitec, 1991.
- BOYER, R. *A Teoria da Regulação: uma Análise Crítica*. São Paulo, Nobel, 1990.
- BOYER, R. & MISTRAL, J. *La Crise Actuelle: d'une Analyse Historique à une Vue Prospective*. Paris, CEPREMAP, 1983.
- BRAGA, Ruy. *A Restauração do Capital - um Estudo sobre a Crise Contemporânea*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CARDOSO, A.M. O Pragmatismo Impossível - Origens da Força Sindical. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 32:165-182, março de 1992.
- CASALE, G. Trade Union Action and Privatisation in Western Europe: Recent Dilemmas. *Labour*, 6 (3): 107-125, 1992.
- CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1989. *Arigó, o Pássaro que Veio de Longe*. Coleção Trabalhadores em Luta, n. 1. CEDI, Rio de Janeiro.
- CHASIN, José. A Esquerda e a Nova República. *Revista Ensaio*, São Paulo, 14: I-XV, 1985.
- CHASIN, José. Poder, Política e Representação - Três Supostos e uma Hipótese Constituinte. *Revista Ensaio*, São Paulo, 15/16: 225-232, 1986.
- CHESNAIS, François. "Capitalismo de Fim de Século". In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo, Xamã, 1997. 7-34.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização Financeira: Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo, Xamã, 1998.
- CLARKE, Simon. Crise do Fordismo ou Crise da Social-Democracia?. *Lua Nova*, São Paulo, 24: 117-150, setembro 1991.
- CORIAT, Benjamin. *El Taller y el Cronometro - Ensayo sobre el Taylorismo, el Fordismo e la Producción en Masa*. México, Siglo XXI, 1985.
- CORIAT, Benjamin. *El Taller y el Robot - Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Masa en la Era de la Electrónica*. México/Espanha, Siglo XXI, 1992.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo Avesso - o Modelo Japonês de Trabalho e Organização*. Rio de Janeiro, Revan; Ed. da UFRJ, 1994.
- COSTA, Walber Carrilho da. Uberlândia, 1999. *Reestruturação Produtiva, Privatização e Movimento Sindical na Siderurgia Mundial*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.
- COUTINHO, Carlos N.. *Gramsci - um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR - DIAP. *Quem foi Quem na Constituinte - nas Questões de Interesse dos Trabalhadores*. São Paulo, Cortez - Oboré, 1988.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - DIEESE & outros. *Diagnóstico da Siderurgia Brasileira - Contribuição ao*

- Debate do Comitê para o Desenvolvimento da Siderurgia. Rio de Janeiro, março 1991. Mimeografado.
- DIAS, Edmundo F. "Hegemonia: Racionalidade que se faz História", In: --- & outros, *O outro Gramsci*. São Paulo, Xamã, 1996.
- DIAS, Edmundo F. *A Liberdade (im)Possível na Ordem do Capital: Reestruturação Produtiva e Passivização*. Textos Didáticos 29. Campinas, Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1997.
- DIAS, Edmundo F. & outros. *A Ofensiva Neoliberal: Reestruturação Produtiva e Luta de Classes*. Brasília, Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.
- DIAS, Edmundo F. *Democracia Operária*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1987.
- ENGELS, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Global, 1985.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930 - Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Que Tipo de República?*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A Constituição Inacabada - Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo, Estação Liberdade, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. Constituinte e Revolução. *Revista Ensaio*, São Paulo, 17/18: 123-158, Ensaio, 1989.
- FORÇA SINDICAL. *Um Projeto para o Brasil - a Proposta da Força Sindical*. São Paulo, Geração Editorial, 1993.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror Econômico*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1997.
- FREDERICO, Celso. *O Jovem Marx (1843-44: as Origens da Ontologia do Ser Social)*. São Paulo, Cortez, 1995.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. 2 ed. São Paulo, Nova Cultural, 1985. (Os economistas).
- FRIEDMAN, M. & FRIEDMAN, R. *Liberdade de Escolher - o Novo Liberalismo Econômico*. 2 ed. São Paulo, Record, 1980.
- GALVÃO, Andréia. Os Metalúrgicos do ABC e a Câmara Setorial da Indústria Automobilística. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR/Curitiba, 10/11: 83-102, 1998.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado - para Além do Socialismo*. Rio de Janeiro, Forense, 1982.
- GORZ, A. The New Agenda. *The New Left Review*, Londres, 184. 1990.
- GRACIOLLI, Edilson J.. A Força Sindical e o Neoliberalismo. *Boletim do Lapes*, Uberlândia, 3 (1): 33-56, junho 1997.
- GRACIOLLI, Edilson J.. *Um Caldeirão Chamado CSN: Resistência Operária e Violência Militar na Greve em 1988*. Uberlândia, Edufu, 1997.
- GRAEL, Dickson M. *Aventura, Corrupção e Terrorismo - à Sombra da Impunidade*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- GRAMSCI, Antonio, & BORDIGA, Amadeo. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. Sacristan, M. (Selección, traducción y notas). España, Siglo XXI Editores, 3a. ed., 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- GRAMSCI, Antonio. O Conselho de Fábrica. *Revista Cara a Cara*, Petrópolis, 2: 169-173, julho/dezembro 1978.
- GRAMSCI, Antonio. Sindicalismo e Conselhos. *Revista Cara a Cara*, Petrópolis, 2: 165-169, julho/dezembro 1978.
- GRAMSCI, Antonio. Sindicatos e Conselhos. *Revista Cara a Cara*, Petrópolis, 2: 161-165, 173-177, julho/dezembro 1978.
- HABERMAS, Juergen. A Nova Intransparência. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 18: 103-114, setembro 1987.

- HABERMAS, Juergen. Um Perfil Filosófico-Político: Entrevista com Juergen Habermas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 18: 77-102, setembro 1987.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.
- HAYEK, Friedrich August von. *Direito, Legislação e Liberdade: uma Nova Formulação dos Princípios Liberais de Justiça e Economia Política*. São Paulo, Visão, 1985.
- HAYEK, Friedrich August von. *Fundamentos da Liberdade*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Visão, 1983.
- HAYEK, Friedrich August von. *Hayek na UnB – Conferências, Comentários e Debates de um Simpósio Internacional Realizado de 11 a 12 de maio de 1981*. Brasília, Editora da UnB/Fundação Roberto Marinho, 1981.
- HAYEK, Friedrich August von. *O Caminho da Servidão*. 2 ed. São Paulo, Globo, 1977.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J.. *Os Trabalhadores - Estudo sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- HOEVEN, Rolph Van der & SZIRACZKI, Gyorgy. *Lessons from Privatization – Labour Issues in Developing and Transitional Countries*. Geneva, International Labour Office, 1997.
- HOLLOWAY, John & PELÁEZ, Eloina. Aprendendo a Curvar-se: Pós-Fordismo e Determinismo Tecnológico. *Outubro – Revista do Instituto de Estudos Socialistas*, São Paulo, 2: 21-30, novembro 1998.
- HOLZ, Hans H. & outros. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- INSTITUTO CAJAMAR-INCA. *Dossiê Força Sindical*. Cajamar, agosto de 1991.
- KATZ, C. & outros. *Novas Tecnologias - Crítica da Atual Reestruturação Produtiva*. São Paulo, Xamã, 1995.
- KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização – da Derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial*. Paz e Terra, São Paulo, 1993.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, Papyrus, 1986.
- LÊNIN, Vladimir I.. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Global, 1987.
- LÊNIN, Vladimir I.. *Sobre os Sindicatos*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- LINHART, Robert. *Greve na Fábrica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- LOJKINE, Jean. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- LOJKINE, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo, Cortez, 1995.
- LUKÁCS, Georg. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 4: 1-18, 1978.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de Massas, Partido e Sindicatos*. Coimbra, Centelha, 1974.
- MAAR, Wolfgang Leo. "Fim da Sociedade do Trabalho ou Emancipação Crítica do Trabalho Social?". In: Vários autores. *Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas*. São Paulo, Ed. da Unesp, 1995.
- MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do Novo Sindicalismo - Democracia e Política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.
- MARONI, Amnéris. *A Estratégia da Recusa - Análise das Greves de Maio/78*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *MARX/ENGELS - História*. FERNANDES, Florestan (org.). São Paulo, Ática, 1983.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Alfa-Omega, s/d.
- MARX, Karl. "Para a Crítica da Economia Política". In: *Marx (Coleção Os Pensadores)*. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*. 15 ed. México, Siglo Veintiuno Editores, 1987.
- MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo, Grijalbo, 1976.
- MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Livro 1, volumes I e II. 10 ed. São Paulo, Difel, 1985.

- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas* (vol. 1). São Paulo, Ed. Alfa-Omega, s/d.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos – Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 1998.
- McILROY, John. *Trade Unions in Britain Today*. Manchester, Manchester University Press, 1995.
- McILROY, John. “Trade Unions in Retreat – Britain Since 1979”, *International Centre for Labour Studies*, Manchester, 1996.
- MÉSZÁROS, István. “Consciência de Classe Necessária e Consciência de Classe Contingente”. In: —, *Filosofia, Ideologia e Ciência Social – Ensaio de Negação e Afirmação*. São Paulo, Ensaio, 1993. 75-119.
- MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital – Towards a Theory of Transition*. Londres, Merlin Press, 1995.
- MÉSZÁROS, István. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo, Ensaio, 1989.
- MOREL, Regina Lúcia de M. *A Ferro e Fogo - Construção e Crise da Família Siderúrgica: o Caso de Volta Redonda (1941-1968)*. São Paulo, 1989. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- MOREL, Regina Lúcia de M. & MANGABEIRA, Wilma. “Velho” e “Novo” Sindicalismo e Uso da Justiça do Trabalho: Um Estudo Comparativo com Trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional. *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, Rio de Janeiro, Vol. 37, n. 1: 103-124, 1994.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social – um Estudo sobre as Tendências da Previdência e da Assistência Social Brasileira nos Anos 80 e 90*. São Paulo, Cortez Editora, 1995.
- MOTA, Ana Elizabete. Do Operário Padrão ao Operário Patrão. *Temáticas*, Campinas, 2(3): 109-122, 1º semestre 1994.
- NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro – a Experiência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. São Paulo, EDUC, 1997.
- OFFE, Claus & BERGER, J. “A Dinâmica do Desenvolvimento do Setor de Serviços”. In: —, *Trabalho & Sociedade* (vol. II). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.
- OFFE, Claus. “Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?”. In: —, *Trabalho & Sociedade* (vol. I). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- OGDEN, Stuart, *The Reconstruction of Industrial Relations in the Privatized Water Industry*, *British Journal of Industrial Relations*, 32: 67-84, March 1994.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. *Collor: a Falsificação da Ira*. Rio de Janeiro, Imago E., 1992.
- OLIVEIRA, Francisco. “Neoliberalismo à Brasileira”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo – as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- PAGOTTO, Maria Amélia F. *Mito e Realidade na Automação Bancária*. Campinas, 1996. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- PAULA, Germano Mendes & BATISTA, Jorge Chami. *Avaliação e Perspectivas Tecnológicas das Empresas Estatais Produtivas: o Caso do Setor Siderúrgico*. Relatório Final, junho 1989. Mimeografado.
- PAULA, Germano Mendes. *Privatização e Estrutura de Mercado na Indústria Siderúrgica Mundial*. Rio de Janeiro, 1998. Tese de Doutorado em Economia. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PETRAS, James. *Armadilha Neoliberal – e Alternativas para a América Latina*. São Paulo, Xamã, 1999.
- POCHMANN, Márcio. Os Desafios do Sindicalismo Brasileiro neste Final de Século. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR/Curitiba, 10/11: 139-152, 1998.

- RAMALHO, J. Ricardo. *Estado, Patrão e Luta Operária - Conflito de Classe na Fábrica Nacional de Motores*. São Paulo, 1986. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ROCHA, Vilmar. *O Liberalismo Social: uma Visão Doutrinária*. São Paulo, Massao Ohno Editor, 1998.
- RODRIGUES, Iram Jácome. *Sindicalismo e Política: a Trajetória da CUT*. São Paulo, Scritta, 1997.
- RODRIGUES, L. M. & CARDOSO, A.M. *Força Sindical: uma Análise Sócio-Política*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- RODRIGUES, Leôncio M. *CUT: os Militantes e a Ideologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio M. *Partidos e Sindicatos - Escritos de Sociologia Política*. São Paulo, Ática, 1990.
- RODRIGUES, Leôncio M. & CARDOSO, Adalberto M. *Força Sindical - uma Análise Sócio-Política*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- SABEL, C. & PIORE, M. *The Second Industrial Divide*. Nova York, Basic Books, 1984.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena - Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- SANTANA, Marco Aurélio. O "Novo" e o "Velho" Sindicalismo: Análise de um Debate. *Revista de Sociologia e Política*, UFPR/Curitiba, 10/11: 19-36, 1998.
- SANTOS, Ariovaldo de Oliveira. *La Crise Syndicale au Bresil: les Centrales Face aux Transformations du Monde du Travail*. Paris, 1997. These de Doctorat en Sciences Sociales, Sociologie. Institut d'étude du Développement économique et social, Université de Paris I – Panthéon, Sorbonne.
- SCHNEIDER, B. R. A Política de Privatização no Brasil e no México nos anos 80: Variações em Torno de um Tema Estadista. *Dados (Revista de Ciências Sociais)*, Rio de Janeiro, 34 (1): 21-51, 1991.
- SEMEDO, José Antonio V. *Elementos da Crise Contemporânea do Sindicalismo Europeu – o Exemplo Francês*. Campinas, 1995. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, E. B. *Refazendo a Fábrica Fordista: Contrastes da Indústria Automobilística no Brasil e na Grã-Bretanha*. São Paulo, Hucitec, 1991.
- SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria*. Brasília, Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- SOUZA, Angela Tude de. *Sobre o Americanismo e Fordismo de Antonio Gramsci*. Textos Didáticos 5. Campinas, Gráfica do IFCH/UNICAMP, 1992.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Valentim, o Guardião da Memória Circulista (1947-1958)*. Campinas, 1992. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- TRONCA, Ítalo. *Agentes da Industrialização na República: a Prática Política dos Militares (1930-1942)*. São Paulo, 1976. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda, entre o Aço e as Armas*. Petrópolis, Vozes, 1990.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- VISSER, Jelle. "Syndicalisme et Désyndicalisation". *Le Mouvement Social*, Editions Ouvrières, 162:17-40, jan/mar. 1993.
- WALSH, Pat & WETZEL, Kurt. Preparing for Privatization: Corporate Strategy and Industrial Relations in New Zealand's State-owned Enterprises. *British Journal of Industrial Relations*, England, 31: 57-74, march 1993.

Fontes

Documentos e Jornais Sindicais

- Acordos Coletivos do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (1984-1995)
- Boletim da CUT (Nacional e Estadual-RJ) (1983-1995)
- Boletim do Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda-SENGE (1988-1995)
- Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (1983-1995).
- Boletins das chapas concorrentes às eleições sindicais dos metalúrgicos em Volta Redonda (1983-1995)
- Jornal Em Tempo (1988-1992)
- VERDADE - Órgão Oficial do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (1986-1995).

Arquivos

- *Coleção Volta Redonda*. Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP.
- Biblioteca da Companhia Siderúrgica Nacional-CSN
- *Acervo sobre Volta Redonda*. Centro de Pastoral Vergueiro, São Paulo
- Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda
- Sindicato dos Engenheiros de Volta Redonda (SENGE-VR)
- *Movimentos sociais*. IBASE, Rio de Janeiro.

Jornais e Revistas

- Correio Brasiliense (1988-1995)
- Diário do Vale (1992-1995)
- Folha de São Paulo (1983-1995)
- Gazeta Mercantil (1988-1995)
- Jornal da Tarde (1984-1995)
- Jornal do Brasil (1983-1995)
- Jornal do Vale (1990-1992)
- Jornal Primeira Página (1989-1993)
- O Dia (1988-1995)
- O Estado de São Paulo (1983-1995)
- O Globo (1983-1995)
- Revista Isto É (1988-1995)
- Revista Veja (1988-1995)

Vídeos

- **DEPOIMENTO: TQC E O MOVIMENTO SINDICAL NA CSN.** Luiz de Oliveira Rodrigues(sindicalista). São Paulo: Fundação Christiano Ottoni, 17 e 18 de 1994. (III Seminário de Desdobramento do TQC).
- **MOVIMENTO SINDICAL E A QUALIDADE TOTAL.** Engº Pery Tadeu Oliveira Falcon. . São Paulo: Fundação Christiano Ottoni, 17 e 18 de 1994. (III Seminário de Desdobramento do TQC).
- **TQC E O RELACIONAMENTO SINDICAL.** Prof. Vicente Falconi Campos. São Paulo: Fundação Christiano Ottoni, 17 e 18 de 1994. (III Seminário de Desdobramento do TQC).
- **VOLTA REDONDA: MEMORIAL DA GREVE.** Eduardo Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto Sociológico de Estudos sobre Religião-ISER, 1989.